

RELATÓRIO FINAL

XIV CONGRESSO

Brasília, 14 a 18 de fevereiro de 1995

ÍNDICE

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES	004
PLENÁRIA DE ABERTURA	
Ata	012
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	
Ata	014
Anexos:	
• Regimento	017
• Cronograma	023
PLENÁRIA INICIAL	
Ata	025
PLENÁRIA TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Ata	027
Relatório	030
• Plano de Lutas do Setor das IFES	030
• Plano de Lutas do Setor das IEES	032
• Plano de Lutas do Setor das IPES	032
• Carta de Brasília	033
PLENÁRIA TEMA II - O ESTADO, AS POLÍTICAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	
Ata	036
Relatório	038
• Seguridade Social	038
• Ciência e Tecnologia	040
• Política Agrária	041
• Comunicação Social	042
• Política Sindical	043
PLENÁRIA DO TEMA III - O EMBATE DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	
Ata	045
Relatório	046
• Movimento Unificado em Defesa da Escola Pública	046
• LDB	046
• Avaliação Institucional	047
• Autonomia	048
• Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão	049
• Fundações de Apoio	049
• Formação Profissional	049
• Transformação de Escolas Isoladas de Nível Superior em Universidades e Sistema Nacional de Ensino Tecnológico	049
• 1º e 2º Graus nas IFES	050
• Carreira e Capacitação Docente	050
• Institutos Superiores de Formação de Educadores	050
• Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira	050
PLENÁRIA TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Ata	052
Anexo à Ata - Rateio dos Custos dos CONADs	059
Relatório	060
• Rateio dos Custos dos CONADs	061
• Rateio dos Custos Congressos	062
• Contribuição dos Filiados à ANDES-SN	063
• Modificação dos Estatutos da ANDES-SN	064

• Local do XXX CONAD e do XV Congresso	065
• Conferência Operária Independente	065
• Suplência DNTE/CUT	065
• O exercício de Mandato Classista	065
• Honorário Advocáticos da AJN e das AJR	066
• Cobrança do Imposto Sindical nas IPES	066
• Poder Judiciário X Democracia	067
• Inscrição de AD Seções Sindicais em GTs	068
• Homologações de ADs Seções Sindicais	070
• Campanha - 1995 Ano em Defesa da Universidade Pública e Gratuita	071
• Viabilização financeira da Campanha de Mídia	071
• Proposta encaminhada pelo Setor das IFES	072
• Apoio Financeiro a ex-diretor demitido durante estabilidade sindical	073
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	
Ata	075
Anexo: Moções	076
RATEIO	085
APENSO (TEXTOS DE APOIO)	
• Tema I	088
• Tema II	107
• Tema III	122
• Tema IV	137

RELAÇÃO DOS DELEGADOS PRESENTES

NOME	AD	SETOR
01 - EDMILSON XAVIER VIVAS	ADUCSAL	P
02 - MAXIMIANO ANTÔNIO CONCEIÇÃO FILHO	ADUCSAL	P
03 - MARIA LIA REIS	ADUCSAL	P
04 - CÂNDIDO AUGUSTO MEDEIROS JÚNIOR	APRUMA	F
05 - JOSÉ ODVAL ALCÂNTARA	APRUMA	F
06 - SILVANA MARTINS DE ARAÚJO	APRUMA	F
07 - ÉVILA BRITO RIBEIRO	APRUMA	F
08 - BENEDITO CARVALHO FILHO	APRUMA	F
09 - RAIMUNDO JOSÉ MENEZES GOMES	APRUMA	F
10 - MARIA RITA SANTOS	APRUMA	F
11 - JAQUELINE BLASO	ADCEFET-MG	F
12 - BENEDITO MAGALHÃES -	ADCEFET-MG	F
13 - JÚLIO GESUALDO	ADCEFET-MG	F
14 - ANA LÚCIA FARIA	ADCEFET-MG	F
15 - MARCOS JORGE SANTANA	APUB	F
16 - ELIZABETH BITTENCOURT	APUB	F
17 - CARLOS ROBERTO PETROVITICH	APUB	F
18 - ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA	APUB	F
19 - JOSELINA MARTINS SANTOS	APUB	F
20 - AUGUSTO CÉSAR LEIRO	APUB	F
21 - EDVALDO COUTO	APUB	F
22 - NADIA ROCHA	APUB	F
23 - OTÁVIO LUÍS	APUB	F
24 - MERCEDES CARVALHO	APUB	F
25 - MANOEL LUÍS DA CRUZ	APROFURG	F
26 - SÍRIO VELASCO	APROFURG	F
27 - MÉRI ROSANE DA SILVA	APROFURG	F
28 - MARCOS COSTA FILHO	APROFURG	F
29 - ALOÍSIO RUSCHEINSKI	APROFURG	F
30 - MIRELLA PINTO VALÉRIO	APROFURG	F
31 - CIRO NOGUEIRA FILHO	ADUFC	F
32 - JOHN KENNEDY DE ARAÚJO	ADUFC	F
33 - YACY MENDONÇA	ADUFC	F
34 - ELZA BRAGA	ADUFC	F
35 - TÂNIA BATISTA	ADUFC	F
36 - CÁSSIA DAMIANI	ADUFC	F
37 - ISAÍRA SILVINO	ADUFC	F
38 - MARIA LUISA FONTENELE	ADUFC	F
39 - HELENA SELMA AZEVEDO	ADUFC	F
40 - ALMIR LEAL DE OLIVEIRA	ADUFC	F
41 - RICARDO RONDINEL	SEDUFMS	F
42 - FRANCISCO FREITAS	SEDUFMS	F
43 - JADIR CAMARGO LEMOS	SEDUFMS	F
44 - ADA CRISTINA SILVEIRA	SEDUFMS	F
45 - UNIVALDO ZAPP	SINDOCEFET-PR	F
46 - DOMINGOS LIMA FILHO -	SINDOCEFET-PR	F
47 - ADILSON GIL TAVARES	SINDOCEFET-PR	F
48 - MARINA ERTZOGIE	ADUNITINS	F
49 - WAGNER FERREIRA	ADUNITINS	F
50 - SOLANGE MOTA DUARTE -	ADUFEPE	F
51 - MARIA HERLINDA OLIVA	ADUFEPE	F
52 - WAGNER ALVES FRAZÃO	ADUFEPE	F
53 - AMILTON JOSÉ V. ARRUDA	ADUFEPE	F
54 - TEREZA LUIZA FRANÇA	ADUFEPE	F
55 - JOAQUIM DE SOUSA NETO	ADUFEPE	F
56 - ROSA MARIA CARNEIRO	ADUFEPE	F

57 - VERA MARIA DA ROSA BORGES	ADUFEPE	F	
58 - CÉLIA LIRA CAVALCANTI	ADUFEPE	F	
59 - MARIA DAS GRAÇAS C. BARRETO	ADUA	F	
60 - IRAILDES GONZAGA CALDAS	ADUA	F	
61 - ANTÔNIO ROBERTO BRÍGIDO DE MOURA	ASDESAM	F	
62 - RENATO DE OLIVEIRA	ADUFRGS	F	
63 - CÉLIA MACHADO CHAVES	ADUFRGS	F	
64 - CÍRIO SIMON	ADUFRGS	F	
65 - DARCI CAMPANI	ADUFRGS	F	
66 - EDSON LUIZ LINDNER	ADUFRGS	F	
67 - FERNANDO ROSA DO NASCIMENTO	ADUFRGS	F	
68 - ILZA MARIA TOURINHO GIRARDI	ADUFRGS	F	
69 - MARIA ADÉLIA PINHAL DE CARLOS	ADUFRGS	F	
70 - PAULO FRANCISCO SLOMP	ADUFRGS	F	
71 - VERÔNICA SCHMIDT	ADUFRGS	F	
72 - LUCI MOBILIO GOMES PINTO	ADUNIRIO		F
73 - JANETE DE OLIVEIRA ELIAS	ADUNIRIO		F
74 - ADRIANA LEMOS PEREIRA	ADUNIRIO	F	
75 - WELLINGTON DE MENDONÇA AMORIM	ADUNIRIO	F	
76 - TARCISIO GONÇALVES ALENCAR	ADUFU	F	
77 - GEORG KURTZ	ADUFU		F
78 - THEREZA FERREIRA DA SILVA	ADUFU		F
79 - EUCLIDES HONÓRIO DE ARAÚJO	ADUFU		F
80 - TEODULO AUGUSTO VASCONCELOS	ADUFU		F
81 - LUIZ DE MELO SANTOS	ADUEL		E
82 - SEBASTIÃO DE SÁ FIGUEIREDO	ADUFS-SE		F
83 - MARCOS ANTÔNIO DA SILVA	ADUFS-SE		F
84 - GAMALIEL M. DA SILVA	ADUFS-SE		F
85 - ADERALDO FREITAS	ADUFERPE	F	
86 - ARGUS ALMEIDA	ADUFERPE		F
87 - LÚCIO MELLO	ADUFERPE		F
88 - EXPEDITO BARACHO	ADUFERPE		F
89 - HÉLIO CABRAL DE LIMA	ADUFERPE		F
90 - JOSÉ RICARDO FIGUEIREDO	ADUNICAMP		E
91 - WILMA MARTINS DE MENDONÇA	ADUFPB-JP	F	
92 - RUI OLIVEIRA MACEDO	ADUFPB-JP		F
93 - JOÃO BATISTA DA SILVA	ADUFPB-JP		F
94 - DERVAL GOLZIO	ADUFPB-JP		F
95 - ROMERO ARAÚJO	ADUFPB-JP		F
96 - JOSIMAR VIANA	ADUFPB-JP		F
97 - HÉLIDA VALÉRIO	ADUFPB-JP		F
98 - HUMBERTO C. DE MELO	ADUFPB-JP		F
99 - JOSÉ DE ARAÚJO MADEIRO	ADUFPB-JP		F
100 - IEDO FONTES	ADUFPB-JP	F	
101 - AMUJACI FÁTIMA ALVES DE M. GUEDES	ADUFF		F
102 - CLÁUDIA M. FROTA DE SOUZA	ADUFF		F
103 - HELOISA GOUVEA	ADUFF		F
104 - JACOB BINSZTOK	ADUFF		F
105 - JOSÉ GLAUCO RIBEIRO TOSTES	ADUFF		F
106 - JUAREZ TORRES DUAYER	ADUFF	F	
107 - MIGUEL LUIZ R. FERREIRA	ADUFF		F
108 - REGINA CÉLIA PAULA L. TOLEDO	ADUFF		F
109 - VERA REGINA DA SILVA MASSENA	ADUFF		F
110 - WILMA LÚCIA R. PESSOA	ADUFF		F
111 - SÔNIA MONNERAT BARBOSA	ADUFF		F
112 - ALLAIN WILHAN DE OLIVEIRA	ASPUV		F
113 - EDILTON DE SOUZA BARCELLOS	ASPUV		F
114 - ALOIZIO SOARES FERREIRA	ASPUV		F
115 - RENATO SANT'ANNA FILHO	ASPUV		F
116 - SILVIO RICARDO DA SILVA	ASPUV		F
117 - CLÁUDIO EMELSON G. DUTRA	ADUNIR		F
118 - EMMANUEL ZAGURY TOURINHO	ADUFPA		F

119 - ARMANDO ALVES FILHO	ADUFPA		F
120 - MARLENE BARROS DE ASSIS	ADUFPA		F
121 - ANTÔNIO SEBEN	ADUnB		F
122 - DIRCE MENDES DA FONSECA	ADUnB		F
123 - SADI DAL ROSSO	ADUnB		F
124 - PEDRO MURRIETA	ADUnB		F
125 - RAQUEL NUNES DA CUNHA	ADUnB		F
126 - PAULO CÉSAR M. DA SILVA	ADUnB		F
127 - JOÃO CARLOS TEATINI	ADUnB		F
128 - CARLOS ALBERTO GONÇALVES	ADUnB		F
129 - CÉRES MARIA TORRES	ADUFPEL		F
130 - ELIANE CHAGAS	ADUFPEL		F
131 - WALCIR CORVELLO	ADUFPEL	F	
132 - LUIZ CARLOS RIGO	ADUFPEL		F
133 - LENI HACK	ADFESMAT		E
134 - LUCIANA DE AMORIM NOBREGA	ADUR-RJ		F
135 - ELIANE MENDONÇA DOS SANTOS	ADUR-RJ		F
136 - LUIZ SEIXAS	ADUR-RJ		F
137 - IRLETE BRAGA DA TRINDADE	ADUR-RJ		F
138 - DELSON LIMA FILHO	ADUR-RJ		F
139 - LUÍS MAURO S. MAGALHÃES	ADUR-RJ		F
140 - JOSIAS DE CASTRO GALVÃO	ADUC		F
141 - MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA	APES-JF	F	
142 - ANDRÉ SILVA MARTINS	APES-JF		F
143 - ANA CLÁUDIA PERES RODRIGUES	APES-JF		F
144 - ROSILENE DE OLIVEIRA PEREIRA	APES-JF		F
145 - OSCAVO HOMEM DE CARVALHO CAMPOS	APES-JF		F
146 - JOSÉ ASTOLFO LOPES DE SOUZA	APES-JF		F
147 - ABRAÃO GARCIA GOMES	ADUFG		F
148 - ELISENE BONACH	ADUFG		F
149 - ENOCH JOSÉ DA MATA	ADUFG		F
150 - REGINALDO NASSAR FERREIRA	ADUFG		F
151 - LEANDRO GONÇALVES OLIVEIRA	ADUFG		F
152 - NIVALDO DOS SANTOS	ADUFG		F
153 - MÁRCIO FLORENTINO PEREIRA	ADUFG		F
154 - ANGELA CRISTINA B. MASCARENHAS	ADUFG		F
155 - ALCIR HORÁCIO DA SILVA	ADUFG		F
156 - JOSÉ CARLOS DA SILVA L NUNES	ADCEFET-RJ		F
157 - ADOLFO MORENO VALCORBA	ADCEFET-RJ		F
158 - EURICO ZIMBRES	ASDUERJ		E
159 - MARIA NOEMIA CORTES DOS ANJOS	ADUNEB		E
160 - EDSON PEREIRA CARDOSO	ADUFES		F
161 - ANTÔNIO CARLOS GIL	ADUFES		F
162 - ALEXANDRE JAIRO M. MORAES	ADUFES		F
163 - YARA REGINA C. DA ROCHA	ADUFES		F
164 - ZÉLIA JUDITH LOSS	ADUFES	F	
165 - VANIA MARIA MANFROI	ADUFES		F
166 - CÉLIA TANAJURA MACHADO	ADUSB		E
167 - ELIAS NUNES DOURADO	ADUSB		E
168 - JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS	ADUSB		E
169 - RENAN TEIXEIRA ANDRADE	ADUSB		E
170 - ANTÔNIO CÉSAR FAGUNDES	ADUSP		E
171 - CARLOS EDUARDO M. BALDIJÃO	ADUSP		E
172 - CARMEM S. VIDIGAL MORAES	ADUSP		E
173 - EDNA M. ZUFFI	ADUSP		E
174 - FLÁVIO AGUIAR	ADUSP		E
175 - FRANCISCO NÓBREGA	ADUSP		E
176 - IRACI PALHETA	ADUSP		E
177 - JOSÉ MARCELINO DE REZENDE PINTO	ADUSP	E	
178 - MARCOS NASCIMENTO MAGALHÃES	ADUSP		E
179 - OSVALDO COGGIOLA	ADUSP		E
180 - SANDRA VASCONCELOS	ADUSP		E

181.-. LIGHIA MATSUSHIGUE	ADUSP		E
182 - ZILDA IOKOI	ADUSP		E
183 - LAFAIETE SANTOS NEVES	APUFPR	F	
184 - ITAMAR MAZZA DE FARIAS -	APUFPR		F
185 - TEREZINHA MARIA MAFIALETTI	APUFPR	F	
186 - RICARDO DEBASTIANI VIANA	APUFPR		F
187 - MARIA APARECIDA ZANETTI	APUFPR		F
188 - SAVIO MARCELO LEITE M. SILVA	APUFPR		F
189 - ELI NUNES MARQUES	APUFPR		F
190 - LANA M. PIRES	APUFPR		F
191 - ANTÔNIO CARLOS GONDIM A. E SILVA	APUFPR	F	
192 - MARIA SUELY S. LEONART	APUFPR		F
193 - MARIA LOURDES GISI	APUFPR		F
194 - TADEU COTTA	ASPESAL		F
195 - EMANUEL WOISKI	ADUNESP		E
196 - SUELI GUADELUPE DE L. MENDONÇA	ADUNESP	E	
197 - OSVALDO GRADELLA JÚNIOR	ADUNESP		E
198 - VERA LUCIA SIMÕES	ADUNESP		E
199 - ELIANE FREITAS	ADCAC		F
200 - LAURIBERTO BELÉM	ADUNIMEP		P
201 - MARCO ANTÔNIO S. FARIA	ADUNIMEP		P
202 - JOSÉ CARLOS SILVA	ADUNIMEP		P
203 - HEITOR GAUDENCI JÚNIOR	ADUNIMEP		P
204 - ANA MARIA BORGES	APUFSC		F
205 - MAGALY MENDONÇA	APUFSC		F
206 - MILTON DIVINO MUNIZ	APUFSC		F
207 - ANTÔNIO CARLOS M. ROSA	APUFSC		F
208 - WALDIR JOSÉ RAMPINELLI	APUFSC		F
209 - OSNI JACO DA SILVA	APUFSC		F
210 - BERNADETE W. AUED	APUFSC		F
211 - MARIA ESMÊNIA R. GONÇALVES	APUFSC		F
212 - VERA MARIA RIBEIRO NOGUEIRA	APUFSC		F
213 - BELMIRA MAGALHÃES	ADUFAL		F
214 - LUIZ HENRIQUE DE O. CAVALCANTE	ADUFAL		F
215 - TÂNIA NOBRE DE MEDEIROS	ADUFAL		F
216.-. JANE LIRA DA F. E SILVA	ADUFAL	F	
217.-. MARIA APARECIDA B. DE OLIVEIRA	ADUFAL		F
218.-. JOÃO ANTÔNIO B. LUCIDIO	ADUFMAT		F
219.-. GERSON RODRIGUES DA SILVA	ADUFMAT	F	
220.- JORGE PROFETA	ADUFMAT		F
221 - PIO SENA	ADUFMAT		F
222 - JOAQUIM W. MARTINS	ADUFMAT		F
223.-.CARLOS GENTILUOMO	ADUFMAT		F
224 - ELIANE G. SALLES	ADUFMAT		F
225 - WILSON FERNANDES DE OLIVEIRA	ADUFMAT		F
226 - RICARDO FERREIRA PINHEIRO	ADURN		F
227.- ALMIR SERRA MARTINS	ADURN		F
228.-. IBIRACI MARIA F. ROCHA	ADURN	F	
229.-. PAULO ROBERTO M. DE AZEVEDO	ADURN		F
230 - LINCOLN MORAES DE SOUZA	ADURN		F
231.-. MARIA DE FÁTIMA MEDEIROS DE LIMA	ADURN		F
232.-. MIGUEL SZILAGYI GERGAR	ADURN		F
233.-. MANOEL CLAUDEMIR S. CALDAS	ADURN		F
234.-. NEYDE TOMAZIN	ADURN		F
235.-. ANTÔNIO DOS SANTOS VALENTE	ADUFMS		F
236.-. SÔNIA MARIA JIN	ADUFMS		F
237.-. RUTHENIO FERNANDES	ADUFMS		F
238.-. WILSON FERREIRA MELO	ADUFMS	F	
239.-. MARLENE ALVES	ADUEPB		E
240.-. ANTÔNIO RANGEL JÚNIOR	ADUEPB		E
241.-. JOSÉ CRISTOVÃO DE ANDRADE	ADUEPB	E	
242.-. FRANCISCO ALVES BATISTA	ADUEPB		E

243.-. LUCIA JORDÃO	ADUEPB		E
244.-. JOÃO DAMASCENO	ADUEPB	E	
245. CARLOS ALBERTO OLIVIERI	ADUFSCAR		F
246.-. PAULO IGNÁCIO ALMEIDA	ADUFSCAR		F
247.-. ALICE HELENA PIERSON	ADUFSCAR		F
248.-. VALTER ROBERTO SILVERIO	ADUFSCAR		F
249.-. GIL VICENTE R. DE FIGUEIREDO	ADUFSCAR	F	
250.-. RUBENS BARBOSA DE CAMARGO	ADUFSCAR		F
251.-. MARCOS A.S.VIEIRA	ADUFSCAR		F
252.-. IVANA VERSIANI	APUBH		F
253.-. CIOMARA MARIA P. NUNES	APUBH		F
254.-. JÚLIO MARIA DE PAULO	APUBH		F
255.-. DIRLENE MARQUES	APUBH		F
256.-. ELIAS ANTÔNIO JORGE	APUBH		F
257. -. JOÃO MAURÍCIO L. F. MOTA	APUBH		F
258.-. KATIA MARIA GOMES MONÇÃO	APUBH	F	
259.-. LUIZ HUMBERTO PINHEIRO	APUBH		F
260.- MARCO AURÉLIO RODRIGUES	APUBH		F
261 - VERA LUCIA FERNANDES	APUBH	F	
262.-. JOSÉ HENRIQUE MAIA FILHO	APUBH		F
263.-. JOSÉ MAURO BARBOSA	ADUFPI		F
264.-. MANOEL ANTÔNIO N. MEIRELES	ADUFPI		F
265.-. DANIEL DE OLIVEIRA FRANCO	ADUFPI		F
266.-. SOCORRO LIRA	ADUFPI		F
267.-. LUIZ CARLOS CRUZ	ADUFPI		F
268.-. CRISTIANO MATIAS NETO	ADUFPI		F
269.-. DALTON MELO MACAMBIRA	ADUFPI		F
270.-. JOÃO BERCHMANS CARVALHO	ADUFPI	F	
271.-. MÁRIO ÂNGELO	ADUFPI		F
272.-. HENRIQUE INNECCO LONGO	ADUFRJ		F
273.-. ELMO AMADOR	ADUFRJ		F
274.-. ROBERTO HOUAISS	ADUFRJ		F
275.-. RUTH MACHADO BARBOSA	ADUFRJ		F
276.-. VENUSIA CARDOSO NEIVA	ADUFRJ		F
277.-. JOSÉ HELDER LOPES	ADUFRJ		F
278.-. JOSÉ MIGUEL SALDANHA	ADUFRJ	F	
279.-. LAUDICEIA SOUZA PINTO	ADUFRJ	F	
280.-. FRANCISCO UCHOA AMORIM	ADUFPB-PATOS		F
281.-. ALTEMAR MUNIZ	VPR-NE I		
282 - DAGOBERTO CORREA	ADFMM		E
283.-. ELIONE BENJO	ADUFAC		F
284.-. MANOEL CALAÇA	ADUFAC		F
285.-.JOSE DE ANCHIETA FERREIRA LOPES	ADUFPB-CG		F
286.-. GUILHERME PEREIRA	ADUNIMONTES		E
287.-. MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA	ADESA-GO		E
288.-. GILVAN CAETANO RIBEIRO	ADESA-GO		E
289 - MARIA NEUZA MEDEIROS	ADFURN	E	
290 - FRANCISCA OTILIA MOTA	ADFURN	E	
291 - MANOEL PEREIRA BRAZ	ADFURN		E

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES PRESENTES

NOME	AD	SETOR
01 - WELLINGTON ARAGÃO	APUB	F
02 - ELDA TRAMM	APUB	F
03 - JONICAEOL OLIVEIRA	APUB	F
04 - ROBÉRIO RIBEIRO	APUB	F
05 - LUCIA MACHADO	APUB	F
06 - WILMA COVA	APUB	F
07 - NEUZA RAMOS	APUB	F
08 - SÔNIA TOLFO	SEDUFISM	F
09 - SYLVIO JOSÉ SANTOS	ADUFEPE	F
10 - ELIZABETE DE SOUZA OTERO	ADUFRGS	F
11 - DAILTON LACERDA	ADUFPB-JP	F
12 - HELENA UEMA	ADUFPB-JP	F
13 - MARCOS BATISTA	ADUFPB-JP	F
14 - LAERTE SILVA	ADUFPB-JP	F
15 - SEVERINO SILVA	ADUFPB-JP	F
16 - SÔNIA FARIAS	ADUFPB-JP	F
17 - TEREZINHA CUNHA	ADUFPB-JP	F
18 - LUIZ LIMA JÚNIOR	ADUFPB-JP	F
19 - JORGE CORDEIRO	ADUFPB-JP	F
20 - ANTÔNIO GOMES	ADUFPB-JP	F
21 - CARLOS DOMINGOS DA SILVA	ADUFF	F
22 - ELZA DELY MACEDO	ADUFF	F
23 - JOÃO BATISTA SALES D'OLIVAL	ADUFF	F
24 - LUIZ ROBERTO COUTO DA SILVA	ADUFF	F
25 - SIRENA SOARES DE AZEVEDO	ADUFF	F
26 - RENATO HILÁRIO DOS REIS	ADUnB	F
27 - DENISE DE SOUZA FLEITH	ADUnB	F
28 - ANTÔNIO VILLAR M. DE SÁ	ADUnB	F
29 - LAURA REGINA M. DA F. L. DUARTE	ADUnB	F
30 - OSMAR RIEHL	ADUnB	F
31 - ANTÔNIO CARLOS PEDROZA	ADUnB	F
32 - CÉLIA REGINA OTRANTO	ADUR-RJ	F
33 - ANTÔNIO CONSTANTINO DE CAMPOS	ADUR-RJ	F
34 - MARIA NAZARÉ STEVAUX	ADUFG	F
35 - ROBERTO ABREU	ASDUERJ	E
36 - ANIBAL MOURA	ASDUERJ	E
37.-DIMAS SANTOS	ADUSB	E
38.-. LUCAS PEREIRA	ADUSB	E
39.-. WALLACE CUNHA	ADUSB	E
40.-. JUÇARA GOMES DE MOURA	ADCAC	F
41.-. JOÃO CARLOS MASSAROLO	ADUFSCAR	F
42.-. PAULO ROBERTO SANTOS	ADUFPI	F
43.-.HENRIQUE RADOMANSKI	VPR-SUL	
44.-. MARIA IVONETE S. BETARELLI	ADFESMAT	E
45.-. SUELY CRISTINA DE SIQUEIRA	ADFESMAT	E
46.-. OLENDINA DE CARVALHO CAVALCANTE	SESDUFF-RR	F
47 - OTAVIANO HELENE	ADUSP	E
48 - CLÁUDIO TONEGUTTI	APUFPR	F
49 - PAULO DE JESUS SANTOS	ADFCAP	F

CONVIDADA

1. CECÍLIA MARIA BRITO

VPR-NORTE

DIRETORES DAS SECRETARIAS REGIONAIS ANDES-SN

1. MARIA LUIZA DOMINGUES

VPR-SUL

2. REGINA MARIA IGNARRA

VPR-SUL

PLENÁRIA DE ABERTURA

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA

Às dez horas e trinta do dia quatorze de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e cinco deu-se início à Plenária de Abertura do XIV Congresso da ANDES-SN. A mesa foi constituída por Luiz Henrique Schuch (Presidente), Edmundo Fernandes Dias (Secretário Geral), Agamenon Tavares de Almeida (Tesoureiro), Antônio Sebben (Presidente da ADUnB), Perpétua do Socorro de Mello (1ª Vice-Regional Planalto) e mais os companheiros Márcio Antônio de Oliveira (DNTE-CUT), Júlio César da Silva (CNTE), Antônio Ibañez Ruiz (representante do Governador do DF), Newton Lima Neto (presidente da ANDIFES), Ivan Valente (Deputado Federal do PT, representando o Prof. Florestan Fernandes), Maria José Rossi (Pró-Reitora da UnB, representando o Reitor Todorov) e o companheiro Henio Trindade Barreto (representando o Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro) . Várias entidades estiveram também presentes Entidades: Associação Nacional de Pós-Graduação (José Medeiros), FENASPS (Carlos Augusto Ferreira de Sá); Conselho Federal de Psicologia (Rosemary); SINDIFISCO e UNAFISCO (Nelson Pessuto e Edson Araújo); SINASEFE (Rita Gil e Rinaldo de Almeida); FASUBRA (Afonso de Souza e Cristiano). Também se fizeram presentes os parlamentares: Deputada Maria Laura (PT-DF); Inácio Arruda (PC do B-CE) e os Secretários do DF (Antônio Carlos Andrade - Secretário de Administração; Paulo Bica - Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação; Néio Campos; João Luiz de Carvalho - Secretário de Agricultura; Maria José Ribeiro - Assessora do Secretário de Educação e Ex-Presidente da ANDES; Messias de Souza - Secretário de Desenvolvimento Social. O Presidente abriu a Plenária e passou a palavra ao Prof. Newton Lima Neto. Depois usou a palavra o Prof. Ibañez e, sucessivamente, a Profª Maria José, o companheiro Márcio e o representante dos petroleiros. Dada a existência do Ato Público do dia quinze, todas as demais entidades declinaram de usar a palavra. O companheiro Schuch fez então o discurso inaugural do XIV Congresso e, ao final declarou-o aberto. Convidou então toda a mesa para que se passasse ao Plenário para ouvir a palestra do Deputado Ivan Valente. A seção passou então a ser presidida pelo Secretário Geral que passou a palavra ao referido Deputado. Às doze horas e trinta minutos, na impossibilidade de um debate que pudesse aprofundar o conteúdo da palestra, eu, Edmundo Fernandes Dias, encerrei a sessão convidando, todos os delegados para os trabalhos de tarde e lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente da ANDES-SN.

Luiz Henrique Schuch
Presidente

Edmundo Fernandes Dias
Secretário Geral

PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Às quatorze horas e cinquenta e sete minutos do dia quatorze de fevereiro de um mil novecentos e noventa e cinco, no auditório do Centro de Convenções de Brasília, foram abertos os trabalhos da Plenária de Instalação do XIV Congresso da ANDES-SN. A mesa foi composta pelos professores: Luiz Henrique Schuch Presidente, Edmundo Fernandes Dias - Vice-Presidente, Agamenon Tavares de Almeida 1º Secretário e Francisco José de Arruda Filho - 2º Secretário. Na abertura, o Presidente anunciou que, até aquele momento, o XIV Congresso contava com duzentos e setenta e nove delegados e quarenta e nove observadores inscritos e que naquele momento estavam presentes cento e quarenta e oito delegados. Em seguida, foi colocada para apreciação e deliberação da Plenária a seguinte pauta (ordem do dia): 1- Regimento; 2 - Cronograma; 3 - Problemas de credenciamento. Logo após a aprovação da pauta, passou a palavra ao Prof. Edmundo para a leitura de retificação do Regimento. Ele imediatamente procedeu à leitura e às alterações e inclusão propostas nos seguintes itens: Postos em votação, os resultados foram aprovados por ampla maioria e apenas uma abstenção no Art. 21, Parágrafo Único, de "desde que" até "XIV Congresso", e substituir por "no máximo uma hora"; Art. 37 - substituir " trinta dias" por "quinze dias" - aprovado por unanimidade; Inclusão de novo Artigo: Art. 37 - O credenciamento de delegados e observadores será efetuado nos seguintes horários: dia treze de fevereiro, das nove às doze horas e das quatorze às dezoito horas; dia quatorze de fevereiro, das nove às doze horas e das quatorze às dezoito horas - aprovado por ampla maioria e com apenas uma abstenção. Após a votação, o Prof. Edmundo explicitou que o artigo 38 passaria a ser 39 e este passaria para ser 40, respectivamente. Após estas alterações, o Regimento foi aprovado por unanimidade pela Plenária. O mesmo resultado obteve a proposta de alteração da plenária dos Tema II e III, das dezoito horas para as dezenove horas do dia dezessete do corrente. Em seguida, foram colocadas em votação as aprovações do Regimento e Cronograma respectivamente como um todo, explicitando que, com as alterações aprovadas, as moções deveriam ser enviadas formalmente à secretaria até às dezoito horas do dia dezessete, conforme artigo 35, do Regimento, o que foi aprovado por unanimidade. Quanto ao credenciamento, a Secretaria informou que até aquele momento não havia problema. A seguir, foram apresentados e apreciados os problemas de credenciamento, ADUFAL - a tesouraria informou que havia sido constatada discrepância entre o valor efetivamente repassado pela AD Seção Sindical e o valor real do delegado, e que se realizasse, após o levantamento da situação, um acordo de parcelamento do débito, o que foi aprovado por ampla maioria. Logo após, foi lida a solicitação de acordo de parcelamento de débito da ADUNIMONTES referente aos repasses de outubro a dezembro de um mil novecentos e noventa e quatro, a ser pago em três parcelas. A solicitação foi aprovada por ampla maioria. Foi reiterado que os acordos se pautariam pelos critérios já aprovados por instâncias da entidade, ou seja, reajustadas os débitos pelo ICV-DIEESE, "pro-rata" dia. Em seguida, o Prof. Agamenon informou que, conforme deliberação do XXIX CONAD - Niterói, a diretoria da ANDES-SN, através da Tesouraria e Vice-Presidências Regionais, entrou em contato com as ADs SSind.: ADESA-GO, ADUFPB-CG e ADFURRN apresentando a proposta à diretoria de ressarcimento do débito relativo à não-correção quando do parcelamento do mesmo, e que a Plenária de Instalação do XIV CONGRESSO deliberaria, conforme decisão do XXIX CONAD. Posto isto, foi concedida palavra aos representantes das ADs SSind. citadas, que propuseram a anistia do débito. Após o debate, foram apresentadas duas propostas: A) Negociar o débito conforme proposta da Diretoria e, de acordo com os critérios definidos pelo movimento em suas instâncias; B) Anistia da dívida. Colocada em votação caso a caso, foi aprovada por ampla maioria e algumas obtenções a proposta A, os delegados foram credenciados, e a forma de parcelamento será negociada posteriormente pelas ADs e a Diretoria. Ainda no tocante à Tesouraria, o professor Agamenon informou que as seguintes ADs solicitaram dispensa de participação no rateio através de ofício: ADUNEB-SSIND, ADUNIMONTES-SSIND, ADESA-GO-SSIND; ADUNITINS SSIND e ADFMM-SSIND. Logo após a leitura dos ofícios, foi concedida palavra aos representantes das Seções Sindicais citadas. Naquele momento, o delegado da ADUC solicitou ao plenário a dispensa do rateio e o ressarcimento das despesas com passagens, devido às dificuldades financeiras apresentadas. Posta em votação, foi aprovada, por ampla maioria e algumas abstenções, a dispensa da participação no rateio das ADs SSind. mencionadas. No que se refere ao ressarcimento solicitado pela ADUC, foi rejeitado por ampla maioria e várias abstenções. Em seguida foi aberto uma seção de informes a seguir: com o seguinte teor: Audiência ANDES-SN/MEC: relatada pelo Prof. Fernando Molinos Pires que iniciou a fala sobre os pontos discutidos e natureza da Audiência; Ato Público: relato feito pelo Prof. Raffaele Novelino suas características, entidades presentes, recursos utilizados, presença de parlamentares, ocasião em que será entregue a Carta aos Parlamentares do Brasil. Às dezoito horas e quarenta minutos nada mais havendo a tratar o Presidente declarou encerrada a sessão. E eu, Francisco José Arruda Filho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Presidente da ANDES-SN. Brasília quatorze de fevereiro de um mil novecentos e noventa e cinco.

Luiz Henrique Schuch
Presidente

Francisco José de Arruda Filho
2º Secretário

ANEXOS À ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Anexo 1 - Regimento
Anexo 2 - Cronograma

Anexo 1

REGIMENTO DO XIV CONGRESSO DA ANDES-SN

Capítulo I - Do Congresso

Art. 1º - O XIV Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes Sindicato Nacional, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto, reúne-se de 14 a 18 de fevereiro de 1995, na cidade de Brasília, Distrito Federal, organizado pela Associação dos Docentes da Universidade de Brasília-ADUnB, e pela ANDES-Sindicato Nacional.

Art. 2º - O XIV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada no seu início, de acordo com o disposto no Art. 19 e seus parágrafos do Estatuto da Andes Sindicato Nacional.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do XIV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional:

- I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no Art. 5º;
- II - excluir associados, em consonância com o Art. 11 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional;
- III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do XXIX CONAD ou da Diretoria, e que constem da PAUTA do XIV Congresso;
- IV - estabelecer a contribuição financeira dos associados da Andes Sindicato Nacional;
- V - alterar, no todo ou em parte, o Estatuto da Andes Sindicato Nacional;
- VI - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pelo CONAD ou pela Diretoria;
- VII - referendar a constituição de ADs Seções Sindicais, ou revogar sua homologação, observado o disposto no Art. 45 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional;
- VIII - decidir sobre a filiação da Andes Sindicato Nacional a organizações nacionais ou internacionais, conforme o disposto no Art. 65 do Estatuto da Andes Sindicato Nacional, e
- IX - referendar as alterações verificadas nos Regimentos das Seções Sindicais, observado o disposto no Art. 46.

Capítulo III - Dos Participantes

Art. 4º - São participantes do XIV Congresso da Andes Sindicato Nacional:

I - os delegados, devidamente credenciados:

- a) das diretorias das ADs SEÇÕES SINDICAIS (Art. 16, inciso I, do Estatuto);
- b) de base, das ADs SEÇÕES SINDICAIS (Art. 16, inciso II, do Estatuto); e
- c) representantes dos sindicalizados via Vice Presidência Regional (Art. 16, inciso III).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do XIV Congresso.

III - os demais associados da Andes Sindicato Nacional devidamente credenciados pela sua respectiva AD Seções Sindicais ou Vice Presidência Regional, como observadores. Estes deverão ter seu nome indicado na ata da Assembléia que constituiu a delegação ao Congresso.

IV - os convidados pelas Comissões, Organizadora e Comissão Diretora. Os sindicalizados da ANDES-SN não poderão participar do Congresso como convidados, salvo na condição pesquisadores, participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

Parágrafo Único - O delegado, devidamente credenciado, só poderá ser substituído, uma única vez, durante a realização do XIV Congresso se:

- a) comprovar a necessidade de ausentar-se definitivamente do XIV Congresso, junto a Comissão Diretora, e
- b) o suplente, indicado da mesma forma que este, estiver presente no XIV Congresso e credenciado como observador.

Art. 5º - O Presidente da ANDES-Sindicato Nacional preside o XIV Congresso, tendo direito a voz e voto em seus órgãos (Art. 16, parágrafo único e inciso IV).

Parágrafo Único - Os demais membros da Diretoria da Andes Sindicato Nacional participam do XIV Congresso com direito a voz, sem direito a voto.

Capítulo IV - Do Funcionamento Seção I - Dos órgãos

Art. 6º - São órgãos do XIV Congresso:

I - As Comissões:

- a) Organizadora, e
- b) Diretora.

II - Os Grupos Mistos

III - As Plenárias

Parágrafo 1º - As Comissões, Organizadora e Diretora, são criadas a partir da convocação do XIV Congresso.

Parágrafo 2º - Os demais órgãos tem existência restrita ao período de realização do XIV Congresso.

Parágrafo 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada Órgão do XIV Congresso é de metade mais um dos membros desse Órgão com direito a voto.

Parágrafo 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para um terço dos seus membros com direito a voto, sendo que as deliberações só poderão ocorrer após verificado o quorum previsto no parágrafo 3º deste Artigo.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 7º - A Comissão Organizadora do XIV Congresso é constituída por representantes da ADUnB, sede do XIV Congresso, e por dois (02) Diretores da ANDES-Sindicato Nacional.

Art. 8º - Compete à Comissão Organizadora:

- I - preparar toda a infra-estrutura necessária à realização do XIV Congresso;
- II - organizar e instalar a Plenária de Abertura do XIV Congresso;
- III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do XIV Congresso, organizando o rateio financeiro entre as ADs SEÇÕES SINDICAIS, submetendo-as à apreciação e aprovação da Comissão Diretora do XIV Congresso;
- IV - realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos participantes do XIV Congresso, e
- V - indicar entre seus componentes, três (03) membros para compor a Comissão Diretora do XIV Congresso.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 9º - A Comissão Diretora do XIV Congresso é composta pelos membros da Diretora da Andes Sindicato Nacional e por três (03) representantes da Comissão Organizadora.

Art. 10 - Compete à Comissão Diretora:

- I - responsabilizar-se pelo Credenciamento dos participantes do XIV Congresso;
- II - decidir sobre a substituição de delegados de acordo com o disposto no parágrafo único, alíneas "a" e "b" do Art. 4º deste Regimento.
- III - fiscalizar, deliberar e aprovar as contas do XIV Congresso;
- IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do XIV Congresso;
- V - organizar a composição dos Grupos Mistos do XIV Congresso em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo Único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos Sub Seção I - Da Composição

Art. 11 - Os Grupos Mistos, no XIV Congresso, são compostos por:

- I - delegados de ADs SEÇÕES SINDICAIS e de delegados de sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz e voto;
- II - observadores de ADs SEÇÕES SINDICAIS e de sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;
- III - membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz, e
- IV - diretores da ANDES-Sindicato Nacional com direito a voz, e
- V - convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Art. 12 - Cada Grupo Misto é composto de, no máximo, vinte e cinco (25) delegados de ADs SEÇÕES SINDICAIS e de sindicalizados via Vice Presidência Regional e de, no máximo, igual número de observadores de ADs SEÇÕES SINDICAIS, sindicalizados via Vice Presidência Regional e convidados.

Parágrafo Único - Só poderá haver mais de um (01) delegado de ADs SEÇÕES SINDICAIS ou representativo de sindicalizados via Vice Presidências Regionais caso o número de delegados destes seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma disposição aplica-se no caso de observadores.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 13 - Os trabalhos de cada Grupo são conduzidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Coordenador, um (01) Relator e um (01) Secretário, eleitos entre seus pares, pelos delegados membros dos grupos.

Parágrafo único - A qualquer momento os integrantes do Grupo Misto podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 14 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do XIV Congresso, desde que observado o quorum de 50% mais um (1) dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 1º - Passados quinze (15) minutos do horário previsto para o início das reuniões do Grupo, o quorum mínimo será de 30% dos Delegados participantes do Grupo.

Parágrafo 2º - Passados trinta (30) minutos do horário previsto para início das reuniões do Grupo dar-se-á início aos trabalhos com qualquer número de Delegados presentes.

Parágrafo 3º - As deliberações somente serão tomadas com a presença da maioria absoluta dos Delegados.

Art. 15 - Compete ao Coordenador dirigir os trabalhos do Grupo Misto, orientando as discussões e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 16 - Compete ao Relator elaborar o relatório dos trabalhos do Grupo Misto fazendo constar do mesmo o número de votos de cada proposta submetida a deliberação, de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora.

Art. 17 - Compete ao Secretário auxiliar ao Coordenador e ao Relator em suas atividades, substituindo-os em suas ausências ou impedimentos.

Art. 18 - Os Relatores dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de três (03) horas após o encerramento da reunião para entregar aos membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação dos Relatórios, o Relatório consolidado de seu Grupo.

Parágrafo 1º - Excetua-se do prazo estabelecido no caput desse Art., os Relatórios de Grupos Mistos cuja as reuniões terminarem até as 19 horas. Para estes casos o prazo limite é até às 12 horas do dia seguinte.

Parágrafo 2º - A não observação no disposto no caput deste Art. e no parágrafo anterior, implicará na exclusão das deliberações aprovadas pelo Grupo, do Relatório consolidado a ser apresentado à respectiva Plenária.

Art. 19 - A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos dar-se-á conjuntamente entre os membros da Comissão Diretora responsáveis pela consolidação e os relatores dos diversos Grupos Mistos.

Parágrafo 1º - Da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos lavrar-se-á Ata.

Parágrafo 2º - A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Parágrafo 3º - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas Plenárias não serão consideradas as propostas de acréscimo/alteração que impliquem em redação pela comissão relatora. O disposto neste parágrafo aplica-se às propostas das Plenárias dos diversos Temas do XIV Congresso.

Art. 20 - Do relatório consolidado dos Grupos Mistos constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas, e

II - as propostas rejeitadas que obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados presentes no Grupo.

Art. 21 - As reuniões de trabalho dos Grupos Mistos terão a duração de três (03) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado, por no máximo uma hora.

Seção III - Das Plenárias Sub Seção I - Da Composição

Art. 22 - As Plenárias são compostas por:

I - Delegados das ADs SEÇÕES SINDICAIS e de delegados representativos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciado, com direito a voz e voto;

II - Observadores das ADS SEÇÕES SINDICAIS e representativos dos sindicalizados via Vice Presidência Regional, devidamente credenciados, com direito a voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora, com direito a voz;

IV - Convidados, a critério da Comissão Diretora, com direito a voz.

Sub Seção II - Do Funcionamento

Art. 23 - Os trabalhos das Plenárias do XIV Congresso serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por um (01) Presidente, um (01) Vice Presidente, um (1) 1º Secretário e um (01) 2º Secretário.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias.

Parágrafo 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes a Comissão Diretora do XIV Congresso serem eleitos pelos delegados presentes à Plenária.

Parágrafo 3º - As deliberações observam a maioria simples dos delegados presentes a cada sessão (Art. 28).

Art. 24 - Compete ao Presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar, junto com o 1º Secretário, a Ordem do Dia das Plenárias, e

II - dirigir as Plenárias, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 25 - Compete ao Vice Presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o Presidente em suas atividades;

II - substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 26 - Compete ao 1º Secretário:

I - preparar, junto com o Presidente, a Ordem do Dia das Plenárias;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

Art. 27 - Compete ao 2º Secretário:

- I - auxiliar o 1º Secretário em suas atividades;
- II - elaborar a ATA da sessão Plenária.

Art. 28 - A duração de cada sessão Plenária será de quatro (04) horas, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo 1º - Por deliberação da Plenária, o prazo estipulado no caput deste Art. poderá ser prorrogado por mais uma (01) hora.

Parágrafo 2º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no Caput e Parágrafo 1 deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela Plenária.

Art. 29 - A verificação do quorum no início nas Plenárias do XIV Congresso será feita através de lista de presença onde constará o nome do Delegado, o nome da ADs Seções Sindicais, assinatura do delegado e o horário da assinatura e da contagem dos presentes através do cartão de voto.

Parágrafo único - A verificação de quorum em qualquer momento do andamento da Plenária será feito pela contagem dos delegados através do cartão de voto.

Capítulo V - Das Discussões e Votações

Art. 30 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões a palavra somente será concedida para discutí-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 31 - Para a discussão de cada matéria será estabelecido um prazo de tempo, compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração do Grupo ou Plenária.

Parágrafo Único - O número de inscrições observará estritamente o prazo definido no caput deste Artigo.

Art. 32 - As discussões e votações tem o seguinte procedimento:

- I - fase de discussão, com tempo de três (03) minutos improrrogáveis para cada orador;
- II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta com tempo de três (03) minutos, improrrogáveis, para cada orador em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento, por parte do Plenário, dos oradores.
- III - fase de votação através do levantamento do cartão de voto pelos delegados em acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora.

Parágrafo Único - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

Art. 33 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo 1º - Na fase de encaminhamento das votações só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

Parágrafo 2º - Na fase de votação não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 34 - As deliberações são adotadas por maioria simples dos delegados presentes em cada sessão, ressalvado o disposto no parágrafo único do Art. 21 do Estatuto da ANDES-Sindicato Nacional.

Capítulo VI - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 35 - As propostas de Moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do XIV Congresso até às dezoito (18) horas do dia 17 de fevereiro de 1995, endereçada à Comissão Diretora, sendo especificado os responsáveis e os destinatários com endereço completo.

Parágrafo 1º - A Comissão Diretora divulgará aos participantes do XIV Congresso, as propostas de moções até às dez (10) horas do dia 18 de fevereiro de 1995.

Parágrafo 2º - A critério do Plenário, podem ser acrescentadas outras moções cuja a natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Parágrafo 3º - A não observação do especificado no caput deste Artigo implicará na exclusão da proposta de moção do Relatório a ser apreciado na Plenária de Encerramento do XIV Congresso.

Art. 36 - As contagens de votos nas Plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 37 - A Diretoria tem um prazo máximo de 15 dias úteis para divulgar o Relatório Final do XIV Congresso.

Art. 38 - O credenciamento de delegados e observadores será efetuado nos seguintes horários: dia 13/02 das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas; dia 14/02 das 09:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas.

Art. 39 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

Art. 40 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do XIV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 1995

ANEXO 2

CRONOGRAMA E PAUTA

13/02 - Segunda-feira

09:00 horas - Credenciamento

14:00 horas - Credenciamento

18:00 horas - Seminário

14/02 - Terça-feira

09:00 horas - Plenária de Abertura - Palestra com Dep. Valter Valente

14:00 horas - Plenária de Instalação

- Setores

18:00 horas - Setores - Fim do credenciamento

15/02 - Quarta-feira

09:00 horas - Plenária Inicial

14:00 horas - Ato Público

18:00 horas - Confraternização

16/02 - Quinta-feira

09:00 horas - Grupos Mistos Tema II

14:00 horas - Grupos Mistos Tema II

18:00 horas - Plenária Tema I

17/02 - Sexta-feira

09:00 horas - Grupos Mistos Tema IV

14:00 horas - Plenária Tema II

18:00 horas - Plenária Tema III

18/02 - Sábado

09:00 horas - Plenária Tema IV

- Plenária Final e Encerramento

TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

TEMA II - O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

TEMA III - O EMBATE DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

PLENÁRIA INICIAL

ATA DA PLENÁRIA INICIAL

Aos quinze dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e cinco, às dez horas e dez minutos, no Auditório Planalto do Centro de Convenções de Brasília, e após verificação do quórum regimental, foi instalada a Plenária Inicial do XIV Congresso da ANDES-SN, tendo à Mesa os professores: Luiz Henrique Schuch - Presidente; Anamaria Beck - Vice-Presidente; Antônio Ponciano Bezerra 1º Secretário; e Raffaele Novelino, 2º Secretário. O Presidente propôs o seguinte encaminhamento para os trabalhos desta plenária: apresentação dos assuntos que contemplavam as contribuições da diretoria da ANDES-SN e das ADs Seções Sindicais para os Temas I, II e III deste Congresso e os encaminhamentos provenientes das reuniões dos Setores das IFES, IEES e IPES. havendo consenso quanto ao encaminhamento proposto, o prof. Edmundo Dias apresentou o texto da diretoria referente ao Tema I - Movimento Docente e Conjuntura - seguido da contribuição da ASDUERJ, apresentada pelo seu presidente. Na seqüência e ainda sobre o Tema I, a prof. Cristina Moares relatou os encaminhamentos das IFES, enquanto os professores Zilda e Júnior relataram os das IEES e o prof. Sérgio Guerra apresentou as propostas das IPES. Com relação ao Tema II - O Estado, as Políticas Públicas e a Construção da Cidadania - a apresentação da contribuição da diretoria coube ao prof. Tomás Boaventura, após que a prof. Bernadete discorreu sobre o Contrato Coletivo de Trabalho, texto da APUFSC Seção Sindical, seguida do relato do prof. Círio sobre a proposta da ADUFRGS para o Jornal da ANDES-SN. O Tema III - O Embate de Projetos na Educação Brasileira - foi apresentado pelo prof. Evandro ao expor a contribuição da Diretoria, seguido pelo delegado da ADUR-RJ que propôs a discussão sobre a finalidade dos Institutos Superiores de Formação de Educadores, após o que o delegado da ADURN Seção Sindical discorreu sobre o projeto MEC/GERES e a atual reforma das IFES e, também sobre neoliberalismo e avaliação da universidade. Após essa apresentação geral houve várias manifestações dos presentes sobre os assuntos propostos cujos encaminhamentos serão discutidos durante a Plenária do Tema I. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a Plenária, da qual eu, Raffaele Amazonas Novellino, lavrei a presente ata.

Luiz Henrique Schuch
Presidente

Raffaele Amazonas Novellino
2º Secretário

**PLENÁRIA DO TEMA I
MOVIMENTO DOCENTE E
CONJUNTURA**

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e noventa e cinco, no Centro de Convenções Ulisses Guimarães de Brasília, instalou-se a Plenária do Tema I - Movimento Docente e Conjuntura, do XIV Congresso da ANDES-SN. Às dezoito horas, foi constituída a Mesa Coordenadora: Edmundo Fernandes Dias - Presidente, João Carlos Cousin - Vice-Presidente, Evandro Passos - Primeiro Secretário e Margarida Carvalho de Santana - Segunda Secretária. O presidente da mesa encaminhou a primeira verificação de quórum e constatou a presença de onze delegados. Às dezoito e trinta horas, ocorreu a segunda verificação de quórum e estavam presentes setenta e dois delegados. Às dezenove horas, com quórum previsto no Regimento do Congresso, o presidente deu início aos trabalhos. Convocou o professor Paulo Santos, da ADFCAP, a prestar esclarecimentos ao Plenário sobre a solicitação de credenciamento que havia sido apresentado à Mesa. Após os esclarecimentos, a proposta foi apresentada subdividida - credenciamento e rateio - para ser submetida à votação. O que foi aprovado por ampla maioria. Foi comunicado ao Plenário, a substituição do Prof. Lafaiete pelo Prof. Cláudio Tonegutti como delegado da APUFPR Seção Sindical. A Plenária Inicial havia remetido para esta Plenária uma relação de inscritos que fariam a avaliação da conjuntura. O presidente informou que, considerando o grande número de inscritos, inclusive as inscrições preventivas, estava retirando os nomes dos diretores e propôs que se garantisse as inscrições, porém não das preventivas, considerando-as não garantidas. Diante da proposta do prof. José Miguel de se cancelar todas as inscrições, a mesa retirou sua proposta. Esta, no entanto, foi recolocada pela prof.^a. Helena Uema, ADUFPB-JP. Colocadas em votação, a proposta de cancelar as inscrições da Plenária Inicial foi vencedora por ampla maioria com algumas abstenções. Após orientação sobre a metodologia dos trabalhos - leitura com destaques pontuais em cada parágrafo - Prof. Dalton - ADUFPI, solicitou esclarecimento se o que não fosse destaque no texto seria considerado automaticamente aprovado. O que o presidente afirmou que sim. Logo a seguir, iniciou-se a leitura do Relatório Preliminar com destaques. Estes foram inúmeros durante a leitura. Um grande número de destaques gerais foram apresentados após a leitura. Questões de ordem apresentadas pelo Plenário apontavam para a impossibilidade de a mesa aceitar os destaques gerais considerando o que havia sido acordado anteriormente. A questão de ordem do prof. Cunha indicou a problemática colocada pelo encaminhamento acordado e ele argumentou que o fato de não ter podido ler o Relatório e não ter tido conhecimento prévio do texto impossibilitou ao Plenário apresentar destaque geral previamente e que o grande número de destaques pontuais inviabilizaria a continuação dos trabalhos. Encaminhou então à Mesa a proposta de abrir as inscrições para os destaques gerais. O presidente da mesa comunicou que o vencimento do prazo e propôs a prorrogação do tempo, de acordo com regimento deste Congresso. O que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, o Prof. Schuch apresentou o encaminhamento de alteração de metodologia de trabalhos: abandonar a orientação do Relatório Preliminar e abrir inscrições para que fossem apresentadas, exclusivamente, propostas de eixos centrais de luta. A Mesa aceitou o encaminhamento e o colocou em votação. O que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida, abriram-se as inscrições. Estas foram inúmeras. Fez-se necessário estabelecer critérios e estratégias que possibilitassem a continuação dos trabalhos. Decidiu-se que, mediante sorteio, falariam dez oradores para apresentar as propostas de eixos centrais de luta. Após a apresentação dos dez oradores, a Mesa encaminhou a proposta de suspensão dos trabalhos, por dez minutos, para que pudesse consolidar as propostas e esclareceu que os demais inscritos poderiam apresentar suas propostas de eixos centrais de luta caso não tivessem se sentido contemplados nas já apresentadas pelos dez oradores. O prof. Júnior apresentou declaração de voto à mesa para que constasse na Ata. "Declaração de voto sobre a metodologia dos debates na Plenária do Tema I - A minha abstenção na decisão de continuar ou não o debate sobre conjuntura, eliminando a inscrição prévia de treze companheiros e mais dezenove companheiros inscritos preventivamente, é uma forma de protestar contra o encaminhamento dado pela mesa neste XIV Congresso da ANDES-SN, na Plenária do referido tema. Lamentavelmente, num momento de profunda crise em que o MD necessita aprofundar o debate sobre a conjuntura, esmiuçando as mais diversas opiniões que representam as bases do MD na perspectiva de ampliarmos nossa intervenção na realidade com mais consequência, o debate sobre conjuntura não acontecendo, pode-se deduzir que todos têm a mesma opinião daqueles (poucos) que tiveram a oportunidade de se expressar na plenária, o que é falso e dificulta a formação de um plano de lutas. Neste sentido, fica registrada a crítica ao fato de estar desde o início deste Congresso tentando emitir uma opinião sobre a conjuntura e ter sido duas vezes impedido, numa primeira vez pela indisposição do coletivo de aprofundar o debate, numa segunda vez, por uma metodologia esdrúxula, nunca presenciada por mim em qualquer evento como este, o sorteio de inscrições. A necessidade do debate e o direito de cada militante deste sindicato de emitir duas opiniões não podem estar submetidos a tais procedimentos que considero deseducativos para o conjunto do MD e da classe trabalhadora. A desburocratização de nossas atividades e a prioridade do debate político devem ser perseguidas pelo conjunto do MD visando nos capacitar para o enfrentamento de tão duros golpes que as elites nacionais

e internacionais tentam aplicar às classes trabalhadoras do nosso país e a destruição do estado nacional e da possibilidade de construção de uma nação soberana". Antônio Rangel Júnior. Foram entregues à Mesa outras várias propostas por escrito. Passados os dez minutos e não tendo sido concluída a consolidação das propostas, o Presidente retomou os trabalhos auxiliado pelos diretores Fernando Molinos e Francisco Arruda. O trabalho foi retomado a partir do item Plano de Lutas das IES. O prof. Schuch fez a proposta de se considerar o Plano de Luta dos Setores em seu sentido mais geral, pois isto já havia sido aprovado no XXIX CONAD/Niterói, inclusive a Pauta de Reivindicação das IFES. E que as especificações fossem remetidas para a Plenárias dos Temas II e III, sendo apenas submetido à apreciação deste Plenário os itens que constituíssem novidades. Este encaminhamento foi aprovado por ampla maioria. A seguir, foi colocado em votação o Plano de Lutas dos Setores. O que foi aprovado com um voto contrário e cinco abstenções. Os pontos específicos submetidos foram: no referente à Pauta de Reivindicações Específicas das IFES, no item 2.2.4. foi aprovada a substituição de parte do texto de "A definição do piso... e regime de trabalho semelhantes" por "Imediatamente, lutar-se-á por um piso emergencial que em sua definição leve em consideração as perdas históricas, referenciadas a primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e ao Auxiliar Um e C Um, em regime de tempo parcial do PUCRCE"; F - No Setor das IEES, à página nove do Relatório Preliminar: item quatro aprovado com acréscimo de redação: "A gestão das Fundações de Amparo à Pesquisa de ser exercida e controlada democraticamente; assim como deve ser garantido o aumento e/ou criação de dotação orçamentária para as mesmas."; o item cinco aprovado com alteração de redação - "criar um BOLETIM DAS IEES..." por "Dedicar um InformANDES especial para as questões das IEES...", G - No Setor das IPES: o item cinco "... apresentar à Diretoria da ANDES-SN..." por "... apresentar ao Movimento Docente...". Devido a proximidade do limite de tempo da Plenária, já prorrogada, a Mesa fez a proposta de remeter o item oito para os Grupos Mistos do Tema IV e os itens seis e nove para a Plenária do Tema II e III, o que foi aprovado por ampla maioria e duas abstenções. Em seguida, o Vice-Presidente fez a leitura da primeira versão do texto consolidado para o conhecimento do Plenário: "Eixos: 1 - Defesa da escola pública, democrática, gratuita e de qualidade em todos os níveis; 2 - Luta com o conjunto dos trabalhadores e movimentos sociais pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população; 3 - Defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e contra a reforma constitucional; 4 - Luta pela construção da cidadania e defesa do serviço público". Com a aprovação de ampla maioria do Plenário, foram remetidas para a Plenária do Tema II a discussão e a definição dos eixos centrais de luta, a partir do texto consolidado. Terminado o tempo de prorrogação, foi encerrada a Plenária do Tema I. Aos dezessete dias do mês de fevereiro, às 14 horas, foi instalada a Plenária do Tema II. Como deliberado, foi mantida a mesma composição da Mesa Coordenadora da Plenária do Tema I. Feita a verificação de quórum havia sete delegados presentes. Com o quórum previsto, os trabalhos do Tema I foram retomados às quinze horas. O Presidente da Mesa apresentou a proposta de leitura de nova versão do texto consolidado com destaque e votação de cada eixo segundo esta versão. E esclareceu que a priorização apresentada no texto não pretendia ser a definitiva, mas que procurou seguir a lógica do mais geral para o específico. O prof. Marcos (ADUSP) propôs o seguinte encaminhamento: defesa de cada um dos eixos pelos proponentes, debate e votação. A coordenação da Mesa retirou sua proposta. O prof. Zimbres (ASDUERJ) a recolocou. As duas propostas foram, em seguida, coladas em votação, cujo resultado foi: cento e oito votos para a primeira proposta, recolocada pelo prof. Zimbres, cinquenta e seis votos para a segunda e três abstenções. Foi realizada a leitura do texto: "1 - Defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania; 2 - Luta contra as políticas neoliberais e oposição ao governo FHC; 3 - Luta pela democratização dos meios de comunicação; 4 - Em defesa do serviço público e pelo controle democrático desses serviços pela população; 5 - Defesa da escola pública, democrática e de qualidade em todos os níveis; 6 - Defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e contra a Reforma Constitucional; 7 - Luta com o conjunto dos trabalhadores e movimentos sociais pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população". Os destaques foram de supressão e substituição. As propostas referentes a priorização dos itens foram deixadas para serem deliberadas após as votações dos destaques. O item seis, "Defesa ... a reforma constitucional", recebeu o maior número de destaques. Foi encaminhado pela Mesa a sugestão que os proponentes elaborassem, no consenso, uma nova redação. Todas as propostas apresentadas foram aprovadas por ampla maioria. Após tentativa de se priorizar os eixos na Plenária, o presidente apresentou a proposta de se nomear uma comissão para trabalhar na organização dos eixos em relação às prioridades. Colocado este encaminhamento em votação, foi aprovado por ampla maioria. Os nomes aprovados para compor a Comissão foram: Schuch (ANDES-SN), Márcio (APES-JF), Sadi (ADUnB), Ciomara (APUBH), Osvaldo Coggiola (ADUSP) e Aloísio (ASPUV). O prof. Renato (ADUFRGS) apresentou sua declaração de voto para constar em Ata. "Apresentei uma proposição sobre priorização do ponto 5 que não foi submetida à apreciação e menos ainda, à deliberação, sob o argumento de que seria apreciada no final das discussões. Portanto, a declaração da Mesa de que a comissão disporá do conjunto de deliberações necessárias para executar a ordenação é incorreta e significa objetivamente uma manipulação na condução dos trabalhos. Renato de Oliveira (ADUFRGS)". O presidente retomou

os itens seis e nove do Relatório preliminar no Setor das IPES, que foram remetidos para esta Plenária. O prof. Faria, em nome dos componentes do Setor, retirou o item seis e avaliou que o item nove estava contemplado no conjunto. O item oito - Cobrança jurídica do imposto sindical, foi remetido para a Plenária do Tema IV. Nada mais tendo a tratar, o Presidente da Mesa encerrou os trabalhos e eu, Margarida Carvalho Santana, Segunda Secretária, lavrei a presente Ata.

Edmundo Fernandes Dias
Presidente

Margarida Carvalho de Santana
2ª Secretária

RELATÓRIO TEMA I

Os professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras, reunidos em Brasília no XIV Congresso da ANDES-SN, de 14 a 18 de fevereiro de 1995, aprovaram, para conduzir em conjunto com os trabalhadores e movimentos sociais, os seguintes eixos centrais de luta para o próximo período:

- 1 - a defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de qualidade em todos os níveis;
- 2 - a construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo FHC;
- 3 - a defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal;
- 4 - a defesa do serviço público e o controle democrático desses serviços pela população;
- 5 - a luta pela democratização dos meios de comunicação;
- 6 - a defesa da independência de classe das organização dos trabalhadores contra a cooptação governamental/patronal, e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio a Cuba;
- 7 - a defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania;
- 8 - a luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população.

Estes encaminhamentos foram aprovados após amplo debate suscitado pelos textos de análise da conjuntura apresentados pela Diretoria, ADUFC Seção Sindical, ADUNICAMP, ASDUERJ, além da contribuição do Prof. Otaviano Helene, sindicalizado da ADUSP Seção Sindical..

Após ampla discussão das propostas apresentadas pelos Setores, a Plenária aprovou também um plano de lutas nos setores.

No setor das IFES, a Plenária aprovou a pauta de reivindicações protocolada no MEC, com um ajuste na redação do item referente ao piso salarial. A Plenária remeteu ainda, para as Plenárias dos Temas II e III, alguns encaminhamentos novos que não constam da referida pauta, sem prejuízo de sua inclusão no plano de lutas deste setor.

PLANO DE LUTAS NO SETOR DAS IFES

Pauta Específica de Reivindicações do Setor dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) da ANDES-Sindicato Nacional para data-base (1º/01/95), protocolada no MEC.

2 - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES ESPECÍFICAS

1 - ISONOMIA

1.1. - Isonomia entre os três poderes

1.2. - Isonomia nas IFES

1.2.1. Para solucionar o problema da isonomia reivindica-se a Extensão administrativa em todas as IFES dos seguinte índices :

- 26,06% referente ao Plano Bresser (1987)
- 26,05% referente ao Plano Verão (1989)
- 84,32% referente ao Plano Collor (1990)
- 28,86% concedido aos militares, legislativo e judiciário (1993)

Considerar particularmente que os 26,05% do Plano Verão tem:

- jurisprudência homogênea favorável
- incorporação no âmbito do poder legislativo
- progressiva generalização de incorporação judicial no executivo
- incorporação negociada por sindicatos do setor privado.

1.2.2 - Negociação do pagamento dos atrasados referentes a cada um dos índices acima;

1.2.3 - Projeto de lei revogando os dispositivos legais que permitem a incorporação de quintos de funções gratificadas e cargos de direção;

2 - SALÁRIOS

2.1 - Política salarial de reajuste mensais, de acordo com os índices do ICV-DIEESE;

2.2 - Reajuste salarial que recomponha o poder aquisitivo dos salários recebidos pelos docentes das IFES em 1º de janeiro de 1990, recuperando-se as perdas até 31 de dezembro de 1993;

2.3 - Reajuste salarial que recomponha as perdas salariais do período de 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1994;

2.4 - Estabelecimento entre o MEC e ANDES-SN de um amplo processo de discussão com vistas à definição de piso salarial nos termos do Art. 7º, inciso V e Art. 206, inciso V da Constituição Federal.

Imediatamente, lutar-se-á por um piso emergencial que em sua definição leve em consideração as perdas históricas, referenciadas a 1º de janeiro de 1990 e ao Aux.-1 e C1, em regime de tempo parcial do PUCRCE.

3 - CARREIRA E CAPACITAÇÃO DOCENTE

Implementação da proposta de Anteprojeto de Carreira Única para o Magistério das Instituições de Ensino Superior que inclui o anexo com o Título da Capacitação Docente, aprovado pelo XIII Congresso da ANDES-SN, realizado em Viçosa em fevereiro de 1994.

4 - POLÍTICA DE PESSOAL

4.1 - Realização de concurso público para docentes nas IFES, repondo-se integralmente as vagas geradas por aposentadoria, morte, demissão, exoneração e transferência. Imediata contratação dos candidatos selecionados;

4.2 - Atendimento das necessidades de expansão dos quadros de pessoal das IFES;

4.3 - Atender à demanda por ascensão na carreira docente inclusive à classe de Professor Titular;

4.4 - Garantia de gozo das licenças previstas no PUCRCE (Decreto nº 94.664 de 27 de julho de 1987);

4.5 - Manutenção das condições de aposentadoria dos docentes;

4.6 - Manutenção do pagamento das aposentadorias e pensões como encargos do Tesouro Nacional, através do Ministério da Educação. Este pagamento não pode se dar por conta da rubrica "Manutenção e Desenvolvimento do Ensino", tal como vem sendo feito.

5 - ORÇAMENTO E VERBAS

5.1 - Que o orçamento de cada IFES contemple:

a) Uma política salarial de reajustes mensais, de acordo com os índices do ICV-DIEESE;

b) Recuperação do poder aquisitivo real dos salários;

c) Garantia de isonomia salarial das IFES;

d) Garantia de recursos para OCC, no mínimo equivalentes a 25% das despesas com pessoal, conforme reivindicado nos itens anteriores;

5.2 - Não contingenciamento das verbas, repassando regularmente às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) os recursos do orçamento, preservando-se os valores reais;

5.3 - Assegurar o cumprimento das deliberações da IX Conferência Nacional de Saúde, garantindo o pleno financiamento dos Hospitais Universitários, para que cumpram sua finalidade de hospital-escola, respeitada a autonomia universitária.

6 - DEMOCRACIA E AUTONOMIA

6.1 - Respeito aos resultados dos processos eleitorais em que a comunidade universitária escolhe os dirigentes das IFES;

6.2 - Autonomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em relação à utilização do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE - para o cadastro e pagamento de seus servidores;

6.3 - Garantia de autonomia administrativa, financeira e didática das IFES e do caráter público e gratuito da educação.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

1 - organizar ações, junto às Assembleias Legislativas Estaduais visando a discutir e ampliar o percentual de recursos destinados à educação e às IEES, de modo a se buscar definições no conjunto do planejamento orçamentário (LDO e LO);

2 - elaborar um amplo dossiê sobre as condições de funcionamento de IEES, aliado à "radiografia" do tratamento que os governos Estaduais dispensam à sua manutenção. Para isso, impõem-se como atividades a serem feitas pelas ADs Seções Sindicais:

- a) produção de vídeo sobre condições de funcionamento;
- b) constituição de um Banco de Dados sobre as IEES, a partir do conjunto de informações a serem extraídas do Questionário PERFIL DAS IEES e do mapeamento da expansão do Ensino Superior nos Estados;

3 - constituir os Fóruns Estaduais das ADs, objetivando fortalecer a luta e o enfrentamento com os Governos Estaduais, apontando para a unificação das lutas com as entidades dos servidores técnico-administrativos;

4 - lutar pela criação e fortalecimento das Fundações de Amparo à Pesquisa nos Estados, entendendo-as como necessárias à viabilização de políticas de capacitação docente e de investimentos na pesquisa.

A gestão das Fundações de Amparo deve ser exercida e controlada democraticamente, assim como deve ser garantido o aumento e/ou criação de dotação orçamentária para as mesmas;

5 - dedicar um InformANDES especial para o caso das IEES;

6 - atuar de modo conjunto com outros fóruns de debates a respeito da organização dos servidores públicos e de outros fóruns que contemplem a luta da sociedade civil organizada na defesa das conquistas sociais, desprivatização do estado e no combate ao avanço do neoliberalismo.

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

1 - Organizar e desencadear campanhas contra as demissões no Setor;

2 - desenvolver campanha de negociação coletiva nacional unificada e implementar proposta de anteprojetos de carreira única e do plano nacional de capacitação docente da ANDES-SN;

3 - cobrar do MEC a fiscalização das IPES, em especial, aquelas que insistem em não respeitar o direito constitucional de sindicalização;

4 - construir a negociação coletiva nacional para 1996, apresentando ao movimento docente um relatório da negociação de 1995, por Regional, no 1º CONAD, e uma pré-pauta, no 2º CONAD;

5 - marcar reunião com o DNTE/CUT, para implementar as definições sobre a política do setor.

O item relativo à cobrança jurídica do imposto sindical foi remetido à Plenária do Tema IV.

CARTA DE BRASÍLIA

A conjuntura indica, para a ANDES-SN, para os movimentos sociais organizados, para os partidos que se reportam ao conjunto das classes trabalhadoras, ou seja, para a maioria da sociedade, a tarefa de aprofundar a luta contra a proposta neoliberal no âmbito nacional e internacional e conseqüentemente à reforma do estado apresentada como solução para todos os males.

O desenho da ordem econômica internacional se faz na perspectiva de produzir instrumentos e mecanismos que atendam às necessidades do processo de acumulação do capital. O processo em andamento apresenta distorções e contradições, avanços e retrocessos que contribuem inclusive para por em questão o neoliberalismo que vem aprofundando a situação de miséria e de exclusão social. A quebra dos índices inflacionários, a aparente existência de uma "moeda forte", tem levado a um aumento explosivo da exclusão social, à quebra dos direitos sociais, ao aumento da subalternidade dos países da região em relação aos países hegemônicos.

O capital tem buscado destruir as formas de solidariedade entre os trabalhadores, para superar a crise de acumulação. A reestruturação produtiva, a terceirização, são mecanismos privilegiados, do ponto de vista do capital, na quebra desta solidariedade, dessa identidade. São mecanismos para a completa subalternização e integração à ordem desses trabalhadores. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a articulação com o conjunto das classes trabalhadoras para nos contrapormos à ação do capital, buscando reinventar as formas para reconstruir os espaços de solidariedade.

No programa de governo de FHC, está explícita a necessidade de destruir as formas de organização dos trabalhadores tanto no âmbito do serviço público, quanto no que se refere ao conjunto dos trabalhadores. A tentativa do governo de colocar a discussão sobre liberdade e pluralidade sindicais, na perspectiva neoliberal, aponta para a clara tentativa de fragmentação da organização dos trabalhadores.

Reduzir os serviços públicos e a sociedade a expressão do mercado significa desconsiderar interesses classistas diferenciados e apresentá-los como racionalidades ou irracionalidades macro-sociais. Essa redução implica, portanto, a transferência para os setores privados de imensas parcelas de capital social. Implica, também, a destruição dos direitos sociais, além de abrir um campo enorme para setores empresariais distintos. É, portanto, uma política antidemocrática e antipopular.

Para realizar esse projeto se faz necessária a aprovação pelo Congresso Nacional da reforma constitucional pelo menos no campo fiscal. Segundo os proponentes, isto permitiria o afrouxamento das amarras monetárias, ou seja, a redução da taxa de juros, menores restrições ao crédito ensejando a retomada do crescimento. Esta abordagem da questão da estabilidade com crescimento (cujo automatismo é irreal), seria apoiado, por sua vez, pela aceleração dos processos de privatização e de combate à sonegação. A viabilização disto exigiria, por sua vez, uma resposta do Capital, seja nacional, seja internacional. Como se pode depreender facilmente, todos esses instrumentos de política econômica se articulam no sentido de inserir o processo econômico na perspectiva da efetiva e ampla subordinação do processo de expansão à lógica neoliberal. A inexistência, por exemplo, de propostas na área de políticas de rendas, a ênfase na dependência da retomada do processo de crescimento às decisões do capital privado nacional e internacional e a expectativa de maior integração aos mercados internacionais reduzem a proposta do governo a um modelo de crescimento "para fora" adequado às novas condições impostas pelo capitalismo internacional.

Além disso, o discurso governamental, por um lado, busca a maior concentração possível de recursos, por outro, transfere ao máximo as responsabilidades que deveria assumir. Assim, a sociedade civil é chamada a compartilhar com as tarefas sem ter acesso aos recursos: entre outros a Comunidade Solidária.

A reforma da Constituição procura desobrigar o Estado dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores: desvinculação dos valores dos benefícios da previdência do salário mínimo, aposentadoria só por idade, extinção das aposentadorias especiais e a fixação do teto máximo do benefício. O conteúdo real dessa política, favorece aos capitalistas, através de medidas que buscam "diminuir" o peso do preço da força de trabalho, a destruição da Previdência Pública. Ao mesmo tempo em que se desobriga das conquistas históricas dos trabalhadores, propõe como saída a complementação das aposentadorias via previdência privada favorecendo ao surgimento dessas Previdências.

A redução do Estado fortalece a iniciativa privada, lógica que pode ser percebida nas reformas sobre a Ordem Econômica ao se propôr o fim da diferença entre empresas brasileiras e estrangeiras para evitar a restrição ao Capital estrangeiro, flexibilização do monopólio da exploração do petróleo e a concessão de serviços de tele-comunicação às empresas privadas. A concessão de serviço público às empresas privadas é outra forma de "flexibilização", é um mecanismo importante de transferência de recursos públicos para os setores empresariais privados, na melhor tradição de capitalização privada dos lucros e de socialização das perdas.

O mesmo se dá em relação às Universidades. Volta-se a afirmar que o problema é de gerenciamento; insiste-se na separação ente Universidades produtoras e reprodutoras de saber, ciência e tecnologia. Tenta-se, pela milésima vez, opor os gastos da Universidade à necessidade de melhorar a qualidade do ensino básico. Do mesmo, modo tem sido tratada a política nacional de C&T.

Todo esse conjunto de propostas aponta para a revisão do direito de sindicalização dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral. Entretanto, além dos ataques ao direito de organização dos trabalhadores, soma-se um conjunto de investidas contra os seus direitos sociais. Dessas investidas, podemos destacar as propostas de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, especiais e integral. Em relação à dita "flexibilização", o governo propõe o fim da estabilidade aos servidores. Outro alvo preferido é o da estabilidade. Ao mesmo tempo se propõe a criação de uma casta de funcionários altamente remunerados, estabelecendo uma nítida divisão da categoria entre os bem aquinhoados e a escória mal paga e descartável. Esta casta assumiria, de fato e plenamente, a direção do aparelho estatal, sem ter que passar por qualquer concurso.

Desta forma, torna-se crucial para os trabalhadores fortalecer as entidades sindicais e a CUT, articulando lutas com entidades do movimento popular, fortalecer a articulação no âmbito dos SPFs, fazendo com que estas ações possam repercutir na Sociedade e no Parlamento.

EIXOS BÁSICOS

Os professores das Instituições de Ensino Superior brasileiras, reunidos em Brasília no XIV Congresso da ANDES-SN, de 14 a 18 de fevereiro de 1995, aprovam, para conduzir em conjunto com os trabalhadores e movimentos sociais, os seguintes eixos centrais de luta para o próximo período:

- 1 - a defesa da Escola Pública, Gratuita, Democrática e de qualidade em todos os níveis;
- 2 - a construção do projeto democrático popular em oposição às políticas neoliberais do governo FHC;
- 3 - a defesa da soberania nacional e dos direitos sociais garantidos na Constituição e a luta contra a reforma constitucional de caráter neoliberal;
- 4 - a defesa do serviço público e o controle democrático desses serviços pela população;
- 5 - a luta pela democratização dos meios de comunicação;
- 6 - a defesa da independência de classe das organizações dos trabalhadores contra a cooptação governamental/patronal, e a solidariedade com a luta dos trabalhadores e dos povos do mundo, em especial do México, Argentina e contra o bloqueio a Cuba;
- 7 - a defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania;
- 8 - a luta pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população.

**PLENÁRIA DO TEMA II
O ESTADO, AS POLÍTICAS
PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DA
CIDADANIA**

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de um mil novecentos e noventa e cinco, às quinze horas, teve início a Plenária do Tema II (O Estado, as políticas públicas e a construção da cidadania), do XIV Congresso da ANDES-SN, prevista para as quatorze horas. Das quinze horas até as dezessete horas, foram tratados os temas da Plenária do Tema I que estão relatados na Ata da Plenária do Tema I. Às dezessete horas e quinze minutos, a Mesa Coordenadora dos trabalhos foi constituída por: Maria Valéria Barbosa Veríssimo - Presidente; Agamenon Tavares de Almeida - Vice-Presidente; Rubens Freire 1º Secretário; Antônio Libério de Borba 2º Secretário. A presidente iniciou os trabalhos informando a bibliografia a ser utilizada na discussão do referido tema. A presidente propôs começar pelo roteiro do texto básico Seguridade Social e fez a leitura das proposições oriundas dos Grupos Mistos Tema IV sobre essa temática. Em seguida, submeteu à votação a prorrogação da Plenária por mais uma hora, o que foi aprovada por ampla maioria e duas abstenções. Em seguida, submeteu à votação o encaminhamento para discutir item por item o que foi derrotado por ampla maioria, prevalecendo assim o encaminhamento proposto pela Mesa. Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, foi submetida à votação a prorrogação da plenária por mais uma hora, o que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida, foi colocado em discussão o item 2 do texto básico, sendo um Aposentadoria integral e o outro aposentadoria especial. Após amplo debate, foi colocado em votação três propostas encaminhadas à Mesa. Ao colocar em votação, a presidente informou que a proposta formulada pelo Grupo 12 e que definia o XIV Congresso não deliberaria sobre a aposentadoria especial, remetendo ao GT de Seguridade Social a responsabilidade de produzir textos para subsidiar as discussões e uma futura definição sobre o assunto. No entanto, o plenário não aceitou. Seguiram-se várias proposições de encaminhamentos. A Mesa propôs que os proponentes elaborassem uma proposta aglutinadora que seria submetida à votação, opondo-se a esse encaminhamento, o Prof. Dalton apresentou a seguinte proposta de encaminhamento: que se submetessem as propostas em votação imediatamente. A presidente submeteu à votação as duas propostas existentes, sendo vencedora com cem votos a proposta do prof. Dalton e noventa e quatro votos para a proposta da Mesa e quatro abstenções. Em seguida, foi apresentada pela companheira Fátima (ADUFF), a seguinte proposta: reafirmar o direito constitucional das aposentadorias em geral que foi submetida à votação e aprovada por ampla maioria. Em seguida, submeteu-se à votação os acréscimos do item dois que foram acatados por ampla maioria. A prof^a Fátima propôs, então, o acréscimo de um nove item: Lutar pela real implementação do Sistema Único de Saúde garantidos os princípios da universalização, gratuidade, qualidade e controle social. A proposta foi posta em votação e aprovada por ampla maioria. A seguir, encaminhou-se a discussão do item cinco do sub-tema Seguridade Social que após várias intervenções do Plenário, foi submetida à votação a supressão do item cinco e foi vencedora por ampla maioria. Em seguida, submeteu-se à votação a manutenção dos itens seis, sete e oito que foi vencedora por ampla maioria. Posto em discussão o item nove do sub-tema Seguridade Social, após algumas intervenções do Plenário, com proposta de substituição do texto, foi aprovada por ampla maioria. Em seguida foram submetidos à votação os acréscimos propostos para o sub-tema Seguridade Social que foram aprovados por ampla maioria. Colocado em discussão o sub-tema **Ciência e Tecnologia**. Após várias intervenções, foram submetidos à votação os acréscimos propostos para o item dois do referido sub-tema que foram aprovados por ampla maioria. A seguir, foi colocado em discussão o item quatro que após algumas intervenções, foi posto em votação a proposta de acréscimo ao item quatro, sendo aprovada por ampla maioria. A seguir, o item sete do sub-tema Seguridade Social. Após várias intervenções foi submetidas à votação a proposta de supressão da expressão "socialmente relevante" contida no item que foi aprovado por ampla maioria. Após várias intervenções da Plenária, a Presidente submeteu à votação a proposta de acréscimo do texto para o item dez que foi aprovada por ampla maioria. A seguir, foi posto em discussão o **Texto Política Agrária**. O prof. Cunha propôs um encaminhamento para a discussão do tema. Após várias intervenções da Plenária foi submetido à votação a nova redação para a parte introdutória do texto que foi aprovada por ampla maioria. Em seguida a Presidente colocou em discussão o item quatro do sub-tema Política Agrária, após várias intervenções foi submetida à votação a proposta de acréscimo do item quatro que foi aprovado por ampla maioria. A seguir, colocou-se em discussão o item cinco do sub-tema sobre Agrária. Após várias intervenções foi submetida à votação a proposta de nova redação para o item cinco e acréscimo do item seis que foi aprovado por ampla maioria. Após várias intervenções do plenário, a presidente submeteu à votação a proposta de acréscimo do item sete que foi aprovada por ampla maioria. Uma nova proposta de acréscimo de item foi apresentada pelo Grupo 12 e aprovada por ampla maioria. Às vinte e duas horas e cinquenta minutos, foi submetida à votação a prorrogação da Plenária por mais uma hora, o que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida foi posto em discussão o sub-tema **Comunicação Social**. Após várias intervenções foi submetida à votação a proposta de nova redação para o item um que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida, foi colocado em votação o item dois do sub-tema Comunicação Social. Após algumas intervenções, foi submetida à votação a proposta de nova redação

para o item dois que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida colocou-se em discussão o item três do Sub-tema **Política Agrária**. Após várias intervenções, a presidente submeteu à votação a proposta de acréscimo do item três que foi aprovada por maioria. Em seguida, colocou-se em discussão o item 5. Após algumas intervenções, foi à votação a proposta de nova redação para o item cinco que foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, o item seis foi discutido e votada a proposta de remeter para a plenária do Tema IV a questão da contribuição de 1% (um por cento) que foi aprovado por ampla maioria. Em seguida, o prof. Edmundo propôs o desmembramento das Plenárias Tema IV (início às nove horas) e final e de encerramento (início às quatorze horas). A proposta foi posta em votação, o que foi aprovada por ampla maioria. A presidente suspendeu os trabalhos às vinte e três horas e cinquenta minutos. Às dez horas e trinta minutos do dia dezoito de fevereiro, foi instalada a Plenária do Tema IV que, após verificação do quórum, foram retomados os trabalhos, colocando-se em discussão o item sete do tema **Comunicação Social**. Após várias intervenções, submeteu-se à votação a proposta de substituição do item sete por uma nova redação que foi aprovado por ampla maioria. A seguir, submeteu à votação a proposta de acréscimo do item oito que foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, colocou-se em discussão o sub-tema **Política Sindical**. Após várias intervenções, foi posta em votação a proposta de uma nova redação para o item um que foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, discutiu-se o item três do referido sub-tema que, após algumas intervenções, foram colocados em votação os acréscimos propostos para o item três que foram aprovados por ampla maioria. Em seguida, colocou-se em discussão acréscimos dos itens cinco, seis e sete que após várias falas foi submetida à votação e aprovados por ampla maioria. A seguir, discutiu-se o sub-tema **Proposta de Campanha na Mídia**. Após algumas intervenções, submeteu-se à votação o encaminhamento de que o sub-tema Campanha na Mídia fosse remetido para a Plenária do Tema IV, o que foi aprovado por ampla maioria. Nada mais havendo a tratar, a Plenária do Tema II foi encerrada às onze horas e quinze minutos e eu, Antônio Libério de Borba, 2º Secretário da Mesa, lavrei a presente Ata.

Maria Valéria Barbosa Veríssimo
Presidente

Antônio Libério de Borba
2º Secretário

RELATÓRIO TEMA II

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O tema geral foi subdividido no seguinte itens: Seguridade Social, Ciência e Tecnologia, Política Agrária, Comunicação Social e Política Sindical e, por último, Proposta de Campanha de Mídia.

Este relatório é construído tendo como documentos básicos: o roteiro para orientar a discussão dos Temas I, II e III nos Grupos Mistos e nas Plenárias Temáticas do XIV Congresso da ANDES-SN (Roteiro) e o Relatório Consolidado Tema II (Consolidado). A sua construção segue a lógica da inserção nas deliberações advindas da discussão na Plenária e do Consolidado no Roteiro.

Assim, o Relatório da Plenária do Tema II assume a forma que se segue:

TEMA II: ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Que a ANDES-SN deve:

- Lutar pela desprivatização do Estado;
 - Cobrar dos governos a implementação de mecanismos efetivos de impedimento da sonegação de impostos que, no país, é da ordem de 50%;
 - Denunciar que a falta de recursos públicos, tão propalada pelo governo, deve-se fundamentalmente à sonegação tributária e à priorização do pagamento da dívida externa dentro dos padrões determinados pelo capital financeiro internacional, em detrimento do atendimento das questões sociais;
 - Lutar pela completa transparência na aplicação das verbas públicas, em todos os níveis e setores, como forma de viabilizar o controle social das verbas.
- (Proposta advinda do Grupo 4 e aprovada pela Plenária a ser introdutória a todos os itens)

ITEM I: SEGURIDADE SOCIAL

Neste campo, a ANDES-SN coloca sua luta na perspectiva de:

- 1 - Lutar pela manutenção no princípio da Seguridade Social para a indissociabilidade entre saúde, previdência e assistência social;
- 2 - Reafirmar o direito das aposentadorias em geral;
- 3 - Ampliar a luta pela concessão de aposentadorias integrais para todos os trabalhadores que garantam condições dignas de vida. Buscar a discussão democrática com a sociedade para assegurar as conquistas sociais da carta de 1988, opondo-se a privilégios;
- 4 - Lutar pela real implementação do Sistema Único de Saúde, garantidos os princípios da universalização, gratuidade, qualidade e controle social;
- 5 - Ampliar a luta pela garantia de fontes regulares e suficientes de financiamento ao SUS, sobretudo para que se viabilize o processo de municipalização da saúde com o devido reaparelhamento da rede pública de prestação de serviços;
- 6 - Ampliar a luta pela criação de Conselhos de Saúde nos termos da legislação vigente;
- 7 - Garantir o adequado financiamento dos hospitais públicos em especial os HUs, pelo papel que cumprem na formação de RH para o SUS;
- 8 - Garantir que as ações relativas à saúde dos trabalhadores estejam articuladas ao SUS de forma a assegurar cobertura total dos acidentes de trabalho;
- 9 - Contrapor-se à desvinculação dos benefícios da Previdência e Assistência Social do salário mínimo, garantindo o cumprimento da Lei Orgânica da Assistência Social;
- 10 - Contrapor-se à regionalização do salário mínimo;

11 - Contrapor-se às medidas que desobrigam o Estado do atendimento integral de assistência social a todos os cidadãos;

Para tanto, considera-se imprescindível:

a) tomando-se por base a discussão no âmbito da Central Única dos Trabalhadores (CUT), ampliar e reforçar a articulação do M.D. com os movimentos sociais organizados, potencializando as ações que se definem em oposição ao avanço do neoliberalismo no campo da Seguridade Social.

b) efetivar a participação do M.D. nos Conselhos e Conferências que se constituem em Fóruns de exercícios do controle social nas áreas da saúde, previdência e assistência social;

c) efetivar a participação da ANDES-SN e ADs Seções Sindicais junto ao Comitê de Seguridade Social e outros Fóruns, tendo em vista à defesa da Seguridade Social, contribuindo para o processo de unificação da luta no campo de saúde, assistência e previdência.

d) reforçar em todos os níveis o trabalho político sobre os parlamentares em especial na Comissão de Seguridade Social, com vistas à defesa e ampliação das conquistas sociais expressas na Constituição;

e) defender a manutenção dos Hospitais Universitários, resgatando o seu papel de hospital de ensino que articula a assistência com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

f) lutar contra a ocupação de leitos públicos dentro dos hospitais universitários, para atender a interesses privados;

g) articular-se ao trabalho de entidades que têm acúmulo de discussão no campo das políticas sociais relativas à área de seguridade social, contribuindo para introduzir este tema na universidade, visando sintonizar sua produção de conhecimento com os interesses populares nessa área;

h) exigir do governo a explicitação do destino das verbas mensalmente recolhidas dos SPFs (PSS 12%) a título de Seguridade Social;

12 - Exigir do governo auditoria pública, com amplo acesso dos setores representativos da sociedade, da dívida interna e externa e no encontro das contas do Tesouro e Previdência.

13 - Que a ANDES-SN participe da articulação das entidades que elaboraram o PL 199 que cria o Sistema e o Plano Nacional de Saneamento, lutando pela derrubada do veto do FHC ao PL, já aprovado no Congresso Nacional.

ITEM II: CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na área de Ciência e Tecnologia, com vistas a exigir que o Estado priorize o desenvolvimento, não só para resolver as diferenças sociais da população, mas também para corrigir as distorções criadas pelas políticas de desenvolvimento usadas pelos governos, é necessário que ANDES-SN encaminhe as seguintes lutas:

1) pela efetiva implementação e funcionamento do FÓRUM NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, para definir políticas que garantam a soberania do país e a melhoria das condições de vida da população.

- Articular uma reunião com as entidades que já compõem o FÓRUM NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO, para a implementação efetiva desse FÓRUM e discutir desdobramentos em Fóruns Estaduais.

2) pela construção de um controle social efetivo da política de C&T, cuja estratégia já foi desenvolvida pela ANDES-SN, através da proposta de criação do FÓRUM NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO.

- Constituir um Banco de Dados sobre os recursos efetivamente utilizados no âmbito da união, dos estados, dos municípios e setor privado.

- Envolver as Secretarias Regionais da ANDES-SN e ADs Seções Sindicais na coleta de dados nos Estudos e nas IES junto ao Ministério de C&T, Secretarias Estaduais de C&T, nos estudos de indicadores em C&T e nas Pró-Reitorias de Pós-Graduação nas Universidades.

- Lutar pela Reformulação do Conselho de Ciência e Tecnologia, de forma que o mesmo se torne representativo da sociedade.

3) pelo estabelecimento de critérios de distribuição adequados dos recursos para C&T.

- Construção de uma proposta pela ANDES-SN para desencadear a discussão junto ao FÓRUM NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO.

4) pela criação de uma comissão específica no Congresso Nacional, para tratar das questões de C&T e DESENVOLVIMENTO.

- Promover ações junto ao Congresso Nacional para a criação da Comissão Específica de C&T.

5) atuação junto aos governos Estaduais e Assembléias Legislativas para que se faça cumprir os dispositivos constitucionais que destinam recursos para Ciência e Tecnologia.

6) pela articulação com os demais trabalhadores dos países integrantes do MERCOSUL, para a análise, discussão e controle social dos acordos, especialmente no que se refere à C&T.

7) pela priorização de investimentos públicos em C&T em projeto cujos resultados venham a beneficiar a grande maioria da população excluída de qualquer processo de desenvolvimento.

8) pela discussão dos rumos tomados pela robotização/automatização e nas relações com a reestruturação produtiva, o desemprego, a jornada de trabalho e novas formas de exploração do trabalho.

- Atuar junto com a CUT para o aprofundamento da discussão sobre novas tecnologias, reestruturação produtiva e o mundo do trabalho, defendendo a vinculação da introdução de novas tecnologias nos processos produtivos à redução da jornada de trabalho.

9) Discutir a estrutura da lei de patentes, visando incluir na legislação mecanismos que assegurem maior controle quanto a saída para o exterior, manipulação de recursos genéticos, cumprimento dos princípios bioéticos e meios de retorno às comunidades tradicionais envolvidas, dos conhecimentos e atividades lucrativas daí estruturadas.

10) Ampliar e garantir investimentos governamentais em C&T para Instituições Públicas de ensino e pesquisa, garantindo-se controle social de sua aplicação.

ITEM III - POLÍTICA AGRÁRIA

No que se refere à política agrária, aprofundar a discussão sobre as diferentes situações que envolvem a questão, dentre elas: a reforma agrária, política agrícola, controle do uso e posse da terra, acesso às fontes de financiamento e reestruturação curricular dos cursos na área de ciências agrárias. Propõem-se os seguintes encaminhamentos e resoluções.

1. Encaminhamentos

- 1.1. Destacar a realização de seminários regionais sobre política e/ou reforma agrária nas regionais onde se detectam os maiores conflitos fundiários, com o envolvimento marcante do GT-PA, VPRs e ADs SSind..
- 1.2. Retomar a articulação com os diversos Fóruns (ABRA, CNRA, FAEAB, FEAB e outros) que lutam pelo estabelecimento da reforma agrária e debatem a questão agrária no país, tendo em vista a consolidação da luta pela reforma agrária.
- 1.3. Articular nosso trabalho sindical com entidades/movimentos (CONTAG, DNTR/CUT, MST e outros) que atuam no campo das lutas pelo estabelecimento da reforma agrária no país.

2. Recomendações

- 2.1. Recomendar que ADs SSind. retomem os esforços de implementação e formação dos GTs-PA locais.
- 2.2. Constituir um banco de dados da ANDES-SN, no que diz respeito à questão agrária.
- 2.3. Articular-se com outras entidades no sentido de construir-se estratégias que viabilizem a discussão sobre reestruturação curricular nos vários cursos que trabalham a problemática agrária.
- 2.3. Discutir as propostas de reforma agrária difundidas junto aos membros da comunidade acadêmica e atuar na defesa da desconcentração fundiária.
- 2.4 Remeter ao GTPE a necessidade de discussão sobre reforma curricular nos cursos das IESs.
- 2.5. Atuar junto à Comissão de Agricultura, no sentido de que sejam tomadas providências imediatas para proporcionar assistência jurídica, econômica e política às famílias das regiões de conflitos de terras, bem como às famílias assentadas.

Nota:

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

CNRA - Campanha Nacional pela Reforma Agrária

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

DNTR/CUT - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT

FAEAB - Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil

FEAB - Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

MST- -Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ITEM IV - COMUNICAÇÃO SOCIAL

Com relação à área de Comunicação Social, visando à ampliação dos debates relativos ao controle social dos meios de comunicação e a sua democratização em particular, propõe-se:

1) sistematização dos planos de ocupação dos espaços em rádios e televisões prioritariamente das Universidades, com a finalidade de divulgar a luta e as bandeiras da ANDES-SN, demais categorias de trabalhadores e suas respectivas organizações, e a interferir nas ações que levem esses órgãos à plena democratização;

2) a elaboração de um roteiro de atuação nas rádios, televisões e jornais das Universidades visando, inclusive, a estratégias de mobilização docente;

3) a participação efetiva nos FÓRUMS NACIONAL, ESTADUAIS E MUNICIPAIS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO objetivando:

a) a construção de uma proposta de democratização da Comunicação no país;

b) a luta implantação e pleno funcionamento do Conselho de Comunicação Social;

c) rever a regulamentação do sistema de concessão de rádios e canais de televisão em funcionamento no país;

d) discussão e inserção da ANDES-SN juntamente com outros grupos sociais organizados para a uso comunitário cuja Lei Nº 8.977 de 06/01/95 já foi sancionada;

e) lutar pela concessão de canais de rádio e televisão para as universidades públicas;

f) criar espaços de comunicação alternativa, juntamente com a CUT e outras instituições identificadas com o movimento popular, com o objetivo de veicular opiniões, lutas e o projeto de sociedade em construção.

4) a realização pelas ADs SSind. de Seminários, estudos e debates sobre a imprensa sindical no país, de modo a difundir o tema "Comunicação Sindical".

5) a organização pela ANDES-SN de um cadastro dos seus sindicalizados, coordenada pela Secretaria Geral

6) a deflagração, para 1995, da campanha sobre o Projeto Democrático Popular.

7) que a Diretoria da ANDES-SN elabore um projeto visando à criação de seu jornal e a análise da viabilidade financeira e operacional apresentando-o no próximo CONAD.

8) que a Diretoria da ANDES-SN juntamente com o GT de Comunicação e Arte faça um estudo de viabilização financeira para a constituição de uma Agência de Notícias, visando analisar os principais fatos e atores da conjuntura e subsidiar a divulgação pelas ADs e movimento sindical. Como projeto piloto, a Agência de Notícias acompanharia os desdobramentos das propostas de revisão constitucional no Congresso Nacional.

9) que o GT de Comunicação e Arte faça um estudo de viabilização financeira para constituição de um BANCO DE DADOS AUDIOVISUAL, visando analisar os principais fatos e "atores" da conjuntura para elaborar vídeos de divulgação na sociedade e subsidiar a implantação das TVs vivas pelo movimento sindical.

10) usar o espaço de criação do jornal da ANDES-SN no interior da AD, através do GT-Comunicação e Arte, como forma de implementar a discussão sindical da AD.

Declaração de voto de: J. Anchieta e Antônio Rangel Júnior sobre a criação de um Jornal da ANDES-SN para veiculação nacional.

- A posição é de que a ANDES-SN deve participar de uma estratégia de criação de um jornal de veiculação nacional com o conjunto do movimento sindical.

ITEM V - POLÍTICA SINDICAL

Para fazer frente às ofensivas neoliberais impostas ao conjunto da classe trabalhadora, a ANDES-SN coloca os seguintes encaminhamentos:

1) articular-se com os demais trabalhadores dos países latino-americanos, denunciando a desregulamentação das relações de trabalho e os ataques às reformas de organização e solidariedade sindical em curso com a implementação do mercosul.

2) do ponto de vista da política sindical, devemos aprofundar nossa inserção na CUT não só na unificação das lutas mas também na clarificação das concepções sobre estrutura sindical;

3) propor a CUT:

3.1 - realização de um Seminário Nacional, organizado pela CUT, sobre os alcances do projeto neoliberal e pela construção de estratégias de unificação das lutas. Esse Seminário Nacional deveria produzir propostas para um eventual Congresso Extraordinário ou Plenária Nacional da Central;

3.2 - realização de Seminários no âmbito da CUT sobre as propostas de FHC relativas à pluralidade sindical, reafirmando nossa concepção sindical tendo em vista a aglutinação de mais elementos que possam subsidiar os trabalhadores no enfrentamento às propostas do Governo;

3.3 - realização de um Seminário sobre Negociação e/ou Contratação Coletiva Nacional;

3.4 - participar da Conferência Operária Independente;

4) reacender, no interior das ADs, a mobilização dos docentes, tendo como eixo principal o embate entre o projeto do campo democrático e popular para o país e a proposta neoliberal do governo FHC. Especialmente, deve ser priorizada a discussão das questões concretas que, na área da educação superior, expressam objetivamente a diferença entre essas duas propostas.

5) posicionar-se pela não participação da CUT na Cúpula Social;

6) criticar a participação da CUT na cúpula Social, enfatizando a participação na C.O.I.;

7) a CUT deve proceder ao debate democrático entre as propostas dos dois eventos centrado na perspectiva de independência de classe e da unidade da luta dos trabalhadores.

**PLENÁRIA DO TEMA III
O EMBATE DE PROJETOS NA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

ATA DA PLENÁRIA TEMA III

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de 1995, às 11:25 horas, no auditório do Centro de Convenções Ulisses Guimarães, Brasília - DF, com a presença de 209 delegados e 18 observadores foi dado início a Plenária do Tema III do XIV Congresso da ANDES SINDICATO NACIONAL. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pela Profa. Géria Maria Montanari Franco, Presidente, Prof. Luiz Paiva Carapeto, Vice Presidente, Hideo Araki, 1º Secretário e Profa. Sueli Mazzilli, 2ª Secretária e Prof. . Inicialmente a Profa. Géria expôs a metodologia de trabalho que a Mesa propunha para o desenvolvimento dos trabalhos e que foi aprovada por unanimidade pelos delegados presentes. Seguindo o consolidado dos Relatórios dos Grupos Mistos foram discutidas, e aprovadas, por ampla maioria dos delegados, todas as questões originadas nas discussões dos Grupos Mistos. Às 13:00 horas foi aprovada a prorrogação da Plenária até às 14:00 horas. Às 14:00 horas foi instalada a Plenária do Tema IV do XIV Congresso da ANDES SN, seguindo-se a discussão dos assuntos relacionados com o Tema III do referido Congresso. Às 18:05 horas, nada mais havendo a tratar, a Profa. Géria deu por encerrada a Plenária da qual eu, Sueli Mazzilli, lavrei a presente ATA. Brasília, 18 de fevereiro de 1995.

Géria Maria Montanari Franco
Presidente

Sueli Mazilli
2ª Secretária

RELATÓRIO TEMA III O EMBATE DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O XIV Congresso da ANDES-SN deliberou que a luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade é central neste ano de 1995, para a construção do projeto democrático e popular; Neste sentido, o M.D. deve desenvolver ações que busquem impedir o avanço do projeto neoliberal.

E, isso passa, basicamente, pela ação decisiva do M.D. com relação à aprovação da LDB; a avaliação institucional, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fundações de apoio universitário e a formação profissional. O XIV Congresso detalha às estratégias e táticas a serem implementadas com relação a essas questões.

1 - MOVIMENTO UNIFICADO EM DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA

Esta campanha, aprovada em evento anterior, está sendo encaminhada. Dela participará o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Está sendo promovida a articulação desta campanha com a que a CUT prepara. Para sua efetiva deflagração e ampliação é preciso:

- participar (ANDES-SN e ADs) de "Seminário Nacional em Defesa da Educação" promovida pela CUT, contando com a colaboração da ANDES-SN, a ser realizado em São Paulo, nos dias 23 e 24 de março de 1995, com o objetivo de estruturar a campanha .

- levar as propostas da ANDES-SN de eixos, estrutura e calendário da campanha para o "Seminário".

- incentivar a participação no Encontro/Seminário "Educação Trabalho e Cidadania no Cone-Sul" a ser realizado em Santa Maria, RS, promovido pela CEA e ANDES-SN/Regional RS;

- lutar pela exclusividade para as instituições públicas de ensino, no que diz respeito à alocação de recursos públicos, reafirmando a responsabilidade do Estado no que se refere à educação pública.

1.1 - Campanha "1995: em defesa da Universidade Pública"

Esta campanha, aprovada no XXIX CONAD, e encaminhada conjuntamente pela ANDES-SN, FASUBRA e UNE em nível nacional, visa chamar a atenção da sociedade brasileira e da comunidade universitária, em particular, da importância da Universidade Pública para o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, científico e tecnológico do País, mostrando a real situação das universidades públicas.

As ADs Seções Sindicais devem se engajar efetivamente nesta campanha, tanto na criação e elaboração de atividades, como na sua implementação.

1.2 - Realização da VII CBE

Foi referendada a participação da ANDES-SN na promoção e organização da VII CBE, juntamente com outras entidades

2 - LDB

A luta pela aprovação da LDB deve ser incluída na campanha nacional em defesa da educação, mas requer ainda ações específicas:

- promoção de "abaixo assinado" de âmbito nacional, com viabilização pelas ADs e VPRs, juntamente com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

- elaboração de Documento pelo GTPE, a ser encaminhado aos deputados federais e senadores, mostrando a importância e reivindicando a aprovação da LDB (carta-padrão, subscrita pelos docentes).

- Realização de Ato Público no Congresso Nacional em Defesa da Escola Pública e pela aprovação da LDB, com entrega do "abaixo assinado".

O cronograma para a realização das atividades acima (coleta de assinaturas de 20/03 a 12/04/95 e realização do Ato em 19/04/95) deve ser proposto como indicativo ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

- no interior do M.D. deve ser divulgado um documento analítico, elaborado pelo GTPE, mostrando avanços e perdas quanto aos nossos princípios, na formulação final da LDB. Este documento subsidiará o caráter pedagógico de esclarecimento, de reafirmação de princípios, que a campanha deve assumir junto às nossas bases;

- as secretarias regionais, em articulação com as ADs devem promover a criação e ou o fortalecimento de Fóruns estaduais em defesa da escola pública e da aprovação da LDB;

- visitar os deputados federais e senadores em suas respectivas bases eleitorais, articuladas entre as secretarias regionais, as ADs e, se possível, com o Fórum referido no item anterior.

Nestas visitas deve ser entregue o documento referido acima, bem como deve-se informar sobre o ato no Congresso e o "abaixo-assinado". Deve-se procurar marcar audiência com o parlamentar no escritório. (Em geral, eles estão nos escritórios às segundas e sextas-feiras).

- visitar os Reitores visando ao comprometimento com a aprovação da LDB.

- remeter ao MD a explicitação de que a luta pela aprovação do atual projeto de LDB é fundamental para contrapor-se ao casuísmo com que o governo vem legislando sobre educação, embora este não seja o projeto que atenda a todas as reivindicações propostas pela ANDES-SN.

3 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A análise das propostas do governo aponta a avaliação institucional como um dos instrumentos prioritários a ser utilizado para a implementação do modelo neoliberal para a Universidade Brasileira e evidenciar que o Estado se atribui o poder de ser o único autorizado para realizar a avaliação da universidade, excluindo do processo os representantes da sociedade civil, da comunidade universitária e do movimento dos trabalhadores.

As disputas em torno da avaliação institucional, portanto, devem merecer uma dedicação especial do Movimento Docente em todo o país. A publicação do relatório PAIUB pelo MEC, mostrando o engajamento das IES públicas e privadas neste projeto, dá a dimensão que esta discussão já ocupa nas administrações superiores.

É preciso, como já foi avaliado em eventos anteriores, responder rapidamente à generalização do PAIUB e, para tanto, é indispensável aprofundar a discussão sobre avaliação institucional no interior do M.D. a partir das diretrizes do nosso projeto de universidade. Neste sentido, o XIV Congresso aponta o seguinte roteiro de trabalho a ser desenvolvido pelas ADs e VPRs, com o cronograma indicativo a seguir, culminando no mês de junho/julho:

a) ABRIL/MAIO - Realização de Seminários Locais sobre Avaliação Institucional. Estes seminários deverão contar com a participação dos três segmentos, envolvendo a Comissão de Avaliação da IES.

O objetivo destes Seminários será fazer um balanço do processo de avaliação em cada IES, defender os princípios já aprovados nas instâncias do Sindicato e criar instrumentos de participação efetiva da comunidade no processo.

As ADs deverão elaborar um relatório contendo as atividades e propostas discutidas, a fim de subsidiar a realização do evento seguinte e a publicação de um novo Caderno ANDES-SN sobre a Avaliação Institucional.

b) MAIO - Realização de Seminários Regionais. Estes Seminários pretendem debater os processos de avaliação de cada IES da região. Serão apresentados os resultados dos seminários Locais realizados anteriormente, com o objetivo de possibilitar uma intervenção unitária tendo em vista os princípios do MD. Deverão ser elaborados relatórios para subsidiar o Seminário Nacional e a publicação do novo Caderno.

c) JUNHO/JULHO - Seminário Nacional sobre Avaliação.

Este Seminário reunirá as experiências locais e regionais e organizará a intervenção do MD para o próximo período.

d) Publicação de um novo Caderno ANDES-SN sobre Avaliação Institucional, após o Seminário Nacional.

O Caderno sobre avaliação deverá conter um histórico deste debate no seio do M.D., princípios e diretrizes já aprovados pela ANDES-SN, além de refletir os resultados dos Seminários.

Deliberou-se ainda:

a) pela ampla divulgação de um documento da ANDES--SN no interior do MD contendo as posições sobre avaliação;

b) dar ampla divulgação na mídia da posição da ANDES-SN sobre avaliação institucional;

c) criar instrumentos efetivos para viabilização de nossa proposta para a universidade brasileira, inclusive no que diz respeito à implementação de nosso conceito de avaliação institucional.

Recomendação:

Após o Seminário Nacional (interno), a ANDES-SN deverá envidar esforços no sentido de realizar no Congresso Nacional, um Seminário sobre avaliação institucional.

4 - AUTONOMIA

No sentido de defender a concepção de autonomia do Projeto de Universidade do MD, contra as investidas dos que adotam o modelo neoliberal, é preciso:

- que as ADs intervenham nos processos de avaliação em cursos nas IES, no sentido de evidenciar a diferença entre a proposta de autonomia do governo (relacionada sobretudo com a captação de recursos junto à iniciativa privada) e a nossa concepção de autonomia de gestão acadêmica e financeira vinculada ao compromisso social da universidade.

- contrapor-se às propostas do governo quanto à definição de autonomia e avaliação institucional;

- posicionar-se pela garantia da autonomia de gestão administrativa, financeira e didática das IES - em relação ao Estado, no caso do setor público e em relação às mantenedoras, no caso das privadas - associada ao processo democrático da escolha direta de dirigentes e ao controle social da instituição e do caráter público da educação;

- lutar pela aprovação da LDB, que contempla vários princípios do MD sobre autonomia universitária;

- lutar pelo respeito, por parte do Governo Federal, dos resultados da Agenda Autonomia;

- lutar pela aprovação do PLC 119/92, em sua última versão, que trata do financiamento das IFES, mediante atuação junto ao Congresso;

- pressionar os Conselhos Universitários, no sentido da manutenção da figura jurídica vigente das IFES;

- remeter para o GT Verbas a elaboração de estudo sobre a questão de critérios para alocação de recursos para as IFES, de acordo com o parágrafo 1º do artigo 1º do PLC 119, para deliberação em próximo evento.

Recomendação:

Produzir texto vinculando os princípios sobre financiamento, autonomia e avaliação para distribuição/discussão na base.

5 - INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Sobre esta questão, o XIV Congresso encaminha que as ADs confeccionem e divulguem dados pelas ADs, que comprovem e reforcem a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. Neste sentido, as ADs devem conduzir a discussão em nível de departamentos e conselhos inter-departamentais, objetivando a definição de mecanismos garantidores dessa indissociabilidade e se constituindo em instâncias de resistência à implantação de instituições voltadas apenas para a reprodução do conhecimento.

6 - FUNDAÇÕES DE APOIO

O XIV Congresso reafirma posição contrária às Fundações de Apoio Universitário, enquanto espaços de privatização da Universidade Pública, e recomenda à ANDES-SN e às ADs, com a contribuição dos GTs, que agilizem o mapeamento, em curso, das fundações existentes.

Os GTs PE e C&T recuperarão o material produzido pela ANDES-SN e pelas ADs, sobre fundações de apoio, socializando-o na base do movimento, com vistas a subsidiar discussões que visem barrar a tendência de proliferação desse mecanismo que tem sido utilizado pelas administrações das IES como forma alternativa de obter financiamento, desviando assim a discussão sobre o descompromisso do governo com o custeio integral das IFES, retomando assim o posicionamento da ANDES-SN contrário a esse tipo de entidade.

7 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL

É necessário ampliar a discussão sobre formação profissional pelo GTPE da ANDES-SN, em articulação com a Secretaria de Políticas Sociais e DNTE da CUT.

- a ANDES-SN deve se empenhar na divulgação e debate da resolução 14 do 5º CONCURTO, que fala do ensino técnico-profissional, junto às ADs Seções Sindicais e em todos os fóruns que participe, devendo também lutar por sua implementação;

- baseando-se no acúmulo das resoluções de seus Congressos e CONAD, a ANDES-SN deve empenhar-se no interior da CUT e junto aos sindicatos filiados, para que a Central desenvolva uma proposta para a educação brasileira dentro dos parâmetros das "Propostas e Ações do Campo Democrático e Popular" e do "Projeto Alternativo Democrático-Popular".

8 - TRANSFORMAÇÃO DE ESCOLAS ISOLADAS DE NÍVEL SUPERIOR EM UNIVERSIDADES E SISTEMA NACIONAL DE ENSINO TECNOLÓGICO

Com base no projeto de universidade da ANDES-SN, analisar criticamente a política do governo quanto à criação do Sistema Nacional de Ensino Tecnológico, transformação de escolas isoladas de nível superior (públicas e privadas) em Universidades e criação de CEFETs, explicitando seus reais propósitos. Esta análise e acompanhamento do processo deverão ser feitos pela ANDES-SN e pelas ADs Seções Sindicais, cujas instituições estão sujeitas a essas transformações.

Obs.: foram mencionadas as seguintes IES: Escola Paulista de Medicina, Escola Superior de Agricultura de Lavras, Sociedade de Ensino Superior de Nova Iguaçu (RJ), Faculdades Objetivo e Fundação Técnica Souza Marques (RJ).

Sobre a CEFETIZAÇÃO, realizar:

- Seminários Regionais com a participação de representantes das Seções Sindicais dos três CEFETs (ADCEFET-RJ, ADCEFET-MG, SINDOCEFET-PR) e Regionais da ANDES-SN, convidando diretores das ADs das Escolas Técnicas da Região.

O primeiro Seminário (experimental) será realizado pelo SINDOCEFET-PR, convidando diretores das ADs das Escolas Técnicas do RS, SC e PR:

- Encontro Nacional sobre CEFETIZAÇÃO e questões relativas a 1º e 2º graus nas Universidades;

O Encontro terá como pauta (entre outras questões) a proposta do governo para o ensino de 1º e 2º graus e a CEFETIZAÇÃO.

Recomendação:

Que haja discussão do MD com relação à base sindical das escolas técnicas frente à CEFETIZAÇÃO.

9 - 1º e 2º graus nas IFES

Realizar Seminários Regionais sobre questões relativas a 1º e 2º graus nas Universidades, com objetivo de levantar dados visando à realização de um Encontro Nacional sobre o tema.

Realizar Encontro Nacional sobre CEFETIZAÇÃO e questões relativas a 1º e 2º graus nas Universidades (ver a proposta de pauta no item 8).

10 - Carreira e Capacitação Docente

No que diz respeito ao Plano Único de Carreira e Capacitação Docente no âmbito das IES, são fundamentais as seguintes tarefas do MD:

- elaboração de anteprojeto de Carreira Única e do Plano Nacional de Capacitação Docente;
- lutar pela aprovação do DPC referenciado em Plenária dos SPF;
- fazer levantamento da realidade das IES no que se refere à capacitação docente;
- estimular nas ADs a luta pela implementação de Planos de Capacitação Docente pelas IES, tendo como referência a proposta da ANDES-SN;
- socializar de experiências e divulgar o Plano de Carreira e Capacitação Docente.

11 - Institutos Superiores de Formação de Educadores

O XIV Congresso delibera que as ADs encaminhem uma discussão no sentido de levantar-se a real finalidade dos Institutos Superiores de Formação de Educadores. Estes Institutos estão sendo criados em várias escolas do Rio de Janeiro e de outros estados brasileiros "como unidades de referência para uma nova dinâmica de formação junto aos sistemas estaduais de ensino". Esta formação se dá a nível superior e em dois anos. Os dados devem ser encaminhados ao GTPE.

As ADs devem denunciar a criação de institutos superiores de formação de educadores como reimplantação das licenciaturas curtas e lutar contra elas.

12 - Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira

O XIV Congresso ratifica os encaminhamentos aprovados no XXIX CONAD em relação à atualização do Caderno 2 (Proposta das Associações Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira).

**PLENÁRIA DO TEMA IV
QUESTÕES ORGANIZATIVAS E
FINANCEIRAS**

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e cinco, no Auditório Planalto do Centro de Convenções de Brasília, às dezoito horas e cinco minutos, deu-se início à discussão dos temas da Plenária do Tema IV - Questões Organizativas e Financeiras, com a presença de duzentos e dois delegados e quatorze observadores, conforme lista de assinatura. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta por: Fernando Molinos - Presidente; Antônio de Pádua - Vice-Presidente; Solange Bretas - 1ª Secretária e Solange Calcagno - 2ª Secretária. O Presidente da Mesa iniciou os trabalhos dando informes sobre o material a ser utilizado e propondo à plenária a apreciação dos temas organizados em uma pauta, por assunto, que constou de vinte e seis itens, e os temas se apresentam na seguinte ordem: 1 - Questões Organizativas; 2. Questões Financeiras; 3. Questões Jurídicas; 4. Questões Estatutárias e 5. Deliberações Finais, os quais seriam tratados em seguida. Foi apresentada, à plenária, por um delegado, uma proposta, de inversão na seqüência dos itens, no sentido de discutir em primeiro lugar as Questões Estatutárias e, na seqüência, as Questões Jurídicas, proposta de encaminhamento que foi rejeitada pela Plenária. Passou-se, então, à apreciação dos itens da pauta discutindo-se os Textos Resoluções conforme se segue, precedida do anúncio, por parte do presidente da mesa, do comportamento de cada grupo misto em relação ao item em discussão. 1.- **CONFERÊNCIA OPERÁRIA INDEPENDENTE** (Caderno de Textos, pág. 55, parágrafos 92 e 93): aprovado por maioria o apoio à Conferência Operária Independente que será realizada em março de 1995 e a indicação do nome de Luiz Henrique Schuch, presidente da ANDES -SN, para representar o Sindicato na qualidade de delegado e, do Secretário Geral, Edmundo Fernandes Dias, como suplente; 2 - **SUPLÊNCIA NO DNTE/CUT** (Caderno de Textos, pág. 55, parágrafo 95): aprovado por unanimidade a indicação do nome do presidente do Sindicato para ocupar a vaga de suplente na Coordenação do DNTE/CUT. 3 - **O EXERCÍCIO DO MANDATO CLASSISTA** (Caderno de Textos, pág. 58, parágrafos 124 a 127): aprovado com algumas abstenções as seguintes resoluções: 1 - aprofundar e amadurecer a discussão sobre o exercício de mandato classista no conjunto do movimento sindical e, particularmente, no movimento docente; 2. elaborar critérios politicamente definidos para liberação de dirigentes sindicais que orientem o planejamento da ANDES-SN e das ADs- Seções Sindicais, nessa questão; e, 3. definição de uma política para a consolidação e exercício do mandato classista pela ANDES-SN. 4 - **ENCONTRO E SEMINÁRIOS SOBRE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS E CEFETIZAÇÃO** (Texto Avulso T4T3), encaminhado pelo Setor das IFES): Esse texto já aprovado na Plenária do Tema III, tendo sido remetido para a Plenária do Tema IV, a discussão do financiamento da participação dos representantes das Escolas Técnicas nos Encontros e Seminários, nos termos aprovados na Plenária do Tema III. Após esclarecimentos e proposições, foi aprovado que a Diretoria do Sindicato, em conjunto com as Regionais, definiria a forma desse financiamento, com a possível contribuição das Seções Sindicais; 5 - **INSCRIÇÃO DE ADs NOS GTs**: Foram solicitadas ao Congresso as inscrições das seguintes ADs- Seções Sindicais nos respectivos Grupos de Trabalho da ANDES-SN: **APUFSC SSind**: - Prof. Waldir Rampinelli (GT Política Sindical), Prof. Antônio Carlos Machado de Rose (GT Política Agrária) - **ADUFRGS SSind**: - Profª Ilza Maria Tourinho Girarde (GT Comunicação e Arte), Profª Verônica Schmit (GT Política Agrária) - **SEDUFMS**: Prof. Francisco F. de Freitas (GT Política Educacional), Profª Ada Cristina Machado Silveira (GT Comunicação e Arte) - **ADCEFET-MG**: Profª Ana Lúcia Farias - Titular (GT História), Profª Maria Célia N. Borges Lima - Suplente (GT História), Profª Jacqueline Blaso (GT Ciência e Tecnologia) - **ADUFF SSind**: Profª. Heloisa Gouvea - Titular (GT Política Educacional), Profª Sirene Soares Azevedo - Suplente (GT Política Educacional), Profª Amujaci Fátima Alves de Moraes Guedes - Titular (GT Segurança Social), Profª Lúcia Maria da Araújo Siqueira - Suplente (GT Segurança Social), Prof. Jacob Birsztok - Titular (GT Política Agrária), Profª Sirene Soares de Azevedo - Suplente (GT Política Agrária), Prof. Juarez Torres Duayer - Titular (GT Política Sindical), Profª Sônia Lúcio Rodrigues de Lima - Suplente (GT Política Sindical), Prof. Miguel Luiz Ribeiro - Titular (GT Ciência e Tecnologia), Prof. José Glauco Ribeiro Tostes - Suplente (GT Ciência e Tecnologia), Prof. José Glauco Ribeiro Tostes - Titular (GT Carreira), Prof. Miguel Luiz Ribeiro Ferreira - Titular (GT Comunicação e Arte), Profª Wilma Lúcia R. Pessoa - Suplente (GT Comunicação e Arte) - **ADUFC SSind**: Profª Tânia Batista - Titular (GT Política Educacional), Profª Cássia Damiani - Suplente (GT Política Educacional), Profª Helena Selma - Titular (GT Política Agrária), Prof. Roberto Cláudio - Suplente (GT Política Agrária), Prof. Almir Leal - Titular (GT História), Prof. Gisafran Nazareno - Suplente (GT História), Profª. Yaci Mendonça - Titular (GT Segurança Social), Profª Helena Serra Azul - Suplente (GT Segurança Social), Profª Adelaide Gonçalves - Titular (GT Política Sindical), Profª Elza Braga - Suplente (GT Política Sindical), Prof. John Kenedy - Titular (GT Ciência e Tecnologia), Prof. Carlos Marcelo - Suplente (GT Ciência e Tecnologia), Prof. Ciro Nogueira - Titular (GT Verbas) Prof. Carlos Marcelo - Suplente (GT Verbas) Profª Izaira Silvino - Titular (GT Comunicação e Arte), Profª Adelaide Gonçalves - Suplente (GT Comunicação e Arte) - **ADUFG SSind**: Profª Angela Mascarenhas - Titular

(GT Política Educacional) - **APUB SSind:** Prof Robério Ribeiro - Titular (GT Comunicação e Arte), tendo sido aprovadas com algumas abstenções. **6 - POLÍTICA DE FINANÇAS DA ANDES-SN** (Caderno de Textos, pág. 47, parágrafos 13 a 17). 1 Após discussão, ficou aprovado que: 1 - as ADs Seções Sindicais devem elaborar análise dos seus respectivos quadros financeiros, levando em consideração os gastos administrativos e demandas políticas, a fim de subsidiar a elaboração de Proposta de Reformulação da Política de Finanças que viabilize as ações do Sindicato; 2 - neste quadro, a recomendação do XXII CONAD de padronização das contribuições mensais das ADs Seções Sindicais continua como fator importante para o fortalecimento da capacidade financeira do Sindicato; 3 - as ADs Seções Sindicais devem encaminhar para a Tesouraria da ANDES-SN, até 17 de abril/95, as respectivas análises do quadro financeiro; 4 - a diretoria da ANDES -SN apresentará ao XXX CONAD Proposta de Reformulação da Política de Finanças e, 5 - o XIV Congresso delega ao XXX CONAD deliberar sobre proposta de Reformulação da Política de Finanças.". **7 - RATEIO DOS CUSTOS DOS CONADs** (Caderno de Textos, pág. 49, parágrafos 27 a 30) - Aprovado por ampla maioria a proposta apresentada pela diretoria do Sindicato, conforme o quadro apresentado em anexo, acrescido das seguintes recomendações: "Que a ANDES-SN faça um estudo tomando como base dois fatores: fator filiado e fator arrecadação, podendo ser revistos os fatores de ponderação" e "Considerando o avanço da proposta apresentada sugere-se que sejam feitas simulações a serem apresentadas no próximo CONAD considerando-se o número de filiados e o montante da arrecadação das ADs com base no hum por cento (1%)". **8 - RATEIO DOS CUSTOS DOS CONGRESSOS** (Texto de Contribuição da ADUR-RJ Seção Sindical intitulado - Proposta de Cálculo do Rateio para os Congressos da ANDES-SN): "A ADUR-RJ pressupõe ser possível a deliberação, ainda neste XIV Congresso, sobre a adoção dos fatores de ponderação contidos na tabela elaborada pela diretoria a ANDES-SN, no cálculo do rateio para os Congressos". Após várias manifestações contrárias às propostas advindas da ADUR-RJ e os esclarecimentos por parte da tesouraria do sindicato das inconveniências de se aplicar os fatores de ponderação propostos ao rateio dos Congressos, e, também, tendo em vista o comportamento dos Grupos Mistos em relação à proposta, a mesma foi rejeitada por maioria e com algumas abstenções e aprovada a seguinte proposta: "A Diretoria da ANDES-SN deverá apresentar, para deliberação no XV Congresso, proposta de Sistema de Rateio de Custos dos Congressos da entidade. Esta proposta deverá levar em conta sugestões apresentadas pelas ADs inclusive as que foram debatidas neste Congresso", quais sejam: 1. Mantém-se o critério atual de cálculo do rateio. Para beneficiar as ADs Seções Sindicais menores, introduz-se a seguinte variável de cálculo: as ADs- Seções Sindicais com o número máximo possível de delegados participarão do rateio com um delegado a menos do total que compareceu. Ex.: a- AD com número máximo permitido de 02 delegados: trazendo os 2 delegados entra no rateio com um (01)delegado e a AD com número máximo de 08 delegados entra no rateio com sete (07) delegados e, trazendo seis (06) delegados entra no rateio com seis (06) delegados. 2. A diretoria da ANDES-SN deve apresentar ao XV Congresso estudo com a finalidade de reformular a técnica de rateio dos Congressos da ANDES-SN, levando em conta critérios políticos, tais como: número de delegados, número de filiados, distância da AD Seção Sindical ao local do evento. 3. A adoção dos fatores de ponderação para o rateio dos custos dos CONADs, para os Congressos da ANDES-SN . **9 - CONTRIBUIÇÃO DOS FILIADOS À ANDES-SN** (Caderno de Textos, pág. 50, parágrafos 31 a 33): Colocado em discussão o item, pelo presidente da mesa, foi aprovado com algumas abstenções a seguinte resolução: O XXV CONAD (Piracicaba/dez/92) estabeleceu um prazo até o XII Congresso da ANDES-SN para que as ADs Seções Sindicais implementassem esta política de contribuição. No entanto, nem todas as AD- Seções Sindicais o fizeram. Sendo assim, o XIV Congresso (Brasília, fev/95) estabelece o prazo até o XV Congresso da ANDES-SN para que as ADS Seções Sindicais implementem a contribuição de zero ponto dois por cento (0,2%) do salário base de cada docente filiado à ANDES-SN, contemplando a implantação efetiva de isonomia nas contribuições das ADs-Seções Sindicais, quando então a questão será discutida como prioritária, dentro das Questões Organizativas e Financeiras.. **10 - TEXTO AVULSO PROPOSTO PELA ADUSP SSind.:** Inicialmente a proposta da ADUSP SSind "A ANDES-SN, mediante consulta e interesse do Professor Valter, adiantará o salário que ele receberia como resultado da ação trabalhista, ficando o companheiro `a disposição da regional Rio Grande do Sul para fazer o trabalho sindical. O número de horas corresponderá às horas que ele trabalhava na instituição da qual foi demitido". Esta proposta foi apresentada por um delegado da ADUSP Seção Sindical, e, em seguida, o 1º Vice-Presidente da Regional Rio Grande do Sul, João Carlos Cousin, informou que a Regional tomou conhecimento desta proposta apenas neste Congresso e, em reunião com os delegados das ADs Seções Sindicais da Regional, presentes ao Congresso foi unânime a posição de não aceitar a proposta apresentada pela ADUSP e solicitou que esta Seção Sindical retirasse a proposta, o que não foi aceito. Como houve muitas inscrições, a Mesa propôs encaminhar apenas três falas a favor e três falas contrárias, o que foi contestado pelo Plenário, com a argumentação de que o Regimento do Congresso garantia a palavra a quantos se inscrevessem. Lido o item do Regimento pertinente à questão, o presidente da mesa aceitou a argumentação e retirou o encaminhamento. Passou-se então a encaminhar a fala dos inscritos. Após

intensa discussão, duas propostas foram apresentadas, sendo uma delas alteração da proposta original da ADUSP Seção Sindical que, ao invés de o companheiro Valter ficar à disposição da Regional Rio Grande do Sul, o mesmo ficaria a disposição do Sindicato e a outra proposta, "Regulamentar a matéria, sem que o apoio financeiro a dirigentes demitidos implique contrapartida de trabalho para a entidade. Não aplicabilidade do princípio ao caso do Prof. Valter" (Prof. Renato Oliveira- ADUFRGS Seção Sindical), ambas foram retiradas. Após toda a discussão, foram aprovadas três propostas: a) "Que neste XIV Congresso se faça uma manifestação de apoio ao referido docente através de uma moção dirigida ao Reitor da Universidade de Caxias do Sul exigindo a readmissão do Prof. Valter e o ressarcimento das perdas decorrentes deste ato de arbitrariedade e que a Diretoria da ANDES-SN elabore um documento a ser submetido a um próximo evento regulamentando esta matéria"; b) "Há disposição do Sindicato no sentido de contemplar o adiantamento de salários ao Prof. Valter, o qual ele deverá receber como resultado da ação trabalhista, pelo prazo de estabilidade por mandato sindical do mesmo. Os recursos para contemplar esse adiantamento sairão do Sindicato, através da tesouraria da entidade e de campanhas financeiras"; c) "Em relação à proposta da ADUSP Seção Sindical, de ação deste Sindicato em apoio ao Prof. Valter Freitas, demitido pela Universidade de Caxias do Sul, o XIV Congresso delibera: 1- Expressar sua solidariedade considerando a forma ilegítima e brutal de sua demissão; 2 - Manifesta sua solidariedade através de auxílio financeiro, correspondente ao salário durante o período de estabilidade; 3 - A Diretoria da ANDES-SN tomará as providências junto ao prof. Valter, para definir os procedimentos adequados para dar seqüência a esta decisão do XIV Congresso; 4- A Diretoria estabelecerá estudos para a definição de uma política de sustentação de docentes demitidos no exercício de seu mandato sindical até o próximo CONAD. Para o financiamento desse adiantamento, constante na letra b) da primeira proposta aprovada, foram apresentadas duas propostas, quais sejam: a) "as ações de antecipação dos salários para o Prof. Valter sairão dos cofres do Sindicato (Tesouraria e campanha financeira) que recebeu noventa e seis votos e, b) "essa antecipação sairá apenas de uma campanha financeira , que recebeu oitenta e cinco votos. Neste momento da Plenária, foi proposto e aprovado o seguinte: "Proposta de Alteração Regimental: Extensão do prazo do Congresso até as vinte e quatro horas do dia dezoito de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e cinco, considerando-se que às vinte e quatro horas os relógios deverão ser atrasados em uma hora em função do término do horário brasileiro de verão. **11 - PROPOSTA DE CAMPANHA NA MÍDIA** -Proposta remetida à Plenária do Tema IV pela Plenária do Tema III, apenas no que diz respeito à questão financeira. Foi apresentada pelo professor Sadi Dal Rosso, em contraposição a proposta apresentada pela diretoria, a seguinte proposta: "Considerando, 1 - a ampla divulgação na mídia de propostas do governo contrárias ao nosso projeto de universidade e que atentam contra os direitos da categoria; 2 - A urgente necessidade de nos contrapormos a este discurso, buscando sensibilizar a opinião pública, inclusive como forma de pressão sobre os parlamentares; 3 - A importância de ocupar espaços na mídia nacional contra os ataques à universidade pública e, especificamente, em defesa de conquistas sociais expressas na Constituição Federal (1988) e, no Regime Jurídico Único - RJU, tais como a aposentadoria integral, estabilidade, etc; 4 - Os elevados custos de qualquer campanha na mídia; 5 - O atual quadro de dificuldade financeira do Sindicato, detalhado no texto do Tema IV; propõe-se: a) definir o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para a campanha; b) fazer o rateio desse montante pelas ADs Seções Sindicais segundo o número de sócios; c) cada AD Seção Sindical empregará os meios necessários para arrecadar a quantia e enviá-la à ANDES-SN. Para o financiamento da campanha, a diretoria apresentava a seguinte proposta: "Propõe-se que todas as ADs realizem assembléias gerais no mês de março, para deliberar sobre a contribuição extra de hum por cento sobre o salário de cada docente, destinada a viabilizar a ocupação de espaço na mídia. A Diretoria enviará o texto a todas as ADs até o fim de fevereiro defendendo e detalhando esta contribuição extra que será descontada de uma só vez. Colocado em votação, a proposta apresentada pela diretoria do Sindicato foi derrotada recebendo cinqüenta e três votos contra a proposta aprovada com sessenta e cinco votos, e vinte e uma abstenções. Na seqüência, foi proposto e acatado pelo Plenário encaminhar os assuntos relativos às Alterações Estatutárias antes da discussão das Questões Jurídicas). **12 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA TRANSFORMAÇÃO DE ADs EM SEÇÕES SINDICAIS** (Caderno de Textos, pág 61, parágrafo 182). Considerando que algumas Associações de Docentes ainda não se transformarão em Seção sindical, a diretoria do sindicato propõe que: Em consônança com o disposto no Artigo 70 do Estatuto da ANDES-SN, fica prorrogado até o XV Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais", resolução aprovada com algumas abstenções. **13 - PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO ARTIGO 71 DO ESTATUTO, QUE TRATA DO QUÓRUM PARA ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS EM CONGRESSO** .(Caderno de Textos, pág. 61-62, parágrafo 183): Aprovada com abstenções; a seguinte resolução referente ao assunto: Em consônança com o disposto no Artigo 71 do Estatuto da ANDES-SN, fica prorrogada até o XV Congresso a possibilidade de alteração, desde que aprovados por cinqüenta por cento mais um (50% + 1) dos delegados neles inscritos, suspensa, até então, da vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21(vinte e um). **14 - OS CONSELHOS DA ANDES-SN** (Caderno de Textos, pág. 51,

parágrafo 44) Tendo em vista os vários questionamentos por parte de algumas ADs Seções Sindicais, no que diz respeito ao caráter do Conselhos da ANDES-SN, que já de algum tempo se assemelham a Congressos, a diretoria tem refletido, ultimamente, como operacionalizar o resgate do caráter desses conselhos, propõe e o Congresso aprova com algumas abstenções que "A diretoria da ANDES-SN e as ADs Seções Sindicais desencadeiem as iniciativas necessárias, no sentido de que os próximos CONADs reflitam, por sua organização e desenvolvimento, as características que decorrem de sua definição estatutária." **15 - PROPOSTA DE MODIFICAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ANDES-SN** (Cadernos de Textos, pág. 51, parágrafos 45 a 48) - A proposta apresentada para ser submetida ao XIV Congresso pelo professor Carlos Marcelo Lobo Maranhão da ADUFC Seção Sindical de redução do número de Conselhos Ordinários da ANDES-SN, de dois para um, durante o ano, foi colocada em discussão contra a proposta da diretoria do sindicato de manter o número atual, após cinco falas, inscritas sob a forma de sorteio entre os vários que se inscreveram para discutir o tema, foi rejeitada:, por oitenta e sete a favor e noventa e um a favor da proposta de manutenção do Estatuto do Sindicato apenas uma abstenção, com apresentação de duas declarações de votos: a) "Gostaria de deixar registrado nas Atas do XIV Congresso da ANDES-SN o meu reconhecimento a forma ética com a qual a Diretoria deste Sindicato encaminhou a discussão da proposta de alteração de nosso Estatuto no que concerne à freqüência dos CONADs, mesmo tendo discutido a referida proposta e se posicionado contra" (Prof. Ciro Nogueira Filho, ADUFC Seção Sindical); b) "É preciso empreender um debate ao nível das ADs sobre a organização dos CONADs e Congressos sob pena de termos de reeditar outras vezes essa discussão sobre a freqüência dos CONADs. Esse Congresso é a prova do quanto ainda precisamos melhorar nesse aspecto" (Prof. Tânia Batista, ADUFC Seção Sindical); **16 - TEXTO RESOLUÇÃO - CONTRIBUIÇÃO DAS ASDUERJ (CONRADs)**, (Texto Avulso, pág. 2, parágrafos 16 a 24). Após vencida a etapa da discussão sobre a freqüência dos CONADs, passou-se então a apreciação da proposta de criação dos CONRADs - Conselhos Regionais, apresentada pela ASDUERJ, nos seguintes termos: A proposta consiste em substituir o primeiro CONAD do ano por eventos regionais que permitam, ao mesmo tempo, uma participação mais significativa das ADs Seções Sindicais e a implementação mais efetiva das deliberações do Congresso. Assim, no lugar do primeiro CONAD, cada Secretaria Regional promoveria, no 2º trimestre de cada ano, uma atividade que possa reunir um número expressivo de representantes das ADs SSind e de filiados via Vice Presidência Regional, bem como convidados. Os eventos poderiam se chamar "Conselhos Regionais das ADs-CONRADs". A forma jurídica desta proposta seria a seguinte: a) Altera o inciso primeiro do art. 26 do estatuto do sindicato e acrescenta um artigo, onde couber. b) O inciso I do artigo 26 fica com a seguinte reação: Art 26 - O CONAD se reúne: I - Ordinariamente, uma vez por ano, no terceiro trimestre, em data e local fixados pelo Congresso anteriores. Acrescente-se, onde couber: Art...- Uma vez por ano, no segundo trimestre, no âmbito de cada Regional, a diretoria da ANDES-SN fará realizar um evento que reúna as ADs da respectiva região como objetivo de consolidar os encaminhamentos do Congresso e de discutir as questões pertinentes ao MD bem como aquelas de interesse direto da respectiva regional. Parágrafo único - A data e o local, bem como a regulamentação, a organização e outros objetivos do evento, serão definidos pelas respectivas secretarias regionais." A referida proposta foi desconsiderada por entender o Plenário de que a aprovação da manutenção de dois CONADs prejudicou a substituição de um evento nacional por outro de caráter regional. **17 - TEXTOS RESOLUÇÃO - CONTRIBUIÇÃO DA ASDUERJ** (Textos avulsos, pág 3 e 4, parágrafos 38 a 47 e parágrafos 56 e 57). Dando seqüência aos trabalhos, o presidente da mesa passou então ao próximo item de discussão que se tratava da proposta apresentada pela ASDUERJ, nos seguintes termos: "Proposta de abertura de discussão nas bases do MD sobre a conveniência de que seja apreciada pelo XV Congresso (1996) proposta de eleição proporcional para a diretoria da ANDES-SN: a) O XIV Congresso coloca em discussão no MD a conveniência de seja apreciada pelo XV Congresso (1996) proposta que estabeleça eleições proporcionais para a diretoria da ANDES-SN. Propomos o seguinte processo mínimo e indicativo: 1º Recomenda-se às ADs Seções Sindicais que dêem início à discussão desta matéria até 1º de abril de 1995 e a coloquem em pauta sempre que possível. 2º- A questão constará da pauta de pelo menos duas atividades promovidas pelas Regionais, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre de 1995. 3º O GT de Política Sindical discutirá a questão e subsidiará o MD. 4º A questão entrará em pauta nos dois CONADs ordinários de 1995. 5º -Caso seja aprovada a proposta de substituição do primeiro CONAD ordinário pelos CONRADs, a questão será pautada nestes eventos. 6º -Aqueles que julgarem conveniente que a questão seja apreciada pelo XV Congresso devem encaminhar a esta instância suas propostas concretas. 7º - Naturalmente, se não for encaminhada qualquer proposta ao XV Congresso, a questão se esgota nos limites da atual proposta." Inicialmente houve discordância do plenário pelo agrupamento, para discussão e votação, dos textos resolução sobre eleição proporcional para a diretoria e eleições em separado para as Secretarias Regionais. Por haver parte do Plenário pedindo que se passasse à votação sumária, sem qualquer discussão, a Mesa consultou o mesmo através de votação e a proposta de abrir inscrições para discussão venceu por maioria. Várias propostas foram então apresentadas sobre quantas inscrições seriam abertas.

Foram apresentadas quatro propostas: a) cinco inscrições: recebeu oitenta votos; b) dez inscrições: oitenta e um votos; c) quinze inscrições: três votos; d) vinte inscrições: um voto. Foi novamente encaminhada a votação entre as duas propostas que receberam mais votos e obteve-se o seguinte resultado: cinco inscrições recebeu oitenta e cinco votos e dez inscrições recebeu oitenta votos. Foram registradas três abstenções. Em vistas do imenso número de pessoas pedindo inscrições, a Mesa encaminhou um sorteio entre os solicitantes. Ganharam direito à inscrição Tânia, Júnior, Pinheiro, Milton e Dalton. Após a fala destes cinco, a Mesa consultou o Plenário se abriria cinco novas inscrições ou não. Através do voto, o Plenário decidiu que não seriam abertas mais inscrições (setenta e seis votos para não abrir, contra setenta e quatro votos por abrir novas inscrições). Após várias intervenções, foram apresentadas à Mesa e submetidas à votação as propostas: a) rejeição das propostas contidas no texto avulso, apresentada pela ASDUERJ (aprovada com noventa e três votos); b) aprovação da proposta com modificações (recebeu quatorze votos); c) Na perspectiva de aumentar a mobilização e participação no movimento docente, o XIV Congresso recomenda ampla discussão da nossa organização sindical (vinte e sete votos), e d) o XIV Congresso da ANDES-SN indica ao conjunto do movimento docente a discussão sobre o sistema eleitoral do sindicato. Que a Diretoria da ANDES-SN subsidie com textos as Seções Sindicais sobre o assunto (recebeu trinta e oito votos). Foi feita uma questão de ordem solicitando à Mesa encaminhar outra votação contrapondo as duas propostas mais votadas. Argumentou-se, então, que as três propostas perdedoras não obtiveram, juntas, cinquenta por cento dos votos e, por isso, compreendia-se que não era necessária nova votação. A Mesa consultou o Plenário submetendo à votação a questão de ordem, cento e oito delegados manifestaram-se contrários à questão de ordem e sessenta e um a favor da mesma, e seis delegados se abstiveram. Portanto, foi rejeitada, pelo Plenário, a questão de ordem. Após a votação, foram apresentadas à Mesa duas declarações de voto: a) "Abstive-me de votar na proposta da ASDUERJ incluída no Tema IV do XIV Congresso da ANDES-SN, por entender que a mesma continha uma armadilha que o Plenário do Congresso, sua Mesa Diretora e a Diretoria da ANDES-SN, se recusaram a perceber desde o início, através da qual os delegados contrários à tese da proporcionalidade na direção do Sindicato foram induzidos a votar contra o encaminhamento da discussão da proposta nas bases do movimento, assumindo por esta via uma atitude absurda e autoritária que não condiz com a trajetória da maioria dos delegados presentes ao Congresso". (Renato de Oliveira - ADUFRGS SSind); b) "Em protesto contra a maioria deste Plenário do XIV Congresso da ANDES-SN, que adotando a postura conhecida como "rolo compressor", "tratoragem", desconhece a manifestação legítima de forças minoritárias, presentes cotidianamente na luta pela construção deste Sindicato, que pretendem abrir o debate democrático através da estrutura nacional do Sindicato, sem fragmentá-la nas ADs isoladas, não contribuindo para a ampliação do debate democrático enfraquecendo o sindicato no enfrentamento do projeto neoliberal das elites que tentam destruir a soberania nacional através do desmonte do estado" (Antônio Rangel Júnior). **18 - TEXTO RESOLUÇÃO - ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA** (Texto Avulso, T4T5)- Foi submetida à apreciação da plenária a alteração estatutária, tipo acréscimo, no artigo 41 do Estatuto do sindicato a seguinte proposta no que diz respeito às atribuições dos Vice -Presidentes regionais; IV- convocar Assembléia Geral da categoria dos docentes onde não exista AD Seção Sindical, no âmbito máximo da sua base territorial, por IES isoladamente ou em grupo: a) ordinariamente, uma vez por ano, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria, fixando as bases das negociações respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no Congresso da ANDES-SN; b) extraordinariamente, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação. E, os incisos IV e V passam a ser renumerados, respectivamente. Proposta aprovado com algumas abstenções. **19 - TEXTO RESOLUÇÃO - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS** (Caderno de Textos, pág. 60 e 61, parágrafos 166 a 174 e 175 a 181 e Texto T4T1, com correções propostas no documento) - No que diz respeito a este assunto, a plenária deliberou com algumas abstenções as seguintes resoluções: 1- Quanto aos honorários advocatícios da assessoria jurídica nacional e das assessorias jurídicas regionalizadas: a) Sobre parcelas vencidas: a.1) Causas individuais- 10,0% (dez por cento), incidindo sobre o total da causa. a.2) Causas plurimas- curva descendente entre 10,0% (dez por cento) e 5,0%(cinco por cento), que tomará por base o valor da causa. Sobre causas com valor igual ou superior a US\$100,000,000.00(cem milhões de dólares) incidirá o percentual de 5,0%(cinco por cento). Causas com valor igual ou inferior a US\$5,000,000.00(cinco milhões de dólares) incidirá o percentual de 10,0% (dez por cento). Entre estes valores, far-se-á a curva. b)Sobre parcelas vincendas: b.1- No caso em que houver parcelas vencidas e vincendas, não incidirão honorários sobre as parcelas vincendas. b.2- Em casos de ações preventivas: b2.1- não incidirão honorários quando se destinar a evitar danos a salários e vantagens já conquistadas que estejam ameaçados. b2.2- Nos demais casos haverá negociação de honorários caso a caso. 2. Quanto aos honorários das assessorias jurídicas locais: recomenda-se que os honorários das Assessorias Jurídicas das Seções sindicais sejam os mesmos fixados para a Assessoria Jurídica Nacional e para as Assessorias Jurídicas Regionais. 3. Quanto à deliberação sobre o regimento do setor jurídico da ANDES-SN: A diretoria da ANDES-SN, com base no que foi aprovado em eventos anteriores e neste XIV Congresso, deverá apresentar, para deliberação,

no XXX CONAD a íntegra do Regimento do Setor Jurídico. **20 - PODER JUDICIÁRIO X DEMOCRACIA** - (Texto Avulso, proposto pela ADURN Seção Sindical, parágrafos 16 a 23) - aprovadas as seguintes propostas : 1 - Articular a ação em defesa das conquistas sociais e da democratização do poder judiciário, junto à OAB, ABI, CUT, etc.; 2 - Que o movimento docente se posicione contra a figura do Juiz Classista, tomando iniciativas que levem à concretização desta proposta; 3 - Promover debates sobre tais questões em todo país; 4 - Denunciar desmandos e outras exorbitâncias do poder judiciário; 5 - Buscar estratégias que façam chegar denúncias, esclarecimentos e propostas a toda a população; 6 - Promover profundas discussões das alternativas técnicas e políticas para todas as ações jurídicas em andamento. Propor elenco de ações políticas para reforçar ações jurídicas; 7 - Intensificar o trabalho de integração dos assessores jurídicos com os dirigentes sindicais, no debate político, se necessário; 8 - Intensificar a formação do "arquivo do jurídico" da ANDES-SN, enviando emissário a cada AD, se necessário; 9 - Ampliar a comissão Nacional de Assuntos Jurídicos pelo envolvimento de todas as ADs Seções Sindicais e maior participação no âmbito de cada AD. **21 - COBRANÇA JUDICIAL DO IMPOSTO SINDICAL NAS IPES** (Texto Resolução Avulso, arquivo T4T7, linhas 33 a 40). Após lido o comportamento dos grupos mistos no que refere a esta questão, foram submetidas à plenária e foram aprovadas, com algumas abstenções, as seguintes resoluções a) - Lutar pela devolução do imposto sindical em todas as IPES; b)- 2 - ajuizar ações ordinárias de cobrança das IPES definidas como prioritárias pelas instâncias do movimento; c) Acompanhar politicamente as IPES definidas como prioritárias pelas regionais e pela Diretoria Nacional. **22 - HOMOLOGAÇÃO DE ADs SEÇÕES SINDICAIS** (Caderno de Textos, pág. 61, parágrafos 175 a 181): Em consonância com os dispositivos estatutários do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria da ANDES-SN se manifesta favorável à homologação, pelo XIV Congresso da ANDES-SN, da transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais, a saber: **ADFAED - Associação dos Docentes da Faculdade de Educação da UDESC (Santa Catarina) - Seção Sindical** (parecer datado de 10/06/94 - XXVIII CONAD, "ad referendum" do XIV Congresso); **APROFEJ - Associação dos Professores da Faculdade de Engenharia de Joinville - Seção Sindical** (parecer datado de 10/06/94 - XXVIII CONAD, "ad referendum" do XIV Congresso); **ADFM - Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília - Seção Sindical** (parecer datado de 18/11/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso); **ADUR-RJ - Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seção Sindical** (parecer datado de 09/12/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso); **ADUFMAT - Rondonópolis - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - Rondonópolis - Seção Sindical** (parecer datado de 09/12/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso); **ADESA-PE - Associação dos Docentes da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - Seção Sindical** (parecer datado de 09/12/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso). Aprovadas todas as homologações **23 - LOCAL E DATA PARA O PRÓXIMO CONAD** - A única proposta de AD para sediar o XXX CONAD foi a APRUMA Seção Sindical. Não tendo outra proposta para contraposição à Mesa pôs em votação e a proposta foi aprovada. Propôs-se ainda o período de 27 a 29 de maio, com possibilidade de pequena alteração caso se fizesse necessário pela conjuntura política. A APRUMA Seção Sindical, que havia sugerido a primeira semana de julho, retirou sua proposta a favor daquela. Ficando então aprovada, a realização do XXX CONAD em fins de maio . Neste momento, foi apresentada à Mesa proposta de alteração deste Congresso: "Extensão do prazo do Congresso até as duas horas do dia dezoito de fevereiro". Posta em votação, a mesma foi aprovada. Foi proposto que o segundo CONAD de 1995 fosse sediado pela ADUEPB (Campina Grande) como local indicativo a ser deliberado no XXX CONAD conforme consta nos Estatutos da ANDES-SN. **LOCAL E DATA DO XV CONGRESSO** (Caderno de Textos, pág 53, parágrafos 61 a 75). Para sediar o XV Congresso da ANDES-SN, duas ADs Seções Sindicais se apresentaram como candidatas, sendo elas a SEDUFMS e ADUCSAL. Foi dada a palavra a representantes dessas ADs para que as mesmas fizessem a sua defesa, quando então se colocou em deliberação as propostas e o Plenário aprovou por setenta e dois votos a realização do XV Congresso em Santa Maria, organizado pela SEDUFMS e, com Salvador, organizado pela ADUCSAL, recebendo sessenta e dois votos, tendo ainda três abstenções. **25 - FINANCIAMENTO DA CAMPANHA - 1995 ANO EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA** (Questão remetida pela Plenária do Tema II para deliberação nesta Plenária) - Foi lida a proposta trazida da Plenária do Tema II: "Instituição da contribuição de hum por cento da receita mensal das ADs durante o ano de 1995 como uma das formas de garantir a concretização da campanha". Após algumas manifestações, a proposta foi aprovada por maioria. Para este tema, foi apresentada verbalmente uma proposta que não foi registrada pela Mesa e não foi a ela encaminhada por escrito. Após manifestações do Plenário, foram postas em votação as duas propostas, tendo sido aprovadas a manutenção do texto original. Após essa votação, foram lidas duas propostas trazidas por dois professores e que não constavam da pauta previamente aprovada. Quais sejam: a) "A formação do Comando de Mobilização nos termos aprovados pela reunião do Setor das IFES e XXIX CONAD"

(Plano de Lutas) e, b) "Criar comissão permanente de professores em cada Estado para acompanhar a atuação dos parlamentares estaduais e federais, relacionados às questões do plano de lutas do M.D. Membros desta Comissão juntamente a membros da Diretoria da ANDES-SN formarão a Comissão Nacional de acompanhamento dos trabalhos no Congresso Nacional (nas Comissões temáticas, lideranças partidárias, votações plenárias) referente ao plano de luta do M.D." Com relação à primeira proposta, foi então dado um informe, pela Prof^a Annie, de que havia sido criada, no CONAD de Niterói, uma Comissão de Mobilização composta por ADs do Setor das Federais e que já vem cumprindo sua função. Sugeriu, então, que se ampliasse essa Comissão com representantes de ADs dos outros dois setores. Quanto à proposta b) o plenário manifestou-se contrário à sua apreciação visto que estava sendo apresentada já no final da Plenária e que não havia sido discutida nem mesmo nos Grupos Mistos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada essa Plenária do Tema IV, com o Presidente da Mesa agradecendo ao plenário e convidando o Presidente, o Secretário Geral e o Tesoureiro da ANDES-SN para encaminharem os trabalhos da Plenária de Encerramento. Nada mais havendo a tratar eu, Solange Calcagno, lavrei a presente ata.

Fernando Molinos Pires Filho
Presidente

Solange Calcagno Galvão
2a Secretária

ANEXO À ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Resoluções sobre: Rateio dos custos - CONADs

1 - manutenção do princípio de rateio ponderado.

2 - modificação do sistema de ponderação, fazendo o fator de ponderação variar no intervalo de 0,5 a 18,5, com base no número de filiados, conforme tabela abaixo:

Nº Filiados		Fator Ponderação		
1	1	a	50	0.5
2	51	a	100	1.0
3	101	a	150	1.5
4	151	a	200	2.0
5	201	a	250	2.5
6	251	a	300	3.0
7	301	a	350	3.5
8	351	a	400	4.0
9	401	a	450	4.5
10	451	a	500	5.0
11	501	a	550	5.5
12	551	a	600	6.0
13	601	a	650	6.5
14	651	a	700	7.0
15	701	a	750	7.5
16	751	a	800	8.0
17	801	a	850	8.5
18	851	a	900	9.0
19	901	a	950	9.5
20	951	a	1000	10.0
21	1001	a	1100	10.5
22	1101	a	1200	11.0
23	1201	a	1300	11.5
24	1301	a	1400	12.0
25	1401	a	1500	12.5
26	1501	a	1600	13.0
27	1601	a	1700	13.5
28	1701	a	1800	14.0
29	1801	a	1900	14.5
30	1901	a	2000	15.0
31	2001	a	2200	15.5
32	2201	a	2400	16.0
33	2401	a	2600	16.5
34	2601	a	2800	17.0
35	2801	a	3000	17.5
36	3001	a	3500	18.0
37	> 3501			18.5

RECOMENDAÇÕES:

1 - Que a ANDES-SN faça um estudo tomando como base dois fatores: fator filiado e fator arrecadação, podendo ser revistos os fatores de ponderação.

2 - Considerando o avanço da proposta apresentada, sugere-se que sejam feitas simulações a serem apresentadas no próximo CONAD, considerando-se o número de filiados e o montante da arrecadação das ADs Seções Sindicais com base em 1%. (hum por cento)

RELATÓRIO TEMA IV

QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Resoluções sobre: Política de Finanças da ANDES-SN uma questão para discussão

- 1 - As ADs SSind. devem elaborar análise dos seus respectivos quadros financeiros, levando em consideração os gastos administrativos e demandas políticas, a fim de subsidiar a elaboração de proposta de Reformulação da Política de Finanças que viabilize as ações do Sindicato;
- 2 - As ADs SSind. devem encaminhar para a Tesouraria da ANDES-SN, até 17 de abril/95, as respectivas análises do quadro financeiro;
- 3 - Neste quadro, a recomendação do XXII CONAD de padronização das contribuições mensais das ADs Seções Sindicais, continua como fator importante para o fortalecimento da capacidade financeira do sindicato.
- 4 - A diretoria da ANDES-SN apresentará ao XXX CONAD proposta de Formulação da Política de Finanças;
- 5 - O XIV Congresso delega ao XXX CONAD deliberar sobre proposta de Reformulação da Política de Finanças.
- 6 - Que a proposta da política de finanças da ANDES-SN contemple a implantação efetiva da isonomia nas contribuições das ADs Seções Sindicais.

Resoluções sobre: Rateio dos custos - CONADs

1 - manutenção do princípio de rateio ponderado.

2 - modificação do sistema de ponderação, fazendo o fator de ponderação variar no intervalo de 0,5 a 18,5, com base no número de filiados, conforme tabela abaixo:

Nº Filiados		Fator Ponderação		
1	1	a	50	0.5
2	51	a	100	1.0
3	101	a	150	1.5
4	151	a	200	2.0
5	201	a	250	2.5
6	251	a	300	3.0
7	301	a	350	3.5
8	351	a	400	4.0
9	401	a	450	4.5
10	451	a	500	5.0
11	501	a	550	5.5
12	551	a	600	6.0
13	601	a	650	6.5
14	651	a	700	7.0
15	701	a	750	7.5
16	751	a	800	8.0
17	801	a	850	8.5
18	851	a	900	9.0
19	901	a	950	9.5
20	951	a	1000	10.0
21	1001	a	1100	10.5
22	1101	a	1200	11.0
23	1201	a	1300	11.5
24	1301	a	1400	12.0
25	1401	a	1500	12.5
26	1501	a	1600	13.0
27	1601	a	1700	13.5
28	1701	a	1800	14.0
29	1801	a	1900	14.5
30	1901	a	2000	15.0
31	2001	a	2200	15.5
32	2201	a	2400	16.0
33	2401	a	2600	16.5
34	2601	a	2800	17.0
35	2801	a	3000	17.5
36	3001	a	3500	18.0
37	> 3501			18.5

RECOMENDAÇÕES:

1 - Que a ANDES-SN faça um estudo tomando como base dois fatores: fator filiado e fator arrecadação, podendo ser revistos os fatores de ponderação.

2 - Considerando o avanço da proposta apresentada, sugere-se que sejam feitas simulações a serem apresentadas no próximo CONAD, considerando-se o número de filiados e o montante da arrecadação das ADs Seções Sindicais com base em 1%. (hum por cento)

Resoluções sobre: Rateio dos Custos dos Congressos

1 - A diretoria da ANDES-SN deverá apresentar, para deliberação do XV Congresso, proposta de sistema de Rateio dos Custos dos Congressos da entidade. Esta proposta deverá levar em conta sugestões apresentadas pelas ADs Seções Sindicais, inclusive as que foram debatidas neste Congresso.

Propostas de Sistema de rateio dos custos dos Congresso debatidas no XIV Congresso:

1 - Mantém-se o critério atual de cálculo do rateio. Para beneficiar as ADs menores, introduz-se a seguinte variável de cálculo: as ADs Seções Sindicais com o número máximo possível de delegados participarão do rateio com um delegado a menos do total que compareceu.

Ex.: 1 - AD com número máximo permitido de 02 delegados

- trazendo 2 delegados entra no rateio com 1

2.-. AD com número máximo de 08 delegados

-trazendo 08 delegados entra no rateio com 7 delegados

-trazendo 06 delegados entra no rateio com 6 delegados

2 - A Diretoria da ANDES-SN deve apresentar ao XV Congresso, estudo com a finalidade de reformular a técnica de rateio dos Congressos da ANDES-SN, levando em conta critérios políticos, tais como: nº de delegados, nº de filiados, distância da AD do local do evento.

3 - A adoção dos fatores de ponderação para rateio dos custos dos CONADs, para Congressos da ANDES-SN.

Resoluções sobre: Contribuição dos Filiados à ANDES-SN

1 - O XXV CONAD (Piracicaba/dez/92) estabeleceu um prazo até o XII Congresso da ANDES-SN para que as ADs Seções Sindicais implementassem esta política de contribuição. No entanto, nem todas as ADs Seções Sindicais o fizeram. Sendo assim, o XIV Congresso (Brasília, fev/95) estabelece o prazo até o XV Congresso da ANDES-SN para que as ADs Seções Sindicais implementem a contribuição de 0,2% (zero ponto dois por cento) do salário base de cada docente filiado à ANDES-SN, contemplando a implantação efetiva de isonomia nas contribuições das ADs Seções Sindicais, quando então a questão será discutida como questão prioritária, dentro das Questões Organizativas e Financeiras.

Resoluções sobre: Modificação dos Estatutos da ANDES-SN

A) Frequência dos Conselhos da ANDES-SN:

1 - Art. 26 - O CONAD se reúne:

I - ordinariamente, uma vez por semestre, em data e local fixado pelo CONAD anterior.

Mantém-se o Estatuto na forma atual, no que diz respeito à frequência dos CONADs.

Com relação aos Conselhos da ANDES-SN ainda se tomou a seguinte resolução:

1.1 - Que a diretoria da ANDES-SN e as ADs Seções Sindicais desencadeiem as iniciativas no sentido de que os próximos CONADs reflitam, por sua organização e desenvolvimento, as características que decorrem de sua definição estatutária.

B) Alterações Estatutárias

1 - Em consonância com o disposto no Artigo 70 do Estatuto da ANDES-SN, fica prorrogado até o XV Congresso o processo de transformação das ADs em Seções Sindicais.

2 - Em consonância com o disposto no Artigo 71 do Estatuto da ANDES-SN, fica prorrogado até o XV Congresso a possibilidade de alteração, desde que aprovados por cinquenta por cento mais um (50% +1) dos delegados neles inscritos, suspensa, até então, da vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

C) Competência dos Vice-Presidente Regionais

Art. 41 - ...

IV - convocar Assembléia Geral da categoria dos docentes onde não exista AD Seção Sindical, no âmbito máximo da sua base territorial, por IES isoladamente ou em grupo:

a) ordinariamente, uma vez por ano, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria, fixando as bases das negociações respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no Congresso da ANDES-SN;

b) extraordinariamente, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação.

- os incisos IV e V passam a ser numerados, respectivamente,

Resoluções sobre: Local do XXX CONAD e do XV Congresso

1 - O XIV Congresso, no uso das suas atribuições, aprova a indicação de que o XXX CONAD será realizado em São Luís - MA, organizado pela APRUMA Seção Sindical, em período a ser definido pela diretoria. No mesmo sentido, aprova a indicação de que o XV Congresso será realizado em Santa Maria - RS, organizado pela SEDUFSM, em data a ser definida pela diretoria do Sindicato.

Aprovou-se ainda que o período indicativo para o XXX CONAD fosse de 27 a 29 de maio/95, com possibilidade de pequena alteração caso se fizesse necessário pela conjuntura política.

2 - Fica como indicação, para ser deliberado no XXX CONAD, a realização do XXXI CONAD em Campina Grande - PB, organizado pela ADUEPB Seção Sindical.

Resoluções sobre: Conferência Operária Independente

1 - Apoiar a Conferência Operária Internacional Independente que será realizada em março de 1995.

2 - Aprovar a indicação de um diretor como delegado da ANDES-SN.

3 - Aprovado o nome do Presidente da ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch, como delegado da ANDES-SN na Conferência Operária Independente, e, do Secretário Geral, Edmundo Fernandes Dias como suplente.

Resoluções sobre: Suplência DNTE

1 - O XIV Congresso da ANDES-SN homologa a indicação, deliberada pelo XXIX CONAD, *ad referendum* deste Congresso de Luiz Henrique Schuch, Presidente do Sindicato, para ocupar a vaga de suplente na Coordenação do DNTE/CUT.

Resoluções sobre: O exercício do Mandato Classista

1 - Aprofundar e amadurecer a discussão sobre o exercício do mandato classista no conjunto do movimento sindical e, particularmente, no movimento docente;

2 - Elaborar critérios politicamente definidos para liberação de dirigentes sindicais que orientem o planejamento da ANDES-SN e das ADs Seções Sindicais, nesta questão;

3 - Definição de uma política para a consolidação e exercício do mandato classista pela ANDES-SN e ADs Seções Sindicais.

Resoluções sobre: Honorários Advocatícios da Assessoria Jurídica Nacional e das Assessorias Jurídicas Regionais

1 - Quanto aos honorários advocatícios da assessoria jurídica nacional e das assessorias jurídicas regionalizadas

a) Sobre parcelas vencidas:

a.1) **Causas individuais** - 10%, incidindo sobre o total da causa.

a.2) **Causas plúrimas** - curva descendente entre 10% e 5%, que tomará por base o valor da causa. Sobre causas com valor igual ou superior a US\$ 100.000.000,00 (cem milhões de dólares) incidirá o percentual de 5%. Causas com valor igual ou inferior a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) incidirá o percentual de 10%. Entre estes valores, far-se-á a curva.

b) Sobre parcelas vincendas:

b1 - No caso em que houver parcelas vencidas e vincendas, não incidirão honorários sobre as parcelas vincendas.

b2 - Em casos de ações preventivas:

b2.1 - não incidirão honorários quando se destinar a evitar danos a salários e vantagens já conquistados que estejam ameaçados.

b2.2 - Nos demais casos, haverá negociação de honorários caso a caso.

2) Quanto aos honorários das assessorias jurídicas locais

Recomenda-se que os honorários das Assessorias Jurídicas das Seções Sindicais sejam os mesmos fixados para a Assessoria Jurídica Nacional e para as Assessorias Jurídicas Regionais.

3) Quanto à deliberação sobre o regimento do setor jurídico da ANDES-SN

A diretoria da ANDES-SN, com base no que já foi aprovado em eventos anteriores e neste XIV Congresso, deverá apresentar, para deliberação no XXX CONAD, a íntegra do Regimento do Setor Jurídico.

Resoluções sobre: Cobrança do Imposto Sindical nas IPES

1 - Lutar pela devolução do imposto sindical em todas as IPES.

2 - Ajuizar ações ordinárias de cobrança das IPES definidas como prioritárias pelas instâncias do movimento

Resoluções sobre: Poder Judiciário X Democracia

- 1 - Articular a ação em defesa das conquistas sociais e da democratização do poder judiciário, junto à OAB, ABI, CUT, etc;
- 2 - Que o movimento docente se posicione contra a figura do juiz classista, tomando iniciativas que levem à concretização da resolução do item 1).
- 3 - Promover debates sobre tais questões em todo o país;
- 4 - Denunciar desmandos e outras exorbitâncias do poder judiciário;
- 5 - Buscar estratégias que façam chegar denúncias, esclarecimentos e propostas a toda a população;
- 6 - Promover profundas discussões das alternativas técnicas e políticas para todas as ações jurídicas em andamento. Propor elenco de ações políticas para reforçar ações jurídicas;
- 7 - Intensificar o trabalho de integração dos assessores jurídicos com os dirigentes sindicais, no debate político e jurídico;
- 8 - Intensificar a formação do “arquivo do jurídico” da ANDES-SN, enviando emissário a cada AD, se necessário;
- 9 - Ampliar a Comissão Nacional de Assuntos Jurídicos pelo envolvimento de todas as ADs e maior participação no âmbito de cada AD.

Resoluções sobre: Inscrição de AD Seções Sindicais em Grupos de Trabalho (GTs)

1 - APUFSC Seção Sindical:

- Prof. Waldir Rampinelli (GT Política Sindical)
- Prof. Antônio Carlos Machado de Rose (GT Política Agrária)

2 - ADUFRGS Seção Sindical:

- Prof^a Ilza Maria Tourinho Girarde (GT Comunicação e Artes)
- Prof^a Verônica Schmit (GT Política Agrária)

3 - SEDUFSM:

- Prof. Francisco F. de Freitas (GT Política Educacional)
- Prof^a Ada Cristina Machado Silveira (GT Comunicação e Arte)

4 - ADCEFET-MG:

- Prof^a Ana Lúcia Farias - Titular (GT História)
- Prof^a Maria Célia N. Borges Lima - Suplente (GT História)

- Prof^a Jacqueline Blaso (GT Ciência e Tecnologia)

5 - ADUFF Seção Sindical:

- Prof^a. Heloisa Gouvea - Titular (GT Política Educacional)
- Prof^a Sirene Soares Azevedo - Suplente (GT Política Educacional)

- Prof^a Amujaci Fátima Alves de Moraes Guedes - Titular (GT Segurança Social)
- Prof^a Lúcia Maria da Araújo Siqueira - Suplente (GT Segurança Social)

- Prof. Jacob Birsztok - Titular (GT Política Agrária)
- Prof^a Sirena Soares de Azevedo - Suplente (GT Política Agrária)

- Prof. Juarez Torres Duayer - Titular (GT Política Sindical)
- Prof^a Sônia Lúcio Rodrigues de Lima - Suplente (GT Política Sindical)

- Prof. Miguel Luiz Ribeiro - Titular (GT Ciência e Tecnologia)
- Prof. José Glauco Ribeiro Tostes - Suplente (GT Ciência e Tecnologia)

- Prof. José Glauco Ribeiro Tostes - Titular (GT Carreira)

- Prof. Miguel Luiz Ribeiro Ferreira - Titular (GT Comunicação e Arte)
- Prof^a Wilma Lúcia R. Pessoa - Suplente (GT Comunicação e Arte)

6 - ADUFC Seção Sindical

- Prof^a Tânia Batista - Titular (GT Política Educacional)
- Prof^a Cássia Damiani - Suplente (GT Política Educacional)

- Prof^a Helena Selma - Titular (GT Política Agrária)
- Prof. Roberto Cláudio - Suplente (GT Política Agrária)

- Prof. Almir Leal - Titular (GT História)
- Prof. Gisafran Nazareno - Suplente (GT História)

- Prof^a. Yaci Mendonça - Titular (GT Segurança Social)
- Prof^a Helena Serra Azul - Suplente (GT Segurança Social)

- Prof^a Adelaide Gonçalves - Titular (GT Política Sindical)

- Profª Elza Braga - Suplente (GT Política Sindical)

- Prof John Kenedy - Titular (GT Ciência e Tecnologia)
- Prof. Carlos Marcelo - Suplente (GT Ciência e Tecnologia)

- Prof. Ciro Nogueira - Titular (GT Verbas)
- Prof. Carlos Marcelo - Suplente (GT Verbas)

- Profª Izaira Silvino - Titular (GT Comunicação e Arte)
- Profª Adelaide Gonçalves - Suplente (GT Comunicação e Arte)

- 7 - ADUFG Seção Sindical:**
- Profª Angela Mascarenhas - Titular (GT Política Educacional)

- 8 - APUB Seção Sindical:**
- Prof Robério Ribeiro - Titular (GT Comunicação e Arte)

Resoluções sobre: Homologações de ADs Seções Sindicais

Em consonância com os dispositivos estatutários do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, a Diretoria da ANDES-SN se manifesta favorável à homologação, pelo XIV Congresso da ANDES-SN, da transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais, a saber:

ADFAED - Associação dos Docentes da Faculdade de Educação da UDESC (Santa Catarina) - Seção Sindical (parecer datado de 10/06/94 - XXVIII CONAD, "ad referendum" do XIV Congresso)

APROFEJ - Associação dos Professores da Faculdade de Engenharia de Joinville - Seção Sindical (parecer datado de 10/06/94 - XXVIII CONAD, "ad referendum" do XIV Congresso)

ADFMM - Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina de Marília - Seção Sindical (parecer datado de 18/11/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso)

ADUR-RJ - Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Seção Sindical (parecer datado de 09/12/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso)

ADUFMAT - Rondonópolis - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - Rondonópolis - Seção Sindical (parecer datado de 09/12/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso)

ADESA-PE - Associação dos Docentes da Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - Seção Sindical (parecer datado de 09/12/94 - XXIX CONAD - "ad referendum" do XIV Congresso)

Resoluções sobre: Campanha - 1995 Ano em Defesa da Universidade Pública e Gratuita

1 - Instituição da contribuição de um (1,0%) por cento da receita mensal das ADs Seções Sindicais durante o ano de 1995, como uma das formas de garantir a concretização da campanha.

Resoluções sobre: Viabilização financeira da Campanha na Mídia

Considerando,

a) a ampla divulgação na mídia de propostas do governo, contrárias ao nosso projeto de Universidade e que atentam contra os direitos da categoria;

b) a urgente necessidade de nos contrapormos a este discurso buscando sensibilizar a opinião pública, inclusive como forma de pressão sobre os parlamentares;

c) a importância de ocupar espaços na mídia nacional contra os ataques à universidade pública e, especificamente, em defesa de conquistas sociais expressas na Constituição Federal e no RJU, tais como a aposentadoria, estabilidade, etc;

d) os elevados custos de qualquer campanha na mídia;

e) o atual quadro de dificuldade financeira do Sindicato; deliberou-se:

1 - Definir o montante de R\$ 800.000,00 para a campanha;

2 - Fazer o rateio desse montante pelas ADs Seções Sindicais, segundo o número de filiados;

3 - Cada AD Seção Sindical empregará os meios necessários para arrecadar a quantia e enviá-la a ANDES-SN.

Resoluções sobre: Proposta encaminhada pelo Setor dos Docentes das IFES/ANDES-SN

1 - Realizar Seminários Regionais com a participação de representantes das Seções Sindicais dos três CEFETs (ADCEFET-RJ, ADCEFET-MG e SINDOCEFET-PR) e Regionais da ANDES-SN, convidando diretores das ADs das Escolas Técnicas da região, tendo como pauta: "A CEFETIZAÇÃO".

1º Seminário (experimental): CEFET-PR convidando diretores das ADs das Escolas Técnicas do RS, SC, PR e SP.

2 - Realizar Encontro Nacional sobre 1º e 2º graus nas Instituições de Ensino Superior.

O encontro, entre outras questões terá como pauta:

- Proposta do governo para o ensino de 1º e 2º graus;
- as Instituições de Ensino Superior e o ensino de 1º e 2º graus;
- CEFETIZAÇÃO;
- Sindicalização

PARTICIPANTES: Sindicalizados da ANDES-SN e serão convidados diretores sindicais da ANDEF e SINASEF

3 - CRONOGRAMA

Os seminários preparatórios serão realizados até o mês de abril/95.

O Encontro Nacional será realizado no mês de maio/95 no ADCEFET-MG

4 - QUESTÃO FINANCEIRA

A diretoria do Sindicato em conjunto com as regionais definiria como viabilizar financeiramente a participação de representantes das escolas técnicas nos Seminários Regionais, o Encontro Nacional sobre 1º e 2º graus nas Instituições de Ensino Superior, como também, a contribuição financeira das ADs Seções Sindicais.

Resoluções sobre: Apoio Financeiro a ex-diretor demitido durante estabilidade sindical

- 1 - Que neste XIV Congresso se faça uma manifestação pública de apoio ao referido docente através de uma moção dirigida ao Reitor da Universidade de Caxias do Sul, exigindo a readmissão do professor Valter e o ressarcimento das perdas decorrentes deste ato de arbitrariedade e que a diretoria elabore um documento a ser submetido a um próximo evento regulamentando esta matéria;
- 2 - Disposição do Sindicato no sentido de contemplar o adiantamento de salários ao professor Valter, o qual ele deverá receber como resultado da ação trabalhista, pelo prazo da estabilidade por mandato sindical do mesmo. Os recursos para contemplar esse adiantamento sairão do Sindicato, através da Tesouraria do Sindicato e de Campanhas financeiras;
- 3 - O XIV Congresso expressa sua solidariedade através de auxílio financeiro, correspondente ao salário durante o período de estabilidade;
- 4 - Manifesta sua solidariedade através de auxílio financeiro, correspondente ao salário durante o período de estabilidade;
- 5 - A diretoria da ANDES--SN tomará as providências junto ao Prof. Valter, para definir os procedimentos adequados para dar seqüência à decisão deste Congresso;
- 6 - A diretoria da ANDES-SN estabelecerá estudos para a definição de uma política de sustentação de docentes demitidos no exercício de seu mandato sindical até o XXX CONAD.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Aos trinta e cinco minutos do dia dezenove de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e cinco constituiu-se a mesa da Plenária Final de Encerramento: Luiz Henrique Schuch, Presidente da ANDES-SN; Edmundo Fernandes Dias, Secretário Geral; Agamenon Tavares de Almeida, Tesoureiro; Antônio Sebben, Presidente da ADUnB e Maria Zoreide Britto Maia, 2ª Vice-Regional Planalto. O Presidente fez uma breve avaliação dos trabalhos do Congresso e passou a palavra ao Secretário Geral que leu e pôs em votação as moções apresentadas a esta Plenária (transcritas em anexo). Foi justificada a impossibilidade da elaboração da Carta de Brasília e ficou o compromisso de, ainda durante a semana entrante, ser enviada junto com os eixos do Plano de Lutas para todas as ADs. Fez-se ainda o sorteio de um quadro pela Campanha de Solidariedade a Cuba. Schuch passou, então, a palavra ao Prof. Antônio Sebben, nosso anfitrião. Este, em rápidas palavras, congratulou-se com os trabalhos do Congresso. Depois, o companheiro Schuch passou a palavra a Profª Zoreide que agradeceu em nome da Vice-Presidência Regional. Foi feita finalmente uma moção de agradecimento aos trabalhadores da ANDES-SN, da ADUnB, da equipe que filmou as plenárias e grupos e a todos os que trabalharam e garantiram o sucesso do Congresso. À uma hora e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Plenária e eu, Edmundo Fernandes Dias, Secretário Geral da ANDES-SN, lavrei a presente ata que vai por mim assinada e pelo Presidente da ANDES-SN, Luiz Henrique Schuch.

Luiz Henrique Schuch
Presidente

Edmundo Fernandes Dias
Secretário Geral

ANEXO À ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

MOÇÕES

MOÇÃO 1

Os delegados presentes ao XIV da ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro de 1995, repudiam a atitude do Conselho do Departamento de Biologia e da Congregação do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, de não renovar o contrato de trabalho da Prof^a Dr.^a Marina Passetto Nóbrega, membro do Conselho de Representantes da ADUSP SSind. e atuante do movimento docente na USP.

Tendo em vista que pareceres técnicos, cartas de cientistas do país e do exterior e, ainda, manifestações de alunos indicam, claramente, seu excelente desempenho acadêmico que se contrapõem à evidência de predomínio de avaliações de cunho pessoal e discriminatório, conforme se depreende do ofício do Chefe de Departamento, a plenária final do XIV Congresso da ANDES-SN considera essencial a reversão dessa decisão, a fim de que se mantenham os princípios fundamentais da vida universitária pautados na qualidade acadêmica e no respeito às diferenças.

Aos membros do Conselho do Departamento de Biologia

Fax: (011) 818-7416

Aos membros da Congregação do Instituto de Biociências

Fax: (011) 818-7416

Aos membros do Conselho Universitário

Fax: (011) 815-2741

MOÇÃO 2

Os delegados reunidos no XIV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro de 1995, indignados com o comportamento da reitoria da Universidade de São Paulo que move uma ação judicial contra o Sindicato dos Trabalhadores da USP, em função de supostos danos ocorridos durante a greve de 1994, consideram que uma atitude dessa natureza constitui, na prática, uma clara negação do direito de greve e reivindicam, dessa reitoria, a retirada da aludida ação judicial.

Enviar para:

Reitoria da USP FAX: 815-5665

SINTUSP - FAX: 814-5789

MOÇÃO 03

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95 em Brasília, aprovaram o envio de moção ao Governador do Estado do Paraná - Jaime Lerner nos seguintes termos:

É imprescindível para o desenvolvimento científico e tecnológico deste Estado que Vossa Excelência cumpra compromisso de campanha, assumido publicamente, no sentido de encaminhar ao Poder Legislativo, projeto de lei regulamentando o Art. 205 da Constituição Estadual, que determina o montante de recursos não inferior a 2% do orçamento tributário para o fomento à pesquisa científica e tecnológica a ser gerido por órgão específico com representação paritária dos 5 segmentos estabelecidos no citado artigo constitucional.

Exmo. Sr.
Jaime Lerner
DD. Governador do Estado do Paraná
Palácio Iguaçu - Centro Cívico
80.000 - 000 - Curitiba-PR

MOÇÃO 4

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, apresentam ao Sr. Ministro de Estado da Educação e Desporto, Prof. Paulo Renato de Souza, a seguinte moção:

Há bastante tempo, a ASDESAM SSind., através da ANDES-SN, vem procurando encontrar, nesse Ministério, caminhos que nos levassem ao resultado do Inquérito Administrativo Disciplinar que foi instituído pela Portaria nº 06/94-SESU/MEC, através do processo nº 23000.007442/92-00.

Uma carta documento, contendo um grande número de denúncias, foi enviada por nós e cobrada insistentemente ao MEC, na tentativa de resolver a grande crise instaurada na Escola Superior de Agricultura de Mossoró - ESAM, a partir, principalmente, do golpe que foi perpetuado em 27 de dezembro de 1991.

O processo acima epigrafado tem origem na denúncia formulada por vinte e seis (26) professores da Escola Superior de Agricultura de Mossoró, e inicialmente endereçada à Polícia Federal e por esta remetida a exame do Ministério da Educação e do Desporto, complementada, ainda com a comunicação à Procuradoria da República, em Natal-RN, e com a AUDITORIA procedida pela Secretaria de Controle Interno (CISSET) do MEC.

É de suma importância para a própria Escola que os resultados do Inquérito sejam divulgados e que se cumpra o que a Comissão nele sugere.

O XIV Congresso da ANDES-SN exige que o novo governo, no seu dever de salvaguardar as conquistas e preservar o patrimônio acadêmico nacional, agilize a tramitação do processo e reveja todas as denúncias feitas como forma de resgatá-las dando-lhes importância e dinâmica definitivas.

Ministro da Educação
Paulo Renato de Souza

MOÇÃO 5

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, repudiam as alterações da política salarial dos trabalhadores do município de São Paulo e a odiosa violência aplicada contra os mesmos nas manifestações ocorridas diante da Câmara Municipal de São Paulo.

Tanto a alteração da política salarial sem discussões democráticas e sem a possibilidade de participação dos trabalhadores, quanto a violência física contra os manifestantes mostram que o Sr. Maluf continua procedendo da mesma forma arbitrária que utilizava na época da ditadura militar, regime que tanto o agradava e que o lançou no cenário político nacional.

Encaminhar para:
Paulo Maluf - Câmara Municipal de SP

MOÇÃO 6

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, ao tomarem conhecimento da grave situação trabalhista e pedagógica em curso na Colômbia, acatam e legitimam:

- as reivindicações por um salário profissional justo capaz de dignificar o exercício da docência, e por condições reais de um trabalho compatíveis com as responsabilidades da categoria;
- a necessidade de regulamentação e desenvolvimento das leis de educação (Lei 115/94) e de transferências de recursos e competências (Lei 60/93) acordadas entre vosso governo e a Federación Colombiana de Educadores (FECODE);
- a necessidade de revogação ou modificação dos Decretos 2903 e 2886 de dezembro de 1994, expedidos unilateralmente pelo governo, que atentam contra as Leis 115/94 e 60/93;
- a revisão salarial visto que o atual incremento de 19% dos salários é insuficiente para atender às necessidades de sobrevivência e desempenho adequado da categoria;
- a necessidade de o governo conceder meios efetivos que viabilizem a educação pública, através de um orçamento que garanta a educação pública, gratuita e de qualidade.

Nesse sentido, reafirma a ANDES-SN ser a educação um direito de todos e um dever do Estado, e expressa a vontade dos docentes brasileiros de que o pleito dos colegas docentes colombianos tenha uma rápida e efetiva resolução e, ao mesmo tempo, solicita a imediata abertura de negociações para efetivar a retomada das aulas e demais atividades.

Enviar para:
- Presidente da República da Colômbia
- Ministro da Educação da Colômbia
- Ministro Fazenda da Colômbia

MOÇÃO 7

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, vêm externar seu repúdio às propostas de privatização dos Bancos Estaduais.

Os bancos públicos têm papel fundamental para a promoção de políticas públicas, através do financiamento de pequenos e médios produtores que não interessam aos bancos privados.

Além disso, a privatização daqueles bancos por determinação do Banco Central configura-se num gravíssimo desrespeito à autonomia dos Estados, atropelando um dos pilares constituintes da Federação Brasileira.

Sem dúvida, é absolutamente pertinente a discussão de modo a evitar o uso inadequado dos bancos estaduais por governadores descomprometidos com o bem público. Tais formas passam pelo envolvimento das Assembléias Legislativas, Tribunais de Contas Estaduais e das entidades representativas da sociedade civil organizada, jamais por uma privatização irresponsável, de interesse exclusivo dos bancos privados, ao arrepio do interesse social e da Federação Brasileira.

Enviar para:

Governadores dos Estados de São Paulo Rio de Janeiro e Alagoas, bem como ao Banco Central

MOÇÃO 8

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, aprovaram:

A ANDES-SN tem sua história ligada ao combate à privatização do espaço público, ao uso irresponsável das verbas e à defesa intransigente de contratações exclusivamente por concursos públicos. Não há, portanto, como imaginar que a ANDES-SN seja conivente com a criação e a utilização do BANESER e outras empreiteiras de mão-de-obra com fins de apadrinhamento político e de obtenção de fabulosos lucros privados, recurso amplamente empregado pelos governadores Quércia e Fleury. Há de se atentar, entretanto, para o fato de que o repentino desmantelamento do BANESER, encaminhado de forma propangadística e pouco responsável pelo governo Covas, tem reflexos seriíssimo sobre o fundamento de estruturas socialmente importantes no Estado de São Paulo, tais como a Secretaria de Cultura. De fato, é inaceitável a dispensa pura e simples das contratadas, atribuindo o mesmo tratamento a trabalhadores qualificadas, honestas e comprometidas com os interesses da população - com muitos anos de serviço público - e a pessoas que, às expensas dos recursos públicos, serviam a interesses partidários e privados.

Assim, os participantes do XIV Congresso da ANDES-SN defendem que:

- 1 - Os direitos e interesses da população e dos trabalhadores não sejam vítimas de arbitrariedade, violências e procedimentos administrativos demagógicos;
- 2 - Sejam apuradas as responsabilidades das envolvidas no escândalo BANESER e outras que têm surgido, com frequência, no Estado de São Paulo;
- 3 - A atuação do governo paulista seja democrático e transparente, em respeito à ética e a moralidade da administração pública que afirma defender.

Enviar para:

Governador de São Paulo

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi 4.500

05698-900

Fax: 845 3700 e Tel.: 845 3344

Comando dos Trabalhadores da Secretaria de Estado da Cultura

R. da Consolação 2333

013010-100 - São Paulo - SP

Fax: 255 6348

MOÇÃO 9

Conforme palavras do próprio Presidente da República, o salário mínimo, no Brasil, constitui uma realidade insuportável, inaceitável, revoltante e vergonhosa.

Nesse sentido, professores e pesquisadores brasileiros, reunidos no XIV Congresso da ANDES - Sindicato Nacional, realizado em Brasília, de 14 a 18 de fevereiro de 1995, vêm conclamar o executivismo parlamentar a derrubar o veto presidencial ao aumento do salário mínimo que constitui um ato de indignidade e humilhação merecedor dos mesmos qualificativos usados pelo senhor Presidente para expressar o valor do salário mínimo nacional.

Reafirmam ainda que as questões financeiras da Previdência Social, álbi eternamente evocado para justificar a recusa de um aumento urgente do salário mínimo, devem-se, na verdade, a outros fatores, como desvio de recursos da previdência para outros fins e sonegação da contribuição devida por empresas e pelo próprio governo.

Brasília, 18 de fevereiro de 1995

XIV Congresso da ANDES-Sindicato Nacional

Moção endereçada aos recém-empossados parlamentares (deputados e senadores) do Congresso Nacional

MOÇÃO 10

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, repudiam a deliberação do Conselho Universitário da Universidade Federal do Ceará, ocorrida na reunião do dia 29 de dezembro de 1994, no sentido de que, no processo eleitoral para a Reitoria dessa Universidade, cada eleitor (professor, estudante ou funcionário) votasse em até 06 (seis) nomes, o que descaracteriza a proposta discutida e deliberada pelos docentes de toda a instituição que se manifestam a favor da votação de uma chapa com apenas duas indicações: de reitor e vice-reitor.

Enviar para:
Universidade Federal do Ceará
Reitoria
Fortaleza-CE

MOÇÃO 11

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, vêm repudiar os parlamentares que aprovaram e o Presidente da República que sancionou a anistia ao Senador Humberto Lucena, pelo fato de o parlamentar em questão ter sido cassado pelo STF, em função da utilização indevida de recursos públicos, em desrespeito a uma instância superior, e também, por tal ato significar a precarização do Estado de Direito, a constituição de uma etapa superior da impunidade e preservação das oligarquias regionais.

Ao Presidente da República
Às Lideranças partidárias na Câmara e no Senado

MOÇÃO 12

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, vêm repudiar a política indiscriminada de criação de Entidades Filantrópicas, uma vez que a utilização de critérios duvidosos para a criação dessas entidades tem feito surgir uma modalidade de renúncia fiscal, que hoje chega a 7 bilhões de reais, tendo em vista que a maioria destas entidades desempenha atividades altamente lucrativas como escolas e faculdades privadas, hospitais privados e, principalmente, Fundações criadas por parlamentares que estiveram envolvidas no escândalo do orçamento.

Ao Presidente da República
Às Lideranças de Partidos na Câmara e Senado

MOÇÃO 13

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, repudiam a atitude do TRT-MA que condecorou o senador Humberto Lucena com a medalha de mérito trabalhista. Essa condecoração expressa não só a cumplicidade de setores do judiciário com a impunidade bem como, pelo fato de ter ocorrido em momento subsequente ao julgamento e condenação do Senador Humberto Lucena pelo STF, se caracteriza como uma premiação à corrupção, se constituindo por isso uma afronta e desrespeito à sociedade.

Enviar para: TRT-MA

MOÇÃO 14

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, tomando conhecimento de denúncias apresentadas pelo conjunto de professores de Educação Física presentes a este evento, repudiam a política do governo Fernando Henrique Cardoso, para a área da Educação Física e Esporte, cristalizada na Lei Faccioni, que institui o Sistema Desportivo Brasileiro.

Denuncia-se a forma antidemocrática com que essas propostas estão sendo encaminhadas, visto que a sociedade, através de suas entidades representativas, não vem sendo consultada para elaboração, desenvolvimento e implementação das políticas públicas para a Educação Física e o Desporto.

Reafirma-se, pois, a recusa veemente dos procedimentos autoritários que deram origem a este conjunto de propostas que não representa as necessidades da maioria da população, com relação à Educação Física e ao Desporto, nem o que, as entidades representativas dos professores brasileiros vêm construindo historicamente.

- Ministro da Educação e Desporto
- Ministro Extraordinário do Esporte - Pelé

MOÇÃO 15

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, considerando o total abandono em que se encontra a Casa do Brasil, na Cidade Universitária de Paris, manifestam total apoio à Carta Aberta ao Presidente da República subscrita pelos residentes daquela casa e exigem que o governo brasileiro reassuma sua responsabilidade na gestão financeira da Casa, rompida em 1970, pelo regime militar.

Enviar para:
Presidente da República
Ministério da Educação e do Desporto
Ministério de C&T
Ministério das Relações Exteriores
Itamarati
OAB
ABI

MOÇÃO 16

Os docentes das Instituições de Ensino Superior presentes ao XIV Congresso da ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, realizado no período de 14 a 18.02.95, em Brasília, manifestam seu veemente repúdio à decisão do Presidente da República de vetar o insignificante aumento do salário mínimo para R\$ 100,00, em um gesto de total descompromisso com as condições mínimas de sobrevivência dos trabalhadores, ferindo gravemente a dignidade humana dos cidadãos e aliando-o à minoria exploradora, grande responsável e beneficiária das desigualdades sociais.

Enviar para:
Presidente da República
Lideranças dos Partidos na Câmara e no Senado

RATEIO DO XIII CONGRESSO DA ANDES-SN

AD/SSIND	FILIADOS	FATOR	QUOTA	TRANSPORTE	TAXA OBSERV.	A PAGAR	A RECEBER
ADUNIMONTES (ISENTO)	82	0	0	0	0	0	0
ADCEFET-MG	250	4	2.952,66	144,16	0,00	0,00	-2.808,50
ASPUV	832	5	3.690,83	235,00	0,00	0,00	-3.455,83
ADUFU	994	5	3.690,83	115,00	0,00	0,00	3.575,83
ASPESAL	222	1	738,17	365,96	0,00	0,00	-372,21
ADUFES	1162	6	4.429,00	2.855,76	0,00	0,00	1.573,24
APES-JF	740	6	4.429,00	2.778,96	0,00	0,00	-1.650,04
APUBH	2332	11	8.119,83	396,44	0,00	0,00	-7.723,39
APRUMA	697	7	5.167,16	4.615,80	0,00	0,00	-551,36
ADUFPI	1225	9	6.643,49	5.179,68	15,00	0,00	-1.478,81
ADUFC	1555	10	7.381,66	6.839,40	0,00	0,00	-542,26
ADFURRN	374	3	2.214,50	2.249,04	0,00	34,54	0,00
ADUFPB-CG	1117	1	738,17	447,60	0,00	0,00	-290,57
ADUFEPE	1358	9	6.643,49	6.076,44	15,00	0,00	-582,05
ASDESAM (ISENTO)	53	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADURN	1459	9	6.643,49	6.747,12	0,00	103,63	0,00
ADUFPB-JP	1800	10	7.381,66	6.955,00	150,00	0,00	-576,66
ADUFERPE	496	5	3.690,83	3.375,80	0,00	0,00	-315,03
ADUC (ISENTO)	121	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PATOS (ISENTO)	87	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADUEPB	519	6	4.429,00	4.173,00	0,00	0,00	-256,00
APUB	2070	10	7.381,66	5.098,00	105,00	0,00	-2.388,66
ADUSB	297	4	2.952,66	715,00	45,00	0,00	-2.282,66
ADUCSAL	296	3	2.214,50	1.529,40	0,00	0,00	-685,10
ADUFS-SE	512	3	2.214,50	1.726,56	0,00	0,00	-487,94
ADUFAL	943	5	3.690,83	3.133,00	0,00	0,00	-557,83
ADUNEB (ISENTO)	368	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADUFAC	310	2	1.476,33	1.616,20	0,00	139,87	0,00
ADUA	631	2	1.476,33	1.473,08	0,00	0,00	-3,25
ADUNIR	240	1	738,17	750,74	0,00	12,57	0,00
SEDUF-RR (ISENTO)	91	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADUFPA	1500	3	2.214,50	1.958,16	0,00	0,00	-256,34
ADUFMAT	1143	8	5.905,33	3.665,76	0,00	0,00	-2.239,57
ADFESMAT	171	1	738,17	458,22	30,00	0,00	-309,95
ADUFMS	926	4	2.952,66	2.510,24	0,00	0,00	-442,42
ADESA-GO (ISENTO)	142	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADUNITINS (ISENTO)	140	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADUFG	1227	9	6.643,49	90,00	15,00	0,00	-6.568,49
ADUNB	985	8	5.905,33	0,00	90,00	0,00	-5.995,33
ADCAC (ISENTO)	61	1	0,00	0,00	15,00	15,00	0,00
ADUFF	2350	11	8.119,83	5.094,76	75,00	0,00	-3.100,07
ADUNIRIO	514	4	2.952,66	1.852,64	0,00	0,00	1.100,02
ASDUERJ	1440	1	738,17	463,16	30,00	0,00	-305,01
ADUR-RJ	578	6	4.429,00	2.778,96	30,00	0,00	-1.680,04
ADCEFET-RJ	456	2	1.476,33	926,32	0,00	0,00	-550,01
ADUFRJ	2873	8	5.905,33	3.828,00	0,00	0,00	-2.077,33
ADUFRGS	• 2010	10	7.381,66	6.693,40	15,00	0,00	-703,26
SEDUFMS	1114	4	2.952,66	2.765,36	15,00	0,00	-202,30
APROFURG	665	6	4.429,00	4.136,04	0,00	0,00	-292,96
ADUFPEL	1122	4	2.952,66	2.740,16	0,00	0,00	-212,50
ADFMM (ISENTO)	190	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADUNICAMP	1810	1	738,17	449,10	0,00	0,00	-289,07
ADUNIMEP	367	4	2.952,66	1.916,40	0,00	0,00	-1.036,26
ADUNESP	1009	4	2.952,66	1.941,80	0,00	0,00	-1.010,86
ADUFSCAR	606	7	5.167,16	3.349,50	15,00	0,00	-1.832,66
ADUSP	3300	13	9.596,16	5.838,30	15,00	0,00	-3.772,86
SINDOCEFET-PR	478	3	2.214,50	1.669,20	0,00	0,00	-545,30
ADUEL	620	1	738,17	576,82	0,00	0,00	-161,35
APUFSC	2004	9	6.643,49	5.498,64	0,00	0,00	1.144,85
APUFPR	2194	11	8.119,83	6.120,40	15,00	0,00	-2.014,43
TOTAL ADS - 60	55228	280	205.948,33	136.913,48	690,00	305,61	-70.000,46

Despesas	
Pessoal _____	8.920,00
Convidados _____	480,00
Telefone _____	1.500,00
Material de Secretaria _____	500,00
Xerox. _____	4500,00
Condução e Combustivel _____	500,00
Divulgação (1) _____	16.100,00
Abertura e Integração (2) _____	6.100,00
Infraestrutura _____	11.050,00
Pastas, Camisetas, Blocos (3) _____	14.490,00
Correio _____	300,00
Gastos Brutos com Organização _____	64.400,00
Receitas	
1) Camisetas _____	290,00
2) Taxa Observadoree _____	720,00
3) Videos _____	0,00
	11010,00
Gastos Liquidos c/ Organização _____	63.430,00
Margem de Segurança _____	10% - 6.343,00
Gastos com Organização _____	69.773,00
Transporte de Delegados _____	136.913,48
Total a ser Rateado _____	206.686,48
Taxa de Rateio _____	738,16

APENSO TEXTOS DE APOIO

TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

TEXTO 1

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

A questão internacional

A conjuntura indica, para a ANDES-SN, para os movimentos organizados, seja sindical, seja popular, para os partidos que se reportam ao conjunto das classes trabalhadoras, a tarefa de aprofundar a luta contra a proposta neoliberal no âmbito nacional e internacional.

Mais do que nunca o neoliberalismo implica a perda constante de autonomia das classes trabalhadoras e das nações. Cada vez mais ele se apresenta, globalmente, como sendo o máximo de "racionalidade" possível da história. Assim ele pretende impôr-se como destino único e universal. Pretensão ideológica que trabalha necessariamente com a exigência da submissão dos Estados capitalistas desigualmente desenvolvidos à sua ordem mundial.

A última década assistiu a um esforço acelerado no mundo capitalista no sentido de redefinição da divisão internacional do trabalho. Um dos pilares desse processo (que se insere na perspectiva mais ampla da construção do projeto neoliberal) vem sendo a articulação/consolidação de blocos econômicos. Após algumas dezenas de anos viu-se avançar a concretização do processo de integração econômica da Europa ainda com graves dificuldades econômicas e políticas. Paralelo a isso o Japão encaminhou a construção do bloco asiático. Para fazer frente a esse processo de integração a economia americana, tardiamente, acorda para os perigos dessa integração que, de algum modo, a excluía. Integração que poderia aprofundar a crise interna em processo de gestação lenta e gradual. A opção foi a articulação de um bloco americano que pudesse aglutinar força econômica que desse suporte ao confronto concorrencial com os outros dois blocos. O NAFTA vai-se construindo. É sintomático que não interessasse aos Estados Unidos a "americanização" completa do bloco o que implicaria a incorporação das frágeis economias latino-americanas, cuja tradicional dependência econômica em relação aos Estados Unidos podia ser mantida, na maioria dos casos, sem a sua vinculação a um bloco americano. É neste contexto que se amplia o espaço para uma articulação parcial na América Latina com o MERCOSUL congregando o Brasil e Argentina, duas das mais "fortes" economias da região.

Vale lembrar que o "novo" desenho da ordem econômica internacional se faz na perspectiva de produzir instrumentos e mecanismos que atendam às necessidades do processo de reprodução do capital e que as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas têm, nesse sentido colaborado de forma acelerada e decisiva. O processo em andamento apresenta distorções e contradições, avanços e retrocessos que contribuem inclusive para por em questão a teoria e a prática do neoliberalismo.

O controle é exercido ao nível da produtividade industrial tanto pelos grandes blocos econômicos (aqui se destaca o papel do NAFTA, dos asiáticos e dos europeus), e principalmente, pelo controle realizado pelo sistema financeiro internacional (Banco Mundial, FMI, BIRD, BID etc.).

No mesmo sentido se coloca o papel desempenhado pela Ciência e Tecnologia nesse cenário. Os países membros desses blocos continuam a alocar grandes recursos, e os ampliam, em programas de desenvolvimento científico e tecnológico. Tratam, por outro lado, não apenas de impôr o seu domínio neste setor, p. ex., via GATT, bem como de criar barreiras, com o auxílio dos governos dos países subalternos, à pesquisa que possa diminuir a dependência daqueles países. Como exemplo ressaltaríamos a discussão atual, no Brasil, sobre Lei de Patentes e a conseqüente entrega do potencial biotecnológico aos grandes grupos internacionais.

Não obstante toda essa progressiva integração internacional subordinada aos grandes blocos, as contradições no interior desses blocos se evidenciam. A necessidade de expansão da economia capitalista se, por um lado, opera transformações no plano das formas da realização capitalista, por outro, constrói procedimentos produtivos (novas formas de gestão, reestruturação produtiva) viabilizadas pela modificação - também planetária - das formas de estruturação política nacional e internacional (na própria concepção de cidadania alí vigente no sentido da desregulamentação das relações de trabalho, com a necessária desestruturação dos direitos trabalhistas, quebra dos direitos sociais, migração internacional da força de trabalho, etc).

O antigo compromisso fordista cede lugar, cada vez mais, à integração neoliberal. No interior de cada país, nesta nova ordem social, se aprofunda a interdependência internacional e, ao mesmo tempo, surgem novas contradições. As recentes manifestações que envolveram 1 milhão de italianos demonstram que não se pode alterar impunemente as regras de seguridade social. Isto colocou um

elemento de instabilidade que coloca Berlusconi em questão. Contudo os interesses partidários (realizar, agora ou não, novas eleições; possibilidade de reforço da unidade Berlusconi-autonomistas-neofascistas, etc), pode determinar a permanência do primeiro ministro ainda que com uma nova equipe ministerial. Na Espanha o governo "socialista" de Felipe Gonzalez tenta resolver os problemas das estatais aplicando as velhas e surradas fórmulas projetadas pelo sistema financeiro internacional, como no caso da Ibéria onde o governo pretendia a demissão de 5000 trabalhadores, a redução de salários e o aumento da "produtividade" dos que ficam. Isto se dá em um país onde a flexibilização das relações trabalhistas, entendida sempre como a quebra das garantias trabalhistas, gerou um desemprego que atualmente anda pela casa dos 23,5%.

A vitória de Clinton, apontada como uma derrota do neoliberalismo, não conseguiu implementar nem a sua proposta de reforma do sistema de saúde, nem consegue frear a grave crise americana. O déficit comercial americano é cada vez maior, a recuperação da economia não avança. A imensa maioria dos novos empregos, que pareciam dar novo fôlego, são temporários e com salários menores. As demissões continuam. Os grandes grupos econômicos, como, por exemplo, a IBM, apesar do apoio governamental, continuam enfrentando graves situações. O Estado continua intervindo pesadamente na economia apesar do neoliberalismo seguir como a proposta dominante.

Por outro lado no campo da política internacional nota-se que a posição americana de gendarme do planeta não funciona com tranqüilidade. A paz internacional enfrenta conflitos cada vez mais surdos. A luta na Bósnia se aprofunda sem qualquer forma de mediação política. O fim do antigo regime, dito socialista, na região apenas liberou as graves contradições econômicas e políticas já existentes. O mesmo se passa no interior da Comunidade dos Estados Independentes. O cenário atual demonstra que a aparente autonomia daqueles países é pouco mais que fictícia. A recente intervenção russa na Tchetchenia demonstra a bestialidade fascistoide que é incapaz de conviver com a proclamada autonomia das nacionalidades na região. Bóris Ieltsin, glorificado pela mídia como o grande herói, enfrenta a resistência dos militares e corre sério risco de sair do governo russo. Continuam as graves contradições no Oriente Médio. A transição para a autonomia palestina é frequentemente violada e os conflitos não dão sinal de esmorecer. As guerras localizadas se multiplicam. A ONU, que expressa, no fundamental, a posição das potências hegemônicas, segue manifestando a impotência política do conjunto dos países face às posições dominantes.

O quadro latino-americano

A situação latino-americana caminha na mesma direção. A Argentina, após uma relativa estabilidade econômica com miséria crescente, enfrenta um aprofundamento da crise. A aplicação do receituário neoliberal claramente exemplificada pela "política" de saúde, baseada na idéia da autogestão no setor saúde, a diminuição do Orçamento de 95 para a Saúde, aliada à perda da estabilidade no trabalho, o não preenchimento dos cargos no setor, tem levado a que a "solução" para o funcionamento dos hospitais públicos seja a cobrança dos serviços, de forma direta, aos pacientes. A "autogestão", assim demagogicamente chamada pelo discurso oficialista no setor público de saúde é, na realidade, mero disfarce para rebaixar o peso do déficit público e é, fundamentalmente, a sua privatização. Paralelamente vemos se desenvolver um conjunto de lutas sociais, no campo e na cidade, como as lutas dos mineiros de Río Túrbio, cuja vitória, foi um duro golpe na política salarial do menenismo. Os chamados tratorazos, expressão da grave crise agrária, indicam o aumento da polarização social que passa pela transferência das terras de pequenos proprietários, chacareiros, etc, de baixo nível de capitalização para os latifundiários, via endividamento. O forte incremento dos setores capitalistas vem permitindo, em conjunto com setores inversionistas estrangeiros, a redefinição da estrutura agrária, via ampliação de sua concentração. Por outro lado generaliza-se a reestruturação produtiva e cada vez mais empresas como a Ford optam por trabalhadores até 30 anos, casados e com filhos (considerados mais dóceis!). Essa reestruturação tem levado à ampliação brutal da produção acoplada à diminuição do número de trabalhadores. No plano educacional a liquidação do sistema nacional, realizada pela provincialização e municipalização da rede escolar, a multiplicação de leis estaduais de educação e das respectivas escalas salariais, aliado à implementação de outras medidas neoliberais (liquidação da carreira, o prêmio por presentismo - gratificação por assiduidade), a busca por parte dos professores de parceiros para a sustentação privada das escolas encaminha para a liquidação das organizações sindicais, da identidade educacional e para o esvaziamento da profissão.

No Uruguai os partidos dominantes tradicionais com a colaboração de amplos setores da Frente Amplia (excetuado sua ala mais à esquerda) e de parte da direção da PIT-CNT, além, obviamente, dos setores patronais indicaram o voto de aprovação à minireforma constitucional que implicava em modificações no sistema de voto e, no seu interior, se colocava a questão da privatização da Seguridade Social.

Surpreendentemente, para todos os analistas uruguaios, para as direções partidárias e sindicais, a população (67% do país e 70% de Montevideú) rejeitou as modificações constitucionais propostas. Nesse mesmo tempo o Uruguai, submetendo-se às pressões do governo socialista espanhol, viola sua tradição de asilo político e aceita deportar exilados bascos. Diante da tentativa sindical e popular de impedir a deportação, as forças de segurança atuam pesadamente contra a população que se manifestava contra a extradição dos bascos. Esse atentado contra a população foi de uma extrema brutalidade. Rádios que lutaram contra a extradição (uma delas vinculada aos Tupamaros) são arbitrariamente fechadas e não podem continuar a funcionar. Nas eleições presidenciais o bloco popular "Encuentro Progressista" obtém um terceiro lugar, com pequena diferença em relação aos Blancos e Colorados que tradicionalmente se alternam no poder. Nessa mesma consulta não se logra, porém, fazer incluir na Constituição um percentual fixo para a educação. A campanha governamental afirmava que os gastos com a educação sairiam ou de um aumento de impostos ou pela redução dos salários dos funcionários públicos. Apesar da derrota no plebiscito o debate foi muito intenso e segue como debate aberto na população. A proposta de inserção no texto constitucional obteve cerca de 35% dos votos o que foi superior ao total de votos dados ao presidente eleito. Outra questão plebiscitada foi sobre a Seguridade Social. Conseguiu-se derrotar não apenas a proposta de passar o cálculo da aposentadoria da média dos últimos três anos para a média dos últimos dez. Na prática se impediu a privatização da Seguridade. Por outro lado o governo uruguaio tenta implementar as medidas educacionais propostas pelo BID que implicam na redefinição do sistema de educação técnica uruguaia e, também, como na Argentina, busca minimizar as conquistas dos docentes uruguaios e atacar suas organizações sindicais. Este acordo com o BID era tratado de forma secreta, sem qualquer discussão com os setores docentes.

Cuba, mesmo com as tentativas de articulação e, em certos aspectos de sua integração à economia internacional, continua sofrendo o bloqueio americano. Este bloqueio custou, só em 93, uma perda da ordem de 970 milhões de dólares cerca de 10% do PIB cubano. A proibição de acesso à portos americanos, por seis meses, de barcos de outros países que negociem com Cuba (Lei Torricelli) implicou, na prática, uma brutal diminuição das frotas estrangeiras que os cubanos poderiam usar e, obviamente, o encarecimento em 30% no preço dos fretes. No caso do transporte aéreo o custo é ainda maior: só com isso Cuba perdeu em 1993 cerca de U\$ 50 milhões. Continuam as pressões das embaixadas americanas para forçar a que empresas estrangeiras não negociem com Cuba, etc. Tenta-se esmagar, pela fome, a existência do regime cubano.

O México vem enfrentando uma série de problemas políticos e econômicos. Mesmo a integração ao NAFTA não conseguiu evitar o desmoronamento do plano de estabilização, com a volta da inflação, fugas de capitais especulativos e duras repercussões sobre as principais Bolsas de Valores latino-americanas, como as do Rio e de São Paulo. O já chamado "Efeito Tequilla" é uma dura derrota no projeto de estabilização e, em larga medida, da integração neoliberal mexicana. No plano da política o México vive uma instabilidade política grave que passou pelo assassinato do candidato priísta à presidência, de um dos mais importantes membros do PRI (coordenador da nova bancada no Congresso Federal), a emergência do forte movimento nacional-popular de Chiapas e, nem mesmo, a vitória de Zedillo (PRI) sobre Cárdenas, trouxe a volta de uma estabilidade política. O PRI está hoje em boa parte refém do Partido de Acción Nacional (PAN) que obteve a segunda colocação presidencial. A volta do movimento de Chiapas indica que a crise das populações subalternas e indígenas tem um poder explosivo que pode ser acelerado com a crise econômico-financeira.

O processo neoliberal como já analisamos em outros momentos vem aprofundando a situação de miséria e de exclusão social. A quebra dos índices inflacionários, a aparente existência de uma "moeda forte", tem levado a um aumento explosivo da exclusão social, à quebra dos direitos sociais, ao aumento da subalternidade dos países da região em relação aos países hegemônicos. É o caso tanto da Bolívia quanto do Chile. No caso chileno vemos o reforçamento do quadro de desindustrialização. O Peru vive a presença dessas medidas neoliberais coabitar com uma economia paralela, dita informal, que mal consegue garantir a sobrevivência de uma população cujas expectativas de vida são cada vez menores.

Mesmo as recentes notícias sobre o Mercosul não conseguem encobrir as grandes contradições existentes entre os setores empresariais do Cone Sul. Entre outras questões não se trata efetivamente de uma zona de livre comércio e de real integração econômica. Vários ramos produtivos como o automobilístico, o da produção açucareira, a de bens de capital, de informática, siderurgia, petroquímica e celulose, por exemplo, que envolvem mais da metade das trocas comerciais da região e envolvem indústrias estratégicas estão excluídas. Por outro lado, se denuncia acordos privilegiados entre, por exemplo, a Techint (90% da siderurgia argentina) e a Usiminas para fazer a divisão do mercado regional.

O significado do governo FHC e suas principais propostas

As transições Collor-Itamar e Itamar-FHC se apresentam como continuidade. Fato aliás mencionado pelo próprio presidente ao referir-se às políticas necessárias para o novo ciclo: "Isto começou a acontecer no governo anterior ao do presidente Itamar Franco. Infelizmente, de uma maneira atabalhoada, num ambiente político poluído por uma corte de desatinos." Vale dizer, as propostas eram fundamentalmente corretas, o problema se referia apenas à forma de sua realização, à incapacidade dos governantes. Assim o neoliberalismo é assumido na primeira pessoa pelo atual governante. Trata-se, pois, de um governo de continuidade, caracterizado pelo aprofundamento do processo de integração à lógica da acumulação capitalista na perspectiva neoliberal. Lógica esta, marcada pela destruição dos direitos dos trabalhadores e pela forte *intervenção estatal* para favorecer a acumulação de capital, pela redução do setor público através do processo de privatização, *desregulamentação* do mercado de trabalho, o que permite ampliar e intensificar a exploração, e pela concessão de serviços públicos ao setor privado. No que se refere ao trabalho fala-se em desregulamentação; no que favorece ao Capital pratica-se a intervenção.

A continuidade governamental é clara no que se refere às Universidades. Nestes governos a Universidade tem sido tratado como dispendiosa e ineficiente. Tentou-se uma série de "reformas" neoliberais: a implementação do processo de privatização, as fundações de apoio, os laboratórios associados, as políticas de gerenciamento, a insistência em separar Universidades que produzem (centros de excelência) e Universidades meramente reprodutoras chegando agora a afirmar que mesmo dentro das Universidades de excelência o governo priorizaria laboratórios e docentes altamente conceituados. Tudo isto visto a partir de uma crítica mais geral que opõe os gastos da Universidade à necessidade de melhorar a qualidade do ensino básico. No caso da Educação a proposta é a mesma e a equipe condensa de forma mais radical o projeto neoliberal.

Do mesmo modo tem sido tratada a política nacional de C&T. No governo Itamar a política científica e tecnológica foi inexpressiva. Não se conseguiu melhorar a capacidade de investimento do setor público para a área. Pelo contrário, o que se constatou foi o crescimento das transferências de recursos públicos para o setor privado, sem que se tenha, em relação à melhoria da qualidade de vida da maioria da população, respostas mínimas. Também não se constatou nenhuma mudança significativa no que se refere à liberação de recursos, ao projeto e a equipe do MCT.

O "novo" ministério se caracteriza por uma junção de ministros que estiveram ligados aos governos militares, Sarney, Collor e Itamar. Mas a característica mais marcante é a forte vinculação ao setor empresarial. O Ministério do Planejamento é emblemático: o ministro foi indicado por pressão do empresariado paulista: "Entre os políticos, inclusive do PSDB, ouvem-se expressões como 'conspiração Serra', para designar a articulação de pressões que levaram Fernando Henrique a dar o Planejamento a José Serra." (Jânio de Freitas, O Capital do Governo, *Folha de São Paulo*, 23-12-1994).

Outra característica marcante foi o loteamento do ministério. Há fortes indícios que o mesmo venha a ocorrer em relação aos cargos do segundo e terceiro escalões. É através de mecanismos fisiológicos que está sendo composta a base de apoio parlamentar do governo. O loteamento dos cargos que garantirá a sustentação parlamentar do governo, tem por objetivo assegurar a implementação do que se denomina eufemisticamente de Reforma do Estado, leia-se, a adequação do Estado às exigências do capitalismo neoliberal.

Neste aspecto, artigo recente do Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado coloca como a "grande crise do Estado causa fundamental da crise econômica experimentada pelo Brasil nos últimos 15 anos". Esta se explicita como "crise fiscal do Estado, crise do modo de intervenção do Estado na economia, crise do próprio aparelho estatal, definida pela desorganização e a desmoralização da burocracia estatal, que a onda conservadora, neoliberal, transformou na culpada por todos os males do país". Vê-se a intenção explícita de desvincular as propostas do governo da perspectiva neoliberal. No entanto, ao procurar caracterizar os eixos de uma reforma do Estado vê-se claramente que em pouco difere da chamada "onda conservadora, neoliberal". Somente para citar alguns eixos segundo o ministro: há a necessidade de "reduzir o núcleo do próprio aparelho do Estado". E para isso duas armas são colocadas: a privatização e o "desenvolvimento das organizações públicas não-estatais", ou seja, como o artigo define e exemplifica "fundações privadas que recebem recursos do Estado, mas são autônomas em relação a ele". É exemplificado que nos "países desenvolvidos um número crescente de hospitais, de museus são organizações públicas não-estatais". Encerra sua análise dizendo que tais

instituições "se inserem no mercado sem perder seu caráter público". Ora, objetivamente, o que está proposto é um processo efetivo de privatização disfarçada dos serviços públicos.

O contexto econômico político e social, aparentemente tranqüilo, em que se processou a campanha eleitoral e se encaminhou o processo de transição e composição do novo governo permitiu que, de imediato, não fosse detalhada a proposta global do governo FHC. No curto espaço de tempo decorrente da eleição até o atual momento, vivenciou-se uma "euforia" no sentido de que a legitimidade eleitoral era tal que a ninguém era dado recusar-se a colaborar com o novo governo, forçando-se assim uma tentativa de unidade nacional.

O amplo leque de alianças político-partidárias e de frações de classe que favoreceu a eleição de um representante do projeto neoliberal no primeiro turno, de imediato passou a cobrar o preço daquela aliança. Contudo, neste tempo restrito, já ficou evidente que essa "euforia", especialmente no que diz respeito à base de apoio parlamentar, necessária para a efetivação das reformas exigidas pelo governo, recoloca a perspectiva tradicional do esquema "é dando que se recebe". Tal evidência deixa patente que determinados pontos da proposta governamental deverão ser adiados pois o processo de negociação do apoio parlamentar tenderia a ser por demais oneroso politicamente para o esquema de poder "imperial" que o presidente almeja implantar. E revela, também, a ambigüidade típica do neoliberalismo. Ambigüidade caracterizada pela necessidade de ter "aliados" no Congresso que permitam a viabilização de suas propostas. Ambigüidade que na maioria das vezes não aparecia, no período ditatorial, exatamente porque a brutal repressão tentava impedir o surgimento de demandas sociais que agora se explicitarão com mais ênfase. Revela, também, que a costura ministerial é de tal monta que as contradições se revelam com grande intensidade e rapidez, o que se concretiza na "exigência" da unificação de posicionamentos da equipe, de subordinação efetiva às decisões seja do Conselho Político do Governo, seja dos "superministros".

Uma avaliação, ainda que preliminar, indica objetivamente o conteúdo estritamente neoliberal da proposta de governo, confirmando nossas análises. Como explicitaremos mais adiante as propostas do governo FHC indicam, clara e insofismavelmente, que se desloca a origem das graves situações vividas pela sociedade brasileira das contradições entre os objetivos das classes dominantes e o das subalternas para uma adequação à racionalidade de mercado. Este é um dos pressupostos básicos do neoliberalismo. A sociedade é, em síntese, a expressão do mercado. Assim não existem interesses classistas, mas apenas racionalidades ou irracionalidades macro-sociais, macro-econômicas. A irracionalidade consistiria na presença do Estado no atendimento de tarefas que não lhe dizem respeito, embora a história brasileira demonstre que sempre que o Estado atuou nesse sentido o fez para preservar os interesses das classes dominantes. A redução do Estado implica, portanto, na transferência para os setores privados de imensas parcelas de capital social. Implica, também, a destruição dos direitos sociais, além de abrir um campo enorme para setores empresariais distintos. É, portanto, uma política antidemocrática e antipopular.

Ainda assim, em dois momentos, os delineamentos gerais e algumas das propostas foram explicitadas: o discurso do presidente eleito no Senado e as informações, ainda que esparsas, acêrca do resultado da reunião ministerial no final da primeira semana de janeiro. Uma avaliação, ainda que preliminar, indica objetivamente o conteúdo estritamente neoliberal da proposta de governo, no sentido já anteriormente apontado por nós.

No que se refere à chamada área econômica o governo FHC se propõe à "reforma da estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado, privilegiando no desenvolvimento econômico, o papel do mercado, e no desenvolvimento social, o papel do próprio Estado em parceria com a sociedade civil". (L. C. Bresser Pereira, "Governo precisa reconstruir o Estado, Correio Brasiliense, 11-1-95). Em uma formulação mais abrangente procura desenhar um "novo modelo de desenvolvimento" que se dispõe a, garantindo a continuidade e aprofundamento do processo de estabilização, acelerar a abertura e a integração da economia nacional ao mercado internacional, colocar sob a responsabilidade plena do setor privado o direcionamento do processo de dinamização da atividade produtiva (contando com o respaldo dos investimentos e subsídios governamentais, é claro), reduzir o tamanho da máquina estatal e, até mesmo, sua ação reguladora por acreditar na "eficiência do mercado como princípio geral de regulação".

Vale ressaltar que ao enfatizar a ampliação da abertura da economia como instrumento de estabilização e de dinamização econômica se recolocam chavões da época do "milagre" como "exportar mais para importar mais" que em nada difere do *slogan* usado nos anos 70 pela ditadura "exportar é o que

importa". Estas formulações de caráter geral feitas perante o Senado Federal, começam a tomar forma após a primeira reunião ministerial.

Teria havido "consenso" de que a retomada do processo de crescimento econômico autosustentado exigiria como elemento prévio a subordinação da política de estabilização à âncora fiscal em substituição à âncora monetária utilizada desde a implantação do real. Vale ressaltar que a chamada âncora fiscal tem que ser entendida na sua real abrangência. Por um lado, ela envolve uma redefinição do caráter, incidência e redução do peso da tributação em especial para o setor produtivo. Por outro, servindo de respaldo à construção do chamado Estado mínimo, reduzindo e transferindo a outras esferas os gastos do governo. É no bojo desse processo que vêm se colocando as propostas de corte de despesas, as negativas de pagamento do reajuste devidos aos servidores públicos federais, dentre outras. Com a implantação do real e conseqüente eliminação de uma política salarial para os trabalhadores em geral, constata-se que a política de estabilização preconizada desde então é fundada basicamente no arrocho salarial. Âncora que o governo FHC se propõe não só a manter, mas a ampliar.

Para realizar esse projeto se faz necessária a aprovação pelo Congresso Nacional da reforma constitucional pelo menos no campo fiscal. Segundo os proponentes isto permitiria o afrouxamento das amarras monetárias, ou seja, a redução da taxa de juros, menores restrições ao crédito ensejando a retomada do crescimento. Esta abordagem da questão da estabilidade com crescimento (cujo automatismo é irreal), seria apoiado, por sua vez, pela aceleração dos processos de privatização e de combate à sonegação. A viabilização disto exigiria, por sua vez, uma resposta do Capital, seja nacional, seja internacional.

A reunião ministerial explicitou ainda um conjunto de diretrizes complementares à formulação geral que pode ser resumido nos seguintes pontos: redução do custo do trabalho via redução dos encargos trabalhistas, eliminação da chamada "irracionalidade tributária" (que favorece mais ao importador que ao produtor nacional), redução dos custos portuários e dos transportes (forma alternativa de reduzir os preços das exportações favorecendo a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados internacionais). Ao lado disso é proposta a priorização dos investimentos em educação e saúde na perspectiva de melhorar a qualidade do trabalhador o que se refletiria na viabilização de melhores condições de competir no mercado internacional, sempre colocada na sua forma neoliberal. Essas "priorização" e "melhoria" se referem, obviamente, à criação de um trabalhador, com melhores condições de responder aos problemas colocados, cotidianamente, pelo trabalho, na ótica da empresa. Longe está essa proposta de pensar uma educação omnilateral, emancipadora. Em síntese na melhor tradição liberal (e neoliberal) o trabalho é considerado mero fator de produção.

Como se pode depreender facilmente todos esses instrumentos de política econômica se articulam no sentido de inserir o processo econômico na perspectiva da "economia de mercado", ou seja, a efetiva e ampla subordinação do processo de expansão à lógica neoliberal. A inexistência, por exemplo, de propostas na área de políticas de rendas (que, no mínimo, deveriam visar a ampliação do mercado interno e, conseqüentemente, a redinamização das atividades econômicas voltadas para ele), a ênfase na dependência da retomada do processo de crescimento às decisões do capital privado nacional e internacional e a expectativa de maior integração aos mercados internacionais reduz a proposta do governo a um modelo de crescimento "para fora" adequado às novas condições impostas pelo capitalismo internacional. Neste ponto da análise, segundo um analista econômico mexicano, vale lembrar que a atual crise do modelo neoliberal de crescimento mexicano pode ser ilustrada por alguns erros cometidos como o de apostar tudo no crescimento das exportações sem se preocupar com a ampliação do mercado interno, bem como de subordinar o processo de acumulação de capital ao investimento estrangeiro a "capitais golondrinos", ou seja, aqueles que ao primeiro sinal de instabilidade iniciam a revoadas de volta às origens.

Um último aspecto a ser analisado e que resultou, por um lado, da necessidade imediata do governo FHC de definir ações concretas, na medida em que a expectativa de apoio político irrestrito começava a se mostrar inviável e, por outro, do "consenso" imposto na reunião ministerial, em função de pontos de dissenso, em nível interno, se refere a questão de cortes no orçamento da União e o "redirecionamento" do controle dos gastos. É afirmado pelo porta-voz do Presidente que este controle não mais seria exercido a partir da disponibilidade do caixa do Tesouro Nacional, mas a partir das previsões constantes do orçamento da União. Em outras palavras: da supremacia do caixa para a supremacia do orçamento. É nesta perspectiva que o governo vem se negando a assumir o pagamento do reajuste do funcionalismo público federal previsto em lei para a data-base. Isto envolve uma evidente contradição. Como é sobejamente conhecido as propostas orçamentárias deixaram de ser instrumentos efetivos de planejamento para se transformarem em peças de ficção. Exemplo patente disso foi a possibilidade de

funcionamento da máquina estatal, por quase todo o ano de 1994 sem a aprovação do orçamento da união, em um tácito conluio entre executivo e legislativo. Esta subordinação da execução das atividades governamentais às disponibilidades do orçamento representa um instrumento de extrema importância para a consecução de várias das propostas explicitadas como, por exemplo, a aceleração da desobrigação do Estado em várias áreas e a conseqüente abertura à privatização.

Nesse sentido é fundamental para o "novo" governo reformar a Constituição, com as dificuldades já ressaltadas. Tal reforma é marcada pela "redução do Estado", onde despontam como prioritários aspectos como a desobrigação do Estado dos gastos com setores sociais como a educação, a previdência, a seguridade, a saúde, etc., desde que isso não venha a prejudicar os interesses do capital, e nessa mesma perspectiva torna-se fundamental a desregulamentação das relações de trabalho.

E na dependência da ampliação do leque de alianças e conseqüente apoio parlamentar, alguns itens necessários à viabilização de uma Reforma Administrativa que fortaleça a concretização do Estado mínimo neoliberal. Essa reforma parte do pressuposto não apenas do inchaço mas da necessária ineficiência dos servidores públicos cuja atuação é, sempre e necessariamente, apontada de forma caricatural. É a crença na eficácia dessa crítica ideológica que permite ao governo imaginar que se pode impunemente descumprir o combinado reajuste salarial dos SPFs ou mesmo pensar em parcelá-los, descumprindo as próprias medidas da implantação do real com apoio popular e legitimidade.

Além disso o discurso governamental atua em duas frentes: por um lado busca a maior concentração possível de recursos, por outro, transfere ao máximo as responsabilidades que deveria assumir. Assim a sociedade civil é chamada a compartilhar as tarefas sem ter, é óbvio, acesso aos recursos. Aqui o governo brasileiro trabalha a idéia da Comunidade Solidária que tem entre outros a experiência neoliberal mexicana do Programa Nacional de Solidariedade: o Pronasol tem exatamente essas características.

A reforma da Constituição, de acordo com as notícias veiculadas pela imprensa atingiria quatro setores: Seguridade Social, Ordem Econômica, Sistema Financeiro e Sistema Tributário. Sobre as reformas na Seguridade Social, uma das justificativas é desonerar os gastos com a força de trabalho para tornar os produtos brasileiros mais competitivos, pois de acordo com os defensores da reforma, a carga tributária sobre as atividades produtivas no Brasil é muito alta comparativamente com a de outros países. No entanto, o que não se explicita é que o rebaixamento desses gastos é uma das exigências do Capital na perspectiva neoliberal. Por outro lado essa reforma procura desobrigar o Estado dos direitos sociais conquistados pelos trabalhadores através de medidas como: desvinculação dos valores dos benefícios da previdência do salário mínimo, aposentadoria só por idade (provavelmente aos 60 anos), extinção das aposentadorias especiais, sintomaticamente, *à exceção dos militares*, e a fixação do teto máximo, do benefício de 3 a 10 salários mínimos. Ao mesmo tempo em que ele se desobriga das conquistas históricas dos trabalhadores, propõe como saída a complementação das aposentadorias via previdência privada. O conteúdo real dessa política, que favorece aos capitalistas, através de medidas que buscam "diminuir" o peso do preço da força de trabalho, a destruição da Previdência Pública, favorecendo o surgimento das Previdências Privadas.

Essa redução do Estado fortalece a iniciativa privada, lógica que também pode ser percebida nas reformas sobre a Ordem Econômica ao se propôr o fim da diferença entre empresas brasileiras e estrangeiras para evitar a restrição ao Capital estrangeiro, flexibilização do monopólio da exploração do petróleo e a concessão de serviços de telecomunicação às empresas privadas.

A concessão de serviço público às empresas privadas é outra forma de "flexibilização", ou dito de outra forma, é um mecanismo importante de transferência de recursos públicos para os setores empresariais privados, na melhor tradição de capitalização privada dos lucros e de socialização das perdas. Exemplo típico é o que está ocorrendo com a Ponte Rio-Niterói. Além do mais, deverá ocorrer, que o setor privado só participe das licitações lucrativas e o Estado continuará arcando com os setores deficitários. Situação como está deverá ocorrer na área da Petrobrás em que os setores privados devem ficar com o refino e a distribuição enquanto o Estado deve arcar com a produção e a pesquisa.

Nossas tarefas e nossa intervenção sindical

Uma das teses centrais apontadas pelo texto sobre a questão sindical no XXIX CONAD (Niterói) é que o capital na versão neoliberal tem buscado destruir as formas de solidariedade construída pelos trabalhadores. E mais, apontava esta quebra como um dos mecanismos fundamentais, utilizados pelo capital, para superar a crise de acumulação. A solidariedade é aqui entendida como forma de construção da identidade como classe trabalhadora, como apoio e defesa mútua, em suma, como condição de

resistência e de busca da construção da hegemonia. Naquele momento afirmávamos que a reestruturação produtiva, a terceirização etc, são mecanismos privilegiados, do ponto de vista do capital, na quebra desta solidariedade, vale dizer dessa identidade, de elemento de completa subalternização e integração à ordem desses trabalhadores.

Na Universidade este processo também está presente e aí se apresenta sobre outras formas como as fundações internas, que, no entanto, tem a mesma lógica, isto é, "incentivar" as saídas individuais e, ao mesmo tempo, busca destruir os espaços de solidariedade: a terceirização, os corte das consignações, as empresas juniores, as incubadoras de empresa, os programas tipo PAIUB, os mais diversos tipos de convênios, a transformação - via falta de recursos - em balcões de pesquisa para as empresas, em suma, a radical precarização do trabalho nas Universidades públicas com o crescimento dos professores substitutos, e, no setor privado a ampliação da exploração sobre os professores versus aumento dos lucros e acumulação do patrimônio: baixos salários que obriga o professor a assumir grande carga de trabalho em diferentes locais, ausência de políticas de carreira e capacitação, precárias condições docência (laboratórios, bibliotecas, etc); aumento da repressão à organização: não há garantia de emprego ou estabilidade (nem mesmo para dirigentes sindicais), as tentativas de organização político-sindical dos docentes são, via de regra, extintas no nascedouro com a demissão das lideranças. O mesmo se dá, ainda que com características específicas, na educação de primeiro e segundo graus.

Nesse sentido é fundamental fortalecer a articulação com o conjunto das classes trabalhadoras para nos contrapormos à ação do capital, buscando reinventar as formas para reconstruir os espaços de solidariedade.

Outro aspecto importante que também está imbricado com a quebra da solidariedade são os ataques ao serviço público e aos trabalhadores do Estado. O capital tem procurado, por todos os meios e formas, subordinar os serviços públicos aos seus interesses. A possibilidade dos trabalhadores do Estado se comportarem como trabalhadores da Sociedade, assumindo assim a crítica às práticas de integração ao interesse do capital, tem levado a que eles sejam vistos como ineficientes e indesejáveis. Por isso a ferocidade do permanente ataque ao funcionalismo.

O Capital tenta subordinar a Universidade à sua órbita. São freqüentes, neste sentido, as propostas de parceria com as empresas. Parcerias que resolveriam questões fundamentais das empresas e aparecem como criando condições de pesquisa e viabilizando uma quebra da isonomia salarial. Rompe-se, assim, a possibilidade da solidariedade, ampliando-se a esfera do individualismo.

Aqui deve destacar-se o papel das administrações que, muitas vezes, tem optado por uma política de apoio irrestrita a essas atividades a cooptação tem funcionado freqüentemente no reforço dessa tendência.

Na destruição do serviço público tem sido fundamental o processo de esvaziamento de suas funções. Exemplos típicos têm ocorrido na saúde e na educação que tem sofrido ataques consistentes ao longo das três últimas décadas. Por outro lado, incentiva-se saídas como a criação de Previdência Especiais: a proposta apresentada para os SPFs, a previdência e assistência privadas. O ensino público de primeiro e segundo graus foram em grande parte destruídos, tendo sido transformados na única possibilidade das camadas sociais mais pobres da população.

A terceirização crescente do serviço público tem sido outra forma de sua destruição. Sua lógica pressupõe: 1) a transferência para empresas terceiras de funções que antes eram desenvolvidas no âmbito do serviço público; 2) é um meio, crescente, de transferência de recursos públicos para o setor privado. Também no setor privado a terceirização atua na quebra da solidariedade entre os trabalhadores.

Todos esses ataques ao serviço público jogam para o interior da categoria dos servidores problemas que reforçam a quebra da sua solidariedade e na relação com os demais trabalhadores. Propostas como a da Previdência específica para os servidores fazem com que estes, na prática, acabem por se dessolidarizar com a defesa do SUS, por exemplo. A terceirização ao criar duas categorias de trabalhadores no serviço público - os da carreira e os terceiros, precarizados, sem os direitos sociais conquistados pelos outros, introduz contradições no próprio seio das categorias de trabalhadores do Estado.

No programa de governo de FHC está explícita a necessidade de destruir as formas de organização dos trabalhadores tanto no âmbito do serviço público, quanto no que se refere ao conjunto dos trabalhadores. A tentativa do governo de colocar a discussão sobre liberdade e pluralidade sindicais, na

perspectiva neoliberal, aponta para a clara tentativa de fragmentação da organização dos trabalhadores. É importante ressaltar que a CUT tem posição congressual defendendo a liberdade e a pluralidade sindicais na perspectiva de que cabe aos trabalhadores decidirem sobre a sua forma organizativa.

Todo esse conjunto de propostas, aponta, ainda que muitas vezes veladas, no sentido de rever o direito de sindicalização dos servidores públicos dos trabalhadores em geral. Entretanto além dos ataques ao direito de organização dos trabalhadores soma-se um conjunto de investidas contra os seus direitos sociais. Dessas investidas podemos destacar as propostas de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, especiais e integral. Em relação à dita "flexibilização" o governo propõe o fim da estabilidade aos servidores. Outro alvo preferido é da estabilidade. A pretexto de poder demitir "quem não trabalha" o governo pretende ter mãos limpas para impor seus funcionários, em uma óbvia política neoempreguista. O ministro da administração federal e reforma do estado afirma que para reformar o aparelho do Estado e sua burocracia são necessárias diversas medidas. No que se refere ao direito dos trabalhadores duas delas tem impacto mais imediato. A primeira, o fim da estabilidade; a segunda, a criação de uma casta de funcionários altamente remunerados estabelecendo uma nítida divisão da categoria entre os bem aquinhoados e a escória mal paga e descartável. Esta casta assumiria, de fato, e plenamente, a direção do aparelho estatal, sem ter que passar por qualquer concurso.

Finalmente é fundamental perceber que este conjunto de medidas tanto no que diz respeito à liberdade de organização, quanto às que atacam os direitos sociais, estão articuladas e em consonância com a lógica do capitalismo neoliberal. Desta forma torna-se crucial para os trabalhadores fortalecer as entidades sindicais e a CUT, articulando lutas com entidades do movimento popular, fortalecer a articulação no âmbito dos SPFs fazendo com que estas ações possam repercutir na Sociedade e no Parlamento. Além do mais algumas ações devem ser reforçadas a curto prazo e que já estão sendo encaminhadas como o Documento que está sendo proposto pela Diretoria, para ser amplamente divulgado e entregue aos parlamentares no ato de instalação da próxima legislatura afirmando nossa posição em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

TEXTO 2

Contribuição da ASDUERJ

O XIV Congresso define a política de unificação das lutas dos diversos segmentos dos trabalhadores como urgente e imprescindível para o enfrentamento que se prenuncia. Assim, as questões defendidas pelo MD devem ser encaminhadas de modo integrado e articulado com aquelas defendidas pelos demais setores dos trabalhadores. Para viabilizar a execução desta política, deve-se buscar construir a unidade da classe trabalhadora. Assim, as VPRs, em articulação com as ADs, devem envidar o máximo de esforço e priorizar a construção, a ampliação e a consolidação, junto com as demais entidades da sociedade civil, de Fóruns estaduais em defesa do serviço público. É no âmbito destes Fóruns que as lutas gerais e específicas devem ser encaminhadas, de modo integrado e unificado. É imprescindível a participação das entidades representativas dos SPFs, dos trabalhadores das estatais e dos aposentados. A defesa da educação e da universidade públicas, bem como as demais lutas que estamos empreendendo devem ser encaminhadas no contexto da defesa do serviço público, no âmbito destes Fóruns.

Esta proposta pretende dar conseqüência ao consenso já consolidado no MD de que a luta em defesa da universidade e da educação públicas de qualidade, bem como em defesa dos interesses específicos dos docentes das IES deve se dar no contexto da luta por um projeto político global que assegure melhores condições de vida para o povo brasileiro. Ainda mais, nossas lutas específicas passam pelo combate à implantação do projeto neoliberal que vem aprofundando o desmonte dos setores públicos e prepara o golpe final para eliminar as conquistas históricas da classe trabalhadora.

A política de fragmentação das lutas, na qual cada setor trata das "suas" questões e cada luta é encaminhada de modo isolado, tem se mostrado ineficaz e aponta para uma derrota irreversível.

Somente de modo unificado, os trabalhadores poderão resistir às investidas que estão sendo preparadas pelo executivo em conluio com o legislativo e o judiciário, sob o patrocínio dos mega-empresários e a cobertura de uma mídia cada vez mais forte.

TEXTO 3

Contribuição da ADUNICAMP

A) Questões Internacionais:

a) As duas últimas décadas têm sido marcadas por uma persistente e cada vez mais grave crise econômica mundial. A crise, que já se anunciava na década de 70, ficou plenamente evidenciada nos anos 80 com o problema da dívida externa dos países do terceiro mundo e do leste europeu. Hoje a crise econômica se aprofunda na generalidade destes países, e atinge as próprias nações centrais.

b) De forma crescente, ao longo destas décadas, as políticas econômicas dos diversos países tem procurado reverter a crise apoiadas no receituário ortodoxo monetarista, inspirado pelo pensamento liberal-conservador. Com as mudanças políticas no leste europeu entre 89 e 91, este liberal-conservadorismo rejuvenescido proclamou-se o ápice da evolução humana, vencedor final das disputas ideológicas na história.

c) O fortalecimento deste ideário já vinha justificando a atribuição da alcunha de neoliberalismo para uma ideologia que nada tem de novo em relação ao antigo liberal-conservadorismo. O "moderno" pressuposto da máxima racionalidade da economia quando entregue às leis do livre mercado é idêntico à concepção oitocentista do livre jogo da oferta e da procura como provedor do melhor dos mundos possíveis. Liberal-conservadorismo e neoliberalismo identificam-se também nos corolários do estado mínimo, da desregulamentação das relações de trabalho, da abertura de mercados e da liberdade de preços.

d) Como a primeira manifestação de crise econômica no capitalismo é usualmente a inflação, a ortodoxia monetarista, guiada por aqueles princípios, invariavelmente propõe o aumento de juros, o corte de despesas públicas, a privatização e a contenção do consumo popular e do próprio crescimento econômico. Cuida-se de reduzir o dinheiro circulante para adequar a demanda por bens à oferta disponível, para que, num futuro em que a inflação esteja sob controle, se para retomar o crescimento, com base em estímulos à iniciativa privada, tais como redução de impostos e encargos trabalhistas.

e) Se o receituário recessivo é tecnicamente capaz de resolver desequilíbrios pequenos e localizados em economias capitalistas, a duração, a globalidade e o acirramento da atual crise mostrou entretanto que este receituário é impotente diante de crises profundas, contribuindo ao contrário para agravá-las.

De fato, o arrocho salarial, o corte de gastos públicos e as altas taxas de juro diminuem a demanda por consumo num primeiro momento, mas a médio e longo prazos provocam corte de produção, fusões e falências de empresas, diminuindo a oferta de bens. O pretendido equilíbrio entre oferta e procura se esvai, permanecendo entretanto o empobrecimento da maioria.

A continuada recessão derruba a arrecadação de impostos, destruindo também o pretendido equilíbrio das contas públicas.

A privatização de estatais de grande porte transforma empresas que obedeciam políticas governamentais de contenção de preços em oligopólios que praticam os preços que maximizem seus lucros. A pretensa eficiência da iniciativa privada redundando em aumento de preços.

Em síntese, o neoliberalismo, ou simplesmente o monetarismo ortodoxo, não é apenas socialmente perverso, como também aprofunda a crise que pretende resolver, pela própria natureza das receitas que propõe.

f) O aprofundamento da crise econômica no exato momento em que o neoliberalismo se considera vitorioso é prova contundente disto. Os fenômenos do desemprego e do emprego precário, o aumento da criminalidade e da desesperança, atingem hoje não apenas o terceiro mundo, mas toda Europa, os Estados Unidos, o próprio Japão, bem como os países do Leste Europeu, recém-convertidos à lógica do mercado.

g) A crise econômica e social de hoje desabrocha em gravíssimos fatos políticos e culturais.

A prática anti-social do neoliberalismo dificilmente cohabita com as liberdades democráticas, apesar da retórica dominante identificar liberalismo econômico e democracia política.

Se na década de 80 o ciclo do autoritarismo na América Latina parecia encerrado, vemos nos anos 90 o neoliberalismo de mãos dadas com a ditadura Fujimori no Peru.

Se a queda dos antigos regimes do Leste Europeu fora inspirada em grande parte nos ideais de liberdade e democracia, é impossível deixar de ver o profundo autoritarismo do governo de Bóris Yeltsin na Rússia, marcado pela truculência dos bombardeios ao Parlamento Russo em 93 e na Tchetchenia hoje.

Nas nações formalmente democráticas observa-se o fenômeno quase geral de um profundo desprestígio dos políticos, e particularmente dos Parlamentos, abrindo espaço para iniciativas centralizadoras e autoritárias.

h) Talvez o mais repugnante fato político-cultural da atualidade seja o reaparecimento do racismo, nas formas de partidos políticos eleitoralmente representativos (como na França e na Itália), de políticas oficiais de controle de imigração (em toda Europa e nos Estados Unidos), e mesmo de grupos terroristas (como na Alemanha).

i) Igual obscurantismo se verifica com o ressurgimento de velhas tensões nacionais. Não apenas continuam sem solução os problemas da Irlanda do Norte, do País Basco e do Oriente Médio, como ressurgem antiquíssimos conflitos nacionais nos Bálcãs, no Cáucaso, na África, e entre nossos vizinhos Peru e Equador.

j) Se a profundidade da crise econômica e social de hoje faz lembrar a outra grande crise deste século, é alarmante o reaparecimento do racismo e da xenofobia, tal como nas sombrias décadas de 20, 30 e 40.

O aprofundamento da crise mundial, nos aspectos econômicos, social, político e cultural, desmente a pretensão neoliberal de perpetuar-se com o fim da história.

l) A grave conjuntura atual indica para o movimento docente, tal como para o conjunto dos trabalhadores e intelectuais, no Brasil como no mundo, as urgentes tarefas de resistir ao neoliberalismo e empenhar-se na construção de uma orientação política e econômica alternativa, democrática, popular, voltada para o crescimento econômico com distribuição de renda.

B) Questões Nacionais

a) No que há de essencial, a política econômica no Brasil vem seguindo o caminho recessivo ditado pelo neoliberalismo desde 1979, quando a inflação atingia a marca então recorde de 100% ao ano.

Naquele ano o governo militar passa a adotar o receituário recessivo de altos juros e controle de gastos governamentais, alterando a política desenvolvimentista, embora socialmente perversa, com que vinha tentando legitimar a ditadura.

O processo recessivo decorrente desta reorientação, que viria a precipitar o fim do regime militar, marcou o início da "década perdida" para o crescimento do país. Ao final do regime militar a inflação, longe de manifestar qualquer declínio, alcançava taxas superiores a 300% ao ano.

b) A inspiração neoliberal da política econômica permaneceria, no fundamental, nos governos subseqüentes. Entretanto, o desgaste do programa "anti-inflacionário" ortodoxo motivou a experimentação no Brasil, como já ocorrera em outros países, de uma estratégia heterodoxa baseada no conceito de "inflação inercial" originando daí o Plano Cruzado de 1986.

Este plano, e outros que o seguiram, demonstraram que a inflação podia ser derrubada subitamente desde taxas muito elevadas até praticamente zero através de engenhosos mecanismos monetários de desinercialização inflacionária. Mas estes planos não impediram que a inflação voltasse a assumir patamares cada vez mais altos. As taxas de inflação podiam ser derrubadas temporariamente, mas a aceleração inflacionária permanece.

Outras ferramentas heterodoxas, o controle e congelamento de preços, também se mostraram insuficientes, ou capazes apenas de proteger por algum período a ciranda inflacionária.

O governo Collor iniciou-se com outro procedimento absolutamente não -ortodoxo, o confisco de poupanças e contas correntes que, paradoxalmente, parecia atingir o alicerce maior do capitalismo, a propriedade privada, mas que redundou efetivamente no confisco de bens dos assalariados e pequenos proprietários, pois as empresas e o empresariado souberam safar-se do confisco.

O fracasso, ou pelo menos a insuficiência destes procedimentos heterodoxos reforçaram a ortodoxia, que abomina controle de preços, congelamentos e confiscos. As técnicas de

desinercialização foram entretanto incorporadas pelo pensamento hegemônico, com a exceção das criticadas "tablitas" para conversão de dívidas e prestação.

c) Desta maneira, apesar da culinária econômica haver produzido nas décadas 80 e 90 alguns pratos exóticos, este período foi dominado pelo arroz-com-feijão monetarista, ortodoxo, liberal-consevador, insensível ao desastre social provocado por sua política "anti-inflacionária".

Os governos Collor e Itamar radicalizaram o processo de "desestatização" da economia, timidamente iniciado nos governos Figueiredo e Sarney. São hoje estritamente privados os setores da siderurgia, petroquímica e fertilizantes, antes parcialmente estatais.

A venda deste enorme patrimônio redundou, oficialmente, em apenas oito bilhões de dólares, boa parte constituída de "papéis podres", títulos governamentais de longo prazo adquiridos pelo valor de face. Se este montante teve alguma relevância para as contas públicas, esta não foi sentida pelos usuários dos serviços públicos, ainda mais degradados, nem pelos servidores públicos, com salários ainda mais arrochados.

Mais grave, porém, é o fato de que hoje os setores economicamente estratégicos da siderurgia, petroquímica e fertilizantes tornaram-se restritos oligopólios, praticando preços maximizados que afetam toda cadeia produtiva. Em síntese, o governo privou-se de ferramentas importantíssimas para o controle dos preços e retomada do crescimento.

Com todas estas privatizações e demais medidas neoliberais, os níveis de inflação alcançaram, ao final do primeiro semestre de 94, taxas anualizadas superiores a 5.000%.

d) O Plano Real, que vencedores e perdedores consideram ter sido decisivo para as últimas eleições, constituiu-se primeiramente em novo exercício de desinercialização da inflação, sofisticado pelo introdução de um período transitório de vigência de um indexador, a URV, desenhado para evitar a necessidade da adoção de "tablitas".

e) Neoliberal em todos os seus fundamentos - com exceção da reforma monetária desinercializante - a política econômica associada ao Plano Real introduziu uma novidade em relação às anteriores ao praticar uma política cambial de valorização da moeda nacional frente ao dólar, e ao radicalizar a abertura às importações, pela redução de tarifas e simplificação dos processos de importação.

Este antigo dogma liberal não pudera ser aplicado anteriormente porque o pagamento da dívida externa sempre demandou o favorecimento das exportações. A baixa taxa de câmbio da moeda nacional foi de fato um pesado fator inflacionário ao longo de toda "década perdida".

A reversão da política cambial foi possibilitada pelas reservas cambiais de cerca de 40 bilhões de dólares, dos quais, fala-se, 25 bilhões de reservas propriamente, isto é, acumulação dos saldos positivos em balanços de pagamentos anteriores, e 15 bilhões de volátil capital especulativo estrangeiro que busca as altas taxa de juro oferecidas internamente pelo Banco Central.

f) A concorrência dos produtos importados, com esta política cambial e a liberação das importações, é anti-inflacionária a curto prazo, mas tende a favorecer a desnacionalização e oligopolização ainda maiores da indústria brasileira. Ao mesmo tempo, abala as reservas cambiais que caíram, oficialmente, cerca de 10% no período de vigência do Real por que a balança de pagamentos tornou-se deficitária.

Os acontecimentos de dezembro no México, marcando o fracasso de uma política econômica muito semelhante, foram o primeiro abalo no otimismo gerado pela modernidade importadora do Plano Real. Os altos deficits nos balanços comerciais brasileiros de novembro e dezembro de 94 - balanço este tradicionalmente superavitário - foram o segundo abalo. Ambos conturbaram o otimismo com que o Plano Real vinha sendo tratado, obrigando seus defensores a grandes esforços retóricos para provar que "o Brasil não é o México". Avizinha-se nestes dias um terceiro abalo graças à quebra de diversos bancos comerciais na Argentina., com que nos habituamos a compartilhar planos econômicos análogos.

O fato central é que as reservas brasileiras, que uma política econômica conseqüente empregaria na aquisição de tecnologia e maquinário necessários à modernização do parque produtivo brasileiro, estão sendo gastas na importação indiscriminada de bens de consumo, muitos deles supérfluos, subsidiando a desnacionalização ainda maior da economia nacional.

g) O Governo Fernando Henrique sabe que a atual política deve se esgotar com as reservas, e por isto tem insistido em que a continuidade do plano depende das assim chamadas "reformas estruturais", que nada mais são do que uma maior radicalização na aplicação do velho receituário neoliberal: privatização, desregulamentação das relações de trabalho, e uma reforma fiscal orientada para favorecer investimentos privados.

A orgia importadora, e o desperdício das reservas cambiais, preparam a nova investida do velho e indigesto "feijão-com-arroz" monetarista.

TEXTO 4

Contribuição da ADUFC SSind

A proposta do atual governo de criar o "Programa da Comunidade Solidária" merece ser acompanhada de forma crítica por parte da Sociedade Civil, para que esta não seja usada, simplesmente, como mão de obra sem poder intervir, efetivamente, na definição e formas de implantação das políticas sociais. Convém ficar atento para que não se reproduza o ocorrido no México com o Programa Nacional de Solidariedade (PRONASOL), que ao longo do tempo vem engessando a sociedade civil, retirando-lhe todo o potencial de independência e autonomia com relação ao Estado. Em face disso é fundamental que a escolha dos membros que constituirão o conselho do referido Programa venha a ser indicado pelas entidades representativas dos vários segmentos da Sociedade Civil, garantindo, assim, um espaço efetivamente plural e democrático.

TEXTO 5

**Contribuição do Prof. Otaviano Helene
Sindicalizado ADUSP SSind.**

O Niilismo da Direita

As propostas de redução do estado, de mudanças na previdência, de alteração dos estatutos dos trabalhadores dos setores público e privado, da internacionalização da economia entre várias outras, são apresentadas como sendo alternativas melhores à atual situação. A melhoria mais evidente, segundo seus protagonistas, seria alavancar o desenvolvimento econômico do país. Tal é a força da propaganda que mesmo os setores mais progressistas não conseguem convencer interlocutores de que as alternativas propostas não são melhores do que a situação atual; muitos não estão sequer convencidas que essas mudanças não alavancarão a economia.

Há ainda alguns setores progressistas que conseguem rebates as propostas da direita nos campos mais próximos mas adotam o discurso da direita quando se trata de campos em que desconhecem o funcionamento. Neste texto analisa-se algumas das propostas conservadoras, elitistas e entreguistas, mostrando suas conseqüências. Cabe chamar a uma melhor ou pior previdência, de um estado menor a mais ágil, ou de relações de trabalho mais dinâmicas. O grande critério da direita é dimensionar um estado compatível com suas vontades de sonegação e apropriação de recursos; definir relações de trabalho que mascinalizem os lucros privados; uma previdência bem dimensionada sob o ponto de vista atuarial, independente de seu aspecto previdenciário. A internacionalização completa e total da economia acirrarão a já absurda concentração de renda, aumentando o número de excluídos; para que isso não venha a ser interpretado como um problema da sociedade, flexibiliza-se as relações de trabalho/agenda com que cada um seja o único e exclusivo responsável por seu fracasso ou seu sucesso.

O programa da direita é, portanto, niilista. Destrói-se tudo e nada se coloca em substituição ao destruído.

E, é claro, a propaganda diz que troca-se uma previdência ruim, injusta e falida por outra boa, justa e sólida; troca-se um estado hipertrofiado e insuficiente por outro reduzido e dinâmico, as relações de trabalho arcaicas serão substituídas por outras mais compatíveis com o crescimento econômico; as indústrias brasileiras sucateadas ganharão, muito, ao terem como concorrentes, num mercado aberto, as dinâmicas e ágeis indústrias estrangeiras.

Muitas pessoas e setores progressistas incorporaram por desconhecimento, parte dos discursos e programas da direita. Setores próximos ao movimento docente defendem as câmaras setoriais. Sindicatos, até mesmo cutistas, fazem coro com a direita e, juntos, criticam “privilégios” dos servidores públicos. Muitas pessoas e grupos progressistas em certas ocasiões apoiam a abertura irrestrita de importações. Setores historicamente de esquerda concordam com a privatização de, pelo menos, algumas estatais. Há quase um consenso de que a previdência, como está, não pode ficar; como a única proposta alternativa é a da direita aquele quase consenso se transforma num apoio à proposta governamental.

É necessário entender cada um desses pontos.

As propostas da direita e a situação atual

As propostas apresentadas pela direita se contrapõem à situação atual. Como o movimento docente e a demais setores progressistas foram críticas a vários aspectos da realidade atual a direita se aproveita dessa situação ao encaminhar suas propostas. Pior ainda do que isso, força-nos muitas vezes à defesa do status quo. Assim, é fundamental entendermos tanto a realidade atual como as propostas da direita para podermos atuar defendendo claramente nossas propostas.

É necessário lembrar que os setores que hoje defendem a desregulamentação do trabalho estavam, há poucos anos, aprovando a atual legislação “aperfeiçoada” pela ditadura militar. Esses mesmos setores que tanto clamam pela internacionalização do mercado apoiaram, há pouco tempo, as reservas de mercado da ditadura e, há mais tempo, as políticas de substituição de importação. Os que hoje defendem a privatização das estatais defendiam, há bem pouco tempo, a política de estatização da ditadura, sempre pronta a assumir empresas privadas falidas ou a construir novas estatais cuja finalidade básica era subvenção do setor privado

FHC refém de ACMs

Há várias interpretações possíveis para as forças políticas que assumiram o poder no Brasil como consequência da recente eleição presidencial. Uma delas é que o PSDB teria conquistado um importante espaço político ao colocar seu candidato como o anti-Lula, o mal menor. Os partidos conservadores foram forçados a apoiar a candidatura de FHC, a ceder o centro do poder do PSDB e estariam obrigados a apoiá-lo no Congresso Nacional. Esta é a versão pessedebista que foi veiculada na época da campanha eleitoral com o intuito de engariar votos.

Uma outra interpretação possível é que o PSDB não se distingue dos outros partidos e simplesmente se aliou ao PTB e PFL pela identidade dos programas. Esta é uma visão quase maquiavélica e que não permite entender a origem dos atritos entre ACM e FHC que estão surgindo.

Uma terceira interpretação é que a direita muito bem organizada adotou a candidatura FHC e a apoiou sinceramente, pois, era realmente o mal menor. Entretanto, ganha a eleição o governo FHC tornou-se refém dos senhores Sarney, ACM, Luiz Eduardo Magalhães e outros. Toda e qualquer pretensão de governar da forma diferente do desejado pelo PTB/PFL será torpedeada. O PSDB não tem maioria no Congresso em torno de seu programa; PFL e PTB tem. Nesta interpretação FHC e PSDB governam o país e PFL e PTB governam FHC e o PSDB. Esta interpretação permite entender os atritos reais, não apenas verbais, provocados por disputas concretas por programas e por cargos que estão surgindo. A queda de prestígio do governo FHC, de 71% de ótimo/bom, segundo a agência Datafolha, para 36%, foi provocada pela ampla divulgação de decisões recentes do governo que o indisputaram com seus eleitores mais sinceros, aqueles que tinham alguma ilusão nas possibilidades de uma social-democracia brasileira, e não com seus eleitores à direita. Evidência disso é que o próprio ACM e outros representantes da direita têm explorado, com competência, a fraqueza do senhor FHC e de seus ministros.

Dentro dessa interpretação o governo FHC é um títere, secundado pelo senhor Marco Maciel, com congresso liderado pelos senhores Sarney, Luiz Eduardo e com maiorias conservadoras, aglutinadas por AMC e outros. Entre os cenários futuros possíveis está o rompimento da aliança e uma consequente crise de governabilidade; o governo FHC se “itamariza” rapidamente. Outra possibilidade é a pefelização total do governo e do PSDB; este partido sofreria algumas poucas defecções. Em qualquer um desses casos o chame social-democrata do PSDB seria completamente comprometido.

As eleições municipais de 96 mostrarão qual dos cenários é o mais verossímil.

Alguns graves problemas nacionais

Antes de uma análise mais detalhada das propostas da direita para alteração de vários aspectos da realidade nacional, é necessário localizar, com clareza, quais são os principais problemas nacionais. Afinal, qualquer proposta de mudança deve ter como referência esses problemas. Conhecê-los é fundamental para o encaminhamento de propostas bem como para a análise e a crítica das propostas governamentais.

1) Concentração de renda

O Brasil disputa, com o Botsuana, a pior posição mundial no que diz respeito à concentração de renda. Aqui, como no Botsuana, os 20% mais pobres dispõem de uma renda de apenas cerca de 2% do PIB, enquanto os 10% mais ricos abocanham cerca de 50% do PIB! Essa situação absurda deve ser comparada com a realidade da grande maioria dos países, desenvolvidos ou não, onde os 20% mais pobres dispõem de cerca de 6% a 8% do PIB contra cerca de 25% a 30% no caso dos 10% mais ricos. (os dados são de relatórios anuais do Banco Mundial.)

Essa concentração de renda exclui quase a metade da população brasileira do convívio social e aniquila qualquer possibilidade de acesso aos direitos de cidadania.

É desnecessário analisar as consequências desagregadoras dessa absurda concentração de renda brasileira: aí estão as favelas, cortiços, e os sem-casa dos viadutos e pontes; aí estão os milhares de crianças abandonadas; aí estão os altíssimos índices de mortalidade infantil; aí estão a fome e as

doenças endêmicas; aí estão o analfabetismo infantil e juvenil e a evasão escolar precoce; aí está a violência urbana e a prostituição infantil. Enfim, aí está o liberalismo brasileiro.

2) Educação escolar

Outro setor da realidade nacional que coloca o Brasil entre os países mais desorganizados do mundo é a educação escolar.

Segundo o relatório Situação Mundial da Infância, da UNICEF, apenas dois países, entre 110 analisados, (Haití e Guiné-Bissau), apresentam taxas de evasão no ensino de primeiro grau superiores à brasileira.

Enquanto no Brasil apenas cerca de 11% dos jovens freqüentam o ensino superior, a grande maioria deles em instituições privadas, diversos países da América do Sul e Central apresentam percentuais e matrícula no ensino superior na faixa de 30% ou mais. (Dados do Anuário Estatístico da UNESCO, 1992.)

Da mesma forma, o ensino de segundo grau no Brasil é cerca de duas vezes menor, no que diz respeito ao número de jovens atendidos, do que seria de se esperar.

E, pouco honrosamente, o Brasil é o recordista sul-americano em analfabetismo infantil e juvenil (cerca de 26% das crianças na faixa etária dos 10 aos 14 anos são analfabetas).

3) Reinvestimento e crescimento econômico

O crescimento da produção econômica de um país depende da taxa de reinvestimento do PIB no aumento da capacidade de produção nacional. Essa taxa de reinvestimento é de cerca de 30% do PIB no caso de países que têm apresentado significativos crescimentos econômicos (China, 36%; Tailândia, 39%; Coréia, 39% Hong Kong, 29%; Japão, 32%; Malásia, 36%).

No caso brasileiro a taxa de investimento tem oscilado em torno dos 17% nos últimos anos, quantia inferior ao que seria necessário para absorver crescimento populacional, compensar o sucateamento do capital instalado e promover, em adição, um crescimento real da produção per capita.

A proposta da direita de reformulação previdenciária tem como real justificativa a necessidade de se criar um fundo de recursos significativamente volumoso (a FIPE estima em cerca de 6% do PIB), disponível ao setor produtivo, com longo prazo de amortização e baixo juros.

4) O Tamanho do Estado

A propaganda de que o Estado é grande no Brasil não encontra nenhuma contrapartida na realidade. Nos países organizados o setor público absorve cerca de 50% do PIB, inclusive naqueles países que os neoliberais brasileiros fingem tomar como exemplo em países que têm um sólido sistema de bem estar social, como os países nórdicos da Europa, o setor público chega a absorver perto de 70% do PIB.

No Brasil, como em diversos países desorganizados, o setor público não dispõe de mais do que 25% do PIB, aproximadamente.

Esse mesmo contraste pode ser observado comparando-se o número de funcionários públicos para cada 100 habitantes. No Brasil há três funcionários públicos para cada cem habitantes; nos países organizados essa proporção é de cerca de duas ou mais vezes maior. Por exemplo o Brasil tem cerca de 580 mil funcionários públicos civis na União, enquanto nos EUA esse número é de cerca de 3,1 milhões, cerca de cinco vezes mais embora a população americana seja menos do que duas vezes maior que a brasileira.

5) Impostos e trabalho regular: uma visão da sonegação dos direitos.

A sonegação de impostos e de direitos trabalhistas atingem cifras imensas. Segundo levantamentos feitos por sindicatos e entidades da sociedade civil, pela imprensa e, mais recentemente, pelo próprio Congresso Nacional, a sonegação de impostos no Brasil atinge cerca de 100 bilhões de dólares anuais. Dentro desse volume de recursos seria possível incluir todas as nossas reivindicações referentes à educação, ciência e tecnologia, saúde, justiça e habitação.

A sonegação do direito ao trabalho regular faz com que cerca de 30 milhões de trabalhadores, dos pouco mais de 60 milhões de pessoas que constituem a população economicamente ativa, estejam em situação irregular e excluídos do sistema previdenciário. Essa sonegação ao direito do trabalho regular subtrai do sistema previdenciário cerca de 40% de sua receita. Aí está uma das causas fundamentais da falência da previdência social no Brasil. Está também aí causa de muitas das mazelas da sociedade brasileira: o desespero de idosos, crianças e desempregados, a velhice na miséria, o abandono e o desalento que vivem dezenas de milhões de pessoas no Brasil.

TEMA II - O ESTADO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Texto 1

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Uma Breve Aproximação da natureza do Estado Capitalista

A sociedade capitalista contemporânea tem revelado contradições que não nos permitem simplesmente entender o Estado como uma instituição que paira sobre a sociedade. Ao contrário, esse Estado deve ser entendido como um campo de conflitos e, nesse sentido, se insere e se define pelas relações de classe, ao mesmo tempo que é um fator de coesão e regulamentação do sistema social no qual funciona. O Estado seria, ao mesmo tempo, produto e modelador das relações objetivas de classe, carregando em seu interior os conflitos das classe sociais.

O papel dos aparelhos do Estado é o de manter a unidade e coesão da racionalidade capitalista, concentrando e sancionando a dominação de classes, e, assim, reduzido as relações sociais, isto é, as relações de classe. As relações políticas e ideológicas são materializadas e incorporadas, como práticas materiais nesses aparelhos.

O Estado tem primordialmente o papel de organizar e representar as classes dominantes, ou mais precisamente, representar e organizar os interesses políticos de longo termo de um bloco no poder, o qual se compõe, por sua vez, das várias frações da classe burguesa.

O Estado só pode desempenhar o papel de organizar e unificar a burguesia e o bloco no poder, na medida em que goza de uma relativa autonomia frente às frações e frente aos vários interesses particulares.

Nesse sentido, o Estado capitalista é uma condensação material das relações de conflito entre as classes e frações de classes. Portanto, o estabelecimento da política de Estado deve ser considerado como resultado daquelas contradições de classes, inerentes à estrutura do próprio Estado, contradições essas que estão presentes em seu quadro material, e que, por sua vez, dão forma a sua organização e expressão.

As diversas frações e classes sociais participam da dominação política principalmente na medida em que estão representadas no Estado. E por mais que possa parecer paradoxal, é a resultante momentânea daquelas contradições, exclusivamente no seio da materialização do Estado, que torna possível o papel organizacional do mesmo. A política do Estado, portanto, é estabelecida pelas contradições intra-estatais, que são também contradições classistas, proporcionando aparentemente uma imagem caótica e incoerente ao Estado, com cada fração tentando ganhar às custas das outras.

"A correspondência em questão se estabelece em termos de organização e de representação: a classe ou fração hegemônica, além de seus interesses econômicos imediatos de momento e de curto prazo, deve assumir o interesse político geral das classes e frações que constituem o bloco no poder e, portanto, seu próprio interesse político a longo prazo. Ela deve "unificar" a si própria e ao bloco no poder sob sua liderança (POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1985).

O Estado não tem somente a função de "resolver" os conflitos entre as frações do bloco no poder, mas também entre o bloco no poder e as classes dominadas. Em outras palavras, é impossível compreender a organização e a função do Estado sem incluir seu papel de mediador do conflito entre as classes dominantes e dominadas, especialmente na tarefa de dividir e desorganizar as massas dominadas. Nesse sentido, este Estado ora apresenta-se com uma roupagem puramente repressiva, ora disfarçado de populista, ou, até mesmo sendo obrigado a responder a muitas das demandas das classes dominadas, dependendo do desenvolvimento da forças produtivas (o trabalho, sendo a principal dela), ou seja, das crises de acumulação do capital e da organização dos dominados, mediada pela superestrutura ideológica.

O governo é um dos instrumentos que resultam daquela correlação de forças, representando, portanto, um aspecto através do qual o Estado ganha concretude.

Nesse sentido, os diversos governos brasileiros têm sempre representado admiravelmente bem o papel de porta-vozes das classes dominadas, por vezes cooptando as massas ou ignorando-as completamente,

na medida dos interesses da reprodução do capital. No Brasil, o Estado sempre tem servido de suporte para a reprodução do capital privado, freqüentemente em nome do desenvolvimento econômico, sem escrúpulos de produzir uma enorme concentração de renda e de ampliar a miséria. Para tal finalidade, o Estado, através dos governantes do momento, envolveu-se em um imenso processo de endividamento interno e externo, que acabou por acarretar sua própria inadimplência, tendo como credores da massa falida aqueles mesmos que o expropriaram. Essa crise do Estado brasileiro tem por conseqüências uma explosão inflacionária, que por sua vez amplia incrivelmente a escala da concentração de renda, e uma simultânea incapacidade do Estado de financiar e manter os serviços públicos, o que por vez implica seu sucateamento e o abandono das massas miseráveis á sua própria sorte. Torna-se importante acrescentar que a crise do capitalismo brasileiro assenta-se mesmo no âmago da crise vivida pelo capitalismo mundial, o que explica a extensão ao Brasil dos pressupostos neoliberais tão em moda atualmente.

Estado Capitalista e Políticas Públicas

Na origem do capitalismo a acumulação do capital exigia a máxima exploração da força de trabalho, representada por salários aviltantes, jornadas de trabalho desumanas e utilização de mão-de-obra infantil. Ao engendrarem a classe trabalhadora e conseqüentemente a consciência de classe, as contradições do capitalismo despertaram demandas sociais até então adormecidas. O ritmo da acumulação do capital permitiu, então, através de políticas do Estado, que parte dos lucros fosse utilizada não apenas para a reprodução da força de trabalho como também para o atendimento de parte daquelas demandas sociais. Tais políticas vieram a ser chamadas de políticas públicas e tiveram como exemplo histórico o "Welfare State" do pós-guerra na Europa.

A crise de acumulação capitalista associada ao desenvolvimento científico e tecnológico levaram a uma revisão da necessidade da manutenção de tais políticas. Tornou-se, então, voz corrente a idéia de que o Estado é um "elefante branco", enorme e ineficiente, a impedir o pleno desenvolvimento das forças produtivas, como fruto das relações do mercado: o neoliberalismo. No Brasil, o Estado não teve capacidade adequada de financiamento nem para o "Welfare State", devido não apenas à corrupção endêmica, mas também à evasão fiscal, pois as classes dominantes tradicionalmente não pagam impostos. No bojo da definição neoliberal está embutida a visão de que políticas públicas são as que não dão lucro e, portanto, estão fora da lógica dos critérios de mercado. Como desdobramento dessa redefinição de políticas públicas, temos ouvido a constante afirmação de que o Estado deve abandonar suas atividades de agente produtivo para se dedicar apenas às sociais, o que completa o raciocínio da necessidade de privatizar as estatais e operacionalizar a tese do Estado mínimo. A estratégia se fecha quando o atual governo passa a convocar entidades da sociedade civil para serem co-responsáveis pelas agora redefinidas políticas públicas.

O artigo do ministro da Administração e Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira, no Correio Braziliense do dia 11/01/95 é muito revelador dessa nova estratégia política. "...É necessário reduzir o núcleo do próprio aparelho do Estado. Para isso, entretanto, a arma principal não é apenas a da privatização. Esta é fundamental para transferir para o setor privado as atividades voltadas para o mercado. Há uma segunda arma, que é do desenvolvimento das organizações públicas não-estatais, das organizações voltadas para o interesse público, que não visam o lucro nem agem exclusivamente segundo os critérios de mercado. No Brasil é comum pensarmos que as organizações ou são estatais ou são privadas. Na verdade podem também ser públicas mas não estatais. Estas são especialmente necessárias nas áreas de educação, da saúde, da cultura, das obras sociais e da proteção ao meio ambiente. Não é possível limitar as atividades dessas ao mercado, mas também não faz sentido separá-las totalmente do mercado e colocá-las dentro do Estado. Nos países desenvolvidos um número crescente de escolas, de hospitais, de museus são organizações públicas não-estatais. São fundações privadas, que recebem recursos do Estado, mas são autônomas em relação a ele. Que buscam recursos na sociedade, a qual servem. Que se inserem no mercado sem perder seu caráter público."

Políticas Públicas: Na perspectiva do Projeto Democrático Popular

Impõe-se o desafio de reconstrução da implementação de políticas públicas apontando para uma outra perspectiva, mesmo dentro dos marcos do capitalismo. O caminho vislumbrado é o de resgatar o conceito de público que se fundamenta na *acessibilidade, eficiência e transparência*.

O conceito de público do ponto de vista da acessibilidade:

Na perspectiva neoliberal está ligado à disponibilidade do serviço, a cargo da parceria com a iniciativa privada, a quem pode pagar por ele, e à assistência social, a cargo da parceria com entidades não governamentais sem fins lucrativos, para aqueles que não podem fazê-lo.

Na nossa perspectiva, significa democratizar e permitir o uso efetivo de serviço pela população de forma equânime e assim repensar o princípio de igualdade como um dos critérios centrais na construção de qualquer sociedade verdadeiramente livre. Igualdade, não como uniformidade, da definição do neoliberalismo, mas como equalização de possibilidades reais de cada cidadão de viver uma vida plena, segundo o padrão que escolher, sem carências ou desvantagens devido aos privilégios de outros. Começando com chances iguais de saúde, de educação, de vida e de trabalho (ver a respeito Perry Anderson In Democracia 107 outubro/novembro/94 - UERJ - Rio de Janeiro).

Em cada uma dessas áreas não é possível que a lógica de mercado, que impera no Estado neoliberal, possa colocar à disposição do conjunto da sociedade tais bens. É preciso defender e alargar as redes de proteção social, confiando ao Estado a extração dos recursos necessários para financiar tais serviços. Deve-se, contudo, controlá-lo.

O conceito de público do ponto de vista da eficiência:

Na perspectiva neoliberal está ligado a uma pretensa relação custo-benefício do serviço prestado, numa lógica que afirma que se deve pagar mais caro pelo que é melhor pressupondo, portanto, a existência de um serviço de excelência em contraposição aos serviços comuns.

Na nossa perspectiva, significa a garantia de que os recursos disponíveis estão sendo empregados para o desenvolvimento de serviços visando a sua qualidade e na maximização da sua utilidade pública.

O conceito de público do ponto de vista da transparência:

Na perspectiva neoliberal é a prestação de contas, a qual o Estado é obrigado, dos recursos utilizados em suas políticas sociais, cuja definição estaria a cargo de tecnocratas bem remunerados, pós-graduados que sabem melhor do que ninguém o que é bom para a população (e que custa pouco).

Na nossa perspectiva, está vinculado à participação da população, através de conselhos comunitários, na definição de prioridades, no acompanhamento e na avaliação. Dever-se-ia sempre ser possível conhecer-se o que se fez, quem foi o beneficiado e como se desenvolveram todas as etapas de um processo para permitir readequações em sua definição. O ponto principal da transparência seria, então, a participação da população em todas as etapas garantindo o controle social do bem público, e assim tornar público para democratizar.

Políticas Públicas, do ponto de vista da nossa perspectiva significam, portanto, serviços públicos prestados pelo Estado com a acessibilidade, eficiência e transparência a toda a população. Para isso, tornam-se necessárias, ainda dentro dos limites do sistema capitalista, reformas que permitam que tais serviços sejam financiados com parte dos lucros do capital. A ocorrência disso depende não apenas da capacidade de resistência e de luta do movimento social organizado, mas também da organização das massas excluídas, em uma ação que aponte para a construção de uma sociedade na perspectiva anti-capitalista.

É importante salientar que a construção da cidadania se realiza no embate cotidiano que as classes sociais, em suas formas organizadas, fazem em defesa de seus direitos. Esses direitos devem ser entendidos como ganhos efetivos que as classes populares conquistam nesse processo de luta. Devem estabelecer o avanço na direção de modificar as relações sociais e produtivas. Esse tem sido, historicamente, o sentido imprimido pelas classes populares, que por outro lado têm na busca constante dessa cidadania, uma das formas de avançar para outro projeto de sociedade. Além disso o mais importante é considerar que o permanente reivindicar mobilizador das classes sociais constitui o processo construtor de sua consciência para implementar a sua cidadania.

Nesse processo um espaço político privilegiado, mas não único, dessa luta são os aparelhos do Estado. A dinâmica dos conflitos, que ocorre em seu interior, aliada à organização dos movimentos sociais, podem/devem imprimir ao conjunto das políticas públicas o resgate do seu caráter essencialmente

público. Nesse sentido o Estado deve ter no seu interior o processo reivindicatório das classes dominadas.

O termo cidadania encontra-se nesse momento vulgarizado. Tudo é entendido como cidadania, porém, o que permanece é a hierarquização social, sustentada ainda, pela má distribuição dos bens materiais e culturais, eternizando assim, a visão de cidadania burguesa, restritiva e discriminatória. No jogo ideológico a universalização de uma cidadania abstrata, a da burguesia, funciona como elemento de regulação/controlado do conflito. Funciona como neutralização.

Políticas Públicas e sua efetivação

A *educação* como fator fundamental na democratização do acesso aos bens culturais e materiais historicamente construídos pela humanidade, deve ser compreendida no sentido de garantir a cada cidadão a apropriação/criação desses bens, num processo dialético que garante e desenvolve sua capacidade de situar-se criticamente na sociedade. E de compreender o trabalho como sendo a origem do conhecimento, a fonte de riqueza e do bem estar social. Nesse sentido, deve ser lutar pela escola em todos os níveis, de qualidade, democrática, que ofereça vagas suficientes para garantir o acesso igualitário da população.

No campo da *seguridade social* é importante garantir a indissociabilidade da triade saúde, previdência e assistência social. Nesse sentido, torna-se imperioso assegurar as conquistas sociais expressas na Carta Constitucional vigente. A Reforma Constitucional que o governo tenta impor à sociedade ameaça todos os direitos sociais e, de forma contundente, os que constam do capítulo referente à seguridade social. É portanto, um verdadeiro retrocesso na perspectiva da construção da cidadania. A luta por um SUS de qualidade para todos, pela manutenção dos direitos de aposentadoria e pelo cumprimento dos direitos de assistência social, implica uma contraposição à proposta de privatização e de construção de um Estado mínimo contido no projeto neoliberal. Para tanto, impõe-se a construção de um amplo arco de alianças entre entidades sindicais, movimentos populares e outros segmentos da sociedade civil.

A *ciência e a tecnologia* desenvolvidas a partir de uma política construída pela sociedade, deverão contemplar basicamente a preocupação com o meio ambiente, com a erradicação da miséria e com a melhoria da condição de vida da maioria da população. O movimento social organizado deve lutar para que seja assumido pelo Estado o desenvolvimento científico e tecnológico em todas as áreas, evitar que o saber gerado nas instituições públicas seja utilizado como apropriação privada de grupos ou segmentos da sociedade, lutar pelo investimento crescente numa política de formação de recursos humanos, zelar para que haja a aplicação do conhecimento e dos avanços tecnológicos para reduzir as desigualdades sociais e atuar como fonte superadora das deficiências naturais.

Uma *política de capacitação e profissionalização dos funcionários públicos* deve conter um conjunto de procedimentos capaz de revalorizar os servidores públicos e os serviços por eles prestados, expresso num plano de carreira. É necessário que o artigo 39 da Constituição Federal seja colocado em prática. Isso não quer dizer que se prescindam de processos avaliativos frequentes com a participação direta dos envolvidos.

A *democratização dos meios de comunicação* é elemento vital para a construção de uma sociedade com justiça eleitoral e democracia. As reformas nesse setor devem ser radicais no desmantelamento do monopólio da comunicação nas mãos de grupos capitalistas superconcentrados. A conservação desse monopólio é elemento importante para a manutenção ideológica do sistema capitalista estabelecido.

Manutenção dos *direitos trabalhistas* é uma das mais importantes lutas desse período, pois a unificação dos mercados econômicos tem fornecido elementos que exigem a desregulamentação do mercado de trabalho e coloca a concorrência econômica como mais importante que a preservação do ser humano. É preciso resgatar as leis que regulamentam o mercado de trabalho, para não permitir que conquistas da classe trabalhadora, ao nível mundial, sejam usurpadas.

Na perspectiva de um Projeto Alternativo Democrático e Popular, como resposta da sociedade civil, a reforma agrária não significa unicamente a concessão de terras e o assentamento de trabalhadores rurais despossuídos. Não significa continuar definindo-se reforma agrária enquanto política compensatória. Ou seja, uma política que minimiza as principais distorções sócio-econômicas geradas pelo modelo de desenvolvimento em curso no país. Significa, e é necessário e urgente, uma definição clara de reforma agrária como política econômica, alavancando mudanças substanciais nas relações de produção no campo. Uma política que conceba a democratização do acesso à terra como pré-requisito ao exercício

da cidadania no campo. Promovendo um programa nacional de segurança alimentar que amplie o mercado interno e fortaleça a agricultura familiar.

TEXTO 2

Contribuição da APUFSC SSind.

Introdução

No acender das luzes do século XXI as sociedades capitalistas vem atravessando expressivas mudanças, quer sejam na base produtiva ou nas relações de trabalho. Se de um lado estas transformações tem provocado inegável poder de sedução, por outro, observa-se a síndrome da insegurança diante da possibilidade iminente de desempregos. As transformações sugerem um quadro de preocupações e diante dela só temos uma certeza: formamos alunos que provavelmente não encontrarão guarida no mercado de trabalho, pois este está "vertendo água". O sociólogo terá dificuldades de encontrar emprego de sociólogo, mas se encontrar emprego, ocupará, certamente, uma vaga de um trabalhador desqualificado, ou melhor, de 5 ou 6 trabalhadores desqualificados, que não tiveram acesso à universidade. Nisto há um detalhe, fundamental: uma remuneração inferior à soma dos 5 ou 6 trabalhadores CLT, etc.

Neste cenário complexo e adverso acena-se com a possibilidade do Contrato Coletivo de Trabalho - CCT - como a possibilidade ímpar para resolver os impasses do movimento sindical. Num mercado absolutamente flexibilizado e desregulamentado - como é o caso do Brasil - **a proposta de valorização exclusiva de negociação coletiva de trabalho tem inegável poder de fascínio, quicá, a mesma que certas mudanças impregnam boa parte dos trabalhadores.**

O cenário social que vivemos, nestes anos noventa, estampa um novo dilema político: a necessidade de avançar o caráter da luta política para além da denúncia, oposição e questionamento do trabalho do Estado e de seu poder normativo. Aos docentes, assim como aos trabalhadores, cabe transcender os limites do movimento sindical. Afinal que fazer e como fazer diante do movimento que se restringe ao "aqui" e "agora" e não pela construção de uma nova sociedade?

A produção da riqueza se amplia, o desemprego ainda mais. Coisas e homens descartáveis aparecem por toda parte. É viável construirmos uma sociedade na qual todos tenham trabalho?

O trabalhador é outro e vai mudar ainda mais

As manifestações "inovadoras" do capitalismo - impactos decorrentes da informática, da telemática, da engenharia genética, em certo sentido não são em si nenhuma novidade. Afinal, a sociedade capitalista, desde os primórdios, trouxe em seu bojo um processo incessante de inovação. "Revolucionar" constantemente o nível das forças produtivas, tem sido, portanto, uma das características fundamentais da sociedade capitalista, além de ser condição "sine qua non" de sua produção. Se não são novidades, então por que insistir nas por que metamorfoses do mundo do trabalho? Por que estas trazem à tona uma realidade adversa e complexa: o trabalhador hoje é outro e vai mudar ainda mais. O desenvolvimento das forças produtivas (que em muitos casos já são destrutivas), vem aumentando, astronomicamente a fabricação de mercadorias, ao mesmo tempo em que vem colocando milhões de trabalhadores como supérfluos. No mundo são crescentes os trabalhadores nômades, diante de um trabalho rarefeito. Triste ironia a nossa de docentes: formamos profissionais que podem até encontrar emprego. A materialidade das transformações na área produtiva está, não somente nas máquinas, mas no movimento sindical. Conseqüentemente, os trabalhadores enfrentam-se com uma realidade até então conhecida como ficção científica: "job killers", isto é, máquinas que assassinam empregos na mesma proporção que assassinam sindicatos. O melhor exemplo de destruição do movimento sindical vivem os mineiros, na Inglaterra. A mudança aludida não é para melhor, pois, na prática, se faz dos homens a mesma coisa que se faz com as mercadorias, isto é, homens descartáveis.

Aos docentes, a questão que se apresenta não é amaldiçoar esta situação e, muito menos, desejar que ela desapareça. Devemos prestar atenção, procurar conhecer suas limitações principalmente verificar em que esta "revolução" tecno-científica do final (do século XX) cria meios materiais e o germe de uma situação que pode resultar numa forma superior de sociedade. Afinal, a dita revolução abre possibilidades para o "reino da liberdade"?

Convivemos hoje com certa dose de fascínio e perplexidade, sobretudo pela forma como os meios de trabalho são produzidos. Todavia, máquinas são máquinas, e assim que foram inventadas (e elas foram

inventadas pelos homens), prestaram-se a um único papel: produzir efeitos de substituição e eliminação sobre os trabalhadores, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a exploração da força de trabalho. Juntamente com a introdução da maquinaria, produziu-se operários e fábricas. Surgiram movimentos. "A destruição das máquinas e a oposição geral, por parte dos trabalhadores, à introdução da maquinaria é a primeira expressão esclarecida de luta contra a produção capitalista desenvolvida, tanto como modo, quanto como meio de produção". (Marx K. in crítica Marxista vol. 1, pg. 103). Surgiram operários e socialistas. Apesar de nascidos em idêntica história, resultaram em produtos diferentes. Tendo caminhado de braços dados em algumas situações, noutras, não seguem a mesma cadência.

Movimento sindical e movimento socialista: uma diferença necessária

O movimento sindical, surgido na 1ª metade do sec. XIX, tem uma rotina que inclui a defesa e aperfeiçoamento das condições de vida e de trabalho de seus membros. Sem dúvida, a luta em defesa destas condições continuam sendo atuais e necessárias, mas dificilmente permite a transcendência do âmbito das ações imediatas. Quem já ocupou cargos de direção de sindicato - mesmo que seja ativista político - sabe que deve ocupar uma grande parte do seu tempo em atividades que poderiam ser muito bem conduzidas por outra pessoa, sem interesse em superar o capitalismo. A atividade sindical coincide raramente com a ação socialista. A esperança de uma sociedade diferente se esvanece no cotidiano pois as lutas se institucionalizam. Em outros termos, a demasiada preocupação com a sobrevivência dos movimentos sindicais, com a reorganização presente da sociedade e não com a sociedade futura, tem sido objeto de muitas tensões e críticas, mas, principalmente, tem afastado a discussão acerca da sociedade futura. Estas questões, que podem ser resumidas como tensões entre a política e a indústria, não são nada novas, e, também não são inteiramente dissociadas.

Originariamente, o movimento sindical caracterizou-se por ter uma atitude que incluía a hostilidade, não somente do padrão capitalista, mas às formas de burocratização, de caráter privado ou sindical; possuir uma técnica própria da condição de militante diante da ação industrial, onde prevaleciam quaisquer formas de luta que atingissem o adversário naquilo que mais doía. Esta técnica incluía, inclusive, a sabotagem, mesmo que esta fosse muito mais comentada que aplicada. De várias formas, a estratégia, buscava nutrir a consciência de classe, através das greves de militantes e de ações revolucionárias que precipitassem o surgimento de uma outra sociedade. Em sentido histórico amplo e geral, o sindicalismo expressou uma forma de ação quase revolucionária que se iniciou um pouco antes do final do século XIX, na França. No início do século seguinte, sobretudo nas duas primeiras décadas, sua importância quase revolucionária foi grande, porém distinta de país para país. Hobsbawm, é bem incisivo a respeito, pois afirma que esta forma de movimento sindical está morta e enterrada. O que parece ter sobrevivido é uma forma de movimento sindical político tão irrealista quanto uma indústria automotiva que alegasse não ter nada a ver com estradas. Concordando ou não com este autor, é fundamental perceber importantes delimitações do movimento sindical. Na prática, há um descolamento da ação sindical e da ação socialista.

O contrato coletivo de trabalho: questão estratégica de mudança para permanecer tudo como está?

Não bastassem os impasses oriundos de alterações das formas de socialização do trabalhador, surge, no cenário sindical a proposta do Contrato Coletivo de Trabalho- CCT, como a proposta estratégica para os dilemas sindicais da atualidade.

"A proposta CCT - contratação coletiva articulada vem sendo discutida no movimento sindical brasileiro, e particularmente na CUT, há cerca de dez anos. Em 1988, após passar por um período de discussão entre algumas assessorias e em instância da CUT, esta proposta foi aprovada em Congresso da Central, como bandeira nacional de luta. Entretanto, tal discussão intensificou-se a partir da ascensão de Walter Borelli ao Ministério do Trabalho. Existem, basicamente, 2 propostas de CCT: Uma da CUT e outra dos empresários, sendo que há alguns elementos de convergência.

Como o próprio nome sugere, CCT é um contrato de trabalho que não é individual, mas sim coletivo, realizado entre dois sujeitos coletivos (patrões e trabalhadores), que apresentam interesses coletivos e se encontram representados por suas respectivas organizações. Então, CCT não é coisa nova. O que existe de novo, na proposta da CUT, é que está sendo apresentado um outro modelo de contratação coletiva, diferente daquele atualmente praticado no Brasil.

Em nosso país, com efeito, os CCT são regularmente praticados pelos sindicatos - segundo um determinado modelo - às vezes com nomes diferentes: Convenção Coletiva de Trabalho, ou Acordo Coletivo de Trabalho. Até 1967, todas as experiências recebiam o mesmo nome de CCT. À parte alguns detalhes jurídicos, todos estes nomes servem para expressar a mesma coisa.

Já a Contratação Coletiva Articulada, ou Negociação Coletiva Articulada, é o nome do modelo de contratação que está sendo proposto. Este modelo nunca existiu no Brasil.

Na verdade, esta proposta vem sendo elaborada a partir de uma crítica radical, pertinente e absolutamente correta, ao atual sistema de relações de trabalho de origem fascista, autoritário, antidemocrático, etc, materializado pela CUT. O alvo principal da crítica é o poder normativo que determina a autoridade e intervenção compulsórias do Estado na relação entre vendedores e compradores da força de trabalho, cuja expressão são o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho.

O que se propõe, portanto, é a substituição de um modelo autoritário para um modelo democrático de relações de trabalho. A proposta do CCT constituir-se-á na realização deste novo modelo. Um dos principais pressupostos é a eliminação do poder normativo (e quiçá da Justiça do Trabalho), ou seja, da participação compulsória do estado nas relações trabalhistas. Toda negociação deverá ser realizada única e exclusivamente por patrões e trabalhadores, e, caso não se chegue a algum acordo em quaisquer das cláusulas, os dois agentes escolherão, democraticamente e de comum acordo, um árbitro neutro e imparcial que ajuizará a contenda. O árbitro, portanto, não será mais compulsório, como é atualmente (o estado), mas (caso haja necessidade) será eleito livre e democraticamente pelas partes em litígio.

Livres dos entraves autoritários do Estado, patrões e trabalhadores, através de suas organizações legitimamente representativas (centrais sindicais, por exemplo), fariam uma negociação em dois níveis: horizontal e vertical. O acordo seria primeiramente firmado ao nível nacional e trataria apenas de algumas questões gerais, por exemplo, política salarial. A seguir, a negociação seria regional, local e por empresa, seqüencialmente, onde se discutiriam e se negociariam as questões específicas de cada nível, respeitando-se aquilo que já havia sido acordado no patamar anterior.

O contrato resultante desta negociação articulada horizontalmente ainda passaria por uma negociação vertical, isto é, por cada ramo de atividade econômica - metalúrgicos, bancários, funcionários públicos, etc - para fazer a negociação de suas reivindicações específicas". (Caderno Andes nº 11 1993:29).

Lançado no ano de 1994, como proposição oficial do governo Federal, os representantes dos empresários, dos trabalhadores de diversos ramos, e as centrais sindicais, manifestaram-se quase em uníssono pela urgente implementação do CCT, como construção de um novo sistema de relações de trabalho no Brasil, incorporando idéias básicas de liberdade e autonomia sindical e flexibilidade das relações de trabalho. Com o CCT, as normatizações trabalhistas (direitos e obrigações trabalhistas) contemplariam a expectativa de um sistema democrático das relações entre capital e trabalho, enterrando de vez a atual Consolidação das Leis de Trabalho como espelho de todo um "autêntico regime de terror"(Vicente Paula da Silva, presidente da CUT, Folha de S. Paulo, 30.10.94, caderno 2.p.2).

Parece ser estranha esta lógica de inusitada coincidência: Roberto Campos,(ex-ministro do Planejamento governo Castelo Branco e deputado federal pelo PPR do R.J., na Folha de S. Paulo, 30.1.294, caderno 2.p.2.), e Vicente Paula, referindo-se à legislação trabalhista brasileira, ambos a consideram como a pior do mundo, como a "falsa baiana", quer dizer, faz de conta que é, mas não é. Referem-se ao "garantismo legal", cristalizado na carteira de trabalho, encargos compulsórios, estabilidade e todo o resto da "parafernália trabalhista". A proposta do CCT é incompatível com a atual legislação trabalhista e com a Constituição de 88. Sendo assim, na sua lógica, o CCT é democratização, desde que incorpore um sistema predominado pela flexibilidade ao máximo da remuneração e dos encargos trabalhistas, posto ser este o "único meio eficaz para otimizar a quantidade de emprego".

Nesta questão do CCT, observa-se algo inusitado, pois capital e trabalho manifestam ampla concordância, embora enunciada com linguagem diferente. Para além desta estranha lógica, é preciso perguntar que proposta é esta que propõe a negociação entre capital e trabalho como se finalmente ambos tivessem encontrado a varinha mágica para acabar com a selvageria capitalista. A questão é mais complexa, não se resume em ser a favor ou contra o CCT e muito menos a favor ou contra a negociação.

Do lado do trabalho, mais precisamente da CUT, o corporativismo seria superado com o CCT que, em tese, obrigaria as partes a discutir e negociar fatores macros da regulação econômica do país. Defender direitos é corporativismo? É corporativismo cooperar com o Capital? Isonomia é corporativismo? Na discussão de um projeto social amplo, os interesses específicos de uma categoria de trabalhadores ou de empresários podem limitar, corporativamente, seu alcance, mas interesses de classe devem ser nivelados por baixo e iguados?

CCT e trabalhadores no setor público

O CCT é o ponto de encontro ou desencontro daqueles que querem a construção de um projeto alternativo de sociedade?

Como se sabe, a constituição aprovada em 1988 determinou uma nova vinculação dos servidores à administração, através de um novo Regime Jurídico Único (RJU) para todos os trabalhadores das esferas federal, estadual e municipal, tornando estatutários os celetistas, instituindo estabilidade e direito à organização sindical, proibida desde 1931. É neste âmbito que a proposta neoliberal mira seu ataque quando fala da reforma administrativa, tendo como foco central a redução do tamanho do Estado, do funcionalismo e das estatais. A efetividade do Estado é uma questão que ganha o mundo, mas refletir sobre o Estado, sua qualidade, não significa abrir mão de conquistas sociais, unilateralmente. O trabalhador no setor público não pode ser o "bode expiatório", de mordomias e privilégios. No contexto histórico atual, a diminuição do tamanho do Estado e sua desregulamentação, que tem como ponto central a privatização, esvaziamento do que resta de cidadania, reduz os serviços do Estado à condição de negócios. Sob esta ótica, inserem-se os serviços de educação, cuja qualidade seria instrumento de competitividade, que também seria exercida pela ética dos negócios.

Sendo assim, o sistema educacional brasileiro também seria uma "falsa baiana", principalmente quanto às obrigações do Estado. Não se trata aqui de defender o atual sistema, (assim como não se deve defender a atual legislação trabalhista, especialmente nos pontos que tolhem a plena autonomia e liberdade sindical), mas **não se pode abrir mão da proposição de caráter público e laico da educação, razão de ser de um sindicato nacional não corporativista.**

Na perspectiva histórica da Andes, o CCT é o ponto de desencontro, pois significa flexibilizar tal como proposto aos trabalhadores celetistas: **não estabilidade, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, não indexação salarial, não implementação da isonomia e diminuir substancialmente a responsabilidade do Estado para com as universidades públicas, em especial acabando com a gratuidade, liberando de vez, a diversidade de fontes de remunerações privadas à professores-pesquisadores.** Da mesma forma que o CCT sugere para o setor privado a parceria entre capital e trabalho, o CCT para o setor público universitário é a parceria universidade-empresa. Nesta ótica, são fontes de atraso a indexação salarial como defesa do poder aquisitivo dos docentes e a isonomia como instrumento de um padrão único de qualidade.

A Andes precisa estar preparada para a tal discussão no quadro do novo governo. Pelas suas formulações programáticas e suas primeiras sinalizações, a reivindicada autonomia universitária (prevista na Constituição de 88 e até agora não regulamentada e não obedecida pelo governo), será o caminho que convergirá com o CCT como **condição para implantação de seu projeto educacional.** Segundo a proposição liberal agora enamorada pela social democracia, a responsabilidade do Estado quanto ao ensino superior estará na avaliação, fiscalização e aplicação de recursos segundo critérios de competitividade. Logo, a autonomia universitária certamente será a forma de cada universidade ter campo aberto para obtenção de seus recursos como pagamento de mensalidades e principalmente convênios com empresas. Pelo seu caráter sensível e polêmico junto à parcelas dos estudantes, é possível que a gratuidade seja prorrogada, mas certamente a parceria universidade-empresa será estimulada, pois mesmo na sua forma de competitividade espúria, encontra muitos adeptos fora da esfera sindical. Em sua lógica, busca a maneira de melhor qualificar a universidade mantendo boas equipes de pesquisadores, sem aumentar as obrigações do Estado, viabilizando-as através de convênios de prestação de serviços às empresas, vinculando nesses convênios os equipamentos necessários. Evidentemente nem todas as instituições Universitárias estão nestas condições, somente aquelas compostas por áreas de excelência, que transformar-se-iam em ilhas de competência. Ora, tal realização é logicamente incompatível com a isonomia salarial e a proposição de um padrão único de qualidade. Posto assim, o CCT não se apresenta como uma forma de garantir um acordo nacional da categoria- isso seria corporativismo - mas sim de possibilitar à cada universidade, segundo sua autonomia financeira e possibilidades de competitividade, o acordo que lhe couber.

Se os docentes conseguirem superar esta situação, é difícil prever. O importante é perceber que ela precisa ser revertida, para isto não há receita. Nosso desafio não é diferente de Galileu, no século XVII, quando insistia a todos aqueles que estavam à sua volta, que o “céu estava abolido”. Para Galileu - numa interpretação genial de Brecht, constatar o movimento, era condição suficiente por os olhos no monóculo e concluir que o universo não tem um sentido humano. Galileu não conseguiu convencer ninguém e sabemos o que lhe aconteceu. Apesar disto, e mesmo tendo que negar esta descoberta (por medo), insistiu: “Eppur se move”, isto é, a terra tem movimento.

Apreender o movimento na atualidade impõe uma crítica social radical a esta realidade, cujo teor deve se desvincular completamente das idéias anteriores, já obsoletas. O que está em questão não é pois o “sindicalismo livre” que simboliza a perpetuidade da forma contemporânea de capitalismo, porém uma perspectiva social nova, que transcenda o sistema produtor de mercadorias. Portanto, trata-se de algo mais do que socialismo concebido como um projeto de emancipação fundado na sociedade do trabalho.

Hoje reafirmamos a necessidade histórica do socialismo. Não mais regionalizado, que é pretérito, mas ainda, tal como nos tempos de outrora, “trabalhadores de todo mundo uni-vos.” Esta velha palavra de ordem repõe, hoje, a questão noutros termos: socialismo é um projeto histórico viável desde que apreendido em sua dimensão global. É este o imperativo da sociedade dos homens no limiar do século XXI: de ser simplesmente cidadãos do mundo, caso a opção não seja pela destruição da humanidade.

A organização dos trabalhadores, isto que foi tão caro e imprescindível à manutenção das conquistas dos trabalhadores, continua tendo atualidade inquestionável. Entretanto, os sindicatos precisam conceber seu movimento de forma diferente. Sua tarefa já não consiste apenas em representar e defender os interesses dos trabalhadores, mas em levá-los a ver sua atividade profissional em relação ao desenvolvimento econômico e político da sociedade global. Vivemos no limiar do século XXI. Assim como noutros momentos o trabalhador contemporâneo **necessita manter acesa a chama da rebeldia** contra a arbitrariedade das relações de dominação expressas no absurdo da compulsão do trabalho assalariado que já não existe para todos.

Observadas tais considerações propomos que a ANDES delibere sobre a questão do CCT. Ele representa uma tática de adequação do movimento sindical, ou seja, de adequação da Universidade pública em universidade-empresa. Todo questionamento que fizemos não deve nos levar à conclusão que devemos descartar a utilização da negociação coletiva, nem que estejamos defendendo a manutenção do atual sistema de relações de trabalho.

É necessário, todavia, que estejamos muito atentos, pois nem sempre uma mudança resulta em avanço. Como disse Lampedusa - tudo muda simplesmente para permanecer como está. Não deixemos que o fascínio turve nossos olhos tal como sói acontecer com as tecnologias.

TEXTO 3

Contribuição da ADUFRGS SSind.

JORNAL DA ANDES

Informação, Análise, Crítica

*A ANDES E UM PROJETO AUTÔNOMO
NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CULTURA*

A ANDES E UM PROJETO AUTÔNOMO NA ÁREA DE INFORMAÇÃO E CULTURA

1. O Monopólio da Mídia

A mídia eletrônica e impressa brasileira consolidou-se, nos últimos anos, como um verdadeiro *monopólio de opiniões e interpretações da realidade*. Ninguém duvida mais do poder que redes de televisão, rádio e grandes jornais têm de eleger e derrubar presidentes, destruir personalidades, construir mitos e difundir a interpretação que bem entenderem de qualquer fato, do Brasil e do mundo. A realidade passou a ser a *versão* que dela nos chega através da mídia. Cerceadas por essa desinformação organizada, a maioria das pessoas não tem elementos para avaliar fatos relatados, nem sequer para opinar, podendo, quando muito, reproduzir a opinião vigente.

Claro que há diferentes tonalidades neste discurso onipresente e até encontramos algumas vozes independentes aqui ou lá, mas, no conjunto, estes aspectos passam despercebidos para a maior parte das pessoas. Só um segmento restrito do público possui condições financeiras, acesso às informações e preparo para eventualmente discordar do que lê, vê ou ouve. Há anos que os setores progressistas apontam essa constante manipulação promovida pela barreira das agências noticiosas internacionais, somada ao trabalho dos próprios telenoticiários e programação "cultural" das redes nacionais de televisão e das manchetes dos grandes jornais impressos. Hoje temos claro que o poder da mídia não é um mero detalhe da vida moderna: é um determinante político, social e econômico que rege a superestrutura da sociedade capitalista, disciplina desejos (consumismo) e modula expectativas individuais e coletivas (conformismo).

2. A Neo-ofensiva Liberal

O próprio "coletivo" é suprimido com a promoção do individualismo em cada "espectador". A programação da televisão compete em horário e atrativos com a reunião do sindicato, da associação comunitária ou do condomínio, além de competir com os pais e com a escola na educação dos jovens, especialmente na formação de valores e princípios. Uma barreira de tabus é erigida diante de fatos polêmicos e teorias esdrúxulas são transformadas em "verdades" corriqueiras semeadas diariamente de todos os pontos, interpretando para nós a natureza dos acontecimentos. A história é recontada constantemente, sempre pela ótica dos vencedores, no sentido de justificar o atual estado de coisas. Goebbels é o patrono intelectual sincero de nossa atualidade ("a mentira repetida até a exaustão transforma-se em verdade").

O discurso *neoliberal*, que amadureceu ao longo da guerra fria e atingiu a vida adulta após as crises dos países socialistas, pervade a sociedade em todos os seus níveis, vertido numa linguagem adequada a cada classe social, cada segmento etário, cada grupo de opinião, e violentando a individualidade daqueles que conseguem pensar contra a torrente. Diante desse efficientíssimo adversário das mudanças sociais, as forças progressistas estão conscientes de que sua luta não pode prosseguir apenas dentro da limitada esfera da ação dos sindicatos e da comunidade organizada. É necessário voltar à esfera da sociedade inteira, terreno que esteve nas mãos das forças conservadoras durante os últimos 30 anos, e que 10 anos de democracia não foram suficientes para que retomássemos o contato pleno.

3. Uma Proposta Afirmativa: um Jornal contra a Corrente

Assim, motivados pela percepção desta realidade assustadora, um grupo de professores universitários ligados à ANDES-SN vem propor a criação de um jornal independente, de análise e crítica, dirigido ao grande público e com tiragem nacional, cujo nome (provisório até aqui) seria VERSÃO BRASILEIRA. Estamos cientes das dificuldades financeiras e estruturais de se lançar um jornal que extrapole as fronteiras do sindicato e das complicações de se competir com a mídia estabelecida, mas acreditamos que é um primeiro passo no sentido de reverter a maré assoladora do monopólio das interpretações. Não será o último, tampouco deverá tomar todas as nossas forças, mas é o *coadjuvante necessário* para o sucesso de nossas lutas por justiça social e desenvolvimento com soberania e direitos iguais para todos.

A discussão de um projeto de comunicação para a ANDES/SN que não se restrinja à sua base sindical, mas que vise a sociedade como um todo deve, necessariamente, estar orientada pelo seu projeto maior - a construção e consolidação de uma sociedade efetivamente democrática, motivada pela compreensão do papel que a Universidade, enquanto instituição, e o seu corpo docente de modo particular, têm a

desempenhar do ponto de vista da concretização deste projeto. Tal ponto de vista exige uma explicação quanto ao seu conteúdo.

4. A Nova Hegemonia Intelectual: o Economicismo

A estratégia de austeridade engendrada pela política econômica da crise que se segue ao rechaço do consenso econômico-social keynesiano toma corpo na *reestruturação das relações entre a economia e a política*, definindo uma clara primazia da primeira sobre a segunda.

Um dos efeitos mais evidentes desse fato se revela no plano teórico com a tendência a invocar-se as lições da economia clássica e neoclássica para a sustentação do fim do intervencionismo estatal e a eleição do mercado como o sistema mais eficaz para a regulação das relações econômicas e sociais. O mercado é o centro das decisões econômicas e em torno dele se definem as competências e as incompetências, premiando-se as primeiras e punindo-se as segundas. A regra de ouro dessa doutrina é a vontade do consumidor, supondo-se que os sujeitos humanos se regem pelo cálculo dos prazeres e das penas.

Um outro efeito se registra no plano prático e é concomitante com o movimento teórico que defende a centralidade do mercado. Trata-se do ataque generalizado aos órgãos e serviços dedicados ao cumprimento das atividades civis do governo: educação, saúde, assistência social, atividades em serviços urbanos, previdência social, etc.

5. O Trabalho como simples Mercadoria

Nesse contexto, a mudança de paradigma tem desdobramentos diretos que afetam o mercado de trabalho. No paradigma intervencionista, o desenvolvimento econômico parece mediado politicamente. O setor assalariado tem aqui reconhecido teoricamente o seu valor para o desempenho da economia e para a resultante do processo. No paradigma do mercado, a mediação política do processo de desenvolvimento é submersa pelo tratamento do trabalho como uma mercadoria entre outras e o mercado de trabalho figurando apenas como um entre tantos outros mercados de bens. A mediação política do movimento da economia passa a ser realizada pela “classe política”, num cenário determinado e com atores e papéis pré-definidos.

A luta salarial é sempre uma luta política, ou seja, envolve relações de poder e compreende relações de forças determinadas. No novo contexto, a luta salarial é esvaziada de seu envoltório político. Na amplitude da autonomia dos diferentes mercados de bens, o salário passa a ser fator de custo e não de demanda social. A questão salarial deixa de ter reconhecido o seu valor teórico-prático como produto do enfrentamento de forças contraditórias, passando a ser definida como um campo de relações puramente funcionais ou “corporativas”.

6. O Declínio do valor do Trabalho

A articulação das dimensões teórica e prática dessa visão de mundo torna-se patente na concepção da realidade concreta em compartimentos estanques. O mundo do trabalho poderia ser lembrado como uma das esferas nas quais esse processo de ruptura entre o mundo econômico e o mundo social se faz mais explícito. Esse seria o resultado de acontecimentos desencadeados, nos países mais avançados economicamente, durante a reorientação das atividades produtivas e das formas que assume o desenvolvimento tecnológico. A transformação implicaria no declínio do poder de determinação do trabalho sobre as condições gerais de desenvolvimento social e conseqüentemente produziria o seu esvaziamento como elemento político importante na consideração da vida econômica.

Nasce aqui, portanto, o discurso da excelência orientado para a avaliação puramente econômica das atividades de trabalho em geral. E certamente é aqui que a questão universitária e a sua articulação com a questão do desenvolvimento da democracia brasileira assume sua dimensão mais dramática.

A questão da democracia diz respeito à tradição na qual a ANDES/SN se inseriu desde o seu surgimento. Nossa entidade foi construída a partir de dois eixos maiores: de um lado a luta contra a ditadura militar, através da qual a ANDES se identificou com o amplo movimento de articulação de novos laços entre as diversas organizações da sociedade civil brasileira que tinham como identidade comum o anti-autoritarismo e a autonomia na ação política; de outro, a herança - trazida pela maior parte dos seus militantes de origem - que partia da crítica dos limites da democracia no quadro de uma

sociedade capitalista, o que levou à escolha de um “ponto de vista de classe” através do qual a ANDES compreendeu o seu próprio papel na construção da democracia no Brasil.

7. A Posição Privilegiada da ANDES-SN

A crise do modelo do “socialismo real”, principalmente com a derrubada do Muro de Berlim, mas já evidente dez anos antes para a maior parte da elite política fundadora da ANDES, exige uma reflexão crítica sobre certos pressupostos da identificação imediata entre “socialismo” e “democracia”. Essa crise remete à necessidade de valorização específica da democracia enquanto *procedimento* dos cidadãos em condições de igualdade política. Ora, pela sua história e pela singularidade da instituição universitária, a ANDES/SN está numa situação privilegiada para tirar as conseqüências teóricas e práticas desta nova situação. Reivindicando *de fato* as tradições iluministas sobre as quais se erigiu a Universidade moderna - enquanto instituição comprometida com a transparência que a ciência e a cultura exigem na formação do discurso público - o movimento docente reivindicou a si a tarefa da (re)construção de um *espaço público* no interior desta mesma instituição. Este foi o sentido maior da luta pela democratização da gestão da Universidade brasileira, através da qual rejeitou-se a imposição unilateral do interesse das elites econômicas que teve como resultado a emasculação da sua capacidade criativa. Significou, enfim, a reivindicação de que o *poder* na Instituição fosse decidido argumentativamente através da livre confrontação de pontos de vista divergentes sobre o seu papel social.

É necessário ter presente que o aguçamento da crise da identificação entre democracia e socialismo coincidiu com a transformação da ANDES em sindicato nacional de professores de instituições de nível superior, o que, compreensivelmente e coerentemente com a intenção da maior parte dos proponentes desta transformação, levou a um aprofundamento da identificação da entidade com o movimento operário-sindical, corporificado na sua filiação à CUT. Esta nova realidade leva-nos à necessidade de refletirmos sobre até que ponto a identificação orgânica com o movimento operário-sindical, inicialmente legitimado por sua identidade com a luta democrática, levou à perda da noção da *especificidade* do papel da instituição universitária. De fato, assim como o sindicalismo está identificado com a luta dos trabalhadores que, **em conjunturas históricas específicas**, pode estar ideologicamente identificado com o socialismo, a Universidade, enquanto instituição, identifica-se primariamente com a autonomia da ciência e da cultura no sentido amplo dos termos e, mediatamente, com a articulação dessas instâncias a um *projeto nacional* não-uniclassista por definição.

8. A Formação de um Espaço Público

Um projeto de comunicação para a ANDES-SN deve retomar a identidade originária da entidade, buscando aprofundar seu engajamento social e político fundado na especificidade do papel dos trabalhadores intelectuais na sociedade: atuar como fermento da formação de uma opinião pública independente, sem permitir que seu engajamento ao lado das lutas dos trabalhadores como um todo comprometa sua participação ativa na construção de um projeto político nacional, no qual a vida intelectual possa ambicionar o universal concreto da História. Ou, para expressarmos sinteticamente: a ANDES-SN deve irradiar para a sociedade o processo de formação de um *espaço público* que ela soube reivindicar para o interior da vida universitária. Se os meios materiais que a entidade dispõe para isso são limitados, cabe a ela o *papel pedagógico* de mostrar a articulação necessária entre espaço público, vida cidadã e democracia.

No nosso entender, a criação de um jornal é uma resposta adequada a esse desafio de (re)criação de um espaço público. Um jornal de análise e crítica, dirigido a um público exigente, com tiragem nacional, é uma necessidade premente diante do diagnóstico que fizemos.

O jornalismo opinativo foi abandonado no Brasil na década de 30, substituído por um jornalismo pseudo-informativo que caiu totalmente nas mãos da classe patronal. Construir um jornalismo contra esta corrente exige a visualização conceitual do que tratará este novo jornalismo e das vantagens que este produto trará para a base que o sustentaria. O final da década de 60 e início dos 70 foram pródigos em tentativas de um jornalismo opinativo que não chegou até a década de 90. Trata-se, pois, de reunir todo material conceitual, de suporte a este Jornal Nacional, vindo de toda a base, instituições e pessoas capazes desta contribuição.

9. Natureza do Jornal

Priorizará a crítica do cotidiano capitalista de nosso país e do mundo da “nova ordem internacional”; a contestação das versões que todos vêem, ouvem ou lêem na grande mídia; a análise embasada e a informação contextualizada; a divulgação da história recente e remota das lutas do povo brasileiro e de outros povos em busca de sua emancipação política, econômica e cultural diante do grande capital transnacional e nativo. Seu objetivo é apresentar a **outra versão dos fatos**, para que se compreenda a natureza de um sistema político-econômico que atualiza constantemente sua fachada e seus métodos para preservar privilégios de uma minoria ao preço da opressão e exclusão de multidões de seres humanos. Será um instrumento formador de opinião das forças progressistas, trabalhando numa ótica soberana e independente.

Partirá do princípio de que a interpretação da realidade imposta pela mídia - *mediante a repetição incessante e multidirigida de “chavões”* - se combate com a mesma moeda: a contestação incessante e multidirigida dessas afirmações/chavões, a crítica irreduzível - mas não dogmática nem doutrinária - das afirmações que aparecem na imprensa escrita e irradiada. Um combate criativo, vigoroso e *quotidiano* tem mais chances de ser percebido e incorporado por um público cativo de uma mídia monolítica e penetrante, e pode ser semente de novas formas de conscientização. O exercício cotidiano de contestação qualificada do que a mídia burguesa veicula é uma arma pouco explorada pelo campo progressista, que não raramente se contenta com respostas pontuais, ocasionais, mesmo que bem estruturadas e convincentes. A arma do sistema é mais eficiente: a banalização pela repetição, a insistência sobre alguns pontos-chave, a onipresença, onde até mesmo a propaganda comercial presente na mídia capitalista (na verdade, sua principal razão de existir), ressoa as opiniões vigentes colaborando na sua massificação.

Será um jornal denso em notícias, interpretações e opiniões críticas, mas não será um jornal exclusivamente voltado aos intelectuais: será dirigido ao grande público, o que implica numa linguagem acessível. É, portanto, um desafio, mas pode vir a tornar-se a expressão sincera da consciência de que somos, antes de mais nada, *educadores*, e que as lutas mais justas só criam raízes profundas se todos forem educados para entender isso.

10. Conteúdos Possíveis num Jornal dessa Natureza

O jornal veiculará fatos nacionais e internacionais, compensando a barreira filtrante das agências internacionais e combatendo a avalanche da mídia nacional monolítica, antidemocrática e reacionária. Além de difundir análises de intelectuais de renome, fará um apanhado dos principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais do período, do Brasil e do mundo, mostrando entrevistas com personalidades e apresentando várias seções com colaboradores regulares. Dividido em seções, poderão ser abordados temas como Sindicatos & Associações Comunitárias, Educação & Universidade, Problemas Nacionais (com dados estatísticos e relatos), História do Brasil e do Mundo, Ciência & Tecnologia, Constituição e Direito (talvez com a colaboração da OAB), Língua Nacional *versus* Língua Colonizada, Análise do papel da TV, Crítica de Arte (além de Música, Cinema, etc.), Análise Literária, Cartuns, Quadrinhos, Ilustrações, Foto-denúncias, etc. Enfim, nada mais adequado para temperar a época que começamos a viver, a “república dos intelectuais”, como é badalado pelo *establishment*. Em outros tempos, a justificativa da opressão era a força; depois foi a unidade ou o consenso nacional, e agora parecem ser os títulos acadêmicos dos governantes. Também temos os nossos, companheiros! Portanto, todos à luta. Construamos a semente da mídia alternativa que necessitamos e que pouco experimentamos em nossa história!

TEXTO 1

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Projeto de sociedade e educação

Várias e contraditórias propostas para a educação brasileira têm ocupado espaço privilegiado no embate político-ideológico hoje travado no país. Um embate que opõe frente a frente forças antagônicas que disputam a hegemonia no esforço de construção de um projeto global para a sociedade brasileira. Isso se explica porque a educação, por seu caráter de instrumento de persuasão ideológico e de controle social, se constitui em um dos principais meios para a conquista dessa hegemonia.

Temos testemunhado um processo de profundas mudanças na educação brasileira, em sua estrutura e em suas perspectivas: uma reforma de fatos. Essas mudanças respondem à consolidação, no país, do projeto neoliberal e que não se resume apenas à desestatização/privatização e terceirização da economia global. Ao contrário, constitui-se no avanço de um projeto de sociedade baseado em princípios de uma racionalidade definida pela lucratividade do sistema produtivo e que tem como meta os interesses da acumulação do capital a partir da dinâmica do mercado. Tal projeto implica, ainda, a inserção da sociedade "à nova ordem mundial" de globalização do mercado produtivo e do consumo, processo que supõe o desenvolvimento tecnológico e o fortalecimento do poder das multinacionais. A adequação da educação a esse projeto significa que ela passe a cumprir o papel fundamental de preparar uma força de trabalho capaz de atuar com "alto grau de qualidade e produtividade", de acordo com as novas exigências do mercado.

É nessa perspectiva, isto é, de uma ótica meramente economicista, que o projeto neoliberal analisa a falência do sistema educacional. Um bom exemplo é o teor dos debates públicos e da ampla campanha que busca convencer que "o serviço público é incompetente, ineficaz, perdulário e a iniciativa privada é racional e eficiente". Naturalmente, estão ausentes dessa discussão quaisquer explicações das causas reais que levaram ao sucateamento da educação pública no Brasil. Nem se admite que essa crise se originou sob a égide e responsabilidade dos mesmos personagens que ainda hoje continuam ocupando o palco político como ministros, parlamentares, governadores, etc. Dessa forma, permanecem ocultas as verdadeiras razões que geraram a falência do ensino público e as promessas de sua recuperação são feitas pelas mesmas forças por ela responsáveis.

Em contraposição a esta perspectiva, e no conjunto das formulações e propostas mais gerais que historicamente define o seu projeto de sociedade, o campo democrático e popular, concebe a Educação como fator fundamental de acesso aos bens culturais e materiais da sociedade, de forma a garantir a cada cidadão, não só a apropriação/criação desses bens, mais o desenvolvimento de sua capacidade de analisar criticamente seu uso sócio-político. Neste contexto, o trabalho é compreendido como origem do conhecimento e fonte de riqueza e bem-estar sociais. Compete também à educação construir uma cidadania que respeite, as diversidades, a natureza e o patrimônio cultural da humanidade. Uma Educação que tenha como meta a formação de cidadãos capazes para o exercício de seus direitos e responsabilidades e para a participação nos processos decisórios e de controle da vida em sociedade.

Qualidade, democracia e cidadania: apropriação ardilosa de um discurso.

As profundas mudanças que vêm ocorrendo na educação brasileira apontam concretamente para a consolidação do projeto social neoliberal. Fato que se explica nas ações de governo que vêm sendo implementadas e que afetam profundamente o processo de produção e socialização do conhecimento e as práticas no campo da educação.

Este processo se dá no contexto de um refinado jogo de semântica. Orquestra-se um discurso que se apropria de uma linguagem historicamente construída para expressar a concepção de educação defendida no campo democrático e popular. Dessa forma, sob uma aparente unidade e identidade de discurso, cria-se um novo código que, todavia, deturpa significativamente seu significado.

Esta apropriação do discurso democrático popular tem servido desta forma para conquistar adesões e votos de uma significativa parcela da população, uma vez que oculta os fins aos quais se destina.

O projeto educacional que vem sendo construído hoje, na ótica do neoliberalismo, pauta-se em princípios de “qualidade, democracia e cidadania”. Mas qual o significado destas palavras neste discurso?

A “qualidade total” que orienta o projeto educacional em curso, subordina a educação aos interesses do processo produtivo, na medida em que visa, em última instância, à capacitação técnica do trabalhador, bem como sua adesão à filosofia da empresa, tornando-o parceiro na reprodução do capital e preparado para a busca de solução pacífica dos conflitos. Esta articulação entre o sistema educacional e o sistema produtivo tem como objetivo uma racionalidade e uma produtividade a serviço do capital.

Na ótica do projeto neoliberal cabe à educação a formação de um cidadão passivo enquanto força de trabalho para o mercado e consumidor dos bens produzidos. Como esta concepção não vem acompanhada de uma política efetiva de ampliação de direitos e de criação de empregos, o resultado é o aprofundamento da exclusão de grande parcela da população brasileira das condições de “cidadania”.

Em sua luta pela construção de um projeto democrático e popular para a sociedade brasileira, o movimento social organizado vem, historicamente, defendendo um projeto para a educação brasileira, que se funda na construção de uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade para todos, que permita o acesso e garanta a permanência da população na escola.

Outros aspectos essenciais do projeto democrático e popular para a educação são o financiamento e fiscalização da educação pelo Estado, o controle público da educação, a autonomia e democracia na gestão administrativa e acadêmica. O significado político da autonomia didático-científica e da gestão administrativa e financeira das instituições de ensino tem, no campo democrático e popular, como pressuposto o papel do Estado em prover os recursos públicos necessários à manutenção das atividades educativas realizadas pelo sistema público de educação, garantindo o controle social deste financiamento. Além disto, são imprescindíveis os investimentos em ciência e tecnologia, as políticas de carreira, de capacitação e de salários para os trabalhadores em educação e a liberdade de organização sindical.

A existência de projetos pedagógicos globais para as instituições escolares, que estabeleçam linhas e meios de ação para o desenvolvimento da prática educativa, é uma das condições básicas para garantir a qualidade acadêmica e a democratização da gestão da educação. Esses projetos, construídos coletivamente a partir da problematização da própria educação e da realidade social, pelas unidades escolares, permitem resgatar o caráter social do trabalho educativo. Nesta perspectiva e sob este referencial, devem ser desenvolvidos os processos de avaliação institucional: como retrospectiva crítica, socialmente contextualizada, construída na discussão pública e democrática de confronto entre o trabalho pretendido e o efetivamente realizado pela instituição. Neste sentido, a avaliação do trabalho acadêmico de cada professor deve servir também para aproximar seu trabalho ao projeto global da instituição.

O padrão de qualidade da educação, nesta concepção, se referencia no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como instrumento de aproximação entre educação e sociedade, uma vez que permite referenciar os processos de produção e socialização do conhecimento nas demandas e necessidades efetivas da grande maioria da população.

A construção da cidadania, através da educação, nesta perspectiva, se concretiza na formação de sujeitos capazes do exercício de seus direitos. Assim, é concebida a formação profissional que ocorre através da educação: a capacitação para um trabalho que garanta condições dignas de vida para o trabalhador e promova a cidadania.

Ações governamentais: embates e propostas

As concepções aqui apresentadas se evidenciam na Educação brasileira, por um lado, através de projetos que concretizam as ações governamentais e, por outro, pelas iniciativas tomadas pelo movimento social organizado em defesa do seu projeto. Seguem-se alguns exemplos de como este embate vem se dando hoje:

Ações e propostas do governo (Projeto neoliberal)	Propostas e ações do campo democrático e popular
<p>Planejamento da Educação Plano Decenal de Educação para Todos</p> <ul style="list-style-type: none"> - construído autoritariamente pelos tecnocratas no MEC; - baseado nos princípios do Banco Mundial, consolidando a intervenção do MEC para o desenvolvimento da educação atrelada à nova organização mundial do trabalho; - contraria fundamentalmente a educação como instrumento para o exercício da cidadania; - realização, pelo MEC, da Conferência Nacional de Educação para Todos. <p>* descompromisso com a tramitação mais ágil da LDB no Congresso e descaso com os conteúdos já aprovados na Câmara Federal.</p> <p>Sistema Nacional de Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> - fragmentação do Sistema Nacional de Ensino; <p>* Lei Faccioni do esporte nas escolas (dez/94) que cria o Sistema Nacional Desportivo Brasileiro e institucionaliza as Olimpíadas Estudantis;</p> <p>* Sistema Nacional de Educação Tecnológica (lei 8948/94) que estimula a dualidade ao estabelecer um sistema à parte, paralelo ao sistema de formação e que não atende à formação científico-universal. Inclui o atual sistema SENAI-SENAC-SENAR, entidades que representam os interesses patronais. Absolutiza o conhecimento científico e tecnológico, promove a Cefetização das Escolas Técnicas Federais através dos sistemas de ensino paralelos, demonstrando o descompromisso do governo federal com a formação técnico profissional.</p> <p>Financiamento da Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> - investimento público insuficiente na educação; - capacidade de captação de recursos do setor privado vista como competência na relação escola-sociedade; - descompromisso com a fiscalização e o controle do ensino privado, sujeito à lógica do mercado e as decisões das mantenedoras; - vincula financiamento à avaliação; <p>* Proliferação de Fundações (regulamentadas recentemente pela Lei 8958/94) junto às Universidades públicas, autônomas em relação às instâncias acadêmicas, constituem-se estruturas paralelas e funcionam como instâncias de privatização e submissão dos espaços públicos à lógica do mercado.</p> <p>Avaliação Institucional</p> <ul style="list-style-type: none"> - proposta geral elaborada por especialistas, "de acima para baixo"; - sem referência ao projeto acadêmico global de cada instituição, ao contexto social; - índices quantitativos e descontextualizados; - processo de elaboração de propostas freqüentemente sem transparência; - busca quantificar a quantidade, o custo e a velocidade da produção; <p>* Embora o PAIUB (Projeto de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - MEC) não vincule avaliação a financiamento, outros documentos o fazem, como a matriz de financiamento das IFES adotada pelo MEC.</p>	<p>Plano Nacional de Educação</p> <ul style="list-style-type: none"> - construído democraticamente a partir dos princípios defendidos pelo campo democrático e popular; <p>* realização do I e II Seminários "Uma Pauta para a Educação Nacional" pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.</p> <p>* acompanhamento e compromisso com a aprovação mais rápida da LDB.</p> <p>- a nova LDB contempla um sistema nacional de ensino único;</p> <p>- perspectiva mais abrangente da qualificação do trabalhador, com formação profissional e para a cidadania, não desvinculada do sistema de educação regular;</p> <p>- superação da dualidade do sistema de ensino técnico-profissional com o controle dos trabalhadores dos fundos de natureza pública geridos, atualmente, pelo empresariado.</p> <p>- Progressiva universalização do ensino médio.</p> <p>* Centros Públicos de Formação Profissional sob a responsabilidade dos trabalhadores.</p> <p>- cumprimento do dispositivo constitucional que assegura a aplicação, pela União, de pelo menos 18% da receitas resultante de impostos, na educação, além de 25% nos Estados e Municípios;</p> <p>- capacidade de dar resposta às demandas sociais como compromisso essencial das escolas públicas;</p> <p>- escola particular como concessão do Estado, sujeita ao controle público;</p> <p>- fontes regulares de financiamento que assegurem o pleno funcionamento da escola pública, com padrão unitário de qualidade;</p> <p>- contra a apropriação privada dos resultados das pesquisas realizadas nas instituições públicas;</p> <p>- contra a quebra de isonomia salarial causada pelas complementações salariais dos professores universitários;</p> <p>- contra as Fundações de Apoio enquanto instrumentos de privatização e desagregação do ambiente acadêmico;</p> <p>- pela criação de mecanismos ágeis de repasses e autonomia de gestão financeira das instituições educacionais.</p> <p>- definição da proposta final de avaliação após amplo debate na instituição, sobre sua identidade e projeto acadêmico global;</p> <p>- social e historicamente contextualizada;</p> <p>- avaliação participativa e emancipatória;</p> <p>- definição de índices após discussão sobre identidade e projeto acadêmico global da instituição, mediante cotejamento destas definições e dados de diagnóstico;</p> <p>- busca quantificar e qualificar o que se produz, para quem, a importância desta produção e as condições oferecidas para que ocorra esta produção.</p> <p>* Alguns documentos principais: Revista Universidade e Sociedade Nº 1</p> <p>- Encarte LDB; Cadernos da ANDES sobre Avaliação Institucional; Deliberações do X e XIII Congresso da ANDES-SN.</p>

Qualidade Total	Padrão Unitário de Qualidade
<p>-reduz a problemática educacional ao gerenciamento da educação;</p> <p>- coloca "gerentes da qualidade" nas diferentes unidades das instituições de ensino;</p> <p>- suprime as variáveis sócio-políticas e culturais da análise dos problemas educacionais;</p> <p>- estabelece sistema de prêmios e méritos como solução ou forma de correção de questões que possuem outras determinações;</p> <p>- através de métodos de avaliação quantitativos, pretende resolver discrepâncias sociais, culturais e regionais;</p> <p>- instrumentos técnicos para resolver problemas educacionais;</p> <p>- reduz o conceito de qualidade e atribui a professores e alunos a responsabilidade da crise educacional.</p> <p>* Plano Decenal de Educação Para Todos (MEC); Modelo Holandês no Ensino Superior (Portaria 1286/94 do MEC); Centros de Excelência (Programa de Governo de FHC); Programa de Qualidade Total para as Universidades Brasileiras (MEC).</p>	<p>- estabelece necessidades mínimas a serem atendidas em todas as instituições de ensino públicas e privadas;</p> <p>- supõe mecanismos de avaliação democráticos e transparentes;</p> <p>- implementação de políticas de carreira e capacitação docente como requisito fundamental para uma educação de qualidade;</p> <p>- reconhece a diversidade existente entre as instituições a partir das peculiaridades de cada uma delas, vinculada ao processo histórico de sua implantação e ao contexto geopolítico no qual está inserida;</p> <p>- atribuição a todas as instituições educacionais, da essencial função de instrumento da sociedade para a produção, sistematização e socialização democrática do conhecimento;</p> <p>- qualidade entendida como qualidade social, no sentido de possibilitar a todos o acesso aos instrumentos e conteúdos indispensáveis ao exercício da cidadania.</p> <p>*Luta pela implantação do padrão unitário de qualidade, com base no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e na avaliação institucional como instrumento de democratização.</p>

Perspectivas e lutas

A luta em defesa do ensino público e gratuito, em todos os níveis, viverá no próximo período, alguns dos mais intensos embates. Os trabalhadores do ensino de primeiro e segundo graus lutam por piso salarial profissional unificado a nível nacional, política salarial, plano de carreira e tempo remunerado para trabalho coletivo na escola. A democratização das escolas através de eleições diretas para diretores e a implementação de colegiados escolares são definidos como pontos essenciais para a construção de uma escola pública de qualidade. Com o mesmo objetivo, lutam por autonomia pedagógica e administrativa e verbas mensais por escola, com critérios definidos.

Enquanto isso, a maioria dos governos estaduais e o governo federal esquivam-se de dar respostas a estas questões. O caráter insuficiente das políticas sociais compensatórias que se anunciam através de projetos mirabolantes como o uso de antenas parabólicas no treinamento e capacitação de professores, ocultam o descompromisso com a efetiva transformação do quadro educacional. Mais do que isto, se constituem em instrumentos de controle da ação do professor e de pasteurização cultural. O discurso sedutor da “descentralização” através da estadualização e municipalização da educação, na verdade pretende ocultar o repasse de tarefas sem o devido repasse de recursos, instrumento utilizado pelo governo para sucatear serviços e buscar apoio em suas políticas de privatização.

Já as universidades públicas continuam recebendo violentos ataques através de Medidas Provisórias, Decretos e Leis, provocando seu sucateamento e submissão ao mercado, de acordo com as propostas do modelo neoliberal.

As instituições de ensino privadas ampliam seus cursos, “vendem” a imagem da eficiência, da produtividade, enquanto tentam impedir o movimento docente de avançar em conquistas como melhores condições de ensino, de trabalho e um plano de carreira e capacitação docente, principalmente através do cerceamento à liberdade de organização. O discurso da *qualidade total* invade tanto as universidades privadas como as públicas, e o movimento docente encontra dificuldades em se contrapor a este modelo de gestão e organização do processo educacional. Embora o novo Ministro da Educação declare que não está em discussão o caráter público e gratuito das universidades federais, tudo indica o aprofundamento do processo de privatização em curso. Nesta mesma perspectiva, também as universidades estaduais se deparam com os novos governos alegando crise financeira e necessidade de contenção de despesas.

O novo governo federal, na perspectiva da redefinição do papel do Estado preconizada pelo modelo neoliberal, se utiliza de propalados problemas, como o equilíbrio de suas contas para empurrar as universidades, sem verbas de OCC e com baixos salários, em direção às demandas do mercado. A lógica defendida é a de que as instituições públicas de ensino superior devem captar recursos junto à iniciativa privada para seu funcionamento e para complementar os salários do corpo docente e servidores técnico-administrativos. Cabe destacar aqui o importante papel desempenhado pelas Fundações de apoio neste processo de privatização e enxugamento do espaço público.

No atual momento, avançar na luta significa disputar o apoio da sociedade para esta concepção de educação. Buscar esta hegemonia demanda, como tarefa, levar para outros sindicatos e para o interior da CUT as contribuições do movimento docente para a construção de um Projeto Democrático e Popular, em particular, no que diz respeito à Política Educacional e de Ciência e Tecnologia.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública tem sido um lugar importante de articulação e geração de estratégias de luta. Neste sentido, a criação/rearticulação dos Fóruns Estaduais e Municipais reveste-se da maior importância para uma ação efetiva e articulada em defesa da escola pública. A campanha *Movimento Unificado em Defesa da Escola Pública: direito de todos e dever do estado*, aprovado no último CONAD, em Niterói, encampado pelo Fórum e pela CUT, tem como uma de suas tarefas políticas fazer com que a escola pública de qualidade seja uma demanda efetiva da sociedade. Para isto será necessário abrir espaços na mídia e criar meios próprios para a divulgação destas propostas.

A participação da ANDES-SN na organização da VII Conferência Brasileira de Educação, também deliberação do XXIX CONAD, permitirá ao movimento docente e demais movimentos de educadores e estudantes a ocupação de importantes espaços de debate. A realização de um evento do porte da CBE este ano tem um significado político fundamental e exigirá um grande esforço de organização. Estas conferências são instâncias democráticas de discussão, crítica e elaboração de propostas que, pela

participação dos movimentos organizados, pode avançar na construção e ampliação do campo democrático e popular.

Como se vê, o embate do projeto democrático e popular com o projeto neoliberal confronta desde concepções conflitantes de cidadania, passando pelo papel do Estado, até a concepção de formação profissional e da relação entre educação e o mundo do trabalho. Neste particular, a construção de centros públicos de formação profissional, controlados pelos trabalhadores, desde os recursos financeiros até o próprio currículo, é uma importante iniciativa. O Fórum de Ensino Profissional, que tem a participação de entidades do movimento sindical e popular, inclusive da CUT, está discutindo e buscando implementar um novo modelo de formação profissional. É tarefa da ANDES-SN engajar-se efetivamente nessa discussão, envolvendo o movimento docente na busca da construção de uma outra possibilidade de escola, que não separe a formação técnica da formação geral e humanística. Iniciativas como esta podem se contrapor ao receituário neoliberal, criando a possibilidade de uma educação integral, crítica, que prepare para o exercício da cidadania e para os conflitos do mundo do trabalho.

A luta contra as tentativas governamentais de acabar com a estabilidade do servidor público, de quebrar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de impor a sua perspectiva de avaliação institucional, de fazer avançar a privatização das universidades públicas inclusive via fundações internas, requer respostas imediatas e articuladas do movimento docente.

Por fim, a organização da ação de estudantes, servidores técnico-administrativos e docentes na luta em defesa do ensino público e gratuito representa uma forma concreta de resistência e busca do apoio da sociedade para um projeto de universidade democrática e voltada para os interesses populares. A deflagração de uma campanha dos três segmentos em defesa da escola pública e gratuita, no início deste ano, representa um avanço e uma retomada da unidade da comunidade universitária na defesa dos interesses sociais.

TEXTO 2

Contribuição da ADURN SSind.

Projeto MEC/GERES e a atual reforma das instituições federais de ensino superior

No contexto da atual etapa do capitalismo - a chamada Terceira Revolução Industrial que hoje domina o cenário mundial - a educação passa a ocupar juntamente com a política de ciência e tecnologia, um lugar central nas agendas das políticas estratégicas dos Estados Nacionais, especialmente dos periféricos, submetidos às reformas de caráter neoliberal, como esforço para às suas inserções na ordem econômica-social competitiva internacional.

O Brasil, assim como os outros países periféricos da América Latina, vêm tardiamente enfrentando o esgotamento de seus modelos tradicionais de desenvolvimento industrial com bases na estratégia de substituição das importações, voltados para o mercado interno e conduzidos pelo Estado, embora a abordagem ideológica nacional-desenvolvimentista concebida pela Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), só tenha sido explicitada no período do pós-guerra e implementado a partir dos anos de 1960 na região. Ao contrário do ideário cepalino, cresceu no continente uma economia exportadora de base industrial dirigida ao mercado exterior, e por outro lado, aprofundaram-se e ampliaram-se as desigualdades das classes sociais, degradaram-se os serviços prestados pela áreas sociais e reduziu-se a esfera pública (1).

A consolidação de uma nova ordem econômica internacional no contexto da Terceira Revolução Industrial, apoiada principalmente sobre a base técnica da microeletrônica, definida e regulada pelo países centrais nos anos de crise de acumulação capitalista que seguiram à Segunda Guerra Mundial - deu origem a partir dos meados dos anos de 1980 a uma nova intervenção emanada dos Estados Unidos - a principal fonte de poder sobre a região - e das agências capitalistas multilaterais - no sentido de reordenamento das políticas públicas a partir da ótica do mercado, tendo como base a ideologia conservadora neoliberal que vem se materializando no Primeiro Mundo desde os meados dos anos de 1970.(2)

Essa nova realidade implicou na (re)valorização do conhecimento como fator de produção para o desenvolvimento tecnológico e científico e formação de novos sujeitos econômicos. O que tem levado a reformulação da educação básica, média e superior, a partir do prisma da qualidade total, produtividade e rentabilidade econômica.

Tomando como referência o sistema universitário e a política de ciência e tecnologia que organizam o ensino superior e a produção do conhecimento no Brasil, cujo formato segundo Miriam Cardoso, começou a definir-se com o projeto desenvolvimentista juscelinista, e que foi reformado como parte do projeto de modernização imposto pelo regime civil-militar de 1964, (3) verifica-se que: atualmente ele foi (re)organizado em aproximação às concepções neoliberalmente racionalizadoras com a atividade produtiva, conduzidas especialmente pelas propostas oficiais do Projeto MEC/GERES (Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior). Elaboradas em setembro de 1986, tais propostas são definidas de “Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira”, tratando-se, portanto, de uma concepção de Universidade e de gestão universitária, sob o prisma da “autonomia”, enquanto forma das instituições “prover às suas peculiaridades”, (4) e da excelência universitária.

Nesse sentido, o Projeto MEC/GERES ao definir “uma nova política para a educação superior brasileira” rejeita a concepção urgente de Universidade enquanto - “universidade dos campos do conhecimento” - definida com base na estrutura e forma da organização da instituição - e advoga a concepção de “Universidade do conhecimento” para definir a forma e o conteúdo dos previstos Centros de Excelência Universitários, baseados no paradigma do desempenho acadêmico e científico da instituição

É portanto, a partir da concepção de uma “universidade do conhecimento” que está sendo conduzido pela Secretaria de Educação Superior - MEC/SESU, que surge o processo de avaliação das Instituições Federais de Ensino Superior pautado no desempenho institucional e na qualidade dos cursos oferecidos a partir dos critérios de produtividade, relevância da produção do conhecimento e competência dos serviços prestados. Esse tipo de avaliação de desempenho, conforme Miriam Cardoso, visa acima de tudo fazer com que as IFES funcionem sob a ótica do capital e como parte deste objetivo, exercer o controle sobre a produção do conhecimento e o montante de verbas, (5) onde as receitas devem advir segundo o documento do GERES, principalmente do “sucesso dos produtos que oferecem”, (6) trazendo como consequência de tais reformas, a transformação do poder institucional das IFES, através

de uma nova forma de Universidade - os chamados Centros de Excelência - imprimidores de uma outra gestão universitária - marcada pelas diferenciações salariais e da produção acadêmica e científica.

A gestão da “universidade do conhecimento” deve se expressar através da supremacia da produção e transmissão de conhecimentos, orientada pela denominada excelência do trabalho acadêmico e pela produtividade, onde os produtores devem subordinar-se à hierarquia da titulação e às diferenciações acadêmicas. (7) Tal forma de gestão, leva a garantir a realização das prioridades da política estatal da produção do saber científico e tecnológico, comprometidos com os interesses do projeto político dominante, viabiliza-se através de financiamentos previamente definidos, em maio a uma situação cada vez mais competitiva e de feição privatista, em que contribui para a promoção de determinados grupos de pesquisadores em detrimento de outros, ou determinadas instituições em detrimento da maioria com pouco poder de decisão e prestígio político.

Considerando a reforma imprimida a partir das diretrizes e bases de “Uma Nova política para a Educação Superior” - MEC/GERES - sobressai em parte as relativas a instauração do processo avaliativo nas IFES, extinção do Conselho Federal de Educação e a nova forma de organização das Instituições Federais de Ensino Superior pelo reconhecimento do “status’ de universidade que podem gozar as instituições isoladas desde que comprovem o caráter de Centro de Excelência - por meio da qualidade e produtividade dos produtos que oferecem - a exemplo do “status” de Universidade recentemente obtido pela Escola Paulista de Medicina (SP) e a Escola Superior de Agricultura de Lavras (MG).

Para que a Universidade seja uma “Universidade do conhecimento” ou mesmo adquira o “status” de Centro de Excelência - a produção científica e tecnológica e a transmissão do conhecimento requerem, acima de tudo, condições materiais, bibliográficas, equipamentos e financiamentos públicos e intercâmbio científico entre produtores e instituições. Para tanto, a produção científica e tecnológica, supões condições de igualdade de oportunidades na definição das políticas federais para os setores industriais, saúde, educação, trabalho e políticas sociais de uma maneira geral, sem a supremacia de políticas de incentivo a produção científica de caráter comercial e industrial sobre as demais. A verdadeira autonomia da Universidade, entre outras coisas, deve ser demandada cada vez mais para garantir essas condições de igualdade.

No momento em que tomou posse o governo FHC, temos clareza que a política a ser adotada será no fundamental o fortalecimento do ideário do GERES. Assim, cabe ao Movimento Docente organizado na ANDES-Sindicato Nacional intensificar a luta na defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, contrapondo-se as políticas governamentais.

Notas Bibliográficas

WARDE, Miriam J. & PAIVA, Vanilda. *Novo paradigma de desenvolvimento e centralidde do ensino básico*. Educação e Sociedade. Campinas, v.14,n44,p11-32,abr. 1993.

PEREIRA, Luiz Carlos. *Uma interpretação da América Latina: a crise do Estado*. Novos Estudos CEPRAP, n.39,p. 37-57, nov. 1993.

CARDOSO, Miriam L. *Reflexões sobre ética e construção do conhecimento*. Caxambu, 1994, 41p. Trab. apres. na 17ª Reunião Anual da ANPED, caxambu, 24 de out. 1994.

MEC, Relatório do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior. Brasília, 1986, p.23.

CARDOSO, Miriam, Opp. Cit., p. 28

MEC, Relatório. Op. Cit., p. 17

Idem, Ibidem, p. 24

TEXTO 3

Contribuição da ADURN SSind.

Neoliberalismo e Avaliação da Universidade

Fernando Henrique Cardoso, finalmente, assumiu a Presidência da República e terá agora todas as oportunidades para desfazer alguns equívocos e ilusões lançadas pela indústria cultural, por sua coligação partidária, por seus apoiadores e, é claro, pelo próprio sociólogo. E uma das maneiras para desfazer os sonhos e cairmos no pesadelo será a sua política educacional voltada para a Universidade. Seu papel enquanto Ministro da Fazenda, suas declarações enquanto candidato e após a vitória, bem como dos seus ministros, não deixam muita dúvida, caso se preste atenção, para a sua política neoliberal.

Tomando-se como referências centrais a proposta do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (GERES) de 1986, do Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras (PAIUB) de 1993 e as informações em curso sobre o processo avaliativo nas IFES, em particular no Rio Grande do Norte, é possível vislumbrar a provável continuidade das políticas de FHC. Neste sentido, portanto, é que esse texto objetiva chamar atenção para o assunto.

Um rápido quadro geral

A ideologia neoliberal surgiu como resposta à crise econômica iniciada no final da década dos anos 60 e início de 1970. Produzida pelas classes dominantes, essa ideologia passou a apontar como os responsáveis pela referida crise os trabalhadores e o Estado. Em relação aos primeiros, estes estariam usufruindo de privilégios inaceitáveis e de direitos incompatíveis com a grave situação. O funcionalismo, além destes “privilégios”, ainda ostentariam algo inaceitável: a estabilidade (recorde-se que Bresser Pereira e outros do novo governo já recomeçam com este velho discurso).

Quanto ao Estado, este estaria funcionando como uma espécie de cúmplice da classe trabalhadora por atribuir excesso de prerrogativas e de liberdade aos trabalhadores, o que, na propaganda neoliberal dificultaria a famosa governabilidade (do capital, é óbvio). Ainda ao Estado, caberia a culpa pelo engessamento na economia e a entrada indevida em áreas particulares das empresas privadas.

Diante de tudo isso, nada mais lógico para o discurso neoliberal do que a redução dos recursos e privatização das chamadas políticas sociais (dentre elas a educação), um maior arrocho salarial, privatização das empresas estatais, a chamada desregulamentação, etc. Na prática, o que se tem observado é o seguinte: a) o arrocho, como já foi referido; b) privatização quase que exclusivamente nos países de capitalismo dependente; c) protecionismo para os países centrais; d) maior privatização do Estado por parte das classes dominantes; e) privatização das políticas sociais, de uma lado, e, de outro, a cooptação de entidades da sociedade civil ao corresponsabilizá-las, também, pelos problemas de saúde, educação, nutrição, etc, da maioria da população.

O quadro sinteticamente apontado, evidentemente também tem rebatimento na educação no geral e em particular na Universidade. Para tanto, faremos agora algumas observações preliminares sobre a relação da proposta do GERES com a concepção de avaliação do PAIUB para a Universidade que está sendo implantada. Em seguida, levantaremos alguns pontos no tocante à pesquisa e à área de pós-graduação. Outros elementos estão sendo estudados pelo nosso GT, contudo, ainda em fase de preparação e maior detalhamento.

Relação GERES/PAIUB e o neoliberalismo

A proposta de avaliação do MEC/PAIUB tem suas raízes principais no relatório do GERES em 1986. Neste documento estão claramente assentados os princípios teóricos-metodológicos e as prováveis medidas a serem tomadas pelos órgãos do governo federal a respeito das universidades. Alguns exemplos devem ser lembrados:

a exclusão sutil dos setores organizados nas fases principais do processo de avaliação. No máximo as entidades teriam, na prática, um mero papel de legitimação;

a Universidade passa a ser vista como qualquer empresa privada, e o desempenho, visto isolado de outros aspectos da instituição, passa a ser o parâmetro central da avaliação;

esse desempenho, encarado de forma tecnocrática, passa a condicionar o montante dos recursos liberados para as universidades.

A Universidade, portanto, não é mais encarada como um centro de produção e divulgação do conhecimento e um espaço do direito à educação, mas como uma espécie de empresa em que as suas referências básicas estão localizadas no mercado. Neste raciocínio neoliberal, as instituições mais fortes é que somente deveriam ter apoio governamental, ou seja, aquelas que, preferencialmente, produzam para o capital. Estão excluídas considerações sobre as diferentes situações das universidades, o histórico de cada instituição, suas potencialidades e a produção e difusão de um conhecimento que tenha um papel ético na cidadania da população e na construção de uma sociedade democrática. O seu caráter público (já bastante reduzido desde o início da Universidade), vai sendo eliminado e seu direcionamento passa a voltar-se, prioritariamente, para o mercado, isto é, o capital.

De novo o mercado. O que vale são os números do que foi produzido e não a profundidade e relevância dos trabalhos elaborados. O desempenho, na concepção do GERES/PAIUB aproxima-se, perigosamente, da idéia de qualidade total que está sendo implantada nas empresas privadas, bem como do produtivismo neoliberal.

O exemplo do Rio Grande do Norte: UFRN

A proposta de avaliação da UFRN, elaborada e iniciada no ano passado, para se ter uma idéia, faz algumas ressalvas importantes, como: a necessidade da formação de profissionais competentes e comprometidos com a solução dos problemas da sociedade; o chamamento à sociedade civil na etapa de avaliação externa; inclui o DCE na Comissão Geral de Acompanhamento da Avaliação Institucional; refere-se à qualidade e relevância, etc.

Entretanto, já no seu início retoma a idéia de desempenho tão decantada pela GERES, onde os indicadores e variáveis a serem adotadas primam por uma avaliação predominantemente quantitativa. O documento já a ressaltar que os professores e servidores não serão punidos devido à avaliação, mas esquece o que pode acontecer com a instituição como um todo, o que aliás, como vimos, é bastante claro na proposta do GERES.

Além do mais, ao longo da proposta não se vê a definição clara e operacional do que seja a qualidade e relevância real das mesmas no processo de avaliação e seus desdobramentos. Como se essas não existissem, integradas, de fato na metodologia da avaliação. Praticamente inexistente qualquer coisa acerca das condições de trabalho dos professores, sejam no tocante especificamente ao salário ou mesmo em outros aspectos. A produção e a produtividade acadêmica, bem como o desempenho no geral são tomadas como afastadas das condições reais e das situações concretas.

No que tange à participação, é bastante indicativo o fato de que a entidade representativa dos professores, no caso ADURN-S.DIND. não seja citada uma única vez no documento da proposta de avaliação. Aliás, a entidade somente foi convidada, até o momento, para a abertura de um seminário. Entretanto, não teve nenhuma voz na elaboração da proposta e nem nos seus respectivos encaminhamentos. Contempla-se os estudantes parcialmente, mas se exclui a representação dos professores e dos funcionários da burocracia.

A avaliação e a Pós-Graduação

Nos cursos de Pós-graduação das Universidades Brasileiras já se encontra estabelecido a muitos anos um processo de avaliação por parte do órgãos governamentais, notadamente a CAPES. Se bem que os critérios adotados para esta avaliação dependem das várias comissões de área, pode-se dizer que, em geral, os indicadores utilizados se baseiam principalmente em aspectos de produtividade, tais como: número de publicações por docentes, número de publicações por discente, número de doutores em relação ao total de docentes, número de teses produzidas, dentre outros.

Analisando o documento do MEC, que lança as bases para os projetos de avaliação institucional das universidades brasileiras (PAIUB) e o projeto gerado pela UFRN, em resposta a esta solicitação, podemos identificar a recomendação de uso de indicadores semelhantes aos mencionados para a

avaliação institucional, inclusive a adoção dos conceitos fornecidos pela CAPES para os cursos de mestrado e doutorado, que já se baseiam em tais indicadores.

Consideramos importante que seja feito de forma sistemática uma avaliação institucional das universidades, com a finalidade de corrigir distorções em seu funcionamento e também levantar dados para um melhor planejamento de suas atividades. Entretanto, podemos levantar algumas questões relativas aos instrumentos utilizados, ao uso destes indicadores e ao processo de avaliação como um todo:

Qual a validade do grupo de indicadores atualmente proposto? Ou seja, qual o grau de subjetividade na escolha dos atuais indicadores objetivos de avaliação?

Qual o impacto causado pela presente escolha no resultado da avaliação?

Quais os interesses reais que estão por trás desta escolha?

Por que não utilizar outros indicadores? Que outros indicadores poderiam ser utilizados?

Que mudanças seriam produzidas no resultado da avaliação com a adoção de outros indicadores?

Por que as informações sobre as condições objetivas de funcionamento dos cursos são tão reduzidas? Como ampliar estas informações de forma a retratar mais fidedignamente as citadas condições?

Por que as atividades administrativas nas universidades não estão sendo avaliadas?

Qual o uso que será dado efetivamente aos resultados obtidos com a avaliação?

Em primeiro lugar, queremos dizer que não se está invalidando completamente o grupo de indicadores atualmente usados. Estes indicadores têm sua validade, mas na realidade só medem alguns dos aspectos que são passíveis de avaliação. Por exemplo, além destes indicadores de produtividade, seria importante utilizar indicadores que meçam o custo da produção realizada. É de se esperar que instituições que recebem muitos recursos dos órgãos financiadores produzam bastante. Mas, efetivamente, quanto custa cada publicação? O que dizer de instituições que quase não recebem recursos e ainda assim conseguem manter um nível mínimo aceitável de produção científica? Não nos parece justo comparar o nível de produção entre instituições, sem levar em conta os recursos que são alocados para o financiamento de pesquisa nas mesmas. É bastante angustiante, quando um curso de uma instituição recebe uma avaliação de que sua produção em, por exemplo, revistas internacionais é muito baixa e, em seguida, é feita uma cobrança implícita para que se aprovam o mérito de seus projetos de pesquisa, mas lamentam não poderem financiar as mesmas devido à falta crônica de recursos disponíveis.

Sabemos que a política atualmente adotada por estes órgãos de financiamento é a de quem já está produzindo, continua recebendo recursos, quem está querendo começar a produzir que espere dias melhores. Como é que então estes mesmos órgãos cobram um aumento de produtividade das instituições “pobres” (i.e., aqueles que não estão recebendo recursos para financiar suas pesquisas)?

Indicadores que medissem o custo da produção realizada, acreditamos mostrariam estas discrepâncias, uma vez que ficaria claro que não é nenhuma vantagem produzir, digamos, 1000 artigos quando se recebem milhares ou milhões de reais para isto. Por outro lado, produzir 10 artigos quando não está se recebendo nada pode ser considerado heróico.

A nosso ver, deveriam ser adotados indicadores de potencialidade dos grupos de pesquisa nas instituições, de forma a definir uma política mais justa de financiamento destes grupos. Quem sabe os órgãos de financiamento poderiam reorientar sua política de financiamento, de forma a amparar grupos com boa potencialidade e dar uma chance a estes mesmo grupos de também mostrar sua capacidade de produção?

Um outro aspecto a ser considerado diz respeito a qualidade e relevância dos temas pesquisados. Como medir a qualidade da produção científica? Como medir a qualidade do profissional formado pela instituição? Como medir o impacto social das atividades de extensão realizadas pela instituição?

Com relação à produção científica, será que para medir sua qualidade basta o reconhecimento por parte da comunidade internacional? Pois é isto que atualmente é feito: publicações em congresso e revistas internacionais recebem maior pontuação que as publicações em veículos nacionais. O que dizer das pesquisas que visam atender necessidades regionais e que nem sempre tem repercussão internacional? Será que são menos meritórias do que os assuntos que refletem o “estado da arte”? O que seria mais importante para o povo brasileiro: contribuir para resolver um problema regional ou discutir um pé de igualdade com os teóricos internacionais? Me parece que a imposição de um modelo de produção importado possivelmente de países que se encontram em outro contexto de desenvolvimento pode levar a sérias distorções na comunidade científica.

Outro ponto: o que fazer com as áreas que não são consideradas prioritárias dentro de uma visão tecnocrática da sociedade, ou seja, as áreas de Humanidades e Ciências Sociais? E mesmo dentro das áreas tecnológica e de Saúde, o que fazer com as sub-áreas não consideradas prioritárias? Acaba-se com elas? Relega-se a um segundo plano? Declara-se áreas proscritas? O que fazer com o conceito de universidade, onde todas as áreas do conhecimento deveriam coexistir e permitir uma interdisciplinariedade na pesquisa?

Outra área onde os indicadores são muito vagos generalizantes é a que mede os recursos disponíveis nas instituições. Atualmente só existe proposto um único indicador, que mede a área construída. Será que este indicador é suficiente? Por que não adotar indicadores que meçam os equipamentos disponíveis nos laboratórios, tanto em quantidade quanto em qualidade? Indicadores que mostrem o material de consumo existente nos laboratórios que possibilitam a realização de experiências nas várias disciplinas? Ou também indicadores que meçam os subsídios destinados a bolsas para pesquisadores e estudantes? Ou ainda indicadores que mostrem a quantidade e qualidade de equipamentos de apoio às atividades acadêmicas e de pesquisa, tais como retroprojetores, projetores de “slides”, equipamentos de “data-show”, vídeo-cassete, dentre outros.

Por que as atividades administrativas não são avaliadas? Sabemos todos que o suporte administrativo pode ser imprescindível para o bom andamento de quase todas as atividades desenvolvidas nesta instituição. Constatamos ainda, que em vários dos Centros da Universidade, o professor não conta com o menor apoio quando precisa datilografar um texto, reprografar provas, listas de exercícios, etc... Ou ele mesmo faz, ou então fica sem ser feito. Isto num nível bem rasteiro, sem falar nas inúmeras vezes que preenchemos os mesmos relatórios, por falta de uma informatização dos serviços e de bases de dados que nos poupariam esta duplicidade de esforços. A falta de um planejamento maior e de mais longo prazo também contribuem para que muitos esforços sejam perdidos ou duplicados. Como medir estes fatos?

Finalmente, comentamos o uso que pode ser feito da avaliação institucional. Se diz que o resultado da avaliação não será usado para “punir” as instituições. É o que todos esperamos, mas dentre vários fatos podemos mencionar: avaliação dos cursos de Pós-graduação tem sido usada para restringir ou mesmo cancelar a concessão de novas bolsas de estudo, para aqueles que apresentam conceitos baixos de acordo com os critérios que já mencionamos anteriormente.

Muito recentemente a CAPES acenou com a possibilidade de ajudar na recuperação destes cursos, embora não saibamos ainda nem quando nem com quanto, mas mantém os mesmos indicadores usados nas avaliações anteriores e ameaça: **quem não melhorar vai ser extinto!**

O convênio CAPES/COFECUB, entre universidades brasileira e instituições francesas, foi idealizado inicialmente para dar suporte às universidades nordestinas. Hoje em dia, a grande maioria dos projetos é destinada a universidades do Centro-Sul do país, uma vez que os consultores que dão parecer nestes projetos lá residem e trabalham e os critérios adotados para analisar os projetos são os mesmos que já mencionamos.

TEXTO 4

Contribuição do Conselho de Representantes da ADUR-RJ SSind.

Política Educacional

Seria a volta das licenciaturas curtas fora das universidades? Seria a transformação das escolas normais em escolas superiores? Por que criar se outras instâncias para a formação de professores em localidade como o Rio de Janeiro, por exemplo, com todas as universidades federais e estaduais oferecendo cursos para este fim? Isto sem falar nas universidades e faculdades particulares e que os cursos aqui oferecidos são de licenciatura plena.

Mais uma vez pretende-se introduzir no Brasil uma experiência que "deu certo" (há controvérsias) em um país desenvolvido - neste caso a França. O acordo Brasil-França está injetando verbas para a implantação deste projeto que "coincidentalmente", faz parte da proposta de LDB encaminhada ao Senado pelo Prof. Darcy Ribeiro, atropelando aquela que foi discutida pelos educadores e pela comunidade científica e aprovada na Câmara.

A quem será que interessa formar educadores fora das universidades onde a reflexão, a crítica e a construção do conhecimento têm um campo fértil? A cada novo governo que assume o Estado muda-se toda a filosofia da Secretaria de Educação a ele subordinada. Que filosofia educacional norteará a formação desses novos educadores? Depois de implementados, de onde virão os recursos para manter estes "projetos pilotos"? Do ensino superior? Do segundo grau? Do primeiro grau?

Estes e outros questionamentos em relação aos Institutos Superiores de Formação de Educadores devem ser discutidos pelas bases do MD e as respostas cobradas das autoridades competentes.

TEXTO 5

Contribuição da ASDUERJ

Texto Resolução

Proposta aditiva àquela constante do CADERNO DE TEXTOS - TEMA III - PÁGINA 39 - Nº 30:

Com o objetivo de aprovação no plenário do Senado e na Câmara federal do projeto de LDB aprovado na Comissão de Educação do Senado federal, propomos o seguinte:

1) "Abaixo-assinado" de âmbito nacional, exigindo a aprovação da LDB nas instâncias citadas, o qual subsidiará as atividades previstas nos itens 4 e 5.

a) A ANDES-SN encaminhará ao Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e às demais entidades da sociedade civil, a proposta do "abaixo-assinado". As entidades e instituições que o desejarem serão incluídas como promotoras, junto com a ANDES-SN. Para isso, a impressão do texto será efetivada a partir de 13 de março e de modo que a coleta de assinaturas possa ser iniciada, em todos os âmbitos, em 20 de março de 1995.

b) A coleta de assinaturas será feita no período de 20 de março a 12 de abril.

c) As VPRs coordenarão a coleta de assinaturas e buscarão o apoio das entidades da sociedade civil nas respectivas regiões.

d) O material será encaminhado à sede da ANDES-SN em Brasília pelas VPRs ou pelas próprias ADs, o que for mais rápido de modo a que seja recebido na sede até 17 de abril.

e) A diretoria da ANDES-SN organizará os "abaixo-assinados" para que os mesmos sejam entregues aos destinatários no dia 19 de abril, conforme o item 5.

2) Documento, elaborado pelo GT de Política Educacional, a ser encaminhado aos deputados federais e aos senadores, em Brasília e em seus escritórios nas respectivas bases eleitorais, solicitando apoio para aprovação da LDB.

a) A entrega em Brasília se dará por ocasião da entrega dos "abaixo-assinados".

b) A entrega nos escritórios dos deputados e senadores em suas bases eleitorais se dará conforme o item

3) As secretarias regionais, em articulação com as ADs, devem promover a criação e/ou o fortalecimento de Fóruns estaduais em defesa da escola pública e da aprovação da LDB

4) Visitas aos escritórios dos deputados federais e senadores em suas respectivas bases eleitorais, articuladas entre as secretarias regionais, as ADs e, se possível, com o Fórum referido no item anterior.

Nestas visitas deve ser entregue o documento referido no item 2, bem como deve-se informar sobre o ato no Congresso e o "abaixo-assinado". Deve-se procurar marcar audiência com o parlamentar no escritório. (Em geral, eles estão nos escritórios às segundas e sextas-feiras).

5) Ato público no Congresso Nacional em defesa da educação pública e pela aprovação da LDB no dia 19 de abril de 1995, organizado pelas entidades que promoverem o "abaixo-assinado" e outras que venham a se integrar no processo.

Neste ato o "abaixo-assinado" e o documento referidos nos itens 1 e 2 serão entregues aos presidentes da Câmara e do Senado, aos líderes dos Partidos e a outras personalidades conforme a conveniência.

TEMA IV - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

TEXTO 1

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Política de finanças da ANDES-SN: uma questão para discussão

A discussão sobre a sustentação financeira da ANDES-SINDICATO NACIONAL não é recente, nem acabada. Remonta ao início da organização do MD nas Associações Docentes e na ANDES tendo como pressupostos/princípios a liberdade e autonomia sindical.

No decorrer da construção da nossa organização sindical e na busca de garantir recursos financeiros necessários para responder às demandas políticas, estes princípios não foram abandonados. Pelo contrário, vêm sendo reafirmados.

A questão das finanças evoluiu dando-se um passo importante no VIII Congresso (São Paulo, 14 a 18/02/1989), quando foi encaminhado o início da discussão sobre a mudança de sistemática para a contribuição mensal do sindicalizado à ANDES-SN. A partir de então, iniciaram-se estudos sobre a possibilidade de que a cobrança da mensalidade ocorresse pela definição de percentual sobre o salário do docente.

No XXII CONAD (Campo Grande, 31/10 a 03/11/90), foi aprovada a mudança de sistemática da contribuição mensal, adotando-se tratamento isonômico. Foi, então, definido o percentual de 0,2% (zero, dois por cento) do salário base do docente, incluindo-se neste as gratificações de caráter permanente. Ao mesmo tempo, recomendou-se que as ADs Seções Sindicais adotassem a padronização de 1,0% (hum por cento) do salário base do docente, como contribuição mensal total do sindicalizado.

Nos quatro anos de implantação dessa sistemática de contribuição, mesmo se considerando que algumas ADs Seções Sindicais ainda não adotaram o desconto de 1,0%, os resultados foram importantes. A preocupação com esta questão, contudo, permanece.

Consta do Relatório do XXIII CONAD (Maceió, 12 a 16/11/91): "O esforço pelo estabelecimento de uma política de finanças forte para o Sindicato traduz, de forma indubitável, a compreensão do papel e da concepção sindical que rompe com o modelo imposto desde o Estado Novo.

Esta abordagem tem sido contemplada de forma resoluta pela ANDES-SN e pelo Movimento Docente, reafirmando o compromisso com as bandeiras históricas em defesa da educação pública, em direção às transformações sociais.

Sob esta ótica, consolidou-se a posição contra a cobrança de qualquer contribuição não deliberada nas instâncias do movimento, implementou-se a discussão política sobre a contribuição assistencial e o fundo de greve, e busca-se aprimorar a forma e os critérios da contribuição mensal, voluntária, de cada sindicalizado".(p. 144).

O processo de discussão sobre a necessidade de uma política de finanças e as propostas aprovadas estão vinculados à expansão da nossa organização e do crescimento das demandas políticas em função, dentre outras questões, da transformação da ANDES em Sindicato Nacional; recrudescimento da política de ataque por que vem passando o ensino público, e, em particular, à universidade pública; inserção da ANDES-SN na CUT; inserção da ANDES-SN ao nível internacional, e participação no movimento social.

O fortalecimento da capacidade financeira é um elemento importante para a instrumentalização e operacionalização das lutas políticas da entidade. Nessa perspectiva, montou-se, na sede da ANDES-SN, uma infra-estrutura mais adequada às necessidades e iniciou-se a criação dos escritórios regionais, a fim de responder à política de expansão, principalmente no setor das particulares, ao mesmo tempo em que consolidamos uma política editorial, ampliando a publicação de cadernos e dando continuidade à edição da Revista Universidade e Sociedade, que instrumentalizam o conjunto do M.D. para o embate no campo teórico contra nossos adversários. Em relação às ADs Seções Sindicais, também ocorreram avanços seja ao nível de infra-estrutura, seja na participação em eventos do Sindicato e Grupos de Trabalhos.

Apesar disso, a arrecadação atual da ANDES-SN tem se mostrado, ao longo do tempo, insuficiente para que sejam atendidas a todas as demandas políticas do movimento. Fatos semelhantes também vêm ocorrendo no âmbito das ADs SSind. O Movimento Docente, através de suas instâncias maiores (CONADs e Congressos), tem gerado propostas de ações e atividades (campanhas, seminários, simpósios, etc) cuja implementação tem sido prejudicada, muitas vezes, pela carência de recursos financeiros. Ações mais articuladas nacionalmente exigem agilidade e eficácia na comunicação interna e externa. A cada momento, a exigência do M.D. sobre a necessidade de inserção na mídia, por exemplo, se torna mais imperiosa. As tarefas e as demandas se elevam brutalmente; os recursos não têm conseguido acompanhar, nem de longe, os encargos gerados pelo movimento.

Finalmente, o deságio posto, no sentido de agilização do processo de consolidação e expansão do sindicato, recoloca em discussão a questão de finanças na entidade, por um lado, e a necessidade de se contrapor ao neoliberalismo recém fortalecido nas eleições, e tentando acelerar a privatização, terceirização e desregulamentação dos direitos sociais, dentre outros, leva-nos à conclusão de que é fundamental que ela seja aprofundada na busca da definição de uma política de finanças que venha viabilizar ações do sindicato, ao nível nacional, nas ADs SSind. e na perspectiva de expansão.

TEXTO 2

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Quadro Financeiro

Na análise da prestação de contas da Diretoria da ANDES-SN referentes ao período de julho a dezembro de 1994, (ver quadro em anexo) tem-se:

A média da receita mensal fixa (repassa pelas ADs Seções Sindicais. da contribuição dos sindicalizados) é de R\$ 137.799,00;

A média da receita mensal não fixa (outras receitas - venda de publicações, ganhos de ações do FGTS, depósito de rateio de CONADs e aplicação financeira) corresponde a R\$ 20.812,34;

A média mensal das despesas é de R\$ 135.301,60;

A média mensal dos saldos corresponde a R\$ 73.298,16.

Isto posto constata-se que a média mensal de despesas ficou acima da média mensal da receita fixa uma vez que a partir do mês de setembro de 1994 várias ADs - S. SIND. do Setor dos Docentes das IFES/ANDES-SN passaram a efetuar antecipadamente o repasse da contribuição dos sindicalizados referente à receita do mês seguinte, cuja média mensal é de R\$ 50.758,48 além de gastos a serem pagos com a receita do mês seguinte. Com relação à receita não fixa, os rendimentos são irrisórios, não causando impacto significativo no total da receita.

Acrescenta-se ao acima exposto que não houve ainda, condições de se repor, totalmente, o empréstimo tomado ao Fundo de Greve do Setor das IFES/ANDES-SN em fins de junho além do repasse em atraso para as Regionais. Quanto a esta última questão, o repasse mensal de 1% da receita já está regularizado, a partir de agosto/94.

A diretoria da ANDES-SN ciente da situação financeira, quando da posse, definiu uma política para viabilizar o trabalho administrativo e as ações políticas demandadas pelo Sindicato que, entre outras questões, contemplou: congelamento de diárias de diretores no valor de R\$ 28,00 (cobrindo gastos com alimentação e deslocamento); reuniões de GTs antecedendo ou sucedendo as reuniões da Diretoria; reuniões dos GTs tendo como local de realização a cidade de Brasília; passagens aéreas somente em vôos promocionais.

Finalmente, a avaliação da situação financeira da entidade demonstra que a mesma não atende às necessidades das demandas políticas do movimento, bem como, impede avanços no sentido de uma melhor adequação da sua infra-estrutura ao trabalho do Sindicato.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANDES-SN

JULHO A DEZEMBRO/94		
Nº	ITEM	
1	PESSOAL E ENCARGOS (Sede/Escritórios Regionais)	200.651,98
2	CONTRIBUIÇÃO PARA ENTIDADES NACIONAIS (CUT/DIEESE/DIAP)	48.584,19
3	PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS	114.143,02
4	OUTRAS DESPESAS COM TRANSPORTE (passagens terrestres, táxi, combustível e manutenção-Kombi)	2.527,47
5	DESPESAS COM APARTAMENTO E SALA (aluguel da sala, condomínio e energia/apartamento e sala)	3.265,89
6	PROVISÃO PARA DIRETORES (diárias, deslocamentos, hotel, telefone e outras despesas para as atividades sindicais)	86.304,55
7	PRESTAÇÃO DE CONTAS DE EX-DIRETORES	2.776,96
8	HOTEL (reunião de diretoria, GTs e atividade fora da sede)	28.089,31
9	SERVIÇOS DE TERCEIROS	152.379,35
	9.1 - Assessoria Jurídica Nacional	36.328,40
	9.2 - Assessoria Jurídica Regional e esporádica	8.183,29
	9.3 - Publicações da ANDES-SN (jornal, cadernos, revista)	47.686,10
	9.4 - Assinatura de Jornais e Revistas	1.324,30
	9.5 - Xerox	26.671,83
	9.6 - Contabilidade	2.179,48
	9.7 - Serviços prestados por pessoa física	1.838,54
	9.8 - Telebrasil	16.876,68
	9.9 - Correio	11.290,73
10	TREINAMENTO (Cursos para funcionários)	2.040,02
11	REPASSE PARA AS REGIONAIS	78.508,98
12	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA	3.070,62
13	AÇÃO/FGTS (despesas com cartório, deslocamento de advogados, contratos específicos com advogados)	27.741,86
14	MATERIAL DE CONSUMO (material de expediente e outros)	50.076,24
15	MATERIAL PERMANENTE	323,68
16	CONTRIBUIÇÃO PARA CNESF (Coordenação das Entidades de Servidores Federais)	2.636,00
17	OUTROS	8.689,78
TOTAL DAS DESPESAS		811.809,90
	- SALDO ANTERIOR (JUNHO DE 1994)	*2.636,67
	- RECEITA DO PERÍODO	931.371,61
	- Mensalidades (repasso da contribuição dos sindicalizados)	826.794,07
	- Outras Receitas (Venda de publicações da ANDES-SN, Reembolso de despesas de eventos)	80.565,36
	- Empréstimo do CNG	7.903,45
	- Receita Aplicação Financeira	16.108,73
	- RECEITA TOTAL DISPONÍVEL	934.008,28
SALDO DISPONÍVEL (RECEITA TOTAL DISPONÍVEL MENOS TOTAL DE DESPESAS).		122.198,38

* Sem excluir débito ao Fundo de Greve do Setor/IFES/ANDES-SN

1 - A receita inclui o empréstimo tomado ao Fundo de Greve do Setor das Federais/ANDES-SN.

2 - A partir do mês de setembro está incluído na receita de cada mês o repasse antecipado (referente a receita do mês seguinte) de contribuição dos sindicalizados de várias ADs Seções Sindicais do Setor das IFES/ANDES-SN, nos seguintes valores: set/94 - R\$ 68.354,98; out/94 - R\$ 31.519,44; nov/94 - R\$ 53.832,46 e dez/94 - 49.328,04.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANDES-SN

A atual Diretoria da ANDES-SN, ao tomar posse no XXVIII CONAD realizado em Recife, assumiu o compromisso de apresentar mensalmente a prestação de contas. Isto vem ocorrendo desde o mês de julho de 1994 com as prestações de contas sendo publicadas no INFORMANDES.

No Caderno de Textos do XIV Congresso da ANDES-SN (pg. 48) está publicada a planilha de PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ANDES-SN referente ao período de julho/94 a dezembro/94.

Em função de erros operacionais a planilha publicada foi substituída com as devidas correções, sendo encaminhada às ADs - S. SIND. através do OF. CIRC. 005/TSR/ANDES-SN/95, de 27 de janeiro de 1995.

Registra-se a diferença de valores no item "SALDO ANTERIOR (junho de 1994)", equivocadamente foi feito o somatório dos saldos mensais - R\$ 2.636,67 (junho/94); R\$ 37.674,16 (julho/94); R\$ 93.401,81 (agosto/94); R\$ 105.281,63 (setembro/94); R\$ 57.661,50 (outubro/94) e; R\$ 114.336,66 (novembro/94) - quando o correto seria utilizar apenas o saldo do mês de junho/94. Isto implicou em valores incorretos para os itens "RECEITA TOTAL DISPONÍVEL" e "SALDO DISPONÍVEL".

Face ao ocorrido, pedimos desculpas pelas nossas falhas e a compreensão dos companheiros e companheiras.

Por último, reiteramos que a planilha que deve ser considerada é a que foi encaminhada às ADs conforme já referido e distribuída aos congressistas no ato de inscrição.

Tesouraria da ANDES-SN

TEXTO 4

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

O Quadro abaixo apresenta a simulação de quanto cada AD Seção Sindical pagaria, nos CONADs de Recife-PE e Niterói-RJ, caso o rateio fosse feito com base na nova sistemática. É também apresentado a a cota de rateio de cada AD SSind naqueles CONADs calculadas na sistemática em vigor a fim de facilitar a comparação.

				CUSTO			
				TOTAL:	RECIFE	NITERÓI	
				TAXA	75560,58	TAXA	55882,35
					176,96		130,87
	AD SSIND	FILIADOS	FATOR PROPOSTA	PAGO	PROPOSTA	PAGO	PROPOSTA
1	ADUA	663	7,00	1453,09	1238,70	1134,67	916,10
2	ADUFAC	290	3,00	1089,82	530,87		392,62
3	ADUFPA	1500	12,50	2179,63	2211,96	1702,00	1635,90
4	APRUMA	694	7,00	1453,09	1238,70	1134,67	916,10
5	ADUFPI	1203	11,50	2179,63	2035,00	1702,00	1505,03
6	ADCESP	152	2,00	ISENTO	353,91	1702,00	261,74
7	ADUFC	1505	13,00	2179,63	2300,44	1702,00	1701,34
8	ADUFPB-JP	1736	14,00	2179,63	2477,40	1418,33	1832,21
9	ADUFPB-CG	1116	11,00	1816,36	1946,53	567,33	1439,59
10	ADUC	116	1,50	726,54	265,44	702,00	196,31
11	ADURN	1433	12,50	2179,63	2211,96		1635,90
12	ADUEPB	519	5,50	1453,09	973,26		719,80
13	ASDESAM	53	0,00	ISENTO	0,00		0,00
14	ADFURRN	410	4,50	ISENTO	796,31	851,00	588,92
15	ADUFPB-PATOS	86	0,00	ISENTO	0,00		0,00
16	ADUFEPE	1355	12,00	2179,63	2123,48	1702,00	1570,46
17	ADUFERPE	496	5,00	1089,82	884,78		654,36
18	ADUCAPE	264	3,00	1089,82	530,87		392,62
19	ADUFS	477	5,00	1089,82	884,78	851,00	654,36
20	ADUFAL	943	9,50	1816,36	1681,09	1418,33	1243,28
21	APUB	2006	15,50	2179,63	2742,83	1702,00	2028,52
22	ADUNEB		0,00	ISENTO	0,00		0,00
23	ADUFS-BA	384	4,00	1089,82	707,83		523,49
24	ADUCSAL	296	3,00	ISENTO	530,87	851,00	392,62
25	ADUFU	994	10,00	1816,36	1769,57	1418,33	1308,72
26	APUBH	2233	16,00	2179,63	2831,31	1702,00	2093,95
27	ADCEFET-MG	250	2,50	726,54	442,39	567,33	327,18
28	APES-JF	700	7,00	1453,09	1238,70	1134,67	916,10
29	ASPUV	639	6,50	1453,09	1150,22	1134,67	850,67
30	ASPESAL	222	2,50	726,54	442,39	567,33	327,18
31	APROEFEI	162	2,00	726,54	353,91		261,74
32	ADFUNREI	181	2,00	726,54	353,91		261,74
33	ADUFOP	224	2,50	726,54	442,39	567,33	327,18
34	ADUFES	1131	11,00	1816,36	1946,53	1418,33	1439,59
35	ADUNIMONTES	82	0,00	ISENTO	0,00		0,00
36	ADUNB	977	10,00	1816,36	1769,57		1308,72
37	ADUFG	1000	10,00	1816,36	1769,57	1702,00	1308,72
38	ADUFMAT	1162	11,00	1816,36	1946,53	1418,33	1439,59
39	ADUFMS	784	8,00	1453,09	1415,65		1046,98
40	ADFESMAT	143	1,50	726,54	265,44	567,33	196,31
41	ADUFRJ	2799	17,00	2179,63	3008,27	1702,00	2224,82
42	ADUFF	2402	16,50	2179,63	2919,79	1702,00	2159,39
43	ADUR-RJ	572	6,00	1453,09	1061,74	1134,67	785,23
44	ADUFSCAR	589	6,00	1453,09	1061,74	1134,67	785,23
45	ADUNIMEP	367	4,00	1089,82	707,83	851,00	523,49
46	ADUSP	3348	18,00	2179,63	3185,22	1702,00	2355,70
47	ADEPM	580	6,00	1453,09	1061,74		785,23

48	APUFSC	1986	15,00	2179,63	2654,35	1702,00	1963,08
49	APUFPR	2150	15,50	2179,63	2742,83	1702,00	2028,52
50	SINDOCEFET-PR	380	4,00	1089,82	707,83	851,00	523,49
51	ADUEL	692	7,00	1453,09	1238,70		916,10
52	ADUFRGS	1996	15,00	2179,63	2654,35	1702,00	1963,08
53	APROFURG	654	7,00	1453,09	1238,70	1134,67	916,10
54	ADUFPEL	1108	11,00	1816,36	1946,53	1418,33	1439,59
55	SEDUFMS	935	9,50	1816,36	1681,09	1418,33	1243,28
56	ADUSC	180	2,00	ISENTO	353,91		261,74
57	ADUSB	296	3,00	ISENTO	530,87		392,62
58	ADFAED	70	0,00	ISENTO	0,00		0,00

427,00

TEXTO 5

Contribuição da ADUR-RJ SSind.

Proposta de Cálculo do Rateio para os Congressos da ANDES-SN

Por deliberação do XXIX CONAD a Diretoria da ANDES-SN encaminhou para o XIV Congresso uma proposta de cálculo de rateio para os CONADs do Sindicato. Entretanto, apesar de ter sido apresentada uma proposta melhorada, em relação à que a ADUR-RJ propôs para o XXIV CONAD, falta ainda a proposição de uma nova fórmula de cálculo de rateio para os Congressos.

Atualmente os fatores de ponderação utilizados para o cálculo do rateio em Congressos leva em consideração apenas o número de delegados que cada AD envia, desconsiderando sua capacidade financeira, a qual é proporcional ao seu número de associados. Aproveitando a nova estratificação dos fatores de ponderação elaborada pela Diretoria da ANDES-SN (contida no Caderno de Textos do XIV Congresso), a ADUR-RJ propõe que estes mesmos fatores de ponderação sejam multiplicados pelo número de delegados enviados ao Congresso pela AD, como forma de conferir maior proporcionalidade entre os gastos de cada AD e sua capacidade financeira.

TEXTO 6

Contribuição dos filiados à ANDES-SN

O X Congresso da ANDES-SN (Curitiba-fev/91) aprovou, no que se refere à contribuição financeira dos docentes sindicalizados na ANDES-SN, o que se segue:

"0,2% do salário base do docente como contribuição à ANDES-SN", entendendo como salário base, salários acrescidos de gratificações permanentes.

TEXTO 7

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Os Conselhos da ANDES-SN

A partir da proposta de alteração do Estatuto da ANDES-SN, no que diz respeito à frequência dos CONADs - trazida por um companheiro do MD - o XIII Congresso realizado em Viçosa (21 a 26.02.94) decidiu remeter o assunto às ADs para discussão.

No XXIX CONAD, realizado em Niterói (29.11 a 03.12.94), a Diretoria da ANDES-SN trouxe para deliberação a proposta de que as ADs e Vice-Presidências Regionais, considerando a natureza dos CONADs, promovessem no interior da categoria uma discussão sobre sua frequência e duração, e que o assunto fosse pautado para o XIV Congresso. Foi aprovada também a apresentação de um texto pela Diretora para subsidiar a referida discussão.

O CONAD (Conselho da ANDES-SN), de acordo com o Estatuto do Sindicato, é composto por um delegado de cada AD SSind, um delegado dos filiados via VPRs e pelo presidente da ANDES-SN. É a instância deliberativa intermediária do Sindicato, tendo como atribuições fundamentais implementar o cumprimento das deliberações dos Congressos, regulamentá-las, quando necessário, e exercer as funções de Conselho Fiscal. Reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando requerido por um quarto (1/4) das ADs SSind. ou pela Diretoria.

Ao longo da história de consolidação do Sindicato, o CONAD foi sofrendo modificações na sua estrutura organizacional e na sua dinâmica interna. Essas modificações foram expressas pela ampliação e complexidade dos temas discutidos, bem como pelo número de participantes.

As preocupações presentes desde o início da organização do movimento docente expressavam aspirações de uma universidade de qualidade e democrática socialmente comprometida. A complexidade cada vez maior da conjuntura - a transição da ditadura militar para a chamada abertura democrática - e o nosso crescente grau de organização a nível nacional levaram à necessidade de desdobrar os temas inicialmente amplos em subtemas que contemplassem as várias frentes de lutas emergentes. Assim é que um tema amplo como "Reforma Universitária" (discutido em uma das reuniões nacionais, em setembro de 1979) se desdobrou em vários títulos tais como: política educacional, carreira docente, ciência e tecnologia; esses por sua vez, se desdobraram em outros subtemas (discutidos nos últimos CONADs). Além disso as demandas do movimento docente mais que um projeto de universidade ganhavam a amplitude de um projeto para a sociedade.

Tais transformações trouxeram a necessidade da criação de Grupos de Trabalho (GTs), que gerassem reflexões para subsidiar o movimento docente na implementação de sua luta cotidiana. As reuniões dos vários GTs, hoje existentes, e dos Setores têm ocorrido também junto com os CONADs. Os membros dessas reuniões acabam por participar dos CONADs, ainda que boa parte deles como observadores, fazendo com que o número de observadores seja, nos últimos anos, de duas a três vezes o número de delegados. Esse acréscimo, se por um lado gera um grande número de participantes, por outro permite que os CONADs constituam-se em oportunidades para que as reflexões oriundas dos diversos grupos da ANDES-SN encontrem espaço de reavaliação conjunta e articulada.

Paralelamente a essas transformações, decorrentes da própria dinâmica do movimento docente, derivaram-se paulatinamente ampliações nos contornos originais do CONAD. Sendo, estatutariamente, a instância deliberativa intermediária do Sindicato, portanto mais ágil que o Congresso, sua atribuição primeira é realinhamento do Plano de Lutas construído pelo Congresso anterior, frente às possíveis mudanças na conjuntura e às condições de implementações das deliberações. No entanto, o que tem

ocorrido é que ao invés de avaliar o que foi implementado do plano de lutas, o por que das outras deliberações não terem sido encaminhadas, e as mudanças da conjuntura ocorridas no período entre os eventos, os CONADs assumiram características muito parecidas à do próprio Congresso, mesmo mantendo sua composição de Conselho de Entidades (representação através de um delegado por Seção Sindical). Neste sentido, tem tratado os temas com a mesma lógica e perspectiva do Congresso. Isto pode ser evidenciado tanto pela quantidade de novas deliberações, quanto pela ampliação de seu período de realização.

Dada a nossa concepção sindical de organização por local de trabalho e de que é a base do movimento que deve definir o plano de lutas (e não suas lideranças) é necessário preservar tal atribuição ao Congresso, pelo fato de que ele é composto por delegados de base, proporcionalmente ao número de sindicalizados, e resgatar ao CONAD o papel de Conselho de Entidades que realinha aquelas deliberações tomadas pelo conjunto do Sindicato frente à nova conjuntura.

Considerando a amplitude das nossas lutas e da representatividade de um sindicato de base nacional que incorpora docentes de Instituições de Ensino Superior públicas (federais e estaduais) e particulares, e dada a dinâmica da conjuntura político-econômica, dois eventos entre os Congressos não constituem um número excessivo de momentos de reflexão e avaliação, principalmente se esses dois momentos readquirem as suas características originais expressas no Estatuto do Sindicato. Esta recuperação dos objetivos dos CONADs provavelmente resultaria em diminuição de sua duração, com repercussões positivas nos recursos financeiros, materiais e humanos das ADs e da ANDES-SN mobilizados a cada evento. A forma dada ao XIV Congresso já encaminha nesta perspectiva.

A Diretoria da ANDES-SN tem refletido, ultimamente, em como operacionalizar este resgate e quer dividir com todo o movimento esta tarefa.

TEXTO 8

Contribuição do Prof. Carlos Marcelo Lobo Maranhão Sindicalizado pela ADUFC Seção Sindical

No passado, quando da construção do nosso Sindicato, a existência de três grandes eventos nacionais (um Congresso e dois CONADs) foi da maior importância a fim de que a ANDES delineasse seus contornos políticos e estabelecesse seus objetivos, além de implantar a necessária organização para atingir todas as suas metas.

Com o passar dos anos, o acúmulo de tarefas que a ANDES-SN assumiu, fez com que os CONADs do primeiro semestre, devido sua proximidade com o Congresso, algumas vezes sejam realizados muito mais para dar cumprimento aos Estatutos do que como fruto de uma necessidade política determinada pela conjuntura.

Hoje o maior desafio da ANDES-SN é a sua política de expansão e consolidação, principalmente junto aos Setores das Particulares e Estaduais. Política esta onde as Vice-Presidências Regionais deveriam cumprir papel decisivo.

A permanência destes três eventos, ao invés de auxiliar na permanente construção e consolidação da ANDES-SN está servindo como agente inibidor da necessária política de expansão. Como todos sabem, os CONADs representam a imobilização de uma parcela importante dos recursos financeiros das ADs e da própria Diretoria da ANDES-SN além de consumir muito tempo e esforço daqueles que fazem o dia a dia do nosso Movimento.

A obrigatoriedade de dois eventos políticos de tal envergadura (Congresso e CONAD) em um mesmo semestre vem sendo questionada por muitas lideranças do Movimento Docente, ao observarem que no CONAD do primeiro semestre poucas das deliberações do Congresso são encaminhadas por falta de tempo e, também porque, pela própria dinâmica da atuação do Sindicato, dois grandes eventos deliberativos anuais parecem ser suficientes para que sejam traçadas as diretrizes de nossa ação, ficando a escolha da melhor forma de implementar os encaminhamentos das deliberações a cargo das reuniões setoriais, das ADs e do desempenho das Regionais.

Por outro lado, em sendo aprovada esta modificação, o Sindicato economizaria divisas e energia tão importantes para seu desenvolvimento. Se entendermos que esta medida além de NÃO PREJUDICAR o conteúdo político pode, por outro lado, revigorá-lo pois a energia economizada poderia ser revertida para outros fins, como a vitalização das Regionais, que hoje, se constituem no único exemplo de debilidade da nossa estrutura sindical e cujo pleno funcionamento destas instâncias se reveste em grande desafio.

Além do mais a retirada da exigência estatutária da organização de um dos CONADs não significa que ele será, obrigatoriamente extinto, pois nas vezes em que a conjuntura política mostre a necessidade de sua realização, o inciso II do Art. 26 permite que a DIRETORIA EXECUTIVA ou 25% das ADs convoquem um CONAD Extraordinário.

Fortaleza, 11 de janeiro de 1995

TEXTO 9

Contribuição da ASDUERJ

Proposta de alteração estatutária:

Os "CONRADs" teriam como objetivos: discutir os temas em pauta no MD sob a perspectiva regional, diagnosticar as dificuldades para implementação das deliberações do Congresso, definir medidas para superar tais dificuldades, planejar de modo articulado o trabalho do sindicato na região, além de outros pertinentes.

Estas atividades, por serem regionais, teriam um custo muito menor para a ANDES-SN e para as ADs SSind., contariam com um número maior de representantes das ADs SSind. e poderiam tratar dos encaminhamentos do Congresso contemplando as especificidades da região.

Além disso, seria um precioso instrumento para a expansão do sindicato, principalmente no setor das particulares e propiciaria a integração de ADs que poderiam não ter condições de participar do CONAD. Além de viabilizar a implementação das deliberações do Congresso a nível regional, estas atividades preparariam a intervenção das ADs SSind. no CONAD que se realizaria no terceiro trimestre de cada ano.

Naturalmente, em havendo necessidade de um CONAD no primeiro semestre (como em qualquer outra ocasião), a diretoria da ANDES-SN poderá convocá-lo como prescreve e prevê nossos estatutos.

A idéia é substituir a obrigatoriedade do primeiro CONAD, que é um evento nacional, por eventos regionais. Por que?

Notemos que a proposta é, apenas, de retirar a obrigatoriedade de dois CONADs anuais, mantendo como obrigatório um deles, e não elimina a possibilidade de realizar dois e até outros mais, como permite o estatuto. Notemos, ainda, que:

1º) Os CONADs acabaram se transformando em "mini-congressos", e nem tão "minis" assim, com grande dispêndio financeiro para a ANDES-SN e para as ADs, sendo que muitas destas têm sido privadas de participar por falta de recursos.

2º) Não é raro que o 2º CONAD de um ano e o Congresso do ano seguinte sejam realizados no período entre dezembro e fevereiro, como acontece agora. Convenhamos, a realização de dois eventos nacionais desta magnitude, de modo ordinário, neste curto espaço de tempo, não é conveniente ao MD.

3º) Entendemos que eventos regionais seriam mais eficientes para avaliar e reprogramar a efetivação das deliberações do Congresso, decorridos três meses da realização deste.

4º) Assim, poder-se-ia realizar um CONAD ordinário por volta de agosto, o que daria mais tempo para implementar suas deliberações.

5º) A obrigatoriedade de se realizar dois CONADs e um Congresso anuais tem tornado impossível um intervalo de tempo razoável entre eles, necessário para a implementação de suas deliberações e para a realização de outros eventos e atividades a nível nacional (GTs, Seminários, reuniões e encontros setoriais, etc...), a nível regional (reuniões, atos públicos, etc...) e local (atividades das ADs, visitas, assembléias, etc...).

6º) Neste momento, a consolidação de nosso sindicato nacional está exigindo uma ação mais agressiva na expansão, principalmente no setor das particulares onde é urgente tornar nossa presença mais significativa. Exige, também, o incremento de atividades a nível local para que a presença da ANDES-SN nas IES possa ser mais marcante. Assim, com a realização de 1 Congresso e 1 CONAD anualmente, abre-se o tempo necessário para que as ADs SSind. e as secretarias regionais possam promover atividades específicas nesse sentido.

7º) A redução da obrigatoriedade para apenas 1 CONAD dará à direção nacional da ANDES-SN uma folga para que possa desempenhar com menos sufoco suas funções, inclusive desafogando os diretores envolvidos num sem número de atividades nacionais e internacionais.

8º) Principalmente, os coordenadores dos setores e dos GTs, terão melhores condições para desenvolverem suas tarefas, aprimorando os subsídios ao MD.

9º) Entendemos que esta proposta possa contribuir para um fortalecimento, ainda maior, das secretarias regionais, o que julgamos imprescindível para a consolidação de nosso sindicato e para a implementação de nossas políticas.

TEXTO 10

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Realização do XXX CONAD e XV Congresso

Tendo em vista que, estatutariamente, o XIV Congresso indica datas e locais para a realização do XXX CONAD e do XV Congresso, a Diretoria da ANDES-SN solicita às ADs SSind., na medida de suas possibilidades, que se candidatem a sediar os referidos eventos.

TEXTO 11

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Conferência Operária Independente

Estará se realizando em março próximo, em Copenhague, uma Cúpula Social convocada pela ONU. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD -, seu objetivo seria o "estatuto de um novo pacto social entre todos os países e todos os indivíduos (porque) as relações econômicas devem basear-se não na confrontação mas na cooperação". Para esta Cúpula Social, a ONU convida, com os Governos, o FMI e o Banco Mundial, as Organizações Sindicais, em nome das "novas relações econômicas", e da necessidade de encontrar nelas uma "vertente social".

Em contraposição, delegados de 23 países reunidos no Bureau do Acordo Internacional dos Trabalhadores, com base na decisão comum de quatro conferências continentais (África, Ásia, América e Europa), decidiram convocar uma CONFERÊNCIA OPERÁRIA INDEPENDENTE. Isto por entender que é o momento de renovar o compromisso com a preservação da independência das organizações sindicais e populares, e de defender os direitos ao trabalho (e as conquistas trabalhistas), à educação, à seguridade social, entre outros, e não se submeter ao credo de que a chamada "nova ordem mundial", patrocinada por Washington, é a única possibilidade existente.

As conferências continentais constataram que o processo de mundialização da economia gera uma guerra comercial sem piedade, cujas primeiras vítimas são os povos e as classes sociais mais vulneráveis. Este processo, impulsionado pela política de ajuste estrutural organizada pelo FMI e Banco Mundial, tem resultado na aceleração da concentração de riquezas e ampliação da exclusão social, com agravamento da fome, desemprego e doenças.

Alguns trechos da Carta Convocatória demonstram a importância de que se realize uma Conferência Independente com ampla representatividade, no mesmo momento e em local próximo da Cúpula Social.

...Com efeito, não são estes planos do FMI os que impõem e programam a supressão do que eles chamam "gastos improdutivos", ou seja, os gastos de saúde pública, de educação, de proteção social, de seguridade do trabalho? Assim mesmo, a abertura de mercados, inscritas nos acordos do GATT e na fundação da Organização Mundial do Comércio, não pode senão agravar a situação de desertificação, desindustrialização, liquidação social, e desencadear uma competição sem piedade na qual se afundarão os trabalhadores, os povos.

...Todos podemos constatar, como as quatro conferências continentais, que em diferentes situações, sob nomes diferentes, "Gestão Tripartite", "referendum", Pacto Social", Observatório do Emprego", "Gestão Preventiva do Emprego", Mesa Redonda", "cláusulas sociais", as classes trabalhadoras e as organizações estão confrontadas em todos os países e em escala mundial com o mesmo problema. E a proposta de realizar esta cúpula social sob a presidência da ONU, não é a centralização de todo este dispositivo em escala mundial? Ou seja, pretendem tentar "redefinir" o lugar e o papel das organizações sindicais.

...Depois de haver proclamado que "precisamos inventar um novo papel para as Nações Unidas", o informe oficial do PNUD, intitulado "Uma agenda para a Cúpula Social", precisa: "Temos que modificar consideravelmente e reestruturar todos os organismos existentes - em particular os que dependem das Nações Unidas e as instituições de Bretton Woods - (...) e conferir-lhes importantes poderes de decisão nos terreno econômico e social, criando um Conselho de Segurança Econômico".

O objetivo desta "Cúpula Social" seria portanto a aplicação destes "Planos de Ajuste Estrutural" e, com este objetivo, integrar nisso as organizações sindicais. O senhor Delors, presidente da Comissão da União Européia propôs, além disso que neste Conselho Econômico, formado pelos representantes dos governos, participem também "chefes de Secretariados como o FMI, o GATT, a OIT".

Sabem que a existência de organizações sindicais independentes do Estado, dos governos e dos patrões é um pilar da democracia. Sob pretexto de "Cláusula Social", a ONU propõe que a OIT e portanto, as organizações sindicais, sejam seu pilar social. Este é o sentido da Cúpula Social de Copenhague, com a implicação das organizações sindicais em um tripartismo institucional que teria como tarefa acompanhar os Planos de Ajuste Estrutural do FMI.

...Somos conscientes de que a unidade e a independência dos trabalhadores com suas organizações independentes são indispensáveis, porque da experiência de uns e de outros se depreende uma conclusão comum: os trabalhadores podem parar esta espiral devastadora se se realiza sua unidade e de suas organizações em cada país e em escala mundial. ...

As propostas do governo FHC, associadas à criação do Conselho da Comunidade Solidária na Medida Provisória da sua reforma Administrativa, revelam a grande importância auferida às chamadas parcerias com a sociedade, e a elas atribui responsabilidade pela implementação das políticas sociais. Assim tenta eximir o Governo neste campo, para aprofundar a sintonia das políticas governamentais brasileiras com as conveniências da "nova ordem econômica Mundial". Não é casual, portanto, que o representante do Banco Mundial no Brasil diga que a palavra-chave para novos projetos é a parceria. O Banco passa a dedicar nada menos do que 30% do seu orçamento nesta linha de projetos, ao mesmo tempo em que implementa, junto com o FMI, o ajuste estrutural atacando os serviços públicos e desregulamentando o trabalho. É uma estratégia mundial que envolve a reunião da Cúpula Social, e tem no novo governo brasileiro um aliado.

Isto redobra a importância e agrava a urgência de buscar a articulação dos trabalhadores brasileiros no movimento internacional de luta em defesa de seus direitos.

No dia 17 de dezembro último, ocorreu a Conferência Nacional Preparatória à Conferência Operária Independente, no auditório da Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Representações de entidades nacionais e de quase todos os Estados estiveram presentes, entre elas a ANDES-SN e algumas ADs SSind..

A eloquência dos depoimentos prestados durante o encontro enriqueceram as análises e levaram à uma posição unânime de apoio e participação na Conferência Internacional. Foram, também, desencadeadas várias iniciativas no sentido de qualificar a representação brasileira, para que seja potencializado o seu sentido político.

A ANDES-SN passou a integrar a coordenação do Fórum, encarregado de dar consequência às deliberações tomadas e está incluída na proposta inicial de delegação, composta por quatro ou cinco companheiros.

TEXTO 12

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

A ANDES-SN tem uma representação de três membros na Coordenação do DNTE/CUT. Essa representação era constituída por: Paulo Rizzo e Márcio Oliveira (Titulares) e Américo Kerr (Suplente). Paulo Rizzo foi Coordenador Geral do DNTE, concluiu o mandato e afastou-se da Coordenação por motivos acadêmicos. Atualmente Márcio Oliveira é o Coordenador Geral do DNTE. Com o afastamento de Paulo Rizzo, Américo Kerr passou a ser membro titular gerando a vaga na suplência.

TEXTO 13

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

O Exercício do Mandato Classista

Introdução

Uma concepção de mandato classista

O exercício do mandato classista decorre da importância da organização sindical para os trabalhadores e a sociedade como um todo, na defesa de seus direitos e luta para melhores condições de vida.

Mandato classista é um direito conquistado pelos trabalhadores e, no caso dos servidores públicos em nosso país, ele é recente. Cabe a nós lutar para que esse direito seja estendido a todas as categorias de trabalhadores e em todos os níveis da sociedade, como um direito que decorre do livre princípio democrático de organização e de exercício da cidadania.

A compreensão do que seja o desempenho do mandato classista e sua importância, no interior do MD e muitas vezes entre seus quadros dirigentes, decorrem da não assimilação de que a ANDES é um sindicato e que os docentes constituem um segmento da classe trabalhadora.

O professor que se dispõe a trabalhar em entidade sindical concorre e é eleito, em eleições livres e democráticas. Muitas vezes, é visto por seus próprios colegas como alguém que não está cumprindo suas funções acadêmicas. Isto decorre de uma visão preconceituosa que precisa ser combatida no seio da categoria.

Mandato Classista: Uma conquista

O direito ao exercício de mandato classista para os trabalhadores brasileiros é uma conquista que vem sendo gradativamente ampliada para todas as categorias, como consequência de sua mobilização e de sua luta.

No caso dos docentes das IES, hoje filiados e representados pela ANDES-SN encontramos diferenciadas situações quando se considera o setor que estes docentes integram: público ou particular.

Os docentes do setor público - federal, estadual e municipal - conquistaram o direito de sindicalização na Constituição de 1988 (Art. 8º). Porém, já em 1987, os docentes das IFES haviam conquistado, quando da aprovação do PUCRCE (Decreto 94.664 de 23/07/1987), o direito de afastamento para participar de órgão de negociação coletiva sem perda de direitos e vantagens a que fizessem jus (Art. 47, inciso IV). A proibição de sindicalização imposta à época aos servidores públicos encontrou, através deste mecanismo legal, a possibilidade de liberação de docentes das IFES para o exercício do mandato classista.

A aprovação do RJU (Lei Nº 8.112 de 12/12/90) consolidou o direito que já vinha sendo exercido pelos docentes das IFES, garantindo aos dirigentes sindicais do serviço público federal a liberação total ou parcial das atividades quando do exercício do mandato classista (Art. 92 parágrafos 1º e 2º combinado com Art. 108 inciso VII). Ao regulamentar o direito de afastamento do trabalhador do serviço público, o RJU definiu o número de trabalhadores a serem liberados para cada entidade, a prorrogação da licença e garantia da manutenção dos direitos e vantagens, sendo o período do afastamento considerado como de efetivo exercício, exceto para a promoção por merecimento.

No caso dos Estados e Municípios, encontramos diferentes processos políticos através dos quais foi aprovado o RJU. Se em alguns Estados e Municípios a mobilização dos servidores públicos permitiu um avanço nesta questão, em outros, o que se observa é a manutenção do antigo estatuto dos servidores públicos permanecendo as disposições restritivas que dificultam o afastamento do trabalhador para o exercício do mandato classista. Incluem-se, aí, o pagamento do salário e a garantia de todos os direitos e vantagens a que fazem jus os trabalhadores.

Diversa, ainda, é a situação do trabalhador do setor privado. A CLT (Decreto-Lei Nº 5.452 de 1/5/1943) garante o afastamento do trabalhador para o exercício do mandato classista, deixando, no entanto, a critério das empresas a definição das condições do afastamento, vedada a dispensa do trabalhador até 1 ano após o final do mandato (Art. 543, parágrafos 2º e 3º).

A ANDES, ao se transformar em Sindicato Nacional, por deliberação do II Congresso Extraordinário realizado no Rio de Janeiro, entre 25 e 27 de novembro de 1988, tomou a decisão de representar o conjunto dos docentes das IES brasileiras. Sua diretoria é, assim, integrada por docentes dos três setores - federal, estadual/municipal e particular.

O Estatuto da ANDES-SN, no seu Art. 64, estabelece que os dirigentes não recebem remuneração mas serão ressarcidos: a - pelas despesas que venham a ter no desempenho da atividade sindical; b - por ônus acarretados por liberação das atividades profissionais para exercício do mandato classista. Por outro lado, o parágrafo único, do Art. 53, veta a recondução de diretores por mais de uma vez consecutiva.

As diferentes situações acima descritas, que decorrem do avanço da organização sindical em cada setor, trazem para o interior do sindicato nacional e das ADs Seções Sindicais, uma discussão que, se não é nova, carece de aprofundamento e amadurecimento.

A discussão que se impõe

É importante que o sindicato nacional aprofunde esta discussão e defina uma política de liberação de docentes para o exercício do mandato classista. As reflexões abaixo colocadas têm por finalidade dar início a esta discussão, objetivando a elaboração de uma política da ANDES-SN sobre a questão da liberação de docentes para o exercício do mandato classista.

A discussão sobre a liberação de dirigentes tem trazido a tona várias questões que fazem parte do cotidiano do sindicato e da complexidade do trabalho acadêmico. Em primeiro lugar, a liberação precisa ser entendida não como uma opção pessoal do diretor, mas sim como uma necessidade imposta pela atividade sindical e melhor desempenho da diretoria. Note-se que, pelo número de afastamentos permitidos por ele, é preciso um planejamento e uma decisão global sobre o assunto.

A liberação de diretores do trabalho acadêmico deve ser encarada sob a perspectiva de dois conjuntos de reflexões: melhoria do trabalho sindical e manutenção da qualidade do trabalho acadêmico. No primeiro conjunto de reflexões, é preciso combater a idéia de que a liberação corresponde a algum tipo de privilégio. A nossa pouca cultura sindical, no que se refere ao exercício do mandato classista, nos coloca na defensiva e à mercê da vontade e até da pressão patronal, no que diz respeito a liberação que deve ser entendida como uma convocação feita ao docente pela categoria.

Enquanto se observa um movimento contrário às conquistas do movimento sindical (acusações de corporativismo e de que existem cerca de "20.000 dirigentes liberados para fazer política contra o governo"), observa-se o uso dos cofres públicos em benefício político e pessoal de poucos. O assalto à gráfica do Senado é apenas uma ponta do iceberg da corrupção. Podem ser citados outros exemplos: nestes dias de mudança de governo, a nova direção do Banespa acaba de anunciar a dispensa de 1390 funcionários do Baneser que estavam à disposição da Presidência do Banespa; e, ainda, os políticos aposentados como docentes das IFES que jamais proferiram uma única aula.

E, finalmente, para que servem os 200.000 cargos comissionadas que o governo federal insiste em manter com salários acima dos da categoria, mesmo sabendo da posição contrária dos SPFs, reafirmada na proposta de DPC? Não são meros instrumentos de cata-votos e compra de cabos eleitorais com o dinheiro público? Serão estes "sábios ou sabidos", se quisermos adotar a terminologia de Giannotti?

Por outro lado, incorporamos também o discurso patronal, falando de liberação de dirigentes, quando deveríamos falar em convocação. A idéia política correta não é a de que o dirigente está livre para exercer o trabalho sindical, mas sim convocado para prestar serviço de forma transparente, sob o controle da categoria e da sociedade.

Pior ainda é quando assimilamos a expressão ônus para o sindicato, o que demonstra duas linhas de pensamento. A primeira é de que a convocação do dirigente custa, onera e penaliza o sindicato e a categoria; a segunda é mais grave e revela a nossa ignorância de que quando o dirigente é convocado para o mandato sindical o seu trabalho será feito por alguém que será pago pelo conjunto dos trabalhadores. Ou alguém imagina que estes salários saem de uma abstração ou do lucro do patrão?

No segundo conjunto de reflexões, é preciso considerar que a vida acadêmica tem várias fases que incluem a formação pós-graduada, a especialização, a dedicação ao ensino, à pesquisa e à extensão e,

ainda, atividades administrativas. A atividade sindical deve ser encarada como mais uma faceta de formação do indivíduo disposto a trabalhar pelo coletivo, que complementa a sua visão do todo e prepara para uma melhor intervenção na universidade, enquanto docente.

A ANDES-SN é um sindicato de base nacional que não está atrelado aos ditames privatistas, que luta pela defesa da categoria mas que luta também pela transformação da sociedade buscando melhores condições de vida para a população e uma sociedade mais justa. Esta é uma tarefa desempenhada pelo conjunto do sindicato, espalhada por todo o país e coordenada pela Diretoria.

A tarefa que se impõe à ANDES-SN é bastante grande e exige dedicação de seus dirigentes, incluindo aí, em muitos casos, a necessidade de liberação total ou parcial de diretores.

A atividade acadêmica envolve múltiplas tarefas - aula, pesquisa, extensão, capacitação em diferentes níveis. Será difícil definir sobre qual ou quais atividades poderá ou deverá ser liberado o docente. Sabemos, porém, que algumas tarefas, mais do que outras, impedem a mobilidade dos docentes, que assumem direção sindical. Por outro lado, a tentativa de manter todas as atividades pode gerar uma queda na qualidade do trabalho acadêmico, contribuindo para a imagem distorcida de que a atividade sindical contribui para a incompetência acadêmica. É importante, assim, que a liberação de docente para o exercício de mandato classista seja avaliada, caso a caso.

Devemos finalmente buscar definir critérios que levem em conta as condições do trabalho docente, evitando situações que dêem margem a interpretações do uso desse dispositivo como tentativa de privilegiamento, enfraquecendo a legitimidade do direito que garante o exercício do mandato classista em sua plenitude.

A questão do ressarcimento

Conforme já foi colocado acima, o Art. 64 do Estatuto da ANDES-SN garante que o diretor liberado seja ressarcido por eventuais ônus que venha sofrer por esta liberação.

Mais uma vez é fundamental ter claro que esta é uma questão política da maior importância.

O ressarcimento de ônus, que um diretor venha a ter em decorrência de sua liberação, por parte do sindicato, deve ser entendido como parte do esforço da categoria em manter autonomia política e financeira em relação aos patrões e ao governo. O direito legal de liberação para exercício de mandato classista deve ser exercido na sua plenitude com total autonomia. O sindicato decide sobre os diretores que quer ter liberados para a atividade sindical. Exercer este direito assumindo o ressarcimento de ônus financeiro que pese sobre companheiros liberados é competência da organização sindical. Não se trata de profissionalizar a militância ou a direção sindical, mas sim de exercer plenamente a autonomia sindical.

TEXTO 14

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Regimento do Setor Jurídico da ANDES-SN

Desde o XI Congresso (Cuiabá, 16-22/02/92), a ANDES-SINDICATO NACIONAL vem trabalhando na implantação do seu Setor Jurídico. Para tal, foram realizados encontros Jurídicos, com a participação de dirigentes e assessores jurídicos, foi criada uma Comissão que ficou encarregada da implantação do Jurídico e, em Congressos e CONADs, diversas deliberações foram tomadas.

Hoje, para a definição da estruturação do Setor Jurídico da ANDES-SN, resta deliberar sobre a questão dos honorários advocatícios e, a partir daí, elaborar e aprovar o Regimento.

Numa retrospectiva de nossas deliberações, temos:

1) Quanto à estrutura

a) **Assessoria Jurídica Nacional** - subordinada diretamente à direção nacional e supervisionada pelo diretor encarregado de assuntos jurídicos.

b) **Assessorias Jurídicas Regionalizadas** - subordinadas à direção nacional e coordenadas diretamente pelas Vice Presidências Regionais. (Já estão implantadas as Assessorias Jurídicas da Regionais São Paulo, Nordeste III e Leste).

c) **Assessorias Jurídicas Regionalizadas Locais** - subordinadas diretamente às Seções Sindicais, devendo funcionar de forma articuladas com a Assessoria Jurídica Nacional e com as Assessorias Jurídicas Regionalizadas.

d) **Arquivo Jurídico Nacional** - organizado e coordenado pela diretoria da ANDES-SN e localizado em sua Sede, concentrará informações e cópias de todas as ações jurídicas de interesse direto do Sindicato. (Apesar de já estar definida a sua implantação, o Arquivo Jurídico Nacional não está estruturado em razão da falta de recursos materiais e, também, pelo não envio das cópias das ações jurídicas promovidas pelas Seções Sindicais.)

2) Quanto às atribuições

a) Assessoria Jurídica Nacional

- fornecimento de consulta, subsídios, pareceres e fundamentos jurídicos à direção nacional e, com autorização desta, a qualquer componente da estrutura organizacional do Sindicato;
- manutenção de um sistema permanente de informação à direção nacional acerca das movimentações processuais;
- acompanhamento de processos de interesse da ANDES-SN, incluídos os processos originários das Regionais e das Seções Sindicais, nas instâncias jurídicas pertinentes, e
- promoção e responsabilidade pelos atos jurídicos da ANDES-SN com abrangências a toda a categoria representada.

b) Assessoria Jurídica Regionalizada

- fornecer consultoria, subsídios, pareceres e fundamentação jurídica à respectiva Regional e, através desta, a Seções Sindicais de sua jurisdição;
- manter a Assessoria Jurídica Nacional informada de todas as suas atividades fornecendo detalhes e documentos que lhes forem solicitados;
- manter organizado o arquivo de informações relativos a todas as atividades em seu âmbito;
- promover e acompanhar processos de interesse das ANDES-SN na respectiva Regional e das Seções Sindicais que não disponham de Assessoria Jurídica Local, a critério da Vice-Presidência Regional, e
- manter articulação permanente com a Assessoria Jurídica Nacional.

c) Assessorias Jurídicas Locais

A definição da abrangência, das atribuições e da manutenção destas Assessorias são de responsabilidade das Seções Sindicais. Tais Assessorias devem se articular permanentemente com a Assessoria Jurídica Nacional, mantendo-a informada de todas as suas atividades, fornecendo toda a documentação quando solicitado. A ANDES-SN deve incentivar para que todas as suas Seções Sindicais possuam Assessoria Jurídica própria.

Os itens a seguir foram aprovados como sugestões para constarem no Regimento do Setor Jurídico.

3) Quanto aos encontros de dirigentes e assessores jurídicos

Os Encontros de Dirigentes e Assessores Jurídicos, de abrangência nacional ou regional, terão por finalidade principal a busca da homogeneização da compreensão de dirigentes e assessores sobre temas relevantes para a atuação do Sindicato.

Tais eventos não são instâncias deliberativas da ANDES-SN e deverão, sempre que possível, tratarem de temas específicos.

Os Encontros nacionais ocorrerão ordinariamente a cada semestre antecedendo, aproximadamente, 30 dias a realização dos CONADs, e extraordinariamente quando assim se fizer necessário.

Os Encontros regionais, voltados às necessidades regionais, reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando se fizer necessário.

4) Quanto à taxa assistencial

Dos recursos arrecadados por Taxas Assistenciais, 15% serão destinados à constituição de um fundo permanente que será utilizado para pagamento de pareceres de reconhecidos juristas e outras despesas no terreno jurídico não previstas. O restante dos recursos deverão ser investidos, prioritariamente, em patrimônio do Sindicato.

5) Quanto à participação da assessoria jurídica nacional em ações originárias das regionais ou das Seções Sindicais

Buscando uma uniformização de procedimentos e coesão no trabalho processual do Sindicato, recomenda-se que o acompanhamento de ações judiciais em terceira instância, Tribunais Superiores, seja feito pela Assessoria Jurídica Nacional. Para as ações que serão ajuizadas pelas Regionais e Seções Sindicais a participação da Assessoria Jurídica Nacional deve ser considerada para fins de honorários.

6) Quanto a sucumbência

Em ações judiciais poderão ser definidas sucumbências em função de valores determinados para cada ação. Quando existirem, estes valores deverão ser utilizados para a remuneração do(s) assessor(es) jurídico(s) deduzindo-se dos percentuais contratados. Caso a sucumbência seja superior ao valor dos honorários contratados, o excedente será da ANDES SINDICATO NACIONAL dividido na mesma proporcionalidade da taxa assistencial quando as ações forem iniciadas pelas Regionais ou pelas Seções Sindicais.

7) Quanto ao patrocínio de causas nos Tribunais Superiores

O acompanhamento e defesa de todos os processos que cheguem aos Tribunais Superiores em Brasília, iniciados através das Regionais ou das Seções Sindicais, devem ser atribuições da Assessoria Jurídica Nacional, quando a Regional ou a Seção Sindical assim solicitar.

Os honorários, para tal, ficam assim especificados:

- **processos iniciados até este momento** - serão na razão de 1/3 do total contratado pela Regional ou pela Seção Sindical, podendo haver negociação com a Assessoria Jurídica Nacional a sua redução em caso de dificuldade de recontração com os interessados no processo.

processos a serem iniciados - 1/3 do total contratado com a Regional ou com a Seção Sindical.

TEXTO 15

Contribuição ADURN SSind.

PODER JUDICIÁRIO X DEMOCRACIA

O golpe militar de 64 na tentativa de se legitimar, atingiu diretamente as instituições democráticas a começar pelo Congresso Nacional, onde foram criados artificialmente dois partidos, a ARENA situacionista e o MDB dito “oposição”. Com esse tipo de congresso, diversas leis foram criadas colocando uma camisa de força em todos os setores organizados da sociedade e principalmente no poder Judiciário, tornando-o ainda mais inadequado enquanto alternativa para a classe trabalhadora. As questões trabalhistas, que de certa forma refletem mais diretamente o conflito entre as classes, tiveram assim um dos seus fóruns de discussão anulado.

Discute-se, comumente as mazelas do Poder Executivo, do Poder Legislativo, mas a sociedade civil tem esquecido o Judiciário, em um momento crucial da História contemporânea, sobretudo quando em diversos países tem este poder ocupado posição de destaque no resgate da moralidade pública, dentre outros temas de igual relevância.

Portanto, o momento se apresenta bastante adequado, sendo por demais oportuno lembrar o julgamento do ex-presidente Collor que deixou a nação mais convicta de que, neste país, apenas *ladrão pobre* vai para a cadeia.

A impunidade representa um dos maiores incentivos ao desrespeito à lei neste país. Ora, a aplicação da lei compete ao Judiciário! Quantos crimes ocorrem no país a cada minuto, quantas pessoas são denunciadas e quantas são condenadas?

Por outro lado, o Judiciário tem sido muito ágil quando, exemplificando, os donos das escolas particulares ingressam com ação junto ao Supremo Tribunal Federal para aumentar as mensalidades escolares, e este com uma celeridade de fazer inveja, concede-lhes medida liminar. O Judiciário, portanto, funcionou adequadamente para os proprietários das escolas.

Para os assalariados, todavia, o Judiciário retoma sua lentidão costumeira. Na mesma época em que o Supremo concedeu medida liminar aos proprietários das escolas, o Tribunal Superior do Trabalho recebeu o então Ministro Ricupero, oportunidade em que este solicitou que não fossem reconhecidas as perdas salariais àquela época já existentes. E o Tribunal Superior do Trabalho cumpriu a promessa: de lá para cá nenhum trabalhador teve judicialmente seu salário aumentado.

É este o perfil do Judiciário brasileiro. É este o Judiciário que a sociedade quer? Adianta dispor a Constituição Federal que todos terão acesso a Justiça? O que é acesso a Justiça? É apenas ter a liberdade de ajuizar uma demanda ou é ter restituído o que é seu por direito...?

Com a promulgação da Constituição de 5 de outubro de 1988, a independência entre os três poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo) é restabelecida contudo, a estrutura de poder dentro do Judiciário permaneceu inalterada, permitindo a continuidade de indicações de Juizes, principalmente para os Tribunais Superiores, por “méritos” políticos, relativizando substancialmente a autonomia Constitucional do Judiciário. Temos então o poder Judiciário independente mas constituído por um número significativo de magistrados que, pela forma como foram nomeados, atuam mais segundo os interesses de quem os nomeia do que em nome do direito.

Além do mais o chefe do executivo - seja municipal, estadual ou da nação - é eleito pelo povo; os membros das casa legislativas também o são e todos - vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores e Presidente da Republica - têm mandato, ao passo que os Juizes são vitalícios. É verdade que não se pugna, em princípio, pelo entendimento de que os Juizes devem ser eleitos, embora esta possa ser uma alternativa, mas o que é certo é que não poderá mais gozar vitaliciedade. E quem controla o Judiciário?

No âmbito dos direitos dos trabalhadores, de um modo geral, deve-se salientar que foram mais de 70% (setenta por cento) de decisões judiciais a reconhecerem perdas salariais nos períodos dos denominados PLANOS ECONÔMICOS (Bresser; Verão e Collor), todavia o Supremo - ou melhor dito, o DEUS DO DIREITO - entendeu, por maioria, que não havia direito adquirido. Como o direito não é uma ciência,

pelo menos assim pensam muitos Juristas, mas a matemática é, tem-se como certo que, CIENTIFICAMENTE EXISTE DIREITO ADQUIRIDO, CONSIDERANDO QUE A MAIORIA DOS JUÍZES DO BRASIL ENTENDERAM QUE SIM. Todavia, a forma arcaica e antiquada como se estrutura o Judiciário faz com que prevaleça uma decisão de uns poucos, em nome de uma hierarquia.

HÁ MUITO MAIS PARA SER DITO... E os chamados 28% dos militares? Porque o SUPREMO CONCEDEU A SEUS FUNCIONÁRIOS E O JUDICIÁRIO NEGA AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DO EXECUTIVO? Onde fica a tão propalada garantia Jurídica?

A discussão sobre o Judiciário é urgente, inclusive tendo-se em conta os anos de ditadura, nos quais os governos militares exerceram violenta e indevida interferência em todos os poderes da República.

Para terminar, vale lembrar a citação do Senador Accioly Filho, em proposta de Emenda Constitucional, referindo-se ao Código Geral da Suécia, de 1734: “Mais vale um juiz bom e prudente do que uma boa lei. Com um juiz mau e injusto, uma lei boa de nada serve, porque ele a verga e a torna injusta a seu modo”.

Vamos debater o Judiciário, pois sem JUSTIÇA NÃO HÁ ESTADO DE DIREITO.

TEXTO 16

Contribuição da Diretoria ANDES-SN

Acréscimo ao art. 41, regulamentando a convocação de Assembléia Geral por intermédio dos Vice-Presidentes Regionais, onde não houver organização em AD Seção Sindical.

No processo de expansão da ANDES-SN, há dificuldade no atendimento das necessidades e concretização de ações para os docentes que não se encontram organizados por meio de AD Seção Sindical. Essas dificuldades são exacerbadas nas atividades que envolvem a organização dos docentes das IEES e IPES, especialmente no aspecto jurídico da representação sindical quando é necessário promover a campanha salarial da categoria e garantir os direitos trabalhistas e de sindicalização.

Por esse motivo, a Diretoria da ANDES-SN está propondo a modificação do seu Estatuto, por acréscimo ao art. 41, nos termos propostos a seguir:

Texto Resolução:

Compete aos Vice-Presidente Regionais:

- convocar, anualmente, Assembléia Geral de âmbito dos docentes de IES onde não exista AD Seção Sindical, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria dentro da jurisdição do Estado fixando as bases das negociações com os representantes legais das IES, respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no CONGRESSO DA ANDES-SN.

- convocar Assembléia Geral Extraordinária dos docentes de IES onde não exista AD Seção Sindical, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação.

TEXTO 17

Contribuição da ASDUERJ

O Movimento Sindical vem enfrentando nos últimos anos uma grave crise que tem raízes em fatores de várias dimensões, de âmbito nacional e internacional, que em grande parte já foram diagnosticados.

O Movimento Docente organizado na ANDES-SN não tem sido poupado nesta crise. Temos tido muitas dificuldades para implementarmos nosso projeto alternativo popular e mesmo para encaminhar nossas políticas, incluindo a própria consolidação de nosso sindicato. Não é nosso propósito aqui discutir estas questões nem detalhar nossas dificuldades.

Buscando superar as dificuldades, o Movimento Sindical tem discutido formas alternativas de ação e de organização, tendo, inclusive, a CUT, recentemente, aprovado em Congresso modificações significativas em sua estrutura.

Entendemos que um incentivo à aglutinação de todas as forças significativas dentro do MD seja uma grande contribuição para superar nossas dificuldades. Existem muitas maneiras de se incentivar a participação de forças políticas significativas, mas minoritárias, no interior do sindicato. Uma destas maneiras poderia ser a possibilidade destas forças participarem - de acordo com sua significância - da direção da entidade.

Desse modo, o debate no interior da diretoria seria enriquecido com a participação de outras correntes ao mesmo tempo que a possibilidade de intervenção direta e da defesa de seus pontos de vista, comprometeria, ainda mais, os companheiros das forças minoritárias.

Como compreendemos que a instituição do sistema proporcional apresenta outras dimensões e implicações além do que colocamos e como a matéria nunca -ou muito pouco - foi discutida no MD, entendemos que sua colocação para deliberação neste momento é inconveniente ao sindicato pois, tanto sua aprovação como sua rejeição seria intempestiva e precipitada. Por isso e por entendermos que mesmo a sua discussão deva se dar a partir de decisão de uma instância nacional do sindicato, apresentamos esta proposta.

A título de exemplo e para subsidiar o eventual debate, sem que signifique aval ou indicação do mesmo, apresentamos uma das formas possíveis para um sistema eleitoral proporcional:

1º) Todas as chapas que obtiverem um número de votos igual ou superior a 10% da soma dos votos dados a todas as chapas inscritas elegerá diretores da ANDES-SN.

2º) A chapa que obtiver o maior número de votos dentre as inscritas, elegerá o presidente, o secretário geral e o 1º tesoureiro.

3º) Cada chapa será contemplada com um número de eleitos proporcional à sua votação.

4º) No ato da inscrição, cada chapa definirá a ordem de preferência para o preenchimento dos cargos.

5º) O preenchimento dos cargos da diretoria se fará de acordo com a ordem de preferência de cada chapa, de modo alternado e começando pela de maior votação.

6º) Prevalecerá sempre o número de eleitos a que a chapa tiver direito pela proporção de sua votação. Atingido este número a chapa fica excluída do rodízio de preenchimento dos cargos.

TEXTO 18

Contribuição da ASDUERJ

O Movimento Sindical vem enfrentando nos últimos anos uma grave crise que tem raízes em fatores de várias dimensões, de âmbito nacional e internacional, que em grande parte já foram diagnosticados.

No que diz respeito a ANDES-SN, há muito o MD vem indicando a necessidade de um maior fortalecimento da estrutura regional e local como fator preponderante e urgente para a superação das dificuldades para implementarmos nosso projeto alternativo popular e mesmo para encaminhar nossas políticas, incluindo a própria consolidação de nosso sindicato.

A regionalização das eleições para os cargos das secretarias regionais poderia propiciar o surgimento de lideranças importantes em determinadas regiões as quais, por não estarem articuladas a nível nacional ficam alijadas da direção do sindicato com a atual sistemática.

Por outro lado, a eleição nacional para os cargos regionais pode, eventualmente, colocar na direção do sindicato pessoas sem expressão na região.

Entendemos que eleger diretores regionais que efetivamente representem o MD na região se constitui num fator de fortalecimento do nosso sindicato ao mesmo tempo que confere maior legitimidade e fortalece sua presença no âmbito da região.

A eleição regional para os cargos das secretarias regionais viabilizaria, também, a participação na direção do sindicato de forças com significativa expressão regional e sem articulação nacional. A incorporação destas forças, certamente, enriqueceria o debate no interior da diretoria.

Compreendemos que o estabelecimento de eleições regionalizadas, ainda que somente para os cargos das secretarias regionais, se constitui numa mudança estrutural profunda. Por outro lado, estamos consciente que qualquer decisão sobre esta mudança necessita de muito mais discussão do que eventualmente tenha se dado até agora. Também compreendemos que existem outras implicações além das que citamos. Por isso, a proposta que agora apresentamos é de que seja aberta a discussão preliminar e que as bases do MD decidam sobre a conveniência da apreciação dessa matéria no próximo Congresso.

Naturalmente, aqueles que se convencerem da conveniência de se levar esta matéria à apreciação do XV Congresso poderão encaminhar a essa instância suas propostas. Não sendo encaminhada qualquer proposta a respeito, esgota-se a discussão desta matéria no âmbito da presente proposta.

TEXTO 19

Contribuição ADUSP SSind

Considerações:

Professor Valter de Freitas, ex-secretário geral do nosso Sindicato (gestão 1992-1994), foi demitido da Universidade de Caxias do Sul. No momento da sua demissão, ela ainda tinha direito à estabilidade decorrente do seu mandato como diretor da ANDES-SN. Tendo em vista que o direito de estabilidade foi violado, o sindicato entrou na justiça requerendo reversão da demissão. Não há decisão até o momento, mas é necessário acrescentar uma medida de caráter simbólico. O sindicato obviamente não pode dar suporte financeiro a todos os demitidos seja por razões políticas ou econômicas. Entretanto, nesse caso, nos parece importante que o sindicato sinalize claramente a sua disposição de luta. O Sindicato não abrirá mão do direito à livre organização que inclui o cumprimento de garantias constitucionais para o exercício de mandato sindical.

TEXTO 20

COBRANÇA JUDICIAL DO IMPOSTO SINDICAL NAS IPES

O atrelamento dos sindicatos ao Estado - conforme a concepção racista que a CLT representa materializa-se através do Imposto Sindical que assegura ao governo o poder de controle sobre as finanças dos sindicatos, e aos sindicatos a possibilidade de sobreviverem sem organização de base (os seus filiados) permitindo assim, a existência de uma estrutura sindical meramente cartorial ou "de carimbos".

Por esta razão, a ANDES-SN vem historicamente, se posicionando contra o recolhimento do Imposto Sindical, tanto que nos setores da IFES e das IEES este recolhimento compulsório já não vem sendo feito. Apenas no Setor das IPES esta prática ainda vigora. Até aqui, vimos desenvolvendo a prática de solicitar às mantenedoras que, ao cumprirem este procedimento legal recolham o Imposto Sindical à ANDES-SN, que o tem devolvido integralmente aos docentes.

Não se trata, simplesmente, de cobrar o imposto sindical mas sim de lutar pela sua extinção. E, enquanto esta prática persistir, garantir a sua devolução aos docentes, conforme definido nos estatutos da ANDES-SN.

O objetivo desta ação é afirmar a representação do Sindicato Nacional no Setor privado. Neste sentido, insere - se a busca de intensificação da presença do Sindicato Nacional no interior das IPES, lutando pela garantia de emprego, pela implementação de um piso nacional de salários e de planos de carreira e de capacitação docente, conforme deliberações do XXIX CONAD.

Texto Resolução

Com base nessas considerações, os delegados dos setor das IPES, reunidos no XIV Congresso da ANDES-SN, propõem:

- 1 - Cobrar judicialmente, de todas IPES do país, o Imposto Sindical devido para efeito de devolução aos docentes.
- 2 - Acompanhar politicamente as IPES definidas como prioritárias pelas regionais e pela Diretoria Nacional.